

**Prospecto Definitivo de Distribuição Pública da 13ª Série de Quotas Seniores do**  
**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA EXODUS I**

CNPJ/MF nº 07.399.646/0001-32



Distribuição Pública da 13ª Série de Quotas Seniores do

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA EXODUS I (“OFERTA”), TOTALIZANDO:**

**R\$135.000.000,00**

(cento e trinta e cinco milhões de reais)

**Classificação de Risco das Quotas Seniores da 13ª Série - Standard & Poor's “brAA (sf)”**

**Código ISIN da 13ª Série de Quotas Seniores: BREXODCTF0B1**

**Classificação na ANBIMA: FIDC MULTICARTEIRAAGRO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

O Fundo destina-se a adquirir, preponderantemente, duplicatas, cheques e notas promissórias originados por empresas com sede no país, que atuem nos setores industrial, comercial ou de prestação de serviços (“Direitos de Crédito”).

Serão objeto de distribuição pública pelo Coordenador Líder e pela Administradora 1.350 (um mil, trezentas e cinquenta) Quotas Seniores referentes à 13ª Série, todas com Valor Unitário de Emissão de R\$100.000,00 (cem mil reais), em mercado de balcão não organizado, perfazendo o valor total de R\$135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais), considerando 200 (duzentas) Quotas Seniores no âmbito do exercício das Quotas Seniores do Lote Adicional (conforme abaixo definido) e 150 (cento e cinquenta) Quotas Seniores no âmbito do exercício das Quotas Seniores do Lote Suplementar (conforme abaixo definido) (“Oferta”). A Oferta foi aprovada em Assembleia Geral realizada em 23 de maio de 2011, cuja ata foi arquivada no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 23 de maio de 2011, sob o nº 3.460.489.

A Administradora fez uso da faculdade prevista no parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400 e distribuirá um volume adicional de 20% (vinte por cento) da quantidade de Quotas Seniores inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Seniores do Lote Suplementar), ou seja, de 200 (duzentas) Quotas Seniores (“Quotas Seniores do Lote Adicional”). Além disso, o Coordenador Líder, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, distribuirá um lote suplementar de Quotas Seniores de 15% (quinze por cento) da quantidade de Quotas Seniores inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Seniores do Lote Adicional), ou seja, de 150 (cento e cinquenta) Quotas Seniores (“Quotas Seniores do Lote Suplementar”). Desta forma, a Oferta passou a ser de 1.350 (um mil, trezentas e cinquenta) Quotas Seniores, todas com Valor Unitário de Emissão de R\$100.000,00 (cem mil reais), totalizando o montante total da Oferta de R\$135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais).

As Quotas Seniores do Lote Adicional e as Quotas Seniores do Lote Suplementar acima referidas serão emitidas nas mesmas condições das Quotas Seniores inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta e serão distribuídas pelo Coordenador Líder e/ou pela Administradora em regime de melhores esforços.

O Fundo foi constituído em 12 de maio de 2005 e seu regulamento e respectivo ato de constituição foram registrados no 2º Cartório de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, em 12 de maio de 2005, sob o nº 3.072.477 (“Regulamento”). O Regulamento foi alterado em 31 de agosto de 2005, em 03 de fevereiro de 2006, em 12 de fevereiro de 2007, em 18 de maio de 2007, em 21 de novembro de 2007, em 14 de dezembro de 2007, em 08 de janeiro de 2008, em 18 de janeiro de 2008, em 31 de outubro de 2008, em 05 de março de 2009, em 08 de maio de 2009 e em 29 de janeiro de 2010 de 2010, por meio de instrumentos de aditamento registrados no 2º Cartório de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, sob os nºs 3.100.145, 7.612.409, 9.178.910, 3.260.168, 10.215.923, 3.338.891, 3.345.247, 3.388.271, 3.397.719, 3.402.687, 3.421.171 e 3.421.171, respectivamente.

**Protocolo na CVM datado de 25 de maio de 2011.**

**Registro na CVM datado de 18 de julho de 2011, sob o nº CVM/SRE/RFD/2011/011.**

O Fundo é administrado pela GRADUAL CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade com sede na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 50, 5º e 6º andares, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.918.160/0001-73 (“Administradora”). A gestão da Carteira do Fundo ficará a cargo da SRM CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS E FINANÇAS LTDA. sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Alameda Cleveland, nº 509, 4º andar, Campos Eliseos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.573.188/0001-55 (“Gestora”). O coordenador líder da Oferta será o DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO, instituição financeira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 13º, 14º e 15º andares, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11 (“Coordenador Líder”). A coordenadora contratada da Oferta será a RIO BRAVO INVESTIMENTOS – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade com sede na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 3º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.600.026/0001-81 (“Coordenadora Contratada”).

**O investimento no Fundo sujeita o investidor a riscos, conforme descrito na seção “FATORES DE RISCO”, nas páginas 87 à 91 deste Prospecto Definitivo. Ainda que a Administradora mantenha um sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo (“Carteira”), não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas no Fundo ou para o investidor. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. O Fundo não conta com garantia de seu Administrador, do Custodiante, da Gestora, do Coordenador Líder, de suas Partes Relacionadas, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.**

Todo Quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de Termo de Adesão, que recebeu exemplar deste Prospecto Definitivo e do Regulamento do Fundo, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, da sua política de investimento, da composição da Carteira, da Taxa de Administração devida à Administradora e à Gestora, dos riscos associados ao investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no Patrimônio Líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda do capital, parcial ou total, investido pelo investidor.

“A CVM não garante a veracidade das informações prestadas e, tampouco, faz julgamento sobre a qualidade das quotas a serem distribuídas.”

“Este Prospecto Definitivo foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das quotas do Fundo de Investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de seu administrador e das demais instituições prestadoras de serviços.”

**COORDENADOR LÍDER, CUSTODIANTE E AGENTE ESCRITURADOR**

**GESTORA**



Deutsche Bank



**ADMINISTRADORA E COORDENADORA**

**ASSESSORES LEGAIS**

**AUDITOR INDEPENDENTE**



**SOUZA, CESCON, BARRIEU & FLESCH**  
ADVOGADOS



A data deste Prospecto Definitivo é 20 de julho de 2011

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## Avisos

*“Este Fundo pode investir em carteira de direitos creditórios diversificada, com natureza e características distintas. Desta forma, o desempenho da carteira pode apresentar comportamento distinto ao longo da existência do Fundo.”*

*“A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.”*

*“O investimento no Fundo apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Administradora e a Gestora mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.”*

*“Antes de tomar sua decisão de investir no Fundo, recomenda-se ao investidor a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto Definitivo quanto do Regulamento, para um entendimento completo a respeito do objetivo do Fundo, da sua política de investimento e dos riscos a que o Fundo está exposto.”*

*“O Fundo de que trata este Prospecto Definitivo não conta com garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, do Coordenador Líder, da Coordenadora Contratada ou de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos.”*

*“O tratamento tributário aplicável ao investidor deste Fundo depende do período de aplicação do investidor, bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do imposto de renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.”*

*“Considerações sobre estimativas e declarações futuras: quaisquer expectativas de recebimento de fluxos de caixa advindos dos Direitos de Crédito adquiridos, previsões e estimativas aqui contidas são previsões e se baseiam em certas premissas que a Administradora e a Gestora consideram razoáveis. Expectativas são, por natureza, especulativas, e é possível que algumas ou todas as premissas em que se baseiam as expectativas não se concretizem ou difiram substancialmente dos resultados efetivos. Nesse sentido, as expectativas são apenas estimativas. Resultados efetivos podem diferir das expectativas, e tais diferenças podem acarretar prejuízo para o Fundo e para seus Quotistas.”*

*“Este Fundo pode utilizar estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus Quotistas.”*

*“As informações contidas nesse Prospecto Definitivo estão em consonância com o Regulamento do Fundo, mas não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto Definitivo quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições do Prospecto Definitivo e do Regulamento que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.”*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## ÍNDICE

<b>DEFINIÇÕES .....</b>	<b>4</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO DA ADMINISTRADORA, DO COORDENADOR LÍDER E DOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO.....</b>	<b>11</b>
<b>DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA DO FUNDO E DO COORDENADOR LÍDER DA OFERTA .....</b>	<b>12</b>
<b>CARACTERÍSTICAS DA OFERTA .....</b>	<b>13</b>
<b>DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES</b>	<b>16</b>
<i>CONFLITO DE INTERESSES .....</i>	<i>17</i>
<b>PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SENIORES.....</b>	<b>18</b>
<i>MONTANTE TOTAL DA OFERTA E REGIME DE DISTRIBUIÇÃO .....</i>	<i>18</i>
<i>INÍCIO E ENCERRAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS .....</i>	<i>19</i>
<i>NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS .....</i>	<i>20</i>
<i>DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO .....</i>	<i>20</i>
<i>CRONOGRAMA DA OFERTA.....</i>	<i>21</i>
<i>DISTRIBUIÇÃO PARCIAL.....</i>	<i>21</i>
<i>MODIFICAÇÃO DA OFERTA .....</i>	<i>21</i>
<b>CARACTERÍSTICAS DO FUNDO .....</b>	<b>23</b>
<i>O FUNDO.....</i>	<i>23</i>
<i>BASE LEGAL.....</i>	<i>23</i>
<i>PÚBLICO ALVO.....</i>	<i>23</i>
<i>APLICAÇÃO DOS RECURSOS .....</i>	<i>23</i>
<i>OBJETIVO DE INVESTIMENTO .....</i>	<i>24</i>
<i>POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA.....</i>	<i>24</i>
<i>CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO .....</i>	<i>25</i>
<i>PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....</i>	<i>26</i>
<i>DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO.....</i>	<i>27</i>
<i>TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.....</i>	<i>28</i>
<i>ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS .....</i>	<i>28</i>
<b>CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS.....</b>	<b>30</b>
<i>FORMA E ESPÉCIE .....</i>	<i>30</i>
<i>EMIÇÃO DE QUOTAS SENIORES .....</i>	<i>30</i>
<i>EMIÇÃO DE QUOTAS MEZANINO .....</i>	<i>30</i>
<i>EMIÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS .....</i>	<i>31</i>
<i>EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS .....</i>	<i>32</i>
<i>AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE QUOTAS.....</i>	<i>33</i>
<i>AMORTIZAÇÕES PROGRAMADAS.....</i>	<i>34</i>
<i>PAGAMENTO AOS QUOTISTAS.....</i>	<i>34</i>
<i>METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO.....</i>	<i>35</i>
<i>ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA .....</i>	<i>36</i>
<b>LIQUIDAÇÃO DO FUNDO .....</b>	<b>37</b>
<i>EVENTOS DE AVALIAÇÃO .....</i>	<i>37</i>
<i>EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO .....</i>	<i>37</i>
<b>ASSEMBLÉIA GERAL.....</b>	<b>39</b>
<i>COMPETÊNCIA .....</i>	<i>39</i>
<i>PROCEDIMENTO DE CONVOCAÇÃO .....</i>	<i>39</i>

<b>REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO.....</b>	<b>41</b>
<i>OBJETIVO DE TRATAMENTO TRIBUTÁRIO .....</i>	<i>41</i>
<i>TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS QUOTISTAS .....</i>	<i>41</i>
<i>TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AO FUNDO .....</i>	<i>42</i>
<b>ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO.....</b>	<b>44</b>
<i>INFORMAÇÕES REFERENTES À SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA.....</i>	<i>44</i>
<b>PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO.....</b>	<b>46</b>
<i>CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO.....</i>	<i>46</i>
<i>GESTÃO .....</i>	<i>49</i>
<i>PROCESSO OPERACIONAL DE CRÉDITO .....</i>	<i>57</i>
<i>AGENTE DE COBRANÇA.....</i>	<i>57</i>
<i>AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO.....</i>	<i>57</i>
<i>AUDITORIA DO FUNDO E AUDITORIA DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....</i>	<i>58</i>
<i>COORDENADOR LÍDER E ADMINISTRADORA.....</i>	<i>58</i>
<i>COORDENADORA CONTRATADA .....</i>	<i>59</i>
<i>SUBSTITUIÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO .....</i>	<i>59</i>
<b>POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES .....</b>	<b>60</b>
<i>ATENDIMENTO AOS QUOTISTAS.....</i>	<i>60</i>
<b>ESTRUTURA DA OPERAÇÃO.....</b>	<b>61</b>
<i>FLUXOGRAMA FINANCEIRO .....</i>	<i>61</i>
<b>CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....</b>	<b>62</b>
<i>DIREITOS DE CRÉDITO .....</i>	<i>62</i>
<i>ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO .....</i>	<i>62</i>
<i>CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....</i>	<i>62</i>
<i>POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO .....</i>	<i>62</i>
<i>TITULARIDADE DOS DIREITOS DE CRÉDITO .....</i>	<i>62</i>
<i>FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO .....</i>	<i>63</i>
<i>TAXA DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....</i>	<i>63</i>
<i>PRÉ-PAGAMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....</i>	<i>63</i>
<i>RECOMPRA DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....</i>	<i>63</i>
<i>NÍVEIS DE CONCENTRAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO .....</i>	<i>64</i>
<i>POLÍTICA DE COBRANÇA.....</i>	<i>64</i>
<i>RESCISÃO E RESTITUIÇÃO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO .....</i>	<i>64</i>
<i>GARANTIAS.....</i>	<i>64</i>
<b>SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS .....</b>	<b>65</b>
<i>CONTRATO DE CESSÃO PADRÃO.....</i>	<i>65</i>
<i>CONTRATO DE CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO DE QUOTAS.....</i>	<i>65</i>
<i>CONTRATO DE GESTÃO.....</i>	<i>65</i>
<i>CONTRATO DE SERVIÇOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO .....</i>	<i>65</i>
<i>CONTRATO COM EMPRESA DE AUDITORIA .....</i>	<i>65</i>
<i>CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS.....</i>	<i>66</i>
<b>CARACTERÍSTICAS DA PERFORMANCE DA CARTEIRA .....</b>	<b>67</b>
<b>INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E HISTÓRICO .....</b>	<b>80</b>
<b>FATORES DE RISCO.....</b>	<b>87</b>
<i>RISCOS RELATIVOS AO INVESTIMENTO NO FUNDO .....</i>	<i>87</i>
<i>RISCOS RELATIVOS AOS DIREITOS DE CRÉDITO.....</i>	<i>89</i>

## ANEXOS

---

<b>ANEXO</b>	<b>DOCUMENTO</b>	<b>PÁGINA</b>
<b>ANEXO I</b>	- Regulamento do Fundo.....	95
<b>ANEXO II</b>	- Atas das Assembléias Gerais do Fundo realizadas em 23 de maio de 2011, em 21 de junho de 2011 e em 13 de julho de 2011 .....	155
<b>ANEXO III</b>	- Suplemento da 13ª Série de Quotas Seniores do Fundo .....	165
<b>ANEXO IV</b>	- Súmula de Classificação de Risco .....	171
<b>ANEXO V</b>	- Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de abril de 2010, 2009 e 2008 .....	177
<b>ANEXO VI</b>	- Informações Periódicas Trimestrais relativas aos períodos encerrados em setembro e dezembro de 2010 e março de 2011 .....	231
<b>ANEXO VII</b>	- Relatório “Revisão da carteira de recebíveis” elaborado pela Empresa de Auditoria...	247

## DEFINIÇÕES

Os termos iniciados em letra maiúscula e utilizados neste Prospecto Definitivo (estejam no singular ou no plural) têm o significado a eles atribuídos nesta seção.

<b>Administradora</b>	É a Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek nº 50, 5º e 6º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.918.160/0001-73, ou sua sucessora a qualquer título;
<b>Agência de Classificação de Risco</b>	Standard & Poor's Rating Services, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, Pinheiros, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, ou sua sucessora a qualquer título;
<b>Agente Escriturador</b>	É o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 13º, 14º e 15º andares, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, ou seu sucessor a qualquer título;
<b>Amortização Programada</b>	É a amortização parcial das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino promovida pelo Fundo nas Datas de Amortização, conforme previsto no Suplemento da respectiva série e/ou classe;
<b>Assembléia Geral</b>	É a Assembléia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXI do Regulamento;
<b>ANBIMA</b>	É a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;
<b>Ativos Financeiros</b>	São os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros distintos dos Direitos de Crédito, que compõe o Patrimônio Líquido do Fundo;
<b>BACEN</b>	Banco Central do Brasil;
<b>Base de Dados</b>	É a base de dados que contém dados e informações relativas aos Direitos de Crédito e aos Clientes, mantida pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia;
<b>BM&amp;FBOVESPA</b>	Bolsa de Valores, Mercadoria e Futuros;



<b>Carteira</b>	Carteira de investimentos do Fundo;
<b>Taxa CDI</b>	É a taxa resultante das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia (CDI Extra-Grupo), apuradas e divulgadas pela CETIP, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob a forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis;
<b>Cedentes</b>	São todas as pessoas físicas ou jurídicas que cedem os Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão;
<b>CETIP</b>	É a CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;
<b>Conta de Arrecadação</b>	É a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo em uma instituição financeira aprovada em conjunto pela Administradora e pela Gestora, que será utilizada para o recebimento da totalidade dos recursos oriundos da liquidação dos Direitos de Crédito;
<b>Conta do Fundo</b>	É a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo em uma instituição financeira aprovada em conjunto pela Administradora e pela Gestora, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;
<b>Contrato de Cessão</b>	É cada um dos contratos de cessão de Direitos de Crédito celebrados entre o Fundo, a Administradora e cada Cedente;
<b>Contrato de Custódia</b>	É o Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia de Valores Mobiliários e Ativos financeiros para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, firmado em 12 de maio de 2005, entre o Custodiante e a Administradora, em nome do Fundo;
<b>Contrato de Distribuição</b>	É o Contrato de Coordenação e Distribuição, em Regime de Garantia Firme Parcial e de Melhores Esforços de Colocação de Quotas Seniores de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Exodus I, celebrado em 23 de maio de 2011, entre a Administradora e o Coordenador Líder, para a distribuição pública da 13ª Série de Quotas Seniores do Fundo, conforme aditado em 13 de julho de 2011;
<b>Contrato de Escrituração</b>	É o Contrato de Emissão e Controle de Quotas Escriturais de Fundos de Investimentos, firmado em 12 de maio de 2005, entre o Agente Escriturador e a Administradora, em nome do Fundo;
<b>Contrato de Gestão</b>	É o Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Carteira de Fundo de Investimento e Outras Avenças celebrado entre o Fundo e a Gestora;

<b>Contrato de Serviços de Auditoria Independente</b>	É a proposta de prestação de serviços da KPMG Auditores Independentes, aceita em 22 de novembro de 2007, pela Administradora;
<b>Contrato de Serviços de Classificação de Risco</b>	É o contrato para elaboração de classificação de risco das Quotas Seniores e Quotas Mezanino do Fundo, firmado entre a Agência de Classificação de Risco e a Administradora;
<b>Coordenador Líder</b>	É o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, ou seu sucessor a qualquer título;
<b>Coordenadora</b>	É a Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., ou sua sucessora a qualquer título;
<b>Coordenadora Contratada</b>	É a Rio Bravo Investimentos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.;
<b>Crítérios de Elegibilidade</b>	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 28 do Regulamento;
<b>Custodiante</b>	É o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, ou seu sucessor a qualquer título;
<b>CVM</b>	É a Comissão de Valores Mobiliários;
<b>Datas de Amortização</b>	São as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, quando for o caso;
<b>Data de Aquisição e Pagamento</b>	É a data de pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito;
<b>Data de Emissão</b>	É a data em que os recursos decorrentes da integralização de cada série de Quotas Seniores, ou da integralização das distribuições de Quotas Subordinadas e/ou Quotas Mezanino, são colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo, e que deverá ser, necessariamente, um dia útil;
<b>Data de Resgate</b>	É a data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores, indicada no Suplemento da respectiva série;
<b>Direitos de Crédito</b>	São todos os direitos de crédito adquiridos ou a serem adquiridos pelo Fundo, de acordo com as condições previstas no Regulamento;
<b>Diretor Designado</b>	É o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a relativas ao Fundo;

<b>Disponibilidades</b>	São todos os ativos de titularidade do Fundo com liquidez diária, incluindo, mas não se limitando, aos recursos disponíveis na Conta do Fundo;
<b>Documentos Comprobatórios</b>	Tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 1º do Artigo 27 do Regulamento;
<b>Documentos da Operação</b>	São os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Contrato de Cessão, Regulamento, o presente Prospecto Definitivo, Contrato de Distribuição, Contrato de Controladoria e Custódia, Contrato de Serviços de Classificação de Risco, Contrato de Gestão e Contrato de Serviços de Auditoria Independente;
<b>Empresa de Auditoria</b>	É a KPMG Auditores Independentes, com sede à Rua Dr. Renato Pares de Barros, 33, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou sua sucessora a qualquer título;
<b>Encargos do Fundo</b>	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 34 do Regulamento;
<b>Eventos de Avaliação</b>	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 64 do Regulamento;
<b>Eventos de Liquidação</b>	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 66 do Regulamento;
<b>Excesso de Cobertura</b>	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 53 do Regulamento;
<b>FGC</b>	Fundo Garantidor de Créditos;
<b>Fundo</b>	Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I;
<b>Gestora</b>	É a SRM Consultoria e Administração de Recursos e Finanças Ltda., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Alameda Cleveland, nº 509, 2º andar, Campos Elíseos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.573.188/0001-55, ou sua sucessora a qualquer título;
<b>Governo Federal</b>	Governo da República Federativa do Brasil;
<b>Instrução CVM 356</b>	Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada;
<b>Instrução CVM 400</b>	Instrução nº 400 da CVM, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;

<b>Investidor Qualificado</b>	São todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios;
<b>IPCA</b>	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;
<b>Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores</b>	É a meta de rentabilidade prioritária das Quotas Seniores da 13ª Série definida no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , conforme indicada no Suplemento;
<b>Obrigações do Fundo</b>	São todas as obrigações do Fundo previstas no Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração, da amortização e do resgate das Quotas, tudo conforme estabelecido no Regulamento e nos demais Documentos da Operação;
<b>Oferta</b>	Distribuição Pública da 13ª Série de Quotas Seniores do Fundo;
<b>Partes Relacionadas</b>	São (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa;
<b>Patrimônio Líquido</b>	Significa o patrimônio líquido do Fundo, calculado na forma do Capítulo XXIII do Regulamento;
<b>Percentual de Provisão</b>	É o percentual de provisionamento a ser aplicado sobre o Valor do Direito de Crédito antes da dedução de qualquer Valor Provisionado dos Direitos de Créditos vencidos e não pagos, nos termos do Artigo 61 do Regulamento;
<b>Período de Carência</b>	Período em que não há amortização do valor do principal das Quotas Seniores, com relação a cada uma das séries de Quotas Seniores emitidas pelo Fundo, conforme estipulado em cada um dos Suplementos de emissão de Quotas;
<b>Pessoas Vinculadas</b>	Investidores que sejam (a) controladores ou pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico da Administradora ou da Gestora; (b) controladores ou administradores do Coordenador Líder; e (c) outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como, os cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (a), (b) ou (c).
<b>PIS</b>	Contribuição ao Programa de Integração Social;
<b>Plano Contábil</b>	Plano Contábil das instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular nº 1.273, do BACEN, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos de crédito que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável;

<b>Política de Cobrança</b>	Política de cobrança descrita no Anexo III ao Regulamento do Fundo;
<b>Prazo de Distribuição</b>	As Quotas Seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data de publicação do Anúncio de Início relativo à Oferta;
<b>Preço de Aquisição</b>	É o valor efetivamente pago pelos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, estabelecido nos respectivos Termos de Cessão;
<b>Procedimento de <i>Bookbuilding</i></b>	É o procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, que foi realizado para definição da Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores;
<b>Prospecto Definitivo</b>	O presente Prospecto Definitivo;
<b>Quotas</b>	São as Quotas Seniores, as Quotas Mezanino e as Quotas Subordinadas, consideradas em conjunto;
<b>Quotas Mezanino</b>	São as Quotas Mezanino da Classe A, as Quotas Mezanino da Classe B e as Quotas Mezanino da Classe C consideradas em conjunto, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<b>Quotas Mezanino da Classe A</b>	São as quotas subordinadas mezanino da classe A, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<b>Quotas Mezanino da Classe B</b>	São as quotas subordinadas mezanino da classe B, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<b>Quotas Mezanino da Classe C</b>	São as quotas subordinadas mezanino da classe C, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<b>Quotas Seniores</b>	São as quotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries;
<b>Quotas Seniores do Lote Adicional</b>	São as 200 (duzentas) Quotas Seniores do lote adicional emitidas diante do excesso de demanda pelas Quotas Seniores no âmbito da Oferta, nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400;
<b>Quotas Seniores do Lote Suplementar</b>	São as 150 (cento e cinquenta) Quotas Seniores do lote suplementar emitidas diante do excesso de demanda pelas Quotas Seniores no âmbito da Oferta, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400;

<b>Quotas Subordinadas</b>	São as quotas subordinadas júnior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<b>Quotistas</b>	São os titulares das Quotas emitidas pelo Fundo;
<b>Quotistas Subordinados</b>	São os titulares das quotas subordinadas júnior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<b>Razão de Garantia</b>	Relação entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores do Fundo;
<b>Regulamento</b>	Regulamento do Fundo;
<b>Resolução CMN 2.907</b>	Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001;
<b>Rio Bravo</b>	É a RIO BRAVO INVESTIMENTOS – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade com sede na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 3º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.600.026/0001-81, ou sua sucessora a qualquer título;
<b>SELIC</b>	Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
<b>Suplemento</b>	É o documento elaborado na forma do Anexo II do Regulamento contendo as seguintes informações relativas a cada uma das séries de quotas emitidas: quantidade de Quotas, Data de Emissão, Amortização Programada, se aplicável, Data de Resgate e Meta de Rentabilidade Prioritária da respectiva série de Quotas;
<b>Taxa de Administração</b>	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 32 do Regulamento;
<b>Termo de Cessão</b>	É o documentos pelo qual o Fundo adquire os Direitos de Crédito dos Cedentes nos termos de cada Contrato de Cessão;
<b>Termo de Adesão ao Regulamento</b>	É o documento por meio do qual o Quotista adere ao Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo;
<b>Valor Provisionado</b>	Com relação a cada Direito de Crédito adquirido, é o valor do Direito de Crédito multiplicado pelo Percentual de Provisão; e
<b>Valor Unitário de Emissão</b>	Valor unitário de cada Quota na Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores ou na Data de Emissão de Quotas Mezanino e Quotas Subordinadas, conforme o caso.

# IDENTIFICAÇÃO DA ADMINISTRADORA, DO COORDENADOR LÍDER E DOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

Administradora e Coordenadora	Coordenador Líder, Custodiante e Agente Escriturador
<b>Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.</b> At.: Sr. Pedro Paulo Bartolomei da Silveira Av. Juscelino Kubitscheck, n.º 50, 5º e 6º andares, São Paulo – SP Telefone: (11) 3372-8300 Fac-símile: (11) 3372-8300 E-mail: arenoldi@gradualcorretora.com.br Internet: <a href="http://www.gradualinvestimentos.com.br">www.gradualinvestimentos.com.br</a>	<b>Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão</b> At.: Sra. Valquíria Matsui Avenida Brigadeiro Faria Lima 3900, 13º, 14º e 15º andares São Paulo – SP Telefone: (11) 2113-5433 Fac-símile: (11) 2113-5440 E-mail: valquiria.matsui@db.com Internet: <a href="http://www.db.com/brazil">www.db.com/brazil</a>
Gestora	Consultor Legal
<b>SRM Consultoria e Administração de Recursos e Finanças Ltda.</b> At.: Sr. Salim e Sr. Marcos Mansur Rua Alameda Cleveland, nº 509, 2º andar, Campos Elíseos, CEP 01218-000 São Paulo – SP Fone: (11) 3334-2136 Fax: (11) 3334-2136 E-mail: marcos@rmansur.com.br Internet: <a href="http://www.srmasset.com.br">www.srmasset.com.br</a>	<b>Souza, Cescon, Barriau e Flesch Advogados</b> At: Sr. Eduardo Herszkowicz Rua Funchal, 418, 11º andar São Paulo – SP Tel: (11) 3089-6181 Fac-símile (11) 3089-6565 E-mail: eduardo@scbf.com.br Internet : <a href="http://www.scbf.com.br">www.scbf.com.br</a>
Agência de Classificação de Risco	Auditor Independente
<b>Standard &amp; Poor's, uma divisão da McGraw-Hill Companies</b> At.: Leandro Albuquerque Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18 andar São Paulo – SP Tel.: (11) 3039-9700 Fax: (11) 3039-9701 E-mail: leandro_albuquerque@standardandpoors.com Internet: <a href="http://www.standardandpoors.com">www.standardandpoors.com</a>	<b>KPMG Auditores Independentes</b> At.: Sr. Pedro Zago Rua Dr. Renato Pares de Barros, nº 33 Fone: (11) 2183.3000 Fax: (11) 2183.3001 E-mail: PZago@kpmg.com.br Internet: <a href="http://www.kpmg.com.br">www.kpmg.com.br</a>
Coordenadora Contratada	
<b>Rio Bravo Investimentos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.</b> At.: Sr. Alexandre Fernandes e Souza Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 3º andar CEP: 04551-065 São Paulo, SP Fone: 11-2107-6694 / 11-3509-6694 Fax: (11) 2107-6699 E-mail: alexandre.souza@riobravo.com.br Internet: <a href="http://www.riobravo.com.br/hedge/index.htm">http://www.riobravo.com.br/hedge/index.htm</a>	

## **DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA DO FUNDO E DO COORDENADOR LÍDER DA OFERTA**

A Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., na pessoa de seu diretor, Sr. Pedro Paulo Bartolomei da Silveira, na condição de Administradora do Fundo e o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, na pessoa de seu diretor, Sr. Marcelo Ferraz, na condição de Coordenador Líder da Oferta, declaram que:

- (i) são responsáveis pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta;
- (ii) que o Prospecto Definitivo da Oferta contém as informações relevantes, necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das características das Quotas, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira e riscos inerentes às suas atividades, bem como quaisquer outras informações relevantes, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes;
- (iii) que as informações prestadas por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iv) que as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.



## CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

*Este sumário não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento no Fundo. Este Prospecto Definitivo deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na seção “FATORES DE RISCO”, bem como o Regulamento do Fundo, constante do Anexo I a este Prospecto Definitivo.*

<b>Emissor:</b>	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução CVM 356, da Resolução CMN 2.907 e do seu Regulamento.
<b>Direitos de Crédito:</b>	Direitos de crédito representados por duplicatas, notas promissórias e cheques, originados por empresas com sede no país (independentemente de terem como sócios diretos ou indiretos pessoas físicas ou jurídicas sediadas no exterior), que atuem nos setores industrial, comercial ou de prestação de serviços no Brasil, selecionados pela Gestora, e enquadrados nos Critérios de Elegibilidade e Condições de Aquisição, que vierem a ser cedidos ao Fundo. Os Direitos de Crédito são, necessariamente, performados, ou seja, independem de evento futuro para sua existência, liquidação e cobrança.
<b>Quantidade de Quotas Seniores da 13ª Série:</b>	1.350 (um mil, trezentas e cinquenta) Quotas Seniores da 13ª Série, já consideradas as Quotas Seniores do Lote Suplementar e as Quotas Seniores do Lote Adicional.
<b>Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores:</b>	R\$100.000,00 (cem mil reais).
<b>Montante da Oferta:</b>	R\$135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais).
<b>Valor Mínimo de Investimento:</b>	O valor de investimento equivalente a 1 (uma) quota, limitado ao valor mínimo de R\$100.000,00 (cem mil reais).
<b>Quantidade Mínima de Quotas Seniores a serem colocadas:</b>	Será admitida a distribuição parcial das Quotas Seniores, sendo que a manutenção da Oferta está condicionada à subscrição da quantidade mínima de 500 (quinhentas) Quotas Seniores, perfazendo o montante total de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).
<b>Quotas Seniores do Lote Suplementar:</b>	O Coordenador Líder, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, distribuirá um lote suplementar de Quotas Seniores de 15% (quinze por cento) da quantidade de Quotas Seniores inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Seniores do Lote Adicional), ou seja, de 150 (cento e cinquenta) Quotas Seniores.
<b>Quotas Seniores do Lote Adicional:</b>	A Administradora faz uso da faculdade prevista no parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400 e distribuirá um volume adicional de 20% (vinte por cento) da quantidade de Quotas Seniores inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Seniores do Lote Suplementar), ou seja, de 200 (duzentas) Quotas Seniores, sem a necessidade de aprovação em Assembléia Geral ou registro perante a CVM.

<b>Data de Emissão:</b>	É a data da primeira integralização de Quotas Seniores da 13ª Série.
<b>Amortização das Quotas Seniores da 13ª Série:</b>	Desde a Data de Emissão até o término do Período de Carência, as Quotas Seniores serão amortizadas trimestralmente, sempre no dia 10 (dez) do mês subsequente ao do encerramento de cada período de três meses contados da Data de Emissão, em valor correspondente aos rendimentos obtidos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária, sendo certo que a primeira amortização programada trimestral ocorrerá no dia 10 de outubro de 2011. A partir do 32º mês contado da Data de Emissão, serão realizadas 5 (cinco) amortizações programadas, no 32º, 33º, 34º, 35º e 36º mês. Para maiores informações sobre as amortizações programadas das Quotas Seniores da 13ª Série, vide seção “Amortizações Programadas” deste Prospecto Definitivo.
<b>Data de Resgate das Quotas Seniores da 13ª Série:</b>	É a data que coincidir com o término do prazo de 36 meses a contar da Data de Emissão.
<b>Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores da 13ª Série:</b>	127% da Taxa CDI. A Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores foi definida em Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução da CVM 400.
<b>Classificação de Risco das Quotas Seniores da 13ª Série:</b>	“brAA (sf)”.
<b>Prazo de Distribuição das Quotas Seniores:</b>	180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data de publicação do anúncio de início de Distribuição.
<b>Procedimento de Distribuição das Quotas Seniores:</b>	O Coordenador Líder, sob regime de melhores esforços, e a Administradora, sob o regime de garantia firme parcial e de melhores esforços, realizarão a distribuição pública das Quotas Seniores. Foi adotado o procedimento de leilão holandês em Procedimento de <i>Bookbuilding</i> para a distribuição, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas. Os pedidos serão atendidos na ordem cronológica de confirmação, de acordo com a disponibilidade de Quotas Seniores para subscrição. Para maiores informações sobre o procedimento de distribuição das Quotas Seniores, vide seção “Procedimento de Distribuição das Quotas Seniores” deste Prospecto Definitivo.
<b>Negociação:</b>	As Quotas Seniores serão registradas para negociação na CETIP (para distribuição primária, as referidas Quotas serão registradas na CETIP no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos e, para negociação no mercado secundário, no SF - Módulo de Fundos), a critério da Administradora, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados e que tiveram acesso ao Regulamento do Fundo e assinaram o Termo de Adesão.

**Forma de Subscrição e Integralização:**

No ato de subscrição das Quotas Seniores, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição, que também será assinado pela Administradora; (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas na forma prevista no anúncio de início da respectiva série, respeitadas as demais condições previstas no Regulamento; e (iii) indicará um representante responsável e seu respectivo endereço físico para correspondências e endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações enviadas pela Administradora nos termos do Regulamento.

**Aplicação dos Recursos pelo Fundo:**

Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão utilizados pelo Fundo na aquisição dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimentos, de composição, de diversificação da Carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.

**Público Alvo:**

Investidores Qualificados.

**Maiores Informações:**

Para maiores informações a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto Definitivo, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à sede da Administradora, à sede do Coordenador Líder ou à sede da Coordenadora Contratada, nos endereços indicados abaixo:

**GRADUAL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**  
Avenida Juscelino Kubitschek 50, 5º e 6º andares, Vila Nova Conceição,  
CEP 04543-011, São Paulo – SP  
[www.gradualinvestimentos.com.br/pdfs/PROSP\\_PREL\\_EXODUS%20I\\_250511\\_site2.pdf](http://www.gradualinvestimentos.com.br/pdfs/PROSP_PREL_EXODUS%20I_250511_site2.pdf)

**DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO**  
Avenida Brigadeiro Faria Lima 3900, 13º, 14º e 15º andares  
CEP 04538-132, São Paulo – SP  
<http://www.db.com/brazil/pt/content/768.html>

**RIO BRAVO INVESTIMENTOS – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**  
Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 3º andar  
CEP 04551-065, São Paulo - SP  
<http://www.riobravo.com.br/hedge/index.htm>

**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM**  
Rua Sete de Setembro, nº 111, Rio de Janeiro – RJ, ou  
Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares, São Paulo - SP  
[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS**  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663 1º andar, Jardim Paulistano  
CEP 01452-001, São Paulo – SP, ou  
Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar  
Rio de Janeiro - RJ  
[www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)

## DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES

### *Relação entre a Administradora e o Custodiante*

Na data deste Prospecto Definitivo, a Administradora e o Custodiante não mantinham nenhum relacionamento comercial e/ou relações societárias além daqueles descritos neste Prospecto Definitivo e do relacionamento existente em razão de a Administradora ser administradora de outros fundos de investimento em direitos creditórios que têm como custodiante o Custodiante.

### *Relação entre a Administradora e a Gestora*

Na data deste Prospecto Definitivo, a Administradora e a Gestora não mantinham nenhum relacionamento comercial e/ou relações societárias além daqueles descritos neste Prospecto Definitivo e do relacionamento existente em razão de a Gestora ter sido contratada para prestar serviços de gestão em outros fundos de investimento também administrados pela Administradora.

### *Relação entre a Administradora e a Empresa de Auditoria*

Na data deste Prospecto Definitivo, a Administradora e a Empresa de Auditoria não mantinham nenhum relacionamento comercial e/ou relações societárias além daqueles descritos neste Prospecto Definitivo e do relacionamento existente em razão de a Empresa de Auditoria ter sido contratada para prestar serviços de auditoria em outros fundos de investimento também administrado pela Administradora.

### *Relação entre a Administradora e a Agência de Classificação de Risco*

Na data deste Prospecto Definitivo, a Administradora e a Agência de Classificação de Risco não mantinham nenhum relacionamento comercial e/ou relações societárias além daqueles descritos neste Prospecto Definitivo e do relacionamento existente em razão de a Agência de Classificação de Risco ter sido contratada para prestar serviços de classificação de risco em outros fundos de investimento também administrados pela Administradora.

### *Relação entre a Administradora e a Coordenadora Contratada*

Na data deste Prospecto Definitivo, a Administradora e a Coordenadora Contratada não mantinham nenhum relacionamento comercial e/ou relações societárias além daqueles descritos neste Prospecto Definitivo.

### *Contratos celebrados entre a Administradora e os demais Prestadores de Serviço do Fundo*

Fundo	Serviço	Prazo	Valor
FIDC EXODUS I	Custódia, controladoria e escrituração de quotas	2005 -2011	0,2% aa sobre o PL
FIDC EXODUS III BRZ	Custódia, controladoria, escrituração de quotas	2007-2011	0,2% aa sobre o PL
FIDC EXODUS MASTER	Custódia, controladoria, escrituração de quotas	2010-2011	0,2%aa sobre o PL

Prestador de serviço: Gestora – SRM Consultoria e Administração de Recursos e Finanças Ltda.

<b>Fundo</b>	<b>Serviço</b>	<b>Prazo</b>	<b>Valor</b>
FIDC EXODUS I	Gestora	2008-2011	1% aa sobre o PL
FIDC EXODUS III BRZ	Consultoria Especializada	2007-2011	1% aa sobre o PL
FIDC BANDEIRANTE	Consultoria Especializada	2010-2011	1% aa sobre o total de direitos de crédito
FIDC EXODUS MASTER	Gestora	2010-2011	1% aa sobre o PL

Prestador de serviço: KPMG Auditores Independentes

<b>Fundo</b>	<b>Serviço</b>	<b>Prazo</b>	<b>Valor</b>
FIDC EXODUS I	Auditoria	2007 –2011	19.000,00
FIDC EXODUS III BRZ	Auditoria	2007 –2011	19.000,00
FIDC BANDEIRANTE	Auditoria	2010 –2011	19.000,00
FIDC EXODUS MASTER	Auditoria	2010 –2011	19.000,00

Prestador de Serviço: Standard & Poor's Rating Services

<b>Fundo</b>	<b>Serviço</b>	<b>Prazo</b>	<b>Valor</b>
FIDC EXODUS I	Rating	2008 - 2011	US\$ 20.000.00
FIDC EXODUS III BRZ	Rating	2011	US\$ 20.000.00
FIDC BANDEIRANTE	Rating	2010- 2011	US\$ 20.000.00

#### **CONFLITO DE INTERESSES**

Não há conflito de interesses entre as partes envolvidas nos processos de originação, distribuição, custódia, gestão e administração do Fundo.

## PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SENIORES

*Observadas as disposições da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e a Administradora deverão realizar a distribuição pública das Quotas Seniores, conforme plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, fixado nos seguintes termos:*

### **MONTANTE TOTAL DA OFERTA E REGIME DE DISTRIBUIÇÃO**

O Fundo está realizando uma oferta para distribuição pública de 1.350 (um mil, trezentas e cinquenta) Quotas Seniores da 13ª Série, todas com Valor Unitário de Emissão de R\$100.000,00 (cem mil reais) na Data de Emissão, perfazendo o montante total de até R\$135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais), já consideradas as Quotas Seniores do Lote Adicional e as Quotas Seniores do Lote Suplementar. O Coordenador Líder e a Administradora realizarão a distribuição pública das Quotas Seniores do Fundo em mercado de balcão não organizado, sendo que a distribuição das Quotas Seniores pelo Coordenador Líder será realizada sob o regime de melhores esforços de colocação e a distribuição das Quotas Seniores pela Administradora será realizada sob o regime de garantia firme parcial e de melhores esforços de colocação. Nos termos do Contrato de Distribuição, a Administradora prestou garantia firme parcial de colocação das Quotas Seniores, obrigando-se a subscrever e integralizar até 250 (duzentas e cinquenta) Quotas Seniores que porventura não forem colocadas junto aos Investidores Qualificados até o final do Prazo de Distribuição, pelo Valor Unitário de Emissão, desde que seja observada uma meta de rentabilidade mínima para as Quotas Seniores de 110% (cento e dez por cento) da Taxa CDI.

As Quotas Seniores do Lote Adicional e as Quotas Seniores do Lote Suplementar serão distribuídas pelo Coordenador Líder e/ou pela Administradora em regime de melhores esforços.

Adicionalmente à garantia firme parcial prestada pela Administradora, o Coordenador Líder e a Administradora se comprometem a envidar seus melhores esforços para a colocação integral das Quotas Seniores da 13ª Série junto a Investidores Qualificados. No entanto, não há garantia de que as Quotas Seniores sejam integralmente colocadas até o final do Prazo de Distribuição.

Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja constatado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Quotas Seniores inicialmente ofertada, não será permitida a participação de Pessoas Vinculadas.

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e a Administradora realizarão a Oferta conforme o plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes do Coordenador Líder e da Administradora, e (iii) que os representantes de venda do Coordenador Líder e da Administradora recebam previamente exemplares do Prospecto para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelo Coordenador Líder e pela Administradora. O plano de distribuição foi fixado nos seguintes termos:

- (i) após o protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM e anteriormente à concessão de tal registro, foram realizadas apresentações para potenciais investidores (*Road show*), durante as quais serão distribuídos exemplares do Prospecto Preliminar;
- (ii) os materiais publicitários ou documentos de suporte às apresentações para potenciais investidores eventualmente utilizados foram submetidos à aprovação prévia da CVM, nos termos do artigo 50 da Instrução CVM 400, ou encaminhados à CVM previamente à sua utilização, nos termos do parágrafo 5º do artigo 50 da Instrução CVM 400, respectivamente;
- (iii) não existiram reservas antecipadas ou fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo a Oferta efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*;

- (iv) o público alvo da Oferta é composto por Investidores Qualificados; e
- (v) encerrado o Procedimento de *Bookbuilding*, o Coordenador Líder e a Administradora consolidaram as propostas dos investidores para subscrição das Quotas Seniores.

Para determinação da Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores foi adotado o Procedimento de *Bookbuilding*, organizado pelo Coordenador Líder, por meio da coleta de intenções de investimento, observadas as seguintes disposições:

- (i) participaram do Procedimento de *Bookbuilding* o Coordenador Líder, a Administradora e os investidores que vierem a ser por eles convidados;
- (ii) o Coordenador Líder e a Administradora enviaram aos Investidores correspondência solicitando, no prazo determinado pelo Coordenador Líder, a apresentação de propostas firmes de compra das Quotas Seniores, que foram discriminadas em função da meta de rentabilidade prioritária;
- (iii) no prazo determinado pelo Coordenador Líder na correspondência a que se refere o item “ii” acima, os investidores deveriam apresentar suas propostas ao Coordenador Líder e à Administradora;
- (iv) a Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores apurada no Procedimento de *Bookbuilding* foi equivalente à menor das taxas oferecidas pelos Investidores para lotes de Quotas Seniores cujo somatório seja igual ou superior ao número total de Quotas Seniores distribuídas na Oferta;
- (v) as ofertas com remuneração inferior à Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores seriam integralmente atendidas, e as ofertas com remuneração igual à Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores estariam sujeitas a rateio, em função do número total de Quotas Seniores;
- (vi) a Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores máxima correspondia a 127% (cento e vinte e sete por cento) da Taxa CDI;
- (vii) os investidores que tiveram suas ordens aceitas pelo Coordenador Líder foram comunicados pelo Coordenador Líder por meio de correspondência eletrônica (e-mail), que descrevia o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, com a definição da Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores e o número de Quotas Seniores a serem subscritas pelo investidor; e
- (viii) os investidores que não tiveram suas ordens aceitas pelo Coordenador Líder foram comunicados pelo Coordenador Líder por meio de correspondência eletrônica (e-mail), que descrevia o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, com a definição da Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores.

#### **INÍCIO E ENCERRAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS**

A colocação e subscrição das Quotas Seniores somente terá início após: (i) o registro da Oferta na CVM; (ii) a publicação do anúncio de início; e (iii) a divulgação deste Prospecto Definitivo da Oferta aos investidores.

As Quotas Seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data de publicação do anúncio de início relativo à Oferta (“Prazo de Distribuição”). A distribuição das Quotas Seniores será encerrada ao final do Prazo de Distribuição, quando se dará a publicação do anúncio de encerramento. O prazo de colocação poderá ser prorrogado, mediante aprovação da CVM, nos termos do artigo 9º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 356.

## NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

As Quotas Seniores serão registradas para negociação na CETIP (para distribuição primária, as quotas serão registradas na CETIP no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos e, para negociação no mercado secundário, no SF – Módulo de Fundos), a critério da Administradora, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados e que tiverem acesso ao Regulamento do Fundo e assinaram o Termo de Adesão.

Na hipótese de negociação de Quotas, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriturador somente após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

## DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO

Os custos de distribuição das Quotas, referentes à comissão de colocação, custo de classificação de risco, assessores legais e despesas com publicações e divulgação da Oferta, dentre outros, serão de exclusiva responsabilidade do Fundo.

A tabela a seguir demonstra os custos estimados da distribuição das Quotas Seniores a serem suportados pelo Fundo:

Custos da Distribuição	Montante (R\$)	% em relação ao valor Total da Oferta
Taxa de registro na CVM	82.870,00	0,06%
Taxa de registro na ANBIMA	10.000,00	0,01%
Taxa de registro na CETIP	10.000,00	0,01%
Assessoria Jurídica	100.000,00	0,07%
Custos de Classificação de Risco	50.000,00	0,04%
Custos com Cartório	20.000,00	0,01%
Despesas com Publicidade	50.000,00	0,04%
Comissão de Estruturação e Distribuição <i>Upfront</i> * ***	675.000,00	0,50%
Comissão de Sucesso** ***	1.872.502,00	1,39%
<b>Total</b>	<b>2.870.372,00</b>	<b>2,13%</b>

\* Nos termos do Contrato de Distribuição: (a) o Coordenador Líder fará jus ao recebimento de uma comissão de colocação, no valor correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o montante total das Quotas Seniores da 13ª Série efetivamente colocadas junto a seus clientes (“Comissão de Estruturação e Distribuição *Upfront*”); e (b) a Administradora fará jus ao recebimento de uma comissão de colocação, no valor correspondente a (i) 100% (cem por cento) da Comissão de Estruturação e Distribuição *Upfront* e (ii) 33% (trinta e três por cento) da Comissão de Sucesso (conforme definida abaixo) sobre o montante total das Quotas Seniores da 13ª Série efetivamente colocadas pela Administradora junto a seus clientes (“Comissão de Distribuição da Administradora”).

\*\* O Coordenador Líder, além da Comissão de Estruturação e Distribuição *Upfront*, também fará jus ao recebimento de uma comissão de sucesso, a ser paga em 4 parcelas, conforme segue: (i) 1ª parcela, no valor correspondente a 0,3394% (zero vírgula três mil, trezentos e noventa e quatro por cento) sobre o montante total das Quotas Seniores efetivamente colocadas, a ser paga em 1º de agosto de 2011; (ii) 2ª parcela, no valor correspondente a 0,3443% (zero vírgula três mil, quatrocentos e quarenta e três por cento) sobre o montante total das Quotas Seniores efetivamente colocadas, a ser paga em 1º de setembro de 2011; (iii) 3ª parcela, no valor correspondente a 0,3491% (zero vírgula três mil, quatrocentos e noventa e um por cento) sobre o montante total das Quotas Seniores efetivamente colocadas, a ser paga em 1º de outubro de 2011; e (iv) 4ª parcela, no valor correspondente a 0,3542% (zero vírgula três mil, quinhentos e quarenta e dois por cento) sobre o montante total das Quotas Seniores efetivamente colocadas, a ser paga em 1º de novembro de 2011 (“Comissão de Sucesso”).

\*\*\* Considerando a colocação integral das Quotas Seniores, incluindo a colocação das Quotas Seniores do Lote Adicional e das Quotas Seniores do Lote Suplementar



## **CRONOGRAMA DA OFERTA**

A Oferta terá o seguinte cronograma tentativo:

<b>Evento</b>	<b>Data Estimada<sup>(1)</sup></b>
Protocolo dos documentos na CVM	25 de maio de 2011
Disponibilização do Prospecto Preliminar	25 de maio de 2011
Publicação do aviso ao mercado	26 de maio de 2011
Início das apresentações sobre a Oferta ( <i>roadshow</i> )	03 de junho de 2011
Encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	11 de julho de 2011
Obtenção do registro da Oferta	15 de julho de 2011
Disponibilização do Prospecto Definitivo	15 de julho de 2011
Publicação do anúncio de início	18 de julho de 2011
Liquidação financeira	18 de julho de 2011
Publicação do anúncio de encerramento	19 de julho de 2011

<sup>(1)</sup> As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações, atrasos e/ou adiamentos, sem aviso prévio, a critério da Administradora.

## **DISTRIBUIÇÃO PARCIAL**

Será admitida a distribuição parcial das Quotas Seniores desta Oferta, sendo que a manutenção da Oferta está condicionada à subscrição da quantidade mínima de 500 (quinhentas) Quotas Seniores da 13ª Série de Quotas Seniores, perfazendo o montante total de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Caso ocorra a distribuição parcial aqui referida, as Quotas Seniores que não forem efetivamente subscritas e integralizadas no Prazo de Distribuição serão canceladas pela Administradora.

Não sendo realizada a distribuição da quantidade mínima de Quotas Seniores estabelecida acima, a Oferta será imediatamente cancelada pela Administradora, que deverá comunicar imediatamente os investidores sobre o cancelamento da Oferta, mediante publicação de aviso no Periódico. Nesse caso, os valores até então integralizados pelos Quotistas serão devolvidos pela Administradora, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da publicação do aviso, sem nenhum acréscimo ou correção.

## **MODIFICAÇÃO DA OFERTA**

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, que acarrete aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores. Em caso de revogação da Oferta os atos de aceitação anteriores ou posteriores tornar-se-ão sem efeito, sendo que os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora sem juros ou correção monetária, no prazo de 3 (três) Dias Úteis, contados da referida comunicação.

A modificação será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do anúncio de início. A Administradora deverá acautelar-se e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Tendo sido deferida a modificação da Oferta, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias.

Na hipótese de modificação ou revogação da Oferta, a Administradora comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação da Administradora. A manutenção da aceitação da Oferta será presumida em caso de silêncio do investidor.

Em caso de desistência da aceitação da Oferta pelo investidor, os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora sem juros ou correção monetária, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da referida comunicação.

## **CARACTERÍSTICAS DO FUNDO**

*As informações contidas nesta seção foram retiradas do Regulamento, que é um documento anexo ao presente Prospecto Definitivo. Recomenda-se ao potencial investidor a leitura cuidadosa do Regulamento antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo.*

### **O FUNDO**

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas somente poderão ser resgatadas: (i) na Data de Resgate de cada série ou classe de Quotas; (ii) por deliberação especial da Assembléia Geral; (iii) ou em virtude de sua liquidação antecipada.

O prazo de duração do Fundo é indeterminado.

O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral, observado o previsto nos Capítulos XVIII e XXI do Regulamento.

A última versão do Regulamento do Fundo foi registrada no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, em 29 de janeiro de 2010, sob o nº 3.421.171.

O Fundo caracteriza-se por ser “multi-cedente” e “multi-sacado”, ou seja, é um Fundo voltado à aquisição de Direitos de Crédito de diferentes empresas, e de diferentes devedores, desde que tais Direitos de Crédito sejam originados por empresas com sede no país, que atuem nos setores industrial, comercial ou de prestação de serviços. O Fundo tem como objetivo identificar Direitos de Créditos disponíveis no mercado, selecionando para sua carteira aqueles com menor risco de crédito e maior rentabilidade. Os Direitos de Crédito só são adquiridos pelo Fundo após aprovação formal da Gestora.

Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo têm como devedor final preponderantemente empresas do segmento industrial, as quais representam, no mínimo, 50% do Patrimônio Líquido do Fundo. Os 50% remanescentes do patrimônio líquido são investidos em Direitos de Crédito originários dos setores de comércio e de serviços, e subsidiariamente em moeda corrente nacional, títulos públicos de emissão do tesouro nacional ou do BACEN, e outras operações lastreadas nos títulos públicos acima mencionados, conforme a seção “*Política de Investimento e Composição da Carteira*” deste Prospecto Definitivo.

Todos os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo contam com co-obrigação da Cedente, independente da qualidade do sacado.

### **BASE LEGAL**

O Fundo tem como base legal a Resolução CMN 2.907 e a Instrução CVM 356.

### **PÚBLICO ALVO**

O Fundo é destinado a Investidores Qualificados, conforme a legislação da CVM em vigor.

### **APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

Os recursos provenientes da presente Oferta serão utilizados, pelo Fundo, prioritariamente, para a aquisição dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimentos, de composição, de diversificação da Carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.

O objetivo da presente captação é assegurar que o crescimento do Fundo ocorra sem aumento de risco da Carteira.

## OBJETIVO DE INVESTIMENTO

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação de sua Carteira, a valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo: (i) de Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito; e (ii) de Ativos Financeiros.

Cada série de Quotas Seniores e cada classe de Quotas Mezanino do Fundo tem características específicas, inclusive com relação à meta de rentabilidade das Quotas, de acordo com as características da emissão, prazo de duração, condições de mercado, entre outros fatores.

## POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos no Regulamento e na legislação e regulamentação aplicáveis, observado ainda que:

- (i) o total de coobrigação e de cessão de créditos de qualquer Cedente, conforme previsto no respectivo Contrato de Cessão, não poderá exceder 7% (sete por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ou R\$3.000.000,00 (três milhões de reais);
- (ii) o total de obrigação de cada sacado não poderá ser superior a 2,5% (dois e meio por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ou R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais);
- (iii) os Direitos de Crédito representados por duplicatas devem representar no mínimo 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (iv) os Direitos de Crédito representados por cheques devem representar no máximo 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- (v) os Direitos de Crédito deverão ser lastreados em operações dos setores listados abaixo, de acordo com os seguintes limites:

Setor	Mínimo (%Patrimônio Líquido)	Máximo (%Patrimônio Líquido)
Industrial	50%	100%
Comercial	0%	50%
Prestação de Serviços	0%	30%

Os limites de concentração estabelecidos acima deverão ser verificados pela Gestora e observados com relação ao grupo econômico da Cedente, incluindo desta forma, seu controlador, sociedades por ele direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum, incluindo empresas controladas por pessoas físicas com grau de parentesco até segundo grau com a Cedente (“Grupo Econômico”).

Caso por qualquer motivo aconteça o desenquadramento do Fundo aos limites de concentração estabelecidos acima, a Gestora deverá observar os seguintes procedimentos para reenquadramento dos limites de concentração, enquanto estes não constituírem Evento de Avaliação:

- (i) as aquisições de Direitos de Crédito deverão buscar minimizar o desenquadramento da Carteira do Fundo; e
- (ii) as aquisições deverão ser tais que não resultem em agravamento do desenquadramento existente e/ou ocasione qualquer outro desenquadramento da Carteira do Fundo.

Os percentuais e limites referidos acima serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior.

O quadro a seguir apresenta um resumo das modalidades de investimento e dos limites de composição da Carteira do Fundo:

<b>Composição da Carteira e Percentual Máximo em Relação ao Patrimônio Líquido</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>
• Direitos de Crédito	50%	100%
• Direitos de Crédito dos Segmentos Comercial e de Prestação de Serviços	0%	50%
• Moeda corrente nacional	0%	50%
• Títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN	0%	50%
• Operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos acima mencionado	0%	50%

O Fundo não poderá realizar aplicações em Direitos de Crédito originados ou devidos pela Administradora e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

O Fundo poderá realizar operações em mercado de derivativos, em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e futuros, exclusivamente na modalidade com garantia, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

#### **CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO**

O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na Data de Aquisição e Pagamento, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade (“Críticos de Elegibilidade”):

- (i) devem ser representados por duplicatas, cheques ou notas promissórias originados por empresas com sede no país (independentemente de terem como sócios diretos ou indiretos pessoas físicas ou jurídicas sediadas no exterior), que atuem no setores industrial, comercial ou de prestação de serviços no Brasil;
- (ii) as Cedentes dos Direitos de Crédito devem ser pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- (iii) os prazos de vencimento dos Direitos de Crédito devem ser de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da formalização da respectiva cessão não podendo ser posterior à última data de vencimento das Quotas Seniores em circulação, sendo que o prazo médio ponderado da Carteira do Fundo não poderá exceder 65 (sessenta e cinco) dias, calculado *pro forma* antes da aquisição pretendida; e
- (iv) devem observar os limites mínimos e máximos de concentração com relação à Carteira do Fundo e ao Patrimônio Líquido, conforme disposto no Artigo 21 do Regulamento, calculado *pro forma* antes da aquisição pretendida, exceto com relação aos Grupos Econômicos que serão verificados pela Gestora, conforme o disposto no Parágrafo 1º do Artigo 21 do Regulamento.

A verificação do enquadramento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade será de responsabilidade do Custodiante.

A Gestora será a única responsável pela análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, observando a política de concessão de crédito e as Condições de Aquisição descritas abaixo. A Gestora ficará responsável ainda por confirmar à Administradora e ao Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão, o atendimento do Direito de Crédito adquirido às Condições de Aquisição e a enviar à Administradora e ao Custodiante a relação dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo para que o Custodiante proceda à verificação do enquadramento de tais Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade previamente à sua aquisição pelo Fundo.

Sem prejuízo do estabelecido acima, a Gestora deverá ofertar ao Fundo Direitos de Crédito que atendam às seguintes condições (“Condições de Aquisição”):

- (i) os Direitos de Crédito devem ter sido originados e formalizados de acordo com a política de concessão de crédito da Gestora constante do Anexo IV do Regulamento;
- (ii) os Direitos de Crédito devem estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;
- (iii) os sacados não devem apresentar apontamentos junto ao Serasa, SPC e/ou Equifax quanto a cheques sem fundos, execuções judiciais, exceto execuções fiscais, falência e recuperação judicial decretada. Excepcionalmente, a Gestora poderá ofertar ao Fundo Direitos de Crédito oriundos de sacados que apresentem protestos, e/ou execução judicial desde que a soma dos valores relativos a estas pendências não superem o montante equivalente a 5% (cinco por cento) do capital social do sacado;
- (iv) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito de sacados inadimplentes se o total de Direitos de Crédito inadimplidos acima de 60 (sessenta) dias representar mais do que 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido;
- (v) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito originados de operações de recompra acima do valor total equivalente a 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (vi) o Fundo poderá comprar Direito de Crédito de Cedentes que possuam Direitos de Crédito vencidos e não pagos acima de 60 (sessenta) dias, desde que o saldo devedor deste Cedente não represente mais do que 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (vii) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito de Cedentes cujo índice de Direitos de Crédito liquidados parcialmente for superior a 10% (dez por cento) nos últimos 12 (doze) meses;
- (ix) o somatório do valor total de Direitos de Crédito oriundos dos 10 (dez) maiores Cedentes deverá ser igual ou inferior a 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido;
- (x) o somatório do valor total de Direitos de Crédito oriundos dos 4 (quatro) maiores Cedentes deverá ser igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido;
- (xi) devem observar a taxa mínima de cessão;
- (xii) o respectivo sacado não esteja em processo de falência ou recuperação judicial; e
- (xiii) a Cedente deverá ter declarado que (i) não utiliza trabalho escravo e infantil; (ii) possui todas as licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, inclusive todas as licenças ambientais.

#### **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O Patrimônio Líquido do Fundo corresponderá ao somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, apurados na forma do Capítulo XVI do Regulamento, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas nos Artigos 60 e 61 do Regulamento.

Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, das Cedentes, dos sacados e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido.

## DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para preservação de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas, não estando a Administradora, a Gestora ou o Custodiante de qualquer forma obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. A Administradora, a Gestora e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos, que tenham sido incorridos pelo Fundo em face de terceiros ou das Cedentes, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Quotistas, observado o disposto no parágrafo abaixo.

As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à preservação dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite do valor das Quotas Subordinadas em circulação. A parcela que exceder a este limite deverá ser previamente aprovada pelos titulares das Quotas Seniores em Assembléia Geral convocada especialmente para esse fim e, se for o caso, será por eles aportada diretamente ao Fundo por meio da subscrição e integralização de série de Quotas Seniores específica, considerando o valor da participação de cada titular de Quotas Seniores no valor total das Quotas em circulação, na data da respectiva aprovação. Os recursos aportados ao Fundo pelos Quotistas serão reembolsados por meio do resgate ou amortização da respectiva série de Quotas Seniores específica, de acordo com os procedimentos previstos no Regulamento.

Observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento referido acima; e (ii) da assunção, pelos Quotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. A Administradora, a Gestora e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à preservação de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto.

Todos os valores aportados pelos Quotistas ao Fundo nos termos acima deverão ser feitos em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte e de forma que o Fundo receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o Fundo possa honrar integralmente com suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas (“Encargos do Fundo”):

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- (iv) honorários e despesas devidos à contratação dos serviços da Empresa de Auditoria;
- (v) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;

- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- (ix) taxas de custódia dos ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (x) despesas com a contratação da Agência de Classificação de Risco;
- (xi) despesas de registro do Fundo em bolsa de valores e mercado de balcão organizado, conforme a legislação aplicável;
- (xii) despesas, emolumentos e comissões incorridos com a abertura e manutenção da Conta de Arrecadação e da Conta do Fundo; e
- (xiii) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos, na forma do inciso I do artigo 31 da Instrução CVM 356.

Quaisquer despesas não previstas acima como Encargos do Fundo correrão por conta da Administradora.

#### **TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**

A Administradora e a Gestora receberão, pela prestação de serviços ao Fundo, a título de taxa de administração, o percentual anual de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado e provisionado diariamente e pago mensalmente (“Taxa de Administração”), conforme a seguinte fórmula:

$$TA = ((tx + RG)/252) \times PL(D-1)$$

onde:

**TA:** Taxa de Administração;

**tx:** 0,5% (meio por cento);

**PL(D-1):** Patrimônio Líquido do Fundo no dia útil imediatamente anterior à data de pagamento; e

**RG:** Remuneração da Gestora de 1% (um por cento) ao ano

O valor mínimo mensal da Taxa de Administração será de R\$5.000,00 (cinco mil reais).

A Taxa de Administração será paga no quinto dia útil do mês subsequente à sua apuração e provisionamento. O Fundo pagará diretamente à Gestora a parcela da Taxa de Administração que lhe cabe.

O Fundo não cobrará taxa de performance.

#### **ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS**

Diariamente, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a ocorrência de um Evento de Liquidação, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (i) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (ii) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;



- (iii) devolução aos titulares das Quotas Seniores dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Artigo 54 do Regulamento, por meio do resgate ou amortização da emissão de Quotas específica;
- (iv) devolução aos titulares das Quotas Mezanino dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Artigo 54 do Regulamento, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas específica;
- (v) provisionamento de recursos para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (vi) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

Na ocorrência de um Evento de Liquidação e, enquanto tal evento permanecer em curso, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (i) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (ii) devolução aos titulares das Quotas Seniores dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Artigo 54 do Regulamento, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas específica;
- (iii) devolução aos titulares das Quotas Mezanino dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Artigo 54 do Regulamento, por meio do resgate ou amortização da emissão de Quotas específica;
- (iv) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (v) provisionamento de recursos para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (vi) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

## CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS

### FORMA E ESPÉCIE

As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

As Quotas constituem frações ideais do patrimônio do Fundo e serão divididas em três classes, sendo uma classe de Quotas Seniores, uma de Quotas Mezanino e uma de Quotas Subordinadas.

### EMIÇÃO DE QUOTAS SENIORES

O Fundo poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, observado que:

- (i) nenhum Evento de Liquidação tenha ocorrido ou caso algum Evento de Avaliação esteja em vigor;
- (ii) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º do Regulamento;
- (iii) a Administradora obtenha manifestação favorável à emissão de novas Quotas Seniores dos Quotistas detentores da totalidade das Quotas Mezanino e Subordinadas em circulação, exceto se a referida emissão ocorrer a partir de 4 (quatro) meses de antecedência da Data de Resgate de qualquer série de Quotas Seniores e que seja condicionada à emissão de Quotas Mezanino, no mínimo, na mesma proporção da emissão vigente;
- (iv) o Fundo não esteja em desacordo com sua Razão de Garantia, alocação mínima de Direitos de Crédito nos termos do Artigo 22 do Regulamento e com o Índice de Liquidez; e
- (v) nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação esteja em curso.

As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (i) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Mezanino e às Quotas Subordinadas, observado o disposto no Regulamento;
- (ii) Valor Unitário de Emissão a ser fixado em R\$100.000,00 (cem mil reais);
- (iii) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 45 do Regulamento; e
- (iv) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto.

O valor total das Quotas Seniores será equivalente ao somatório do valor das Quotas Seniores de cada série, ou o produto da divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Quotas Seniores, dos dois o menor.

Caso as Quotas Seniores emitidas pelo Fundo forem parcialmente distribuídas, o saldo das Quotas Seniores não colocados no mercado será automaticamente cancelado.

### EMIÇÃO DE QUOTAS MEZANINO

As Quotas Mezanino dividem-se em três classes (sendo denominadas individualmente “Quotas Subordinadas Mezanino Classe A”, “Quotas Subordinadas Mezanino Classe B” e “Quotas Subordinadas Mezanino Classe C”, e conjuntamente, “Quotas Mezanino”). O Fundo poderá criar e emitir novas classes de Quotas Mezanino, observado que:

- (i) o Regulamento do Fundo seja devidamente alterado e levado a registro na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º do Regulamento;

- (ii) nenhum Evento de Liquidação tenha ocorrido ou caso algum Evento de Avaliação esteja em vigor;
- (iii) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º do Regulamento; e
- (iv) após a 1ª Emissão de Quotas Mezanino, a Administradora deverá obter manifestação favorável à emissão de novas Quotas Mezanino dos Quotistas detentores da totalidade das Quotas Subordinadas em circulação.

As Quotas Mezanino da Classe A, B e C têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (i) subordinam-se às Quotas Seniores e têm prioridade em relação às Quotas Subordinadas para fins de amortização e/ou resgate, observado o disposto no Regulamento;
- (ii) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em circulação quando da sua emissão;
- (iii) Valor Unitário de Emissão a ser fixado em R\$100.000,00 (cem mil reais);
- (iv) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no *caput* do Artigo 46 do Regulamento;
- (v) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Mezanino corresponderá 1 (um) voto; e
- (vi) não apresentam relação de subordinação entre si para fins de amortização e/ou resgate, observado o disposto no Regulamento, sendo expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Mezanino, exceção feitas às condições estabelecidas expressamente nos respectivos Suplementos.

#### **EMIÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS**

O Fundo poderá emitir quotas subordinadas júnior (“Quotas Subordinadas”), a serem colocadas em uma ou mais distribuições, podendo ser mantido em circulação um número indeterminado de Quotas Subordinadas.

As Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações, conforme abaixo:

- (i) subordinam-se às Quotas Seniores e às Quotas Mezanino para efeito de amortização e resgate observado o disposto no Regulamento;
- (ii) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino em circulação, admitindo-se o resgate em Direitos de Crédito;
- (iii) Valor Unitário de Emissão de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na 1ª emissão de Quotas Subordinadas, sendo as Quotas Subordinadas emitidas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado com base na alínea (d) abaixo;
- (iv) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no parágrafo único do Artigo 46 do Regulamento; e
- (v) cada Quota Subordinada corresponderá a 1 (um) voto e terá direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, exceto aquelas que deliberarem a respeito da ocorrência de Eventos de Liquidação ou de Avaliação do Fundo, ou que deliberarem a respeito do descumprimento pela Gestora das suas obrigações estabelecidas no Regulamento.

## **EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS**

As Quotas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 45 e 46 do Regulamento, conforme o caso, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo (valor da Quota de  $D + 1$ ), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista. Os Investidores Qualificados poderão efetuar aplicações de recursos no Fundo diretamente com a Administradora, observado o disposto no Capítulo VII do Regulamento e as normas e regulamentos aplicáveis.

Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar o Termo de Adesão ao Regulamento, e indicar um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pela Administradora nos termos do Regulamento.

No ato de subscrição de Quotas Seniores e de Quotas Mezanino, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição (que também será assinado pela Administradora), e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas na forma prevista no anúncio de início de distribuição da respectiva emissão de Quotas, respeitadas as demais condições previstas no Regulamento.

O extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes do Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Não serão cobradas taxas de ingresso ou de saída pela Administradora.

A partir da 1ª Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores, seu respectivo valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor unitário da Quota Sênior no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período com base na meta de rentabilidade prioritária estabelecida para a série no respectivo Suplemento.

Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte do Fundo, da Administradora ou do Custodiante. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas.

A partir da 1ª Data de Emissão de cada classe de Quotas Mezanino, seu respectivo valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor unitário da respectiva classe de Quota Mezanino no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período com base na meta de rentabilidade prioritária estabelecida para a respectiva classe no respectivo Suplemento.

A partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, seu valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino em circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em circulação, na respectiva data de cálculo.

Em todo dia útil, após a incorporação dos resultados descritos no Artigo 45 do Regulamento nas Quotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da Carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas.

## AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE QUOTAS

As Quotas Seniores de cada série e as Quotas Mezanino distribuídas serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate.

O Fundo poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de Quotas Seniores e de qualquer classe de Quotas Mezanino a ser emitida, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento.

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 69 do Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, poderá ocorrer alterações nas Amortizações Programadas de uma ou mais séries específicas de Quotas Seniores e de uma ou mais classes de Quotas Mezanino em circulação, nas datas e valores a serem estipulados, desde que deliberado pela totalidade dos quotistas das classes e séries afetadas.

Os titulares das Quotas do Fundo não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Quotas em condições diversas das previstas no Regulamento.

A fim de viabilizar os pagamentos do Fundo, a Administradora deverá instruir o Custodiante a constituir uma Reserva de Amortização para pagamento das amortizações e resgates das Quotas (“Reserva de Amortização”). Para tanto, a Administradora e a Gestora deverão condicionar a aquisição de novos Direitos de Crédito ao cumprimento do cronograma abaixo.

A tabela abaixo mostra os valores que deverão compor a Reserva de Amortização (em percentual sobre o valor estimado das amortizações e resgates), conforme o número de dias a decorrer até as próximas Datas de Amortização e Resgates:

Número de dias corridos antes das Datas de Amortização ou da Data de Resgate	Percentual do valor futuro estimado das respectivas amortizações e resgates
45	50%
20	100%

A Administradora somente descontinuará os procedimentos descritos acima, quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos outros ativos que integram a Reserva de Amortização, líquidos de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente aos valores determinados conforme o cronograma acima.

A Administradora deverá manter no mínimo 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo alocado em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em Ativos Financeiros (“Reserva de Liquidez”).

A Administradora deverá calcular o Índice de Liquidez da Carteira do Fundo mensalmente, a ser definido como a razão entre: (i) Caixa + Ativos Financeiros + Direitos de Crédito de sacados adimplentes a vencer nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração; e (ii) as amortizações e encargos devidos pelo Fundo nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração (“Índice de Liquidez”).

Para fins de apuração, o Índice de Liquidez deverá ser maior ou igual a 1 (um), caso o Índice de Liquidez permaneça com valor menor a 1 (um) pelo período previsto na alínea (j) do Artigo 64 do Regulamento, a Administradora deverá tomar todas as providências relativas a ocorrência de um Evento de Liquidação.

Caso a relação entre as Quotas Subordinadas e as Quotas Mezanino seja superior a 38% (trinta e oito por cento) (“Excesso de Cobertura”), a Administradora poderá realizar a amortização parcial não programada das Quotas Subordinadas, até o do Excesso de Cobertura, mediante solicitação dos respectivos Quotistas, desde que a amortização não programada não desenquadre o limite mínimo estabelecido como Razão de Garantia no Artigo 62 do Regulamento.

Para fins do previsto acima, a Administradora deverá comunicar a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Quotas Subordinadas mensalmente, todo primeiro dia útil do mês.

O montante do Excesso de Cobertura não utilizado para fins de amortização de Quotas Subordinadas deverá integrar o Patrimônio Líquido do Fundo.

A amortização supra somente ocorrerá mediante o enquadramento do Fundo ao Índice de Liquidez, Reservas de Amortização e de Liquidez, alocação mínima dos Direitos de Crédito, conforme previsto no Artigo 21 do Regulamento, se nenhum Evento de Avaliação ou de Liquidação esteja em curso, e desde que o Fundo continue enquadrado após a amortização prevista.

Caso exista previsão de amortização das Quotas Seniores e das Quotas Mezaninos em um respectivo mês a Administradora deverá priorizar o pagamento das amortizações programadas das referidas Quotas em detrimento da amortização das Quotas Subordinadas.

As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, conforme previsto no Regulamento.

#### **AMORTIZAÇÕES PROGRAMADAS**

##### **Quotas Seniores da 13ª Série**

Desde a Data de Emissão até o término do Período de Carência, as Quotas Seniores serão amortizadas trimestralmente, sempre no dia 10 (dez) do mês subsequente ao do encerramento de cada período de três meses contados da Data de Emissão, em valor correspondente aos rendimentos obtidos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária, sendo certo que a primeira amortização programada trimestral ocorrerá no dia 10 de outubro de 2011. A partir do 32º mês contado da Data de Emissão, serão realizadas 5 (cinco) amortizações programadas, conforme indicado na tabela abaixo:

<b>1ª Amortização</b>	<b>2ª Amortização</b>	<b>3ª Amortização</b>	<b>4ª Amortização</b>	<b>5ª Amortização</b>
32º mês, contado da Data de Emissão.	33º mês, contado da Data de Emissão.	34º mês, contado da Data de Emissão.	35º mês, contado da Data de Emissão.	36º mês, contado da Data de Emissão.
1/5 do valor da quota.	1/4 do valor da quota.	1/3 do valor da quota.	1/2 do valor da quota.	100% do valor da quota.

As Amortizações Programadas das Quotas Seniores da 13ª Série serão realizadas no dia 10 (dez) dos respectivos meses de amortização ou, caso não seja um dia útil, no dia útil subsequente, sendo seu valor calculado com base no valor da Quota Sênior no último dia útil anterior à Data de Amortização.

#### **PAGAMENTO AOS QUOTISTAS**

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 69 do Regulamento, a Administradora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme os Artigos 45 e 46 do Regulamento, e (ii) após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, aos titulares das Quotas Subordinadas, nos montantes apurados conforme o Parágrafo Único do Artigo 46 do Regulamento.

A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

Os recursos depositados nas contas do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriitor, nas respectivas Datas de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 68 do Regulamento, em Direitos de Crédito.

Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um dia útil, a Administradora efetuará o pagamento no dia útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

#### **METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO**

Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos de Crédito devem ser registrados pelo valor efetivamente pago.

Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pela Administradora e aceitos pelo BACEN e pela CVM, e aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

Os ajustes dos valores dos Ativos Financeiros, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos no Regulamento, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Os Direitos de Crédito vencidos e não pagos deverão ser provisionados de acordo com o disposto no Plano Contábil, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou a sua constituição, limitada ao seu respectivo valor, observado o previsto no parágrafo abaixo.

As perdas e provisões relacionadas aos Direitos de Crédito adquiridos vencidos e não pagos serão suportados única e exclusivamente pelo Fundo e serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do CMN 2.682, de acordo com os percentuais a seguir indicados (“Percentual de Provisão”), em cada dia útil:

<b>Faixa</b>	<b>Período de Atraso</b>	<b>Percentual de Provisão sobre o Valor dos Direitos de Crédito adquiridos (antes de ser reduzido qualquer Valor Provisionado)</b>
A	atraso entre 0 e 14 dias	0,5%
B	atraso entre 15 e 30 dias	1%
C	atraso entre 31 e 60 dias	3%
D	atraso entre 61 e 90 dias	10%
E	atraso entre 91 e 120 dias	30%
F	atraso entre 121 e 150 dias	50%
G	atraso entre 151 e 180 dias	70%
H	atraso superior a 180 dias	100%

O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

A provisão para devedores duvidosos atingirá os demais Direitos de Créditos do mesmo devedor inadimplente, ou seja, será estabelecido um valor adicional de provisão, mesmo que ainda não conhecidas por se referirem a Direitos de Crédito a vencer, mas comuns ao mesmo devedor, ocorrendo, assim, o chamado “efeito vagão”.

## **ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA**

A Administradora verificará, todo dia útil se a Razão de Garantia é igual ou superior a 125% (cento e vinte e cinco por cento), sendo observados os procedimentos estabelecidos nos Artigos 63 e 50 do Regulamento.

Caso a Razão de Garantia seja inferior à Razão de Garantia estabelecida no parágrafo acima, a Administradora deverá comunicar os titulares de Quotas Subordinadas para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas.

Caso os titulares das Quotas Subordinadas decidam que não realizarão o aporte adicional de recursos indicado acima, ou não enviem resposta à Administradora em 30 (trinta) dias contados da comunicação da Administradora, a Administradora comunicará a Agência de Classificação de Risco do desenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, observado o Artigo 64, alínea (a) do Regulamento.

A relação entre as Quotas Subordinadas e o total de Quotas Subordinadas e Mezanino somadas deverá representar sempre no mínimo 62% (sessenta e dois por cento) (“Relação Mínima”).

Caso a relação mínima estipulada acima seja inferior a 62% (sessenta e dois por cento), a Administradora deverá comunicar os titulares de Quotas Subordinadas para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Relação Mínima, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas.

Caso os titulares das Quotas Subordinadas decidam que não realizarão o aporte adicional de recursos indicado acima, ou não enviem resposta à Administradora em 30 (trinta) dias contados da comunicação da Administradora prevista acima, a Administradora comunicará a Agência de Classificação de Risco do desenquadramento do Fundo à Relação Mínima, observado o Artigo 64, alínea (b) do Regulamento.



## LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

### EVENTOS DE AVALIAÇÃO

São considerados eventos de avaliação do Fundo (“Eventos de Avaliação”) quaisquer dos seguintes eventos:

- (i) caso a Razão de Garantia não seja observada por um período de 30 (trinta) dias consecutivos contado da data de recebimento da notificação de desenquadramento pelos Quotistas Subordinados;
- (ii) caso a Relação Mínima permaneça inferior a 62% (sessenta e dois por cento) por um período de 30 (trinta) dias consecutivos contado da data de recebimento da notificação de desenquadramento pelos Quotistas Subordinados;
- (iii) caso haja a redução do nível de classificação de risco de qualquer das séries ou classes de quotas em circulação em dois sub-níveis;
- (iv) caso o Fundo não observe por 30 (trinta) dias consecutivos os limites de concentração por sacado e/ou Cedente, por tipo de ativo ou por segmento estabelecidos no Artigo 21 do Regulamento;
- (v) caso as amortizações programadas de qualquer série ou de qualquer classe não sejam efetuadas nas datas estabelecidas;
- (vi) caso os Direitos de Crédito vencidos e não pagos por período superior a 60 (sessenta) dias consecutivos contado da sua data de vencimento atinjam 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (vii) caso haja alteração dos procedimentos de cessão de Direitos de Crédito e de cobrança adotados pela Gestora, sem prévia aprovação da Assembléia Geral;
- (viii) caso o limite de recompra exceda 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido em dois Relatórios de Monitoramento consecutivos ou quatro alternados em um período de 12 (doze) meses;
- (ix) caso o montante total de Direitos de Crédito pagos com atraso de até 30 (trinta) dias da sua data de vencimento, seja superior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo em dois Relatórios de Monitoramento consecutivos ou quatro alternados em um período de 12 (doze) meses; e
- (x) caso a Reserva de Amortização, a Reserva de Liquidez e o Índice de Liquidez não se encontrem enquadrados por mais que 15 (quinze) dias consecutivos.

Ocorrendo qualquer Evento de Avaliação, será convocada Assembléia Geral, nos termos do Capítulo XXI do Regulamento, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do respectivo Evento de Avaliação, podendo a Assembléia Geral deliberar (i) pela não liquidação do Fundo, ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembléia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembléia Geral, e aplicando-se o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 66 do Regulamento.

Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembléia Geral, a referida Assembléia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

### EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

São considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo (“Eventos de Liquidação”) quaisquer dos seguintes eventos:

- (i) cessação ou renúncia pela Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo previstos no Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Regulamento;

- (ii) cessação pelo Custodiante, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, nos termos do referido contrato; e
- (iii) cessação pela Gestora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão ou ainda em caso de alteração direta ou indireta no controle da Gestora.

Ocorrendo qualquer dos Eventos de Liquidação, a Administradora deverá dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo definidos abaixo.

Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral, a fim de que os Quotistas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas.

No caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, ficará assegurado o resgate antecipado das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas dissidentes.

Observada a deliberação da Assembléia Geral quanto a liquidação antecipada, o Fundo resgatará compulsoriamente todas as Quotas Seniores e, posteriormente, todas as Quotas Mezanino, em igualdade de condições entre os titulares de Quotas da mesma classe e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas de cada uma das referidas classes em circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (i) a Administradora liquidará todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta do Fundo;
- (ii) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo; e
- (iii) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XIX do Regulamento, a Administradora debitará a Conta do Fundo e procederá ao resgate antecipado das Quotas Seniores e, posteriormente, das Quotas Mezanino, até o limite dos recursos disponíveis.

Os recursos auferidos pelo Fundo nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 66 do Regulamento, serão utilizados para o pagamento das Obrigações do Fundo de acordo com a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XIX. Os procedimentos descritos no Parágrafo 4º do Artigo 66 do Regulamento somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino.

Após o resgate integral antecipado das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino conforme estabelecido no Artigo 66 do Regulamento, os titulares das Quotas Subordinadas poderão deliberar pela interrupção do processo de liquidação do Fundo e retomada de suas atividades.

Caso após 12 (doze) meses da data de ocorrência do Evento de Liquidação e observadas as deliberações da Assembléia Geral referida no Parágrafo 2º do Artigo 66 do Regulamento, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores e Mezanino, será constituído pelos titulares das Quotas em circulação um condomínio nos termos do artigo 1.314 e ss. do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio.

## **ASSEMBLÉIA GERAL**

### **COMPETÊNCIA**

Sem prejuízo das demais atribuições previstas no Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral, observados os respectivos quoruns de deliberação:

- (i) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (ii) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- (iii) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxas que tenham sido objeto de redução;
- (iv) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XVIII do Regulamento;
- (v) aprovar qualquer alteração do Regulamento e dos demais Documentos da Operação, observado o disposto na hipótese da alínea (c) do Parágrafo Único do Artigo 11 do Regulamento; e
- (vi) aprovar a substituição do Custodiante, da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos no Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

### **PROCEDIMENTO DE CONVOCAÇÃO**

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de aviso publicado no Periódico ou enviado por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral. Admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada conjuntamente com a primeira convocação.

A Assembléia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

A Assembléia Geral se instalará em primeira convocação com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Seniores em circulação, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Mezanino e Subordinadas, em conjunto, em circulação e, em segunda convocação, com Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Mezanino e das Quotas Subordinadas em circulação. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

A presidência da Assembléia Geral caberá à Administradora.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo abaixo, a Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria, da Gestora ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Ressalvado o disposto nos parágrafos abaixo e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas presentes à Assembléia Geral, observado o quorum mínimo estabelecido no Parágrafo 2º do Artigo 74 do Regulamento.

As matérias previstas nos itens (b), (c) e (d) do Artigo 72 do Regulamento, serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Quotas dos presentes.

A alteração das características, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas dependerá da aprovação (i) da Assembléia Geral; e (ii) dos titulares da totalidade das Quotas Mezanino e Subordinadas em circulação. Além disso, a alteração das seguintes matérias dependerá da aprovação dos titulares das Quotas Mezanino e Subordinadas:

- (i) as matérias previstas nos itens (e) e (f) do Artigo 72 do Regulamento; e
- (ii) cobrança de taxas e encargos de qualquer natureza pela Administradora que não estejam expressamente prevista no Regulamento.

As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos no Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido na mesma.

Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação e deliberação previstos no Regulamento.

## REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

A presente análise foi feita com base na legislação brasileira, em vigor na data deste Prospecto Definitivo, e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo.

### OBJETIVO DE TRATAMENTO TRIBUTÁRIO

O Fundo tem como objetivo proporcionar aos seus Quotistas uma estrutura que permita a incidência de uma baixa carga tributária, de acordo com a legislação atualmente aplicável. Para tanto, o Fundo dedicará esforços em buscar enquadramento como Fundo de Investimento de Longo Prazo.

As Amortizações Programadas poderão não ter o mesmo tratamento tributário aplicável ao resgate das Quotas Seniores, pois os prazos de amortização são menores que o prazo de resgate, o que implica um tratamento tributário menos favorecido ao Quotista. Ademais, o Fundo não tem como garantir aos seus Quotistas que a legislação atual permanecerá em vigor pelo tempo de duração de cada série do Fundo, e não tem como garantir que não haverá alteração da legislação e regulamentação em vigor, e que esse será o tratamento tributário aplicável aos titulares de Quotas Seniores à época do resgate ou da amortização de Quotas Seniores de cada série.

### TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS QUOTISTAS

#### *IOF*

Os investimentos no Fundo estão sujeitos à incidência do Imposto sobre Títulos ou Valores Mobiliários (“IOF/Títulos”). Nos termos da legislação vigente, o IOF/Títulos será cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate (liquidação do Fundo), cessão ou repactuação das Quotas, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306/07. Segundo esse Decreto, resgates, cessões ou repactuações efetuados em prazo de até 29 dias (inclusive), sujeitam-se ao IOF/Títulos, calculado de forma percentual sobre o rendimento auferido, sendo que quanto maior o prazo da aplicação, menor será o percentual de rendimento sujeito à incidência do imposto (0% a 96%). O IOF/Títulos pode ser deduzido no cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte.

#### *Imposto de Renda*

Os rendimentos decorrentes da aplicação em fundos de investimentos estão sujeitos à incidência de imposto de renda de acordo com as seguintes regras:

- (i) Para o Quotista pessoa física residente no Brasil:
  - os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, às alíquotas regressivas abaixo indicadas:

Para fundos com carteira de longo prazo<sup>1</sup>:

- ◇ 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- ◇ 20% em aplicações com prazo de 181 até 360 dias;
- ◇ 17,5% em aplicações com prazo de 361 até 720 dias;
- ◇ 15% para aplicações com prazo acima de 720 dias.

---

<sup>1</sup> Fundos de longo prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio superior a 365 dias.

A Administradora buscará manter a Carteira do Fundo como de longo prazo, de forma a proporcionar aos Quotistas o benefício das alíquotas regressivas acima indicadas até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a Carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários.

Para fundos com carteira de curto prazo<sup>2</sup>:

- ◊ 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
  - ◊ 20% em aplicações com prazo acima de 180 dias.
- os ganhos auferidos na alienação das Quotas fora de bolsa devem ser tributados à alíquota de 15%, devendo ser recolhidos pela própria pessoa física.
- (ii) Para Quotista pessoa jurídica não-financeira domiciliado no Brasil<sup>3</sup>:
- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, mediante aplicação das alíquotas regressivas supra;
  - os ganhos auferidos na alienação (realizada dentro ou fora de bolsa) das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte, como ganhos de renda variável, pela diferença positiva entre o valor da alienação e o custo de aquisição das Quotas à alíquota de 15%;
- (iii) Para os Quotistas residentes ou domiciliados no exterior, como regra geral, a tributação segue a regra aplicável ao Quotista pessoa física residente no Brasil. As exceções dizem respeito a: (a) Quotistas sediados em localidades de tributação favorecida, para os quais pode haver uma tributação de 25% e (b) Quotistas registrados de acordo com a Resolução nº 2.689, que não sejam residentes ou domiciliados em país com tributação favorecida. Para essa última situação, as alíquotas aplicáveis no resgate, na amortização e na alienação (realizada em bolsa) de Quotas são de 15%, ou de 0%, no caso de alienação em bolsa de valores.

#### *Exceções e Outras Incidências*

Existem algumas exceções às incidências tributárias acima relacionadas, bem como poderá haver outras incidências tributárias sobre os rendimentos produzidos pelo Fundo, dependendo da forma de tributação a que cada Quotista estiver sujeito.

#### **TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AO FUNDO**

O Fundo não tem personalidade jurídica, não estando, desse modo, sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ; (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social – PIS; e (iv) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

*Além disso o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF incidem sobre as operações do Fundo à alíquota zero.*

---

<sup>2</sup> Fundos de curto prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias.

<sup>3</sup> Como regra, o imposto de renda retido na fonte – IRF será tratado como antecipação do imposto devido e a variação positiva do valor da quota integrará a base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica – IRPJ e da contribuição social sobre o lucro – CSLL da pessoa jurídica.

### *IOF*

A atual legislação fiscal estabelece que os recursos do Fundo estão sujeitos à incidência do IOF/Títulos à alíquota zero.

### *Imposto de Renda*

A atual legislação fiscal estabelece que a Carteira do Fundo é isenta do imposto de renda.

### *Outras Incidências*

Em decorrência das alterações constantes às quais a legislação fiscal brasileira está sujeita, novas obrigações podem ser impostas, no futuro, sobre o Fundo.

## ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

O Fundo é administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek 50, 5º e 6º andares, e inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.918.160/0001-73.

A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) do Regulamento, (iii) das deliberações da Assembléia Geral, (iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

### INFORMAÇÕES REFERENTES À SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA

A Administradora poderá ser substituída, a qualquer tempo, pelos titulares das Quotas reunidos em Assembléia Geral, na forma do Capítulo XXI do Regulamento, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

A Administradora, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, sempre com aviso prévio de 60 (sessenta) dias corridos, pode renunciar à administração do Fundo, desde que a Administradora convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir sobre a sua substituição, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XXI do Regulamento.

Na hipótese de renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora em Assembléia Geral, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de realização da respectiva Assembléia Geral.

A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos do Regulamento.

*Para informações sobre as atribuições, obrigações e responsabilidades da Administradora, vide os Capítulos III e IV do Regulamento.*

### **Histórico**

A Gradual é uma corretora tradicional, com mais de 15 (quinze) anos de atuação nos mercado de câmbio e de valores mobiliários, e conta com uma equipe de 120 (cento e vinte) profissionais experientes e especializados no mercado financeiro - operadores de mesa, *controllers*, *middle officers*, operadores e auxiliares de pregão, entre outros. A Gradual opera na bolsa mais importante do país, BM&FBOVESPA. Com matriz em São Paulo, mantém filiais no Rio de Janeiro, Campinas, Porto Alegre, Curitiba e Goiânia, e representações autônomas em Santos (SP), Presidente Prudente (SP), Botucatu (SP), Belo Horizonte (MG), Pelotas (RS) e Passo Fundo (RS).



O objetivo da Gradual é oferecer aos clientes as melhores alternativas de portfólio, desde investimentos diretos, seja através de títulos ou ações, carteiras administradas, fundos de investimentos em ações e multimercados e clubes de investimento (já existentes ou próprios), buscando uma fórmula sob medida para cada caso. A Gradual conta atualmente com mais de 10.000 (dez mil) clientes ativos em carteira, entre pessoas físicas, instituições financeiras e não financeiras. A carteira de ativos de clientes sob sua administração e custódia ultrapassa hoje US\$ 400 milhões.

Em 2004 a Gradual iniciou suas atividades na área de FIDCs – Fundos de Investimento de Direitos Creditórios, sendo hoje Administradora de 18 (dezoito) fundos.

Fundada em 1991, inicialmente como Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, a Gradual responde atualmente por 1,6% do volume negociado em Bolsa. Em 2000, tornou-se membro número 227 da BM&FBOVESPA, antiga Bovespa, passando a operar nos sistemas eletrônicos Mega e Soma, com atuação nacional. Dois anos depois, estendeu sua atividade à Bolsa de Mercadorias & Futuros.

## **PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO**

### **CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO**

Para a prestação dos serviços de custódia, escrituração das Quotas do Fundo e controle dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM 356, o Fundo contratou o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão.

Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- (i) zelar pela boa ordem, operacionalizar e executar, por meio de sistema especialmente elaborado para tal fim, todos os procedimentos e rotinas definidos no Contrato de Custódia e no Contrato de Escrituração, celebrados entre o Custodiante e o Fundo;
- (ii) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural, por si ou por terceiros, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, dos registros eletrônicos da Base de Dados e dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo;
- (iii) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos abaixo listados, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria por parte da Administradora, que ocorrerá, no máximo, anualmente:
  - (1) extratos da Conta de Arrecadação e da Conta do Fundo e comprovantes de pagamentos de valores creditados em cada uma das dessas contas;
  - (2) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos no Regulamento e no Contrato de Custódia;
  - (3) documentos referentes aos Ativos Financeiros; e
  - (4) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- (iv) efetuar a liquidação financeira dos Ativos Financeiros e receber quaisquer rendimentos ou valores referentes a esses ativos;
- (v) receber e realizar a cobrança dos valores relativos aos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo, por si ou por terceiros, nos termos do Contrato de Custódia;
- (vi) efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, nos termos da legislação aplicável, mediante instrução da Administradora;
- (vii) verificar o enquadramento dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo aos Critérios de Elegibilidade;
- (viii) elaborar e fornecer à Administradora os relatórios e arquivos referentes aos Direitos de Crédito cedidos e pagos ao Fundo; e
- (ix) realizar auditoria por amostragem, no mínimo trimestral, nos Documentos Comprobatórios, de forma a verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento das obrigações da Gestora com relação à guarda e organização dos Documentos Comprobatórios nos termos do Contrato de Custódia. Os parâmetros de quantidade dos créditos cedidos e de diversificação de devedores que ensejarão a verificação do lastro por amostragem serão definidos de acordo com os seguintes procedimentos:

(1) Utilização de metodologia e ferramentas de auditoria para amostragem. Admitindo um intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento), a amostra (n) selecionada será calculada mediante utilização da seguinte fórmula:

$$n_o = \frac{1}{E_o^2}$$

$$A = \frac{N \times n_o}{N + n_o}$$

Sendo:

$E_o$  = Erro Estimado

A = Tamanho da Amostra

N = População Total

$n_o$  = Fator Amostral

(1.1) O erro amostral tolerável representa a diferença entre o valor que a estatística pode acusar e o verdadeiro valor do parâmetro que se deseja estimar. Portanto, o erro amostral tolerável é a margem de erro aceitável em um estudo estatístico

(2) Etapas

(2.1) Determinar o erro amostral tolerável. O erro amostral tolerável será mantido entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento), dependendo da avaliação prévia efetuada para o Fundo a ser analisado, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza do recebível; qualidade da Cedente a ser analisada; quantidade de revisões já efetuadas para determinado Fundo e seus respectivos resultados observados;

(2.2) Determinar o intervalo de confiança. O intervalo de confiança define os limites inferior e superior de um conjunto de valores que tem certa probabilidade de conter no seu interior o valor verdadeiro do efetivo da intervenção em estudo. Desse modo, o processo pelo qual um intervalo de confiança é de 95% (noventa e cinco por cento) é tal que ele tem 95% (noventa e cinco por cento) de probabilidade de incluir o valor real da eficácia da intervenção em estudo.

(2.3) Determinar itens chave. Quando se planeja uma amostragem, utiliza-se o julgamento para determinar qual parte da população deve ser examinada individualmente e quais itens devem fazer parte da amostra. Os itens que não justificam a aceitação de risco de amostragem, devem ser examinados individualmente. Isso inclui itens para os quais os erros potenciais podem igualar ou exceder o erro tolerável. Alguns itens testados 100% (cem por cento) não fazem parte da população da amostragem.

(2.4) Extração dos itens para teste. A seleção da amostra é feita por programa eletrônico, que leva em conta fatores como a representatividade das Cedentes e dos Clientes em relação ao total da Carteira do Fundo. Ademais, a cada verificação, serão analisados documentos que deram origem aos Direitos de Crédito que sejam originados de todas as empresas.

A extração da quantidade de itens para teste, indicada pelo resultado observado após aplicação da fórmula mencionada no item (i), será realizada a partir do critério de amostragem probabilística estratificada proporcional, onde primeiramente dividi-se a base de dados em extratos para depois selecionar, de acordo com a representatividade de cada extrato, a amostra que será base para os testes.

(2.5) Escopo da análise. O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios correspondentes; Abaixo escopo detalhado:

- Obtenção de base de dados analítica por recebível;
- Seleção de uma amostra de acordo com a fórmula acima;
- Verificação física dos contratos devidamente formalizados junto ao fiel depositário;
- Verificação da documentação acessória representativa dos Direitos de Crédito (identificação pessoal, comprovante de residência, comprovante de entrega de mercadorias, etc.);
- Verificação do registro de gravame do bem objeto do financiamento;
- Evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não liquidados; e
- Verificação das condições de guarda física da documentação comprobatória junto ao fiel depositário.

Para a execução da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito, o Custodiante, sob sua responsabilidade, poderá contratar consultoria especializada para prestar os serviços de análise por amostragem dos Direitos de Crédito.

No exercício de suas funções, o Custodiante está autorizado, por conta e ordem da Administradora a:

- (i) abrir e movimentar, em nome do Fundo, as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (1) no SELIC; (2) no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP; ou (3) em instituições ou entidades autorizadas a prestação desses serviços pelo BACEN ou pela CVM em que os Ativos Financeiros sejam tradicionalmente negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância do Regulamento e do Contrato de Custódia;
- (ii) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Ativos Financeiros; e
- (iii) efetuar o pagamento dos Encargos do Fundo, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto.

Pela prestação dos serviços acima elencados, o Custodiante fará jus a uma remuneração anual de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais).

### ***Histórico***

O Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão está presente no Brasil desde 1911. Com sede em São Paulo, atua como banco múltiplo, com carteira comercial e de investimento, oferecendo um amplo leque de serviços e produtos financeiros para seus clientes - empresas multinacionais, grandes empresas nacionais, instituições financeiras e investidores.

O Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão faz parte do grupo Deutsche Bank. Este oferece seus serviços em 72 países, conta com mais de 80 mil colaboradores e é uma das maiores instituições financeiras do mundo, ocupando uma posição de destaque no cenário mundial como prestador de serviços para o mercado de capitais. É o líder na prestação desse serviço na Europa e destaca-se entre os grandes agentes na Ásia e também nas Américas.

A unidade de “Global Transaction Banking” (GTB) do Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão oferece uma gama completa de serviços inovadores e líderes no mercado de gestão de caixa, financiamento de operações comerciais, mercado de capital, aplicações e serviços fiduciários no Brasil.

A unidade de “Trust & Securities Services” oferece a seus clientes soluções customizadas para a prestação de serviços de custódia de títulos e valores mobiliários, controladoria e escrituração de cotas para fundos de investimentos, serviços de custódia e representação local para investidores não-residentes, além de serviços de emissor e escrituração de BDRs nível I não patrocinados.

Através da área de “Direct Securities Services – DSS“, oferece a seus clientes acesso a mais de 31 mercados em 4 continentes: América Latina, Ásia, Europa e Oriente Médio. Essa presença mundial, juntamente com a gama de serviços oferecidos, possibilita aos clientes administrar seus ativos de uma forma mais efetiva e segura.

Com destacada atuação global na área de investment banking, responsável pela coordenação de operações de fusões e aquisições, emissão de ações e de instrumentos de dívida, o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão possui amplo conhecimento e comprovada experiência, conforme demonstram as posições do Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão em diversos rankings.

O Banco alcançou o segundo lugar no ranking global de emissões de bonds internacionais dos últimos 12 meses (base 31/03/2011) de acordo com a Bloomberg, tendo coordenado emissões que atingiram US\$246,0 bilhões; terceiro lugar no ranking global de emissões de ações dos últimos 12 meses (base 31/03/2011) segundo a Bloomberg, tendo coordenado emissões no montante de US\$35,7 bilhões; sexto lugar no ranking global de fusões e aquisições dos últimos 12 meses (base 31/03/2011) de acordo com a Bloomberg, tendo assessorado clientes em transações que somaram US\$310,1 bilhões; quinto lugar no Ranking de Emissões Externas dos últimos 12 meses (base 31/03/2011) de acordo com a ANBIMA, tendo coordenado emissões de montante aproximado de US\$12,6 bilhões; e décimo primeiro lugar no Ranking de Fusões e Aquisições em 2010 de acordo com a ANBIMA, tendo assessorado clientes em operações que atingiram aproximadamente R\$20,5 bilhões.

O Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão foi eleito Best Global Investment Bank 2010 pela Euromoney Magazine, Bank of the Year pela revista IFR e em 2011, Derivatives House of the Year pela Risk Magazine. Pela Euromoney, conquistou ainda duas categorias relevantes na América Latina – Best Risk Management House e Best FX House; pela IFR foi premiado como Latin America Bond House. Recentemente foi reconhecido como Domestic Top Rated no Brasil, pela Emerging Markets Survey.

O Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão coordenou também emissão de debêntures da Brazsoil Manati Exploração Petrolífera S.A. (R\$160 milhões), na emissão de bonds da BR Malls S.A. (US\$230 milhões) Itau-Unibanco (US\$250 milhões), Fibria (US\$750 milhões), Governo do México (US\$1 Bilhão), Banco Santander (US\$650 milhões) e na emissão de Eurobonds do Banco do Brasil (€750 milhões), dentre outras ofertas. No acumulado do primeiro trimestre de 2010, o DBSA ocupou a primeira posição no ranking de operações de fusões e aquisições fechadas, tendo assessorado o montante equivalente a R\$10,9 bilhões de acordo com a ANBIMA.

## **GESTÃO**

O Fundo contratou a SRM Consultoria e Administração de Recursos e Finanças Ltda. para prestar os serviços detalhados abaixo.

A Gestora será responsável por todos os serviços relativos à (i) análise e seleção de Direitos de Crédito para aquisição pelo Fundo, observados os Critérios de Elegibilidade, Condições de Aquisição, taxa mínima de cessão, limites de concentração e demais disposições aplicáveis estabelecidas no Regulamento; (ii) análise e seleção dos Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo, observada a política de investimento, de composição e diversificação da Carteira do Fundo, nos termos do Capítulo VII do Regulamento, devendo enviar esforços para manter o enquadramento fiscal do Fundo como de longo prazo; (iii) acompanhamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, e emitir relatório todo 5º (quinto) dia útil de cada mês destacando o atendimento ou não a cada um dos limites de concentração dispostos no Artigo 21 do Regulamento (“Relatório de Monitoramento”); (iv) cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento, de acordo com a Política de Cobrança do Fundo e as demais condições estabelecidas no Contrato de Gestão; (v) guarda

dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de fiel depositária, nos termos do Contrato de Custódia, sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante, nos termos da regulamentação aplicável; e (vi) negociação e venda, a qualquer terceiro, de quaisquer Direitos de Crédito que estejam vencidos e não pagos por prazo superior a 180 dias (cento e oitenta dias).

Sujeito às regras estabelecidas na Política de Cobrança do Fundo e visando possibilitar a prestação do serviço de cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito, a Gestora terá poderes para renegociar quaisquer características dos Direitos de Crédito com o sacado inadimplente, incluindo, mas não se limitando ao prazo e taxa de cessão do Direito de Crédito; bem como procurar formas alternativas que possibilitem a recuperação dos valores devidos pelo sacado inadimplente, tais como (i) substituição dos Direitos de Crédito inadimplidos por novos Direitos de Crédito a vencer ou (ii) recompra pela Cedente dos Direitos de Créditos inadimplidos ou a vencer.

Nenhum Direito de Crédito ou Ativo Financeiro poderá ser adquirido pelo Fundo sem que tenha sido previamente analisado e selecionado pela Gestora.

### ***Histórico do grupo SRM***

A história do grupo SRM inicia-se com a migração do patriarca da família Mansur para o Brasil, em 1910. Após alguns anos trabalhando como vendedor ambulante, o patriarca estabelece a sua primeira loja, em conjunto com seus cinco filhos na cidade de São Paulo.

Em 1984, um dos filhos do patriarca assume a administração dos negócios da família e dá continuidade aos projetos de forma independente, gerindo seu próprio comércio atacadista (Comércio de Tecidos R Mansur LTDA.). Já em 1986, Salim Mansur, com 15 anos, entra no negócio, auxiliando seu pai e, em 1988, seu irmão Marcos Mansur, também com 15 anos, se une aos negócios. A partir daí, deu-se início a uma expansão de filiais pelas regiões sul, sudeste e centro-oeste. Em 1994, o grupo já possuía 14 lojas no país e uma unidade fabril no interior de São Paulo, na cidade de Americana.

Ao longo do tempo, o negócio de compra e venda de produtos têxteis passou a se assentar cada vez mais na gestão de capital de giro. Os negócios eram centrados no financiamento a clientes, uma vez que se comprava em grandes quantidades e se vendia em pequenas partes, para diversos clientes, quase sempre a prazo. Com isso, o grupo desenvolveu o conhecimento de concessão e gestão de crédito, assim como o de cobrança. Os próprios fornecedores procuravam a família Mansur para antecipar seus recebíveis, pois o atacado por eles desenvolvido era bastante capitalizado.

Em 1998, com o mercado aberto e a competitividade externa, se fez necessário uma mudança de foco nos negócios. Foi quando as atividades de concessão direta de crédito se iniciam com a fundação da R Mansur Factoring.

A expertise adquirida com a concessão de crédito a fornecedores e clientes, conhecimento da indústria e comércios brasileiros, além da estrutura estabelecida de análise de crédito e processo de cobrança necessária para a concessão de crédito ao setor têxtil, permitiram uma rápida e sustentada evolução da *factoring*, que após pouco tempo mostrou-se mais rentável e com maior potencial de crescimento do que os investimentos no setor têxtil e de importações.

Em 1999, iniciou-se o processo de encerramento das atividades de comércio e indústria do grupo SRM e o desenvolvimento intensivo das atividades no setor financeiro.

Com o objetivo de proporcionar maior transparência às suas atividades e facilitar a captação de recursos, auxiliado pelo Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, pelo Souza, Cescon, Barrieu e Flesch Advogados e pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., em 2005 o grupo SRM constituiu o FIDC Exodus I, o primeiro FIDC dedicado à atividade de *factoring* no Brasil. Além disso, nessa época é criada a SRM Consultoria e Administração de Recursos e Finanças Ltda., Gestora do FIDC Exodus I, controlada pelos irmãos Salim Mansur e Marcos Mansur.

Cabe destacar que a primeira oferta de quotas emitida pelo FIDC Exodus I captou apenas R\$7 milhões, com uma base de 200 investidores e uma exposição por cliente de cerca de R\$400 mil.

A R. Mansur Factoring continuou suas atividades e tornou-se uma pequena cedente de recebíveis ao FIDC Exodus I, sendo extinta em 2006. A partir daí, a Gestora começa a expandir seus negócios e filiais por diversos estados do país. Atualmente a Gestora conta com sua sede em São Paulo e mais 15 filiais abertas nos seguintes períodos:

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Abertura de Filiais	São Paulo (matriz)	-	Caxias do Sul Londrina Porto Alegre Curitiba	Ribeirão Preto	-	Campinas Criciúma Maringá Rio de Janeiro São José do Rio Preto Venâncio Aires	Florianópolis Bauru São Bernardo do Campo Presidente Prudente
Nº de Funcionários	20	30	48	58	66	90	124

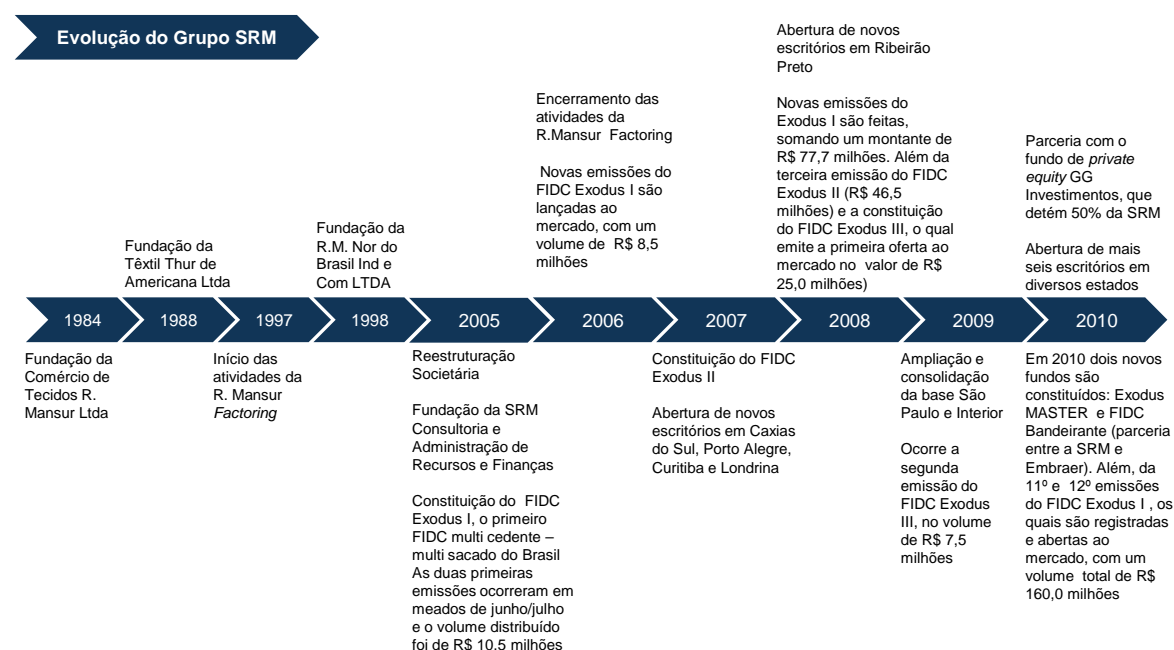
O bom desempenho do FIDC Exodus I permitiu que, em maio de 2007, fosse constituído o FIDC Exodus II, e em 2008, o FIDC Exodus III. Com o final da crise mundial de 2008, iniciaram-se as discussões para a constituição do FIDC Bandeirante (voltado especificamente aos fornecedores da EMBRAER). Também foi lançado em meados de 2010 o FIDC Exodus Master (com foco exclusivo em operações de Cédula de Crédito Bancário – CCBs).

Vale ressaltar que os FIDCs geridos pela Gestora que possuem características multi-cedentes e multi-sacados são, exclusivamente, os FIDCs Exodus I e Exodus III. Este último foi estruturado para um único investidor, durante a crise de 2008.

Ainda em 2010, duas novas emissões do FIDC Exodus I são realizadas, com a captação total de R\$160 milhões.

Cabe destacar que a família Mansur atua de forma independente, não possuindo nenhum parentesco ou vínculo familiar ou de negócios com qualquer outro grupo de mesmo sobrenome.

Segue abaixo uma linha do tempo dos principais acontecimentos envolvendo o grupo SRM:



### ***Evolução dos Ativos sob Gestão***

A SRM Consultoria e Administração de Recursos e Finanças Ltda. iniciou suas atividades atuando na gestão do FIDC Exodus I, administrando um patrimônio inicial de R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais).

Atualmente a Gestora possui R\$ 561,900,00 (quinhentos e sessenta e um milhões e novecentos mil reais) em ativos sob sua gestão, dos quais:

R\$ 284,4 milhões referem-se ao FIDC Exodus I, iniciado em junho de 2005.

R\$ 51,1 milhões referem-se ao FIDC Exodus III, iniciado em maio de 2007.

R\$ 164,0 milhões referem-se ao FIC FIDC SRM, iniciado em abril de 2008.

R\$ 9,7 milhões refere-se ao FIDC Bandeirante, iniciado em maio de 2010.

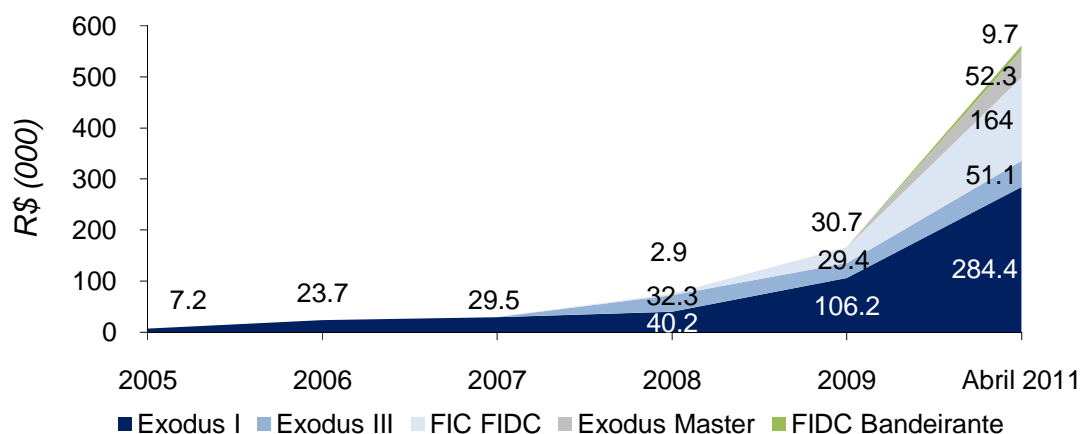
R\$ 52,3 milhões referem-se ao FIDC Exodus Master, iniciado em junho de 2010.

Características dos fundos

Fundo	Constituição e Séries	Ativos	Foco
FIDC Exodus I	Constituído em junho de 2005, com 12ª séries já emitidas	R\$ 284,4 milhões	Primeiro fundo de <i>factoring</i> do Brasil, focado no <i>middle market</i>
FIDC Exodus II	Constituído em maio de 2007	R\$ 86,5 milhões	Encerrado em novembro de 2010
FIDC Exodus III	Constituído em abril de 2008, com 3 séries já emitidas	R\$ 51,1 milhões	70% focado no capital de giro para empresas <i>middle market</i> . 30% focado no desconto de duplicatas
FIDC Bandeirante	Constituído em maio de 2010, com 1 série emitida	R\$ 9,7 milhões	Parceria entre a SRM e a Embraer, o fundo foca na concessão de crédito exclusivamente aos fornecedores da Embraer
FIDC Exodus Master	Constituído em junho de 2010, já com previsões de emissões futuras	R\$ 52,3 milhões	As operações do fundo focam-se 100% na concessão de capital de giro para empresas <i>middle market</i>



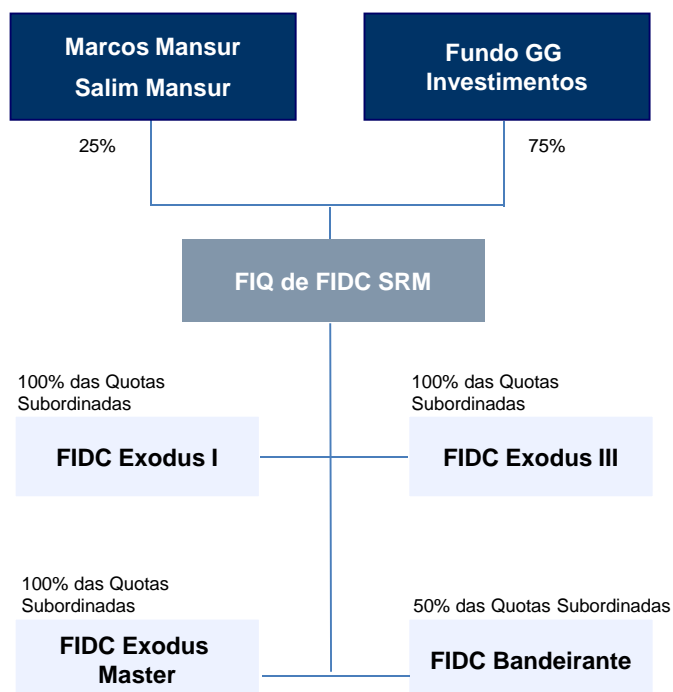
Gráfico de Evolução do Patrimônio Líquido sob gestão (em milhões de R\$).



Histórico das Emissões do FIDC Exodus I

Quotas Seniores (Séries)	Data de Emissão	Quantidade de Quotas	Remuneração	Data de Resgate
1ª A	31-Mai-05	8	100% CDI	30-Abr-07
1ª B	12-Jul-05	12	100% CDI	31-Mai-15
1ª C	10-Ago-05	40	110% CDI	30-Nov-07
2ª A	7-Fev-06	125	110% CDI	30-Mar-07
2ª B	7-Fev-06	125	115% CDI	18-Fev-08
3ª	14-Ago-06	25	108% CDI	26-Set-08
4ª	10-Out-06	10	115% CDI	29-Abr-08
5ª	19-Out-06	100	CDI + 2% a.a.	28-Abr-09
6ª	3-Out-07	200	CDI + 2% a.a.	30-Jul-10
7ª	11-Fev-08	34	CDI + 2% a.a.	31- Ago -10
8ª	25-Fev-08	20	CDI + 2% a.a.	30-Set-10
9ª	13-Mai-08	100	115% CDI	31-Jan -09
10ª	22-Out-08	600	125% CDI	12-Jul-10
11º	31-Mar-10	717	125% CDI	Em andamento
12º	17-Mar-10	934	130% CDI	Em andamento
Quotas Mezanino (Séries)	Data de Emissão	Quantidade de Quotas	Remuneração	Data de Resgate
1ª Emissão	27-Jul-09	100	140% CDI	08-Out-10

Segue abaixo organograma com a porcentagem de quotas subordinadas dos fundos geridos pela Gestora:



### *Estrutura Operacional da Gestora*

Detentora de uma sólida estrutura operacional, a Gestora está atualmente presente em 5 (cinco) estados brasileiros e em 16 (dezesseis) municípios contando com 59 (cinquenta e nove) gerentes seniores de contas ao todo e 124 (cento e vinte e quatro) funcionários. Apenas em 2010, 6 (seis) novos escritórios foram estabelecidos, e, em 2011, mais 3 (três), conforme segue:



## Sede e Presença em São Paulo

---



**São Paulo – 2005**  
Sede Administrativa  
50 Funcionários\*  
17 gerentes sênior de conta

**Ribeirão Preto (2008)**

6 gerentes sênior de conta

**Campinas (2010)**

4 gerentes sênior de conta

**São José do Rio Preto (2010)**

2 gerentes sênior de conta

**Bauru (2011)**

1 gerente sênior de conta

**São Bernardo do Campo (2011)**

1 gerente sênior de conta

**Presidente Prudente (2011)**

1 gerente sênior de conta

\* Inclui funcionários terceirizados do setor de Tecnologia da Informação

## Rio de Janeiro

---



**Rio de Janeiro (2010)**

8 gerentes sênior de conta

## Santa Catarina

---



**Criciúma (2010)**

1 gerente sênior de conta

**Florianópolis (2011)**

1 gerente sênior de conta

## Paraná

---



**Curitiba (2007)**

5 gerentes sênior de conta

**Londrina (2007)**

3 gerentes sênior de conta

**Maringá (2010)**

1 gerente sênior de conta

## Rio Grande do Sul

---



**Porto Alegre (2007)**

5 gerentes sênior de conta

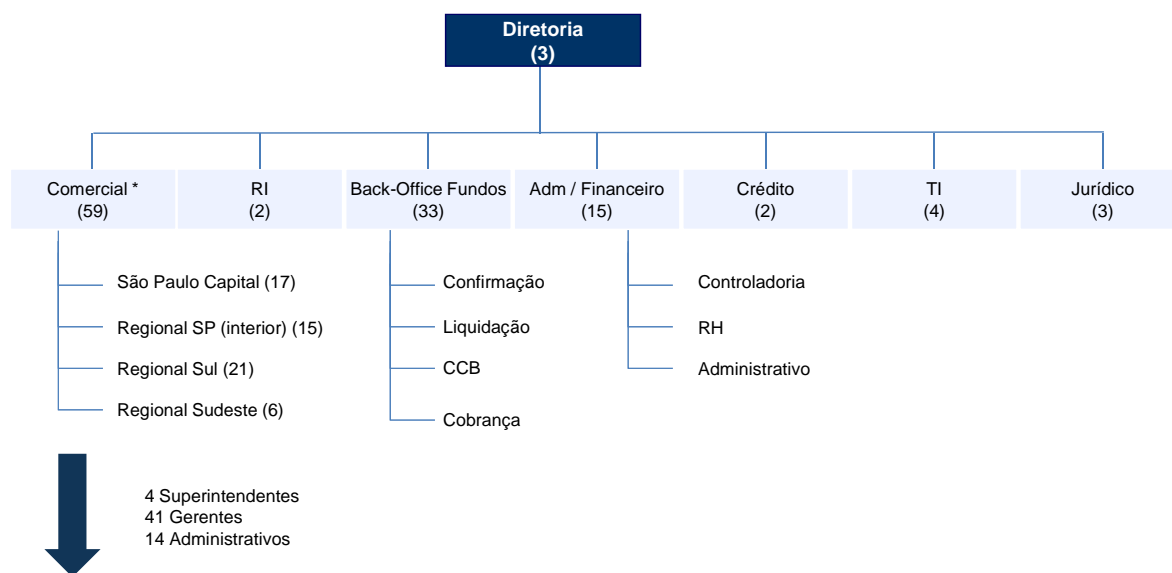
**Caxias do Sul (2007)**

2 gerentes sênior de conta

**Venâncio Aires (2010)**

1 gerente sênior de conta

A estrutura organizacional da Gestora é explícita abaixo:



\* Inclui gerentes comerciais e equipe administrativa

Base: Abr/11

A atividade de prospecção é feita pelos gerentes da Gestora que, a partir de contatos anteriores, indicações e pesquisa, estabelecem suas carteiras, focados sempre nos cedentes dos direitos de crédito. Além da responsabilidade pela originação, os gerentes são responsáveis pela obtenção da documentação necessária para o cadastro e pela liquidação das cessões de crédito para os FIDCs sob gestão da Gestora.

A relação de documentos necessários para o cadastro de clientes são:

- Contrato Social;
- Poder de Assinatura;
- Balanços;
- Relação de endividamento (assinada pelo contador responsável);
- Relação de faturamento (assinada pelo contador responsável);
- Contrato de cessão;

Os gerentes também são responsáveis pela cobrança dos créditos, entrando em contato com os cedentes e sacados. Visitas periódicas aos clientes também faz parte da rotina dos gerentes. Vale salientar que em cada um dos escritórios da Gestora há um superintendente experiente que coordena o trabalho de vários gerentes. A Gestora tem contratado profissionais experientes do mercado, oriundos de instituições de primeira linha, com o objetivo de praticar políticas de crédito e de cobranças comprovadamente eficazes.

A Gestora possui um departamento de cadastro, o qual é responsável pela análise e acompanhamento de pendências cadastrais dos clientes, controle de recebíveis vencidos e checagem da existência dos recebíveis através de ligações telefônicas para os sacados. Destaca-se que a Gestora tem como objetivo a obtenção de ao menos 70% dos recebíveis confirmados perante os sacados. A Gestora também possui um departamento jurídico que atua na pesquisa de novos clientes para confirmar a existência ou não de processos contra ou iniciados pela Cedente, na tentativa de recuperação de créditos e na defesa dos interesses da Gestora e do Fundo nas ações movidas pelos sacados e/ou Cedentes. Este departamento também concede pareceres sobre a situação de cada cliente e alerta o restante da equipe sobre eventuais processos judiciais ou inconsistências no cadastro do cliente. Todavia, a decisão final acerca da compra ou não de um recebível sempre cabe ao Marcos Mansur e/ou ao Salim Mansur, para que boas oportunidades de negócios não sejam desperdiçadas e para que ao mesmo tempo o Fundo não fique exposto a risco desnecessário através de compra de recebíveis com risco de crédito excessivo de acordo com o entendimento fundamentado de Marcos Mansur e/ou de Salim Mansur.

Todo o fluxo operacional, desde o pedido do desconto do direito de crédito pelo cliente até a aprovação da liberação dos recursos, passando pela indicação de limite e da taxa indicada pelo gerente, parecer do status da documentação e controle de checagem de confirmação da carteira de cada cliente pela área cadastral é intermediado por um sistema próprio da Gestora. As conexões de internet entre a matriz e os escritórios da Gestora, assim como a conexão de reserva é fornecida pela mais conceituadas empresas de comunicação de cada estado. O *hosting* dos servidores da Gestora são mantidos pelo Data Center (Diveo), com realização de *backup* diário e armazenagem em localidade diferente da localidade do *hosting*. A Gestora possui servidores de reserva com a próprio *data center*, rodando em espelho com o servidor principal.

## **PROCESSO OPERACIONAL DE CRÉDITO**

O processo de concessão de crédito, após o cadastro do cliente, inicia-se com a solicitação de venda de recebíveis pela Cedente, através do registro pela Cedente desta solicitação na página de internet da Gestora, através do seu portal de negócios.

O gerente da conta da Cedente examina operação por operação, confirmando o histórico de pagamento; volume tomado pela Cedente historicamente; volume a vencer e o vencido; histórico de pagamento do sacado; documentação da Cedente e do sacado; comprovação de envio do canhoto comprovando a entrega do produto; eventualmente pode-se consultar o sacado em sistemas da SERASA e SPC. Além disso, é confirmada a assinatura do aditivo ao contrato de cessão enviado por fax (seguido pelo envio do original). Caso na visão do gerente a operação for de baixo risco de crédito, este aprova a operação, para ser examinada novamente ou por um superintendente ou por um diretor da gestora. Finalmente a operação é revisada por Salim Mansur ou por Marcos Mansur. Caso a operação seja aceita, o TED é enviado para o cliente. O original da documentação é enviado até 10 dias da cessão. Cada pagamento de cessão requer a apresentação dos seguintes documentos julgados satisfatórios pela Gestora: aditivos, nota fiscal e duplicatas.

### ***Principais Sócios da SRM Consultoria e Administração de Recursos e Finanças Ltda.:***

**Salim Raphael Mansur**, sócio e diretor responsável pelas áreas de back-office dos fundos, jurídico e crédito. Possui larga experiência no setor de crédito e fundos, atuando no Grupo R. Mansur desde 1988, tendo sido um dos fundadores da R. Mansur Factoring, origem da Gestora.

**Marcos Rafael Mansur**, sócio e diretor responsável pelas áreas comercial, relacionamento com investidores e tecnologia da informação. Possui larga experiência no setor de crédito e fundos, atuando no Grupo R. Mansur desde 1991, tendo sido um dos fundadores da R. Mansur Factoring, origem da Gestora.

## **AGENTE DE COBRANÇA**

Para prestação dos serviços de cobrança dos Direitos de Crédito, o Fundo contratou o Banco do Brasil S.A., o qual deverá realizar os procedimentos tradicionais para cobrança, de acordo com a Política de Cobrança do Fundo, bem como é a instituição de centralização de recebimentos. O Banco do Brasil é responsável pela geração dos boletos de cobrança e custódia dos cheques pré-datados. Destaca-se que alguns boletos são gerados pela própria Cedente, outros são gerados e enviados pela Gestora.

## **AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO**

As Quotas Seniores e as Quotas Mezanino do Fundo têm classificação de risco atribuída pela Standard & Poor's, agência de classificação de risco contratada pelo Fundo. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora.

Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas Seniores constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas. Dessa forma, havendo o rebaixamento da classificação de risco para uma nota inferior à inicialmente obtida, a Administradora comunicará imediatamente tal fato aos Quotistas e enviará, através de correspondência registrada, o material emitido pela Agência de Classificação de Risco com a nova nota e justificativa do rebaixamento.

Pela prestação dos serviços acima elencados, a Agência de Classificação de Risco fará jus a uma remuneração anual de US\$20.000,00 (vinte mil dólares norte-americanos).

## **Histórico**

A Agência de Classificação de Risco é uma divisão da The McGraw-Hill Companies (NYSE:MHP), sendo a maior provedora mundial de *ratings*, índices, avaliação de risco, pesquisas de investimento, dados e avaliações. Com mais de 6.000 (seis mil) funcionários localizados em 21 (vinte e um) países, a Standard & Poor's é parte essencial da infra-estrutura financeira mundial e tem desempenhado um papel de liderança por mais de 140 (cento e quarenta) anos na provisão de "benchmarks" independentes para que investidores em todo o mundo possam tomar decisões financeiras e de investimento com mais confiança. A Standard & Poor's tem um longo histórico na criação de benchmarks para o setor financeiro, sendo a primeira a atribuir *ratings* a financiamentos securitizados; transações com títulos garantidas por seguro; cartas de crédito; solidez financeira de seguradoras não americanas; holdings bancárias; e empresas de garantias financeiras.

Fundada em 1888, a The McGraw-Hill Companies é uma provedora global de serviços de informações que atende às necessidades mundiais de serviços financeiros, treinamento e informação sobre negócios e mercados, por intermédio de marcas importantes como Standard & Poor's, Business Week e McGraw-Hill Education. A corporação tem mais de 280 (duzentos e oitenta) escritórios em 37 (trinta e sete) países. Suas vendas atingiram US\$5,3 bilhões em 2004.

## **AUDITORIA DO FUNDO E AUDITORIA DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

Para a prestação de serviços de auditoria das contas do Fundo e análise histórica da performance dos Direitos de Crédito do Fundo foi contratada a empresa KPMG Auditores Independentes, que fará jus a uma remuneração anual de R\$19.000,00 (dezenove mil reais).

## **Histórico**

A KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 33, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 057.755.217/0001-29.

A KPMG foi criada em 1987, com a fusão da Peat Marwick International (PMI) e da Klynveld Main Goerdeler (KMG), assim como suas firmas-membro individuais. No Brasil, a KPMG está presente em onze cidades do Brasil, e conta com mais de 1.200 funcionários. A KPMG é uma rede global de firmas que prestam serviços profissionais nas áreas de auditoria, impostos, e consultoria, com aproximadamente 103.000 pessoas em todo o mundo, distribuídas em 731 cidades, localizadas em 144 países. A KPMG será responsável pela execução dos serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo, a serem efetuadas em cada encerramento de exercício social do Fundo, e pela auditoria inicial e periódica dos Direitos de Crédito conforme descrito no Regulamento do Fundo.

## **COORDENADOR LÍDER E ADMINISTRADORA**

Foram contratadas as seguintes instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, legalmente habilitadas a executar o serviço de distribuição pública das Quotas Seniores do Fundo: o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, a Administradora e a Coordenadora Contratada.

Na data deste Prospecto Definitivo, além do relacionamento referente à Oferta, a relação entre o Fundo e o Coordenador Líder se resume ao serviço de custódia deste Fundo, conforme descrito anteriormente.

No curso normal de suas atividades é possível que, no futuro, o Coordenador Líder e outras instituições integrantes de seu grupo econômico venham a realizar operações comerciais com o Fundo, nos termos e condições usuais de mercado.

O Deutsche Bank AG, London Branch e/ou qualquer instituição do grupo econômico do qual o Coordenador Líder participa poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as quotas do Fundo como ativo de referência. O Deutsche Bank AG, London Branch e/ou qualquer instituição do grupo econômico do qual o Coordenador Líder participa poderão adquirir Quotas do Fundo objeto da Oferta como forma de proteção (hedge) para essas operações. Essas operações poderão afetar a demanda, preço ou outros termos da Oferta sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga ao Coordenador Líder em decorrência da Oferta, conforme previsto na Cláusula IX do Contrato de Distribuição, e pelo serviço de custódia, não há qualquer remuneração a ser paga pelo Fundo ao Coordenador Líder cujo cálculo esteja relacionado ao preço por Quotas do Fundo objeto da Oferta.

Nos últimos 12 meses, o Coordenador Líder e/ou quaisquer empresas de seu conglomerado econômico não participaram de ofertas públicas de títulos ou valores mobiliários de emissão do Fundo nem realizaram qualquer operação de financiamento ou reestruturação societária envolvendo o Fundo.

Sociedades integrantes do conglomerado econômico do Coordenador Líder possuem, eventualmente, títulos e valores mobiliários de emissão do Fundo, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. Todavia, a participação acionária das sociedades integrantes do conglomerado econômico do qual o Coordenador Líder participa não atinge, na data do Prospecto Definitivo, e não atingiram nos últimos 12 meses, 5% do volume de Quotas do Fundo.

#### **COORDENADORA CONTRATADA**

Nos termos do Contrato de Distribuição, o Coordenador Líder subcontratou a Rio Bravo, por meio de adesão ao Contrato de Distribuição, para participar da distribuição das Quotas Seniores objeto da Oferta, em regime de melhores esforços de colocação, cabendo ao Coordenador Líder assumir todos os eventuais custos decorrentes desta contratação e a definir a estratégia de distribuição a ser adotada.

##### ***Rio Bravo***

Fundada em janeiro de 2000 como uma administradora de capital de risco no Brasil, a Rio Bravo tornou-se uma empresa de gestão de investimentos diversificada, com forte presença no Brasil.

A Rio Bravo é liderada por 3 sócios principais: Mario Fleck (CEO da Rio Bravo e ex-CEO da Accenture no Brasil), Gustavo Franco (Presidente do Conselho e Estrategista-Chefe da Rio Bravo, ex-presidente do Banco Central) e Paulo Bilyk (CIO da Rio Bravo e ex-Sócio e Diretor Executivo do Banco Pactual).

Atualmente a Rio Bravo possui mais de R\$ 4,2 bilhões de ativos sob gestão (dados de dezembro de 2010) em fundos estruturados e mais de 90 profissionais baseados em escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Miami.

As estratégias de investimentos da Rio Bravo compreendem 4 áreas: renda fixa e crédito, renda variável, fundos imobiliários e *private equity & venture capital*.

A Rio Bravo conta com uma ampla base de relacionamento com os clientes, sendo mais de 70 investidores institucionais brasileiros (incluindo mais de 50 fundos de pensão e as principais instituições financeiras brasileiras) e mais de 300 investidores pessoa física de alta renda.

A Rio Bravo também presta toda uma gama de serviços de *private banking*, com produtos próprios e de terceiros, para investidores e *family offices*, inclusive internacionais.

Ao prover serviços para investidores, a Rio Bravo desenvolveu uma operação de administração de fundos imobiliários que se tornou uma das maiores do país, atendendo investidores institucionais e individuais.

A Rio Bravo é uma das principais administradoras de fundos imobiliários do país, gerindo 26 fundos imobiliários com investimentos em imóveis que superam R\$ 2,8 bilhões.

A Rio Bravo tem experiência na estruturação, distribuição e administração de quotas de fundos de investimento.

#### **SUBSTITUIÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO**

A Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outras instituições credenciadas pela CVM para prestação dos serviços de custódia, gestão, classificação de risco e de auditoria, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral de Quotistas.

Nos termos do Artigo 72 e do Artigo 76, Parágrafo 2º do Regulamento, a substituição das instituições prestadoras dos serviços de custódia, classificação de risco e de auditoria depende da aprovação, em Assembléia Geral de Quotistas, dos titulares das Quotas Mezanino e das Quotas Subordinadas em circulação.

## **POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES**

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal DCI – Comércio, Indústria & Serviços ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; e (ii) de correio eletrônico enviado ao representante de cada Quotista indicado na forma do Parágrafo 1º do Artigo 43 do Regulamento.

As publicações aqui referidas deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que distribuem Quotas.

Qualquer mudança no periódico referido acima deverá ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral.

No prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o encerramento de cada trimestre, deverão ser colocados à disposição dos Quotistas, na sede e agências da Administradora, informações sobre:

- (i) o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista;
- (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do período de originação a que se referir; e
- (iii) o comportamento da Carteira de Direitos de Crédito do Fundo e dos Ativos Financeiros.

Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência de Classificação de Risco, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- (i) de 20 (vinte) dias corridos após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (ii) de 60 (sessenta) dias corridos após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento protocolado na CVM.

### **ATENDIMENTO AOS QUOTISTAS**

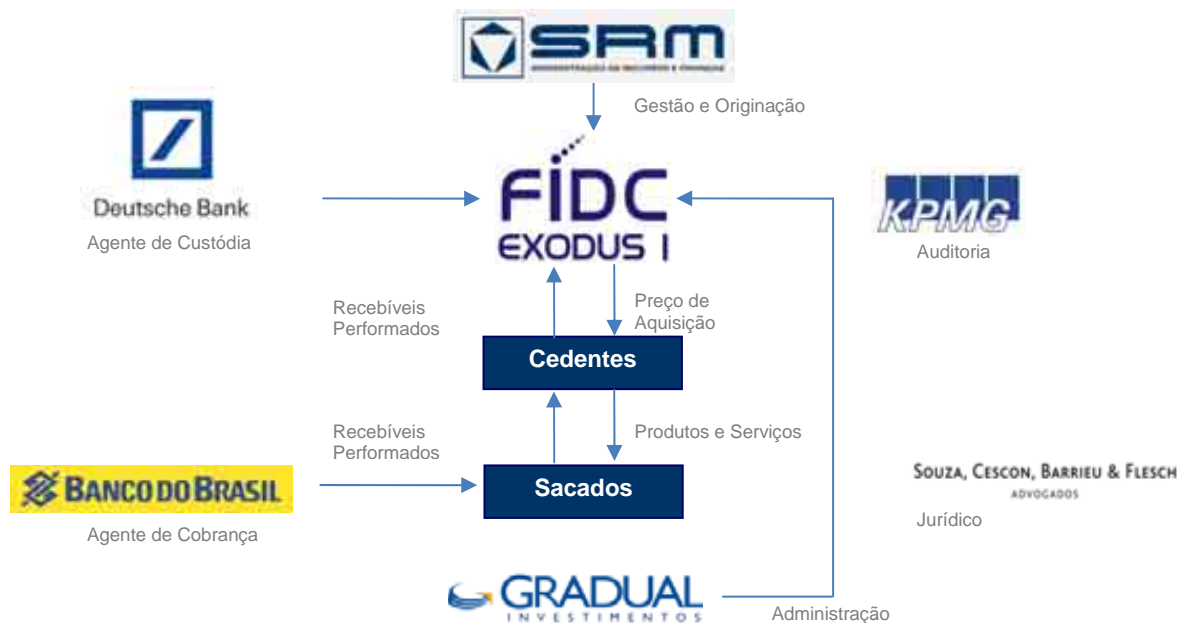
Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora por meio dos telefones e emails de atendimento ao Quotista abaixo indicados:

Pedro Paulo Bartolomei da Silveira	(11) 3372-8300	psilveira@gradualinvestimentos.com.br
Francisco Augusto Tertuliano	(11) 3074-1259	ftertuliano@gradualinvestimentos.com.br
Leonardo de Almeida Tertuliano	(11) 3074-1259	ltertuliano@gradualinvestimentos.com.br



## ESTRUTURA DA OPERAÇÃO

### FLUXOGRAMA FINANCEIRO



- (1) Os Direitos de Crédito são originados a partir das transações entre as Cedentes e seus respectivos clientes, que figuram como devedores dos Direitos de Crédito;
- (2) A Gestora seleciona Cedentes e Direitos de Crédito para serem adquiridos pelo Fundo. O Fundo adquire os Direitos de Crédito, liberando o pagamento para a Cedente, através do Custodiante;
- (3) O Banco Cobrador recebe os valores referentes aos Direitos de Crédito, e realiza transferências diárias para a Conta do Fundo.
- (4) Na data de resgate, o Fundo paga aos Quotistas o rendimento relativo à operação.

## **CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

### **DIREITOS DE CRÉDITO**

O Fundo tem como objeto, preponderantemente, a aquisição de Direitos de Crédito oriundos de operações de natureza industrial, podendo adquirir, secundariamente, Direitos de Crédito oriundos de operações de natureza comercial e de prestação de serviços, representados por duplicatas, cheques e notas promissórias.

Os Direitos de Crédito devem representar créditos existentes da data da cessão que independam de qualquer evento futuro para sua liquidação e cobrança, ou seja, deverão ser Direitos de Crédito performados.

### **ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

Os Direitos de Crédito cedidos e transferidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e da política de concessão de crédito constante do Anexo IV do Regulamento, compreendem os Direitos de Crédito identificados em cada Termo de Cessão, representados por duplicatas, cheques e notas promissórias, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito.

Cada uma das Cedentes é responsável pela origemação, existência e correta formalização dos Direitos de Crédito cedidos.

Os Direitos de Crédito deverão contar com documentação que comprove a efetiva conclusão do negócio originador, sendo que as operações originadas por compras e venda à prazo deverão ter comprovação da entrega de tais produtos, bem como, as operações originadas por prestação de serviços deverão ter a comprovação da conclusão de tais serviços, e ainda, em ambos os casos, documentos que comprovem que os Direitos de Crédito não se enquadram nas especificações do artigo 40, §8º, I da Instrução CVM 356 (“Documentos Comprobatórios”).

### **CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

A cessão dos Direitos de Crédito se opera com relação a todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, nos termos do Contrato de Cessão.

O Contrato de Cessão, bem como cada respectivo Termos de Cessão é celebrado de forma irrevogável e irretratável.

Nos termos da regulamentação aplicável, os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo não serão acrescidos, removidos ou substituídos, exceto nos casos de Direitos de Crédito inadimplidos que forem substituídos por vincendos, à critério da Gestora.

### **POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO**

O Anexo IV ao Regulamento contém a descrição detalhada da política de concessão de crédito do Fundo.

### **TITULARIDADE DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

Todas as cessões de Direitos de Crédito são celebradas, nos termos do Contrato de Cessão, em caráter irrevogável e irretratável, transferindo para o Fundo, em caráter definitivo, a plena titularidade dos Direitos de Crédito cedidos, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados.

## FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O recebimento e a análise dos arquivos físicos e eletrônicos que evidenciam o lastro dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo será de responsabilidade do Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão e do Contrato de Custódia.

## TAXA DE CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O Fundo adquirirá Direitos de Crédito a uma taxa de cessão média mensal de 150% (cento e cinquenta por cento) da Taxa CDI, ou conforme a fórmula especificada abaixo, das duas a maior:

$$\left\{ \frac{\sum (QQS_n \times RAQS_n) + (QQM \times RAQM)}{(QQS + QQM)} + CT + 1\% \right\}$$

QQS: Quantidade de Quotas Seniores em circulação da série “n”;  
RAQS<sub>n</sub>: Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores da série ‘n’;  
QQM: Quantidade de Quotas Mezanino em circulação;  
RAQM: Meta de Rentabilidade das Quotas Mezanino em circulação; e  
CT: Custos fixos e taxas de Administração e Gestão do Fundo.

A fórmula disposta acima será calculada previamente à emissão de novas quotas que possuam uma meta de rentabilidade determinada.

A Gestora deverá encaminhar ao Custodiante e à Administradora no momento da cessão relatório atestando que todos os Critérios de Elegibilidade e Condições de Aquisição foram devidamente atendidos e verificados por esta de acordo com o disposto no Regulamento (“Relatório de Aquisição”).

Na data deste Prospecto Definitivo a taxa de cessão média mensal de Direitos de Crédito é de 2,4% (dois inteiros e quatro décimos por cento).

## PRÉ-PAGAMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O Fundo não adota política de pré-pagamento dos Direitos de Crédito que compõem a sua carteira. Além disso, de acordo com os Contratos de Cessão e os Termos de Cessão utilizados na aquisição de Direitos de Crédito, o Fundo não está obrigado a aceitar o pré-pagamento dos Direitos de Crédito que integram sua carteira. Desse modo, nos termos do Código Civil (Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002), salvo se acordado entre o Fundo e o devedor, o Fundo, na qualidade de credor dos Direitos de Crédito, não está obrigado a receber o valor correspondente ao Direito de Crédito antes do seu vencimento. No entanto, caso o Fundo venha a aceitar o pré-pagamento de Direitos de Crédito, isso não gerará nenhum efeito adverso sobre a rentabilidade das Quotas, uma vez que o Fundo não concederá qualquer desconto ou dedução sobre o valor do Direito de Crédito. Não haverá, portanto, em nenhuma hipótese, prejuízo para o Fundo, caso os devedores e o Fundo venham a acordar o pré-pagamento dos Direitos de Crédito.

## RECOMPRA DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Caso o devedor dos Direitos de Crédito, por qualquer motivo, inclusive força maior, não efetue a liquidação destes dentro do prazo de vencimento, o Fundo poderá requerer que a Cedente recompre tais Direitos de Crédito, com aplicação de multa e encargos de cobrança.

## NÍVEIS DE CONCENTRAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

A tabela abaixo apresenta os percentuais de concentração da Carteira do Fundo, em ordem decrescente de concentração por Cedente e sacado de Direitos de Crédito com base no Patrimônio Líquido de 31 de março de 2011:

Por Cedente		Por Sacado	
1º Cedente	1,44 %	1º sacado	0,89 %
2º Cedente	1,39 %	2º sacado	0,67 %
3º Cedente	1,32 %	3º sacado	0,61 %
4º Cedente	1,22 %	4º sacado	0,59 %
5º Cedente	1,01 %	5º sacado	0,53 %
6º Cedente	0,93 %	6º sacado	0,53 %
7º Cedente	0,91 %	7º sacado	0,49 %
8º Cedente	0,90 %	8º sacado	0,49 %
9º Cedente	0,89%	9º sacado	0,47 %
10º Cedente	0,89%	10º sacado	0,46 %

## POLÍTICA DE COBRANÇA

O Anexo III ao Regulamento contém a descrição detalhada da atual Política de Cobrança adotada pelo Fundo.

Adicionalmente, vale ressaltar que o departamento jurídico interno da Gestora é o responsável pela maioria dos processos judiciais e extrajudiciais envolvendo negociações de Direitos de Crédito com Cedentes e Sacados, sendo certo que a utilização de escritórios terceirizados ocorre quase que excepcionalmente em casos específicos localizados em Estados ou cidades distantes de São Paulo. A Gestora apresenta profissionais exclusivamente destinados à cobrança de Direitos de Crédito, o que acaba por gerar uma grande eficiência na recuperação de parcelas de Direitos de Crédito em atraso. Assim, a Gestora está sempre alinhada com uma política efetiva de cobrança e controle de inadimplência, efetuando desde a cobrança amigável, passando pelo protesto em cartório, cobrança judicial do Cedente e do respectivo garantidor (devedor solidário) e até mesmo com o pedido de falência do Cedente visando sempre à recuperação de parte ou a totalidade dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.

## RESCISÃO E RESTITUIÇÃO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO

Ocorrendo a rescisão de qualquer Contrato de Cessão, seja por descumprimento pela Cedente ou pelo devedor solidário de qualquer obrigação, pela não apresentação ou aprovação das garantias, início de procedimento de dissolução e/ou liquidação ou decretação de falência da Cedente ou do devedor solidário ou apresentação de pedido de autofalência por qualquer um deles, ou ainda, pela concessão de recuperação extrajudicial à Cedente ou ao devedor solidário, homologação de processamento de recuperação judicial ou de plano de recuperação extrajudicial a qualquer um deles, o Fundo será restituído dos preços pagos pelos Direitos de Crédito que não estejam integralmente liquidados, com atualização monetária pelo IGPM até a data da rescisão, atualizado anualmente a partir da data de rescisão até o efetivo pagamento, com incidência de juros de 1% ao mês.

## GARANTIAS

As cessões dos Direitos de Crédito são garantidas por co-obrigação de cada Cedente, e por um terceiro, na qualidade de devedor solidário, indicado pela Cedente na forma do Contrato de Cessão. A cessão dos Direitos de Crédito pode ainda contar com garantias fidejussórias e nota promissória prestadas ou emitidas, conforme o caso, por pessoas vinculadas ao devedor dos Direitos de Crédito, o que mitiga de maneira considerável os riscos inerentes aos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo.

## **SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS**

### **CONTRATO DE CESSÃO PADRÃO**

O Contrato de Cessão estabelece que a cessão dos Direitos de Crédito se opera com relação a todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito. Cada Cedente garante a existência e validade dos Direitos de Crédito.

O Contrato de Cessão, bem como cada respectivo Termos de Cessão é celebrado de forma irrevogável e irretratável.

O Contrato de Cessão padrão é utilizado para qualquer Cedente que venha a ceder créditos ao Fundo, podendo variar o preço de aquisição, taxas e encargos, partes, permanecendo inalterado o teor do instrumento, o qual conta com co-obrigação solidária da Cedente. Adicionalmente, de acordo com o risco de cada Cedente o Fundo pode requerer garantias fidejussórias e nota promissória de pessoas vinculadas ao devedor dos Direitos de Crédito, o que mitiga os riscos dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo.

### **CONTRATO DE CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO DE QUOTAS**

Por meio do Contrato de Custódia, Controladoria e Escrituração de Quotas, o Custodiante se obrigou a prestar ao Fundo os serviços (i) de custódia dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros; (ii) controladoria do Fundo; e (iii) escrituração de quotas, incluindo os serviços de que trata o artigo 38 da Instrução CVM 356.

O serviço de custódia qualificada compreende a liquidação física e financeira dos ativos, sua guarda e responsabilidade, bem como a administração e informação de eventos associados a esses ativos. A custódia qualificada compreenderá também a liquidação financeira de derivativos, contratos de permutas de fluxos financeiros – swap e operações a termo, bem como o pagamento das taxas relativas ao serviço prestado, tais como, mas não limitadas a, taxa de movimentação e registro dos depositários e câmaras e sistemas de liquidação.

O Custodiante receberá pela prestação dos seus serviços uma remuneração equivalente a 0,2% ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado e provisionado diariamente e pago mensalmente.

### **CONTRATO DE GESTÃO**

Por meio do Contrato de Gestão, a Gestora se obrigara a prestar serviços descritos no Capítulo VI do Regulamento e, pelo desempenho destas obrigações a Gestora fará jus a uma parcela da Taxa de Administração conforme previsto no Capítulo X do Regulamento.

### **CONTRATO DE SERVIÇOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO**

Por meio do Contrato de Serviços de Classificação de Risco, a Agência de Classificação de Risco foi contratada para a prestação dos serviços de classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino.

Pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Serviços de Classificação de Risco, a Agência de Classificação de Risco fará jus a uma remuneração anual no valor de R\$57.470,00 (cinquenta e sete mil, quatrocentos e setenta reais) a ser paga pelo Fundo.

### **CONTRATO COM EMPRESA DE AUDITORIA**

A Empresa de Auditoria foi contratada pelo Fundo para realizar a revisão anual das demonstrações financeiras e das contas do Fundo.

Como resultado dos trabalhos realizados pela Empresa de Auditoria, serão emitidos os seguintes documentos:

(i) Relatório sobre as demonstrações financeiras do Fundo, compreendendo:

- Demonstrações da composição e diversificação das aplicações;
- Demonstrações das evoluções do Patrimônio Líquido; e
- Notas explicativas às demonstrações financeiras;

(ii) Parecer dos auditores independentes; e

(iii) Relatório de recomendações e descumprimento de normas incluindo aspectos relacionados aos controles internos, práticas contábeis utilizadas e o não-cumprimento de leis e regulamentação, se aplicável.

Pela prestação de serviços de revisão anual das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, a Empresa de Auditoria fará jus à remuneração anual de R\$16.000,00 (dezesseis mil reais).

#### **CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS**

Por meio do Contrato de Distribuição, a Administradora, em nome do Fundo, contratou o Coordenador Líder para a prestação dos serviços de distribuição pública das Quotas Seniores referentes à 13ª Série, em regime de melhores esforços de colocação. A Administradora também realizará a distribuição das Quotas Seniores juntamente com o Coordenador Líder, sendo que a distribuição das Quotas Seniores pela Administradora será realizada em regime de garantia firme parcial e de melhores esforços de colocação. Para maiores informações ver seção “Procedimento de Distribuição das Quotas Seniores” deste Prospecto Definitivo.

***Não foi identificado nenhum evento nos contratos firmados pelo Fundo que possa acarretar a liquidação ou amortização antecipada dos Direitos de Créditos cedidos ao Fundo.***

## CARACTERÍSTICAS DA PERFORMANCE DA CARTEIRA

### Informações de Inadimplimentos, Perdas ou Provisão para Devedores Duvidosos

A tabela abaixo, preparada pela Gestora do Fundo contém informações sobre a inadimplência histórica do Fundo desde outubro de 2005:

FIDC EXODUS I - Evolução da Inadimplência				
DATA	Patrimônio Líquido	Inadimplência (Direitos de Crédito Vencidos)	% sobre o PL	% de aumento sobre a inadimplência do mês anterior
outubro-05	R\$ 4,123,107.56	R\$ 697,767.47	16.92%	
novembro-05	R\$ 5,565,109.81	R\$ 512,860.08	9.22%	-26.50%
dezembro-05	R\$ 7,109,755.78	R\$ 490,022.07	6.89%	-4.45%
janeiro-06	R\$ 8,002,461.56	R\$ 1,088,920.81	13.61%	122.22%
fevereiro-06	R\$ 9,276,879.77	R\$ 1,323,151.31	14.26%	21.51%
março-06	R\$ 13,280,871.32	R\$ 1,765,136.65	13.29%	33.40%
abril-06	R\$ 14,334,936.54	R\$ 2,320,757.76	16.19%	31.48%
maio-06	R\$ 16,684,042.40	R\$ 3,660,322.74	21.94%	57.72%
junho-06	R\$ 17,120,738.79	R\$ 4,433,484.01	25.90%	21.12%
julho-06	R\$ 17,677,408.32	R\$ 4,692,338.35	26.54%	5.84%
agosto-06	R\$ 20,699,151.36	R\$ 5,123,397.52	24.75%	9.19%
setembro-06	R\$ 20,946,566.93	R\$ 5,032,851.91	24.03%	-1.77%
outubro-06	R\$ 22,221,706.50	R\$ 5,400,692.10	24.30%	7.31%
novembro-06	R\$ 22,464,427.71	R\$ 6,471,515.02	28.81%	19.83%
dezembro-06	R\$ 23,714,506.65	R\$ 6,596,494.80	27.82%	1.93%
janeiro-07	R\$ 24,628,444.82	R\$ 6,941,013.39	28.18%	5.22%
fevereiro-07	R\$ 24,652,526.63	R\$ 8,071,837.41	32.74%	16.29%
março-07	R\$ 24,978,462.39	R\$ 8,188,772.94	32.78%	1.45%
abril-08	R\$ 27,253,600.75	R\$ 8,623,194.44	31.64%	5.31%
maio-07	R\$ 28,655,055.73	R\$ 9,125,667.44	31.85%	5.83%
junho-07	R\$ 31,149,721.75	R\$ 9,201,674.87	29.54%	0.83%
julho-07	R\$ 29,351,351.24	R\$ 10,427,353.05	35.53%	13.32%
agosto-07	R\$ 30,629,971.85	R\$ 7,706,289.86	25.16%	-26.10%
setembro-07	R\$ 28,167,853.06	R\$ 8,237,259.63	29.24%	6.89%
outubro-07	R\$ 27,671,110.17	R\$ 7,191,508.12	25.99%	-12.70%
novembro-07	R\$ 29,195,827.99	R\$ 8,721,339.67	29.87%	21.27%
dezembro-07	R\$ 29,511,567.70	R\$ 9,281,341.55	31.45%	6.42%
janeiro-08	R\$ 29,163,277.18	R\$ 8,648,827.98	29.66%	-6.81%
fevereiro-08	R\$ 36,909,948.18	R\$ 7,106,801.49	19.25%	-17.83%
março-08	R\$ 37,812,967.79	R\$ 6,551,015.10	17.32%	-7.82%
abril-08	R\$ 35,815,251.17	R\$ 5,886,405.04	16.44%	-10.15%
maio-08	R\$ 37,001,933.83	R\$ 7,815,669.66	21.12%	32.77%
junho-08	R\$ 42,179,946.99	R\$ 8,319,132.91	19.72%	6.44%
julho-08	R\$ 42,533,188.01	R\$ 8,265,700.89	19.43%	-0.64%
agosto-08	R\$ 43,181,946.50	R\$ 7,219,476.03	16.72%	-12.66%
setembro-08	R\$ 42,398,452.98	R\$ 10,153,325.78	23.95%	40.64%
outubro-08	R\$ 41.437.592,19	R\$ 9.309.732,02	22,47%	-8,31%
novembro-08	R\$ 40.420.821,53	R\$ 10.229.197,80	25,31%	9,88%

dezembro-08	R\$ 36.170.617,75	R\$ 10.019.787,36	27,70%	-2,05%
janeiro-09	R\$ 32.066.553,99	R\$ 10.415.301,31	32,48%	3,95%
fevereiro-09	R\$ 30.089.799,30	R\$ 11.569.581,67	38,45%	11,08%
março-09	R\$ 39.290.361,68	R\$ 10.181.007,08	25,91%	-12,00%
abril-09	R\$ 37.952.567,84	R\$ 9.900.686,03	26,09%	-2,75%
maio-09	R\$ 42.669.488,93	R\$ 10.541.105,70	24,70%	6,47%
junho-09	R\$ 44.138.308,77	R\$ 11.603.338,96	26,29%	10,08%
julho-09	R\$ 62.715.711,44	R\$ 10.207.624,55	16,28%	-12,03%
agosto-09	R\$ 72.412.272,51	R\$ 13.128.665,29	18,13%	28,62%
setembro-09	R\$ 76.400.540,92	R\$ 13.696.846,60	17,93%	4,33%
outubro-09	R\$ 80.392.795,58	R\$ 12.372.514,91	15,39%	-9,67%
novembro-09	R\$ 104.407.170,03	R\$ 14.588.334,08	13,97%	17,90%
dezembro-09	R\$ 106.294.046,93	R\$ 13.848.724,09	13,02%	-5,06%
janeiro -10	R\$ 107.991.160,53	R\$14.133.814,29	13,09%	2,06%
fevereiro -10	R\$106.009.974,40	R\$ 13.269.538,11	12,52%	-6,11%
março -10	R\$ 170.396.267,05	R\$ 14.936.402,21	8,77%	12,56%
abril-10	R\$ 216.368.675,66	R\$ 18.246.615,97	8,43%	22,16%
maio-10	R\$ 212.483.103,41	R\$ 21.242.987,02	10,00%	16,42%
junho-10	R\$201.065.276,64	R\$ 21.378.672,85	10,63%	0,64%
julho-10	R\$194.335.030,02	R\$ 27.653.901,81	14,23%	29,35%
agosto-10	R\$ 210.908.576,99	R\$ 26.505.170,81	12,57%	-4,15%
setembro-10	R\$218.203.883,49	R\$ 26.849.046,92	12,30%	1,30%
outubro-10	R\$227.859.397,49	R\$ 27.583.932,49	12,11%	2,74%
novembro -10	R\$231.673.104,88	R\$31.309.382,91	13,51%	13,51%
dezembro-10	R\$243.927.552,31	R\$ 25.101.356,77	10,29%	-19,83%
janeiro-11	R\$ 260.470.859,10	R\$ 37.260.216,54	14,30%	48,44%
fevereiro-11	R\$ 262.776.333,95	R\$ 37.736.694,57	14,36%	1,28%
março-11	R\$ 280.665.319,04	R\$ 35.072.133,97	12,50%	-7,06%

As perdas e provisões com os Direitos de Crédito são reconhecidas no resultado do período conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 . O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

#### **Revisão da Carteira de Recebíveis Realizada pela KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.**

No dia 2 de maio de 2011, a KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda concluiu a revisão da Carteira de recebíveis do Fundo. Nela foi compilada a base de dados do Fundo com operações ocorridas entre 1 de dezembro de 2005 e 30 de novembro de 2010, totalizando 60 meses de histórico de dados. Foram tabeladas 586.983 (quinhentas e oitenta e seis mil, novecentas e oitenta e três) operações representadas por notas promissórias, duplicatas mercantis e notas fiscais no montante original de R\$1.872.489.000,00 (um bilhão, oitocentos e setenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil reais) (valor de face). Desse total, R\$87.282,00 (oitenta e sete milhões, duzentos e oitenta e dois mil reais), representando 47 operações, foram retiradas da análise em função, principalmente, de dupla contagem.

Desta maneira a KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda apurou, de forma independente, as características demográficas e de performance dos sacados e dos Cedentes do Fundo. Neste sentido, é importante enfatizar que este trabalho não representa uma auditoria executada conforme normas de auditoria aplicáveis no Brasil e, portanto, não deve ser interpretado como tal.

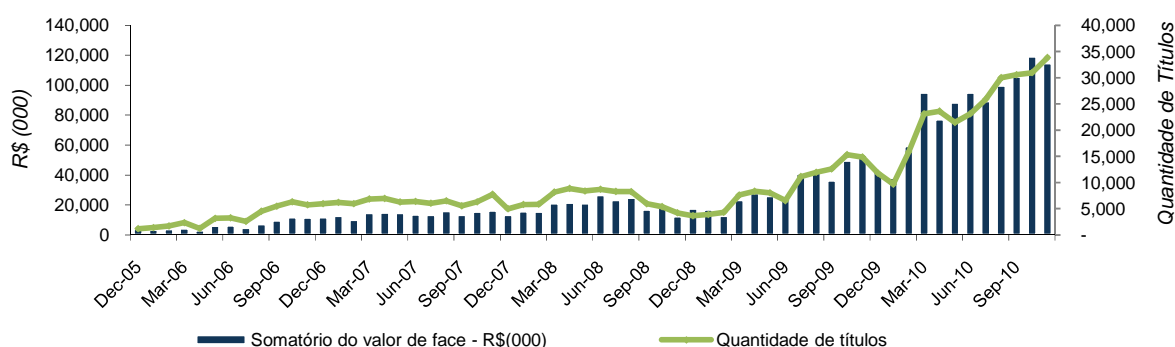


Ao longo da revisão da Carteira de recebíveis do Fundo, a KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda realizou diversas análises demográficas, tais quais: (i) identificação do volume de originação mensal; (ii) identificação de ticket médio; (iii) identificação do prazo médio de recebimento e liquidação financeira; (iv) identificação dos maiores sacados e indicadores de concentração; e (v) identificação da distribuição geográfica dos sacados / Cedentes.

Para mensurar a performance de pagamentos da Carteira de recebíveis, foram definidos critérios para apuração dos percentuais de inadimplência no pagamento dos Direitos de Crédito, que representariam indicativos de desempenho, sendo estes: (i) elaboração de um *aging list* de pagamentos, apresentando a distribuição dos pagamentos ocorridos no período, segregados por faixas de atraso; (ii) matriz triangular apresentando o percentual de inadimplência da Carteira em ciclos quinzenais, considerando-se as parcelas vencidas em cada ciclo e seu efetivo pagamento; (iii) identificação e quantificação dos principais eventos de diluição no fluxo de caixa projetado das operações (volumes e respectivos percentuais em relação ao faturamento sob análise) tais como: cancelamentos, descontos, recompras, renegociações, etc.

Do total de recebíveis do Fundo devidamente analisados entre 1º de dezembro de 2005 até 30 de novembro de 2010, 94,8% (noventa e quatro inteiros e oitenta centésimos por cento) foram representados por descontos de duplicatas e 5,2% (cinco inteiros e vinte centésimos por cento) por operações de fomento. Do total de recebíveis analisados em 30 de novembro de 2010, R\$199.340.000,00 (cento e noventa e nove milhões, trezentos e quarenta mil reais) não haviam sido pagos, R\$33.810.000,00 (trinta e três milhões, oitocentos e dez mil reais) estavam vencidos e não liquidados, R\$108.001.000,00 (cento e oito milhões e mil reais) foram recomprados, com média mensal de originação de R\$31.000.000,00 (trinta e um milhão de reais), conforme gráfico histórico abaixo. Pelo relatório da KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda, a média histórica de não recebimento é de 1,99% (um inteiro e noventa e nove centésimos por cento), e São Paulo representa 50% (cinquenta por cento) das sedes dos Cedentes e sacados.

#### Distribuição da Produção Mensal em Volume Financeiro e Número de Títulos no Período Histórico

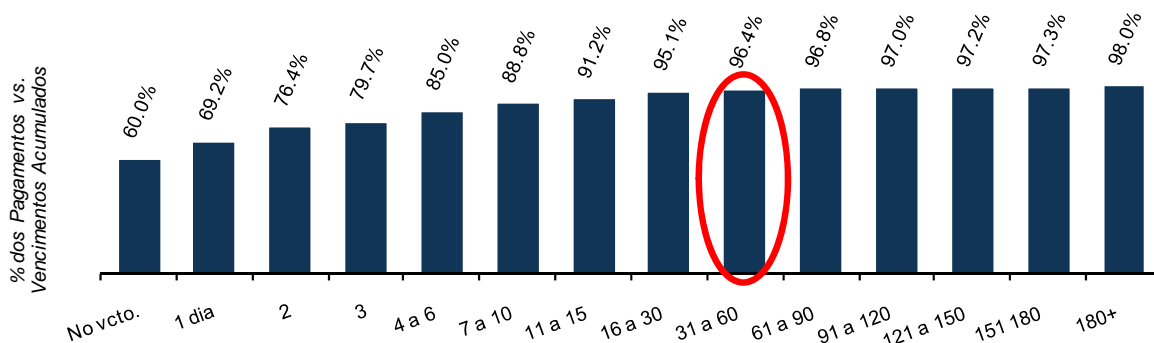


#### Evolução Mensal do Volume de Cedentes e sacados



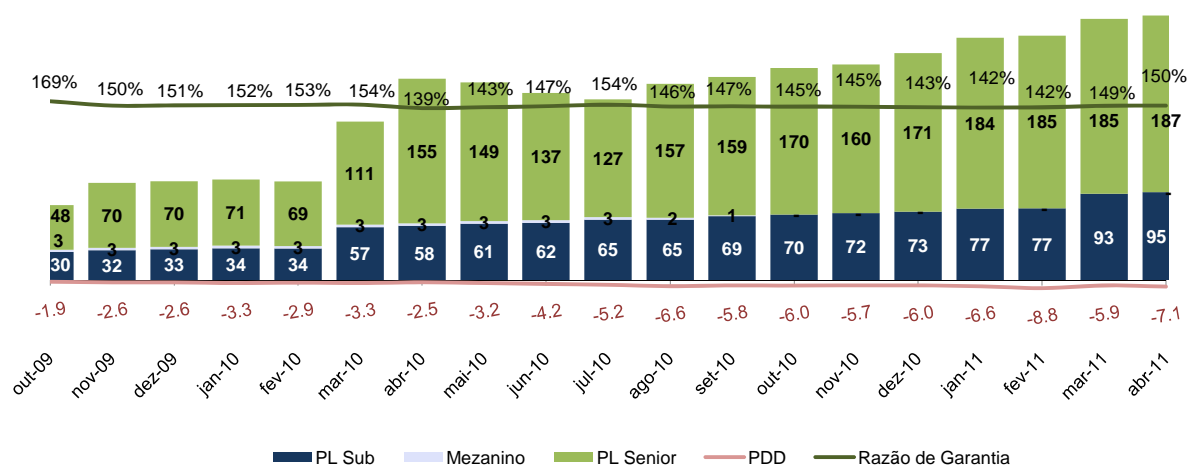
Um dos resultados desse estudo é a curva abaixo que mostra a evolução do saldo vencido e pago dos recebíveis ao longo de dias de atraso, considerando-se renegociações e recompras, o volume pago com até 60 dias de atraso representa 96,4%. As recompras de Direitos de Crédito representam 5,77% do total das operações e 86,85% destas são pagas com até 60 dias de atraso. Assim, assumindo recompra como atraso, teríamos:  $96,4\% - 5,77\% + 86,85\% \times 5,77\% = 95,64\%$  de pagamento com até 60 dias de atraso.

Distribuição dos Atrasos dos Pagamentos até a Data Base



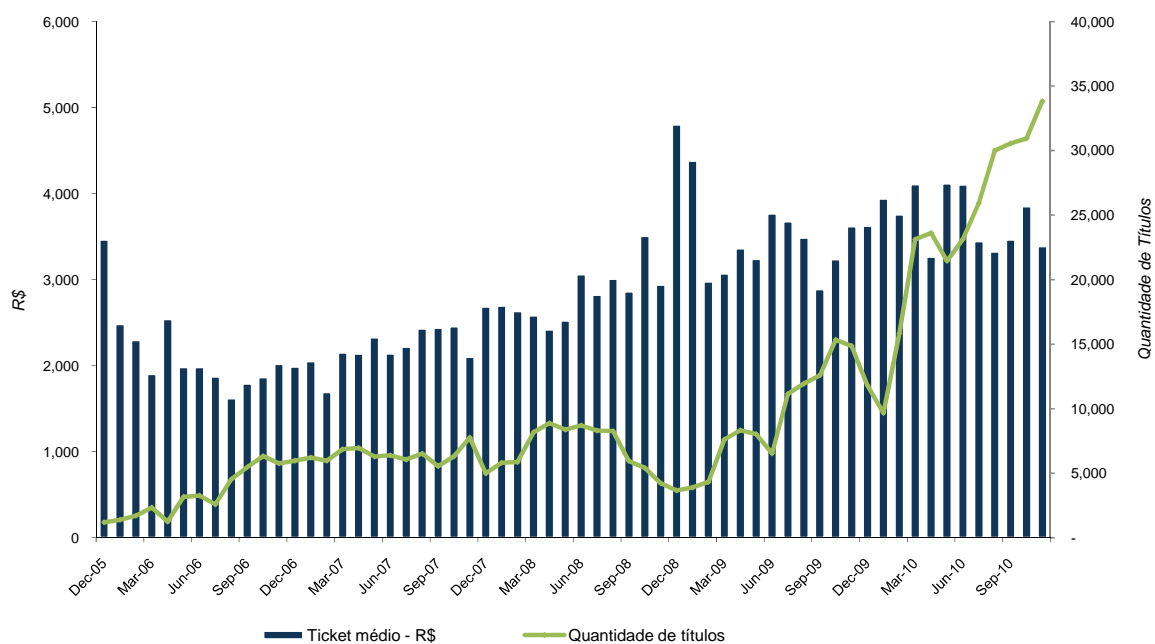
O gráfico abaixo traduz informações fornecidas pela Gestora que não fazem parte do estudo da KPMG, porém seus dados são de relevância para a análise da robustez do Fundo diante da inadimplência histórica. Os saldos da PDD representam um percentual dos ativos do Fundo compatível com o percentual de atrasos superiores a 60 dias acima, além disto representam um valor não tão significativo quando comparado com o valor das Quotas Subordinadas.

Evolução do Patrimônio Líquido (R\$MM) x PDD (R\$MM) x Razão de Garantia (%)

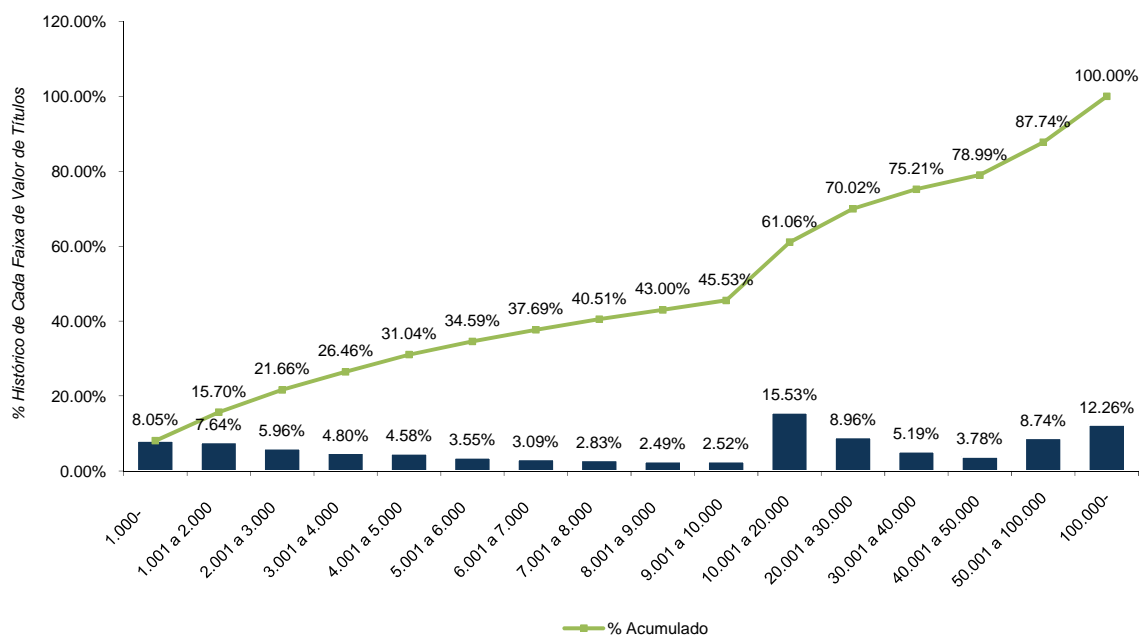


Pelo estudo, o ticket médio do período é de R\$3.190,00 (três mil cento e noventa reais) como demonstrado no gráfico abaixo. A curva de distribuição do valor dos recebíveis também é apresentado abaixo para o banco de dados completo e para os recebíveis em aberto. O relativo baixo valor do *ticket* médio colabora com a alta pulverização dos recebíveis, otimizando o risco do portfólio do Fundo.

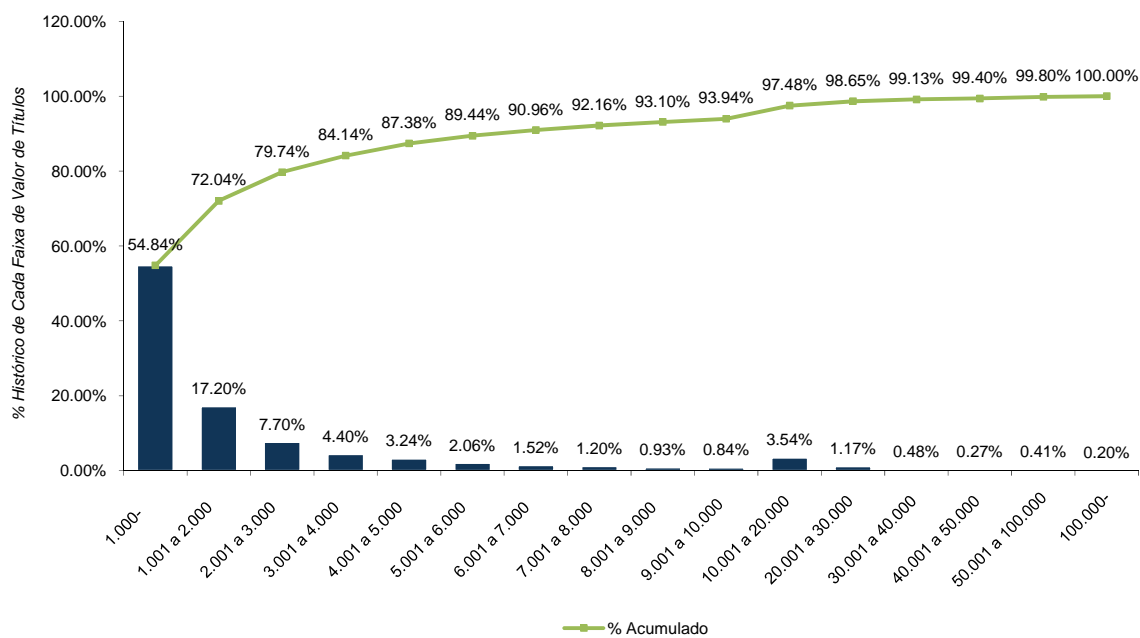
## Histórico de Quantidade de Títulos x Ticket Médio em R\$



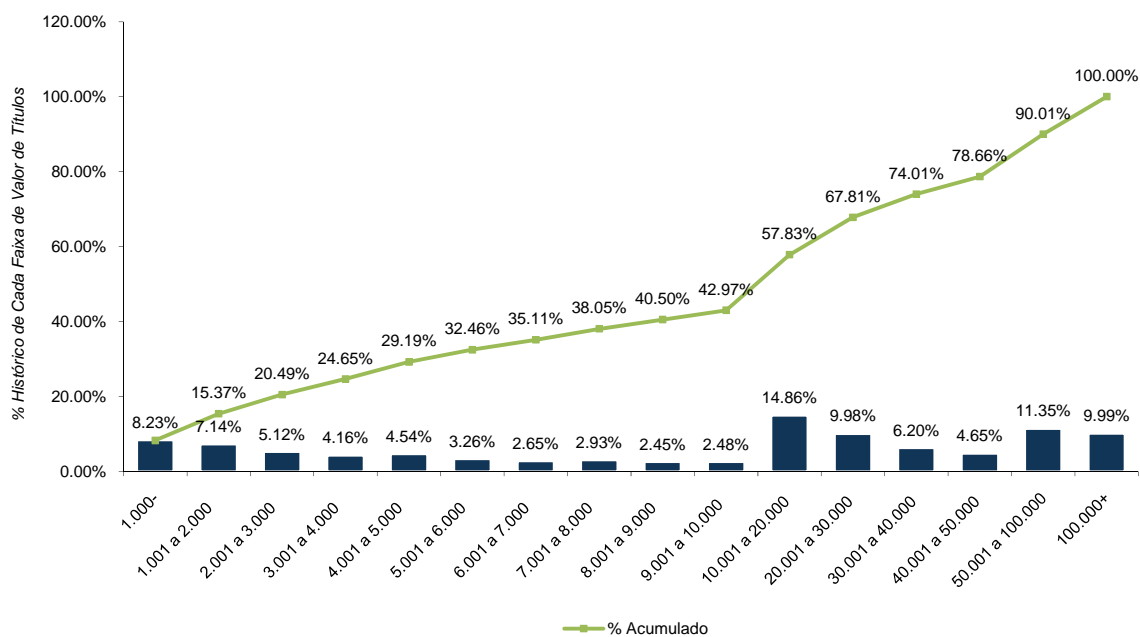
## Somatório do Valor de Face por Faixas de Valor dos Direitos de Crédito - Histórico



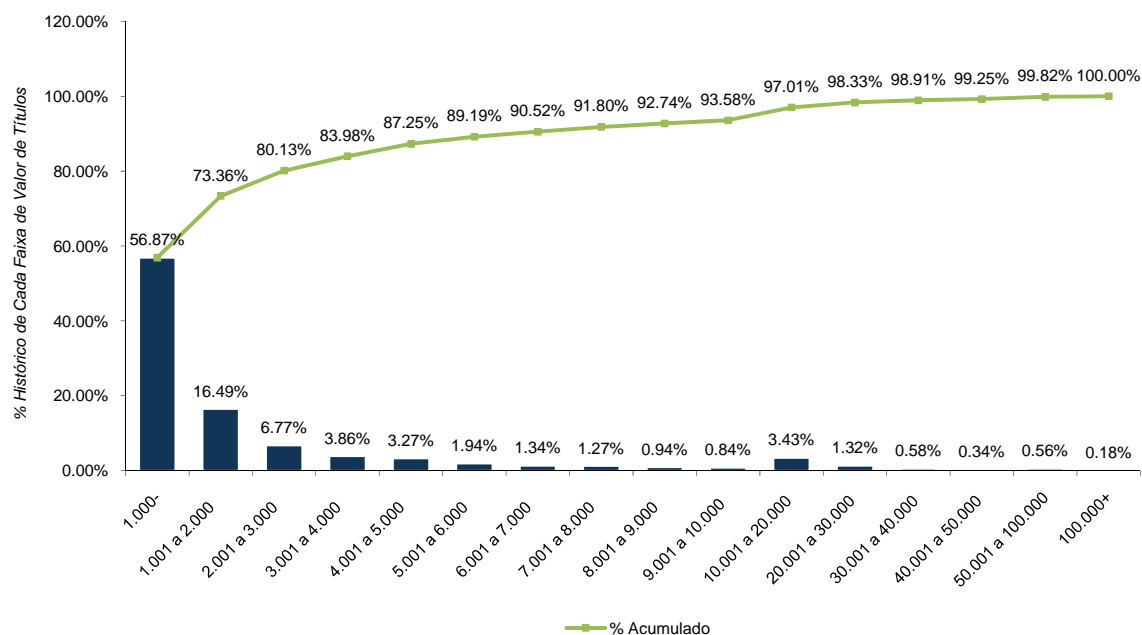
## Somatório da Quantidade de Direitos Creditórios por Faixas de Valor – Histórico



## Somatório do Valor de Face por Faixas de Valor dos Direitos Creditórios – Data Base

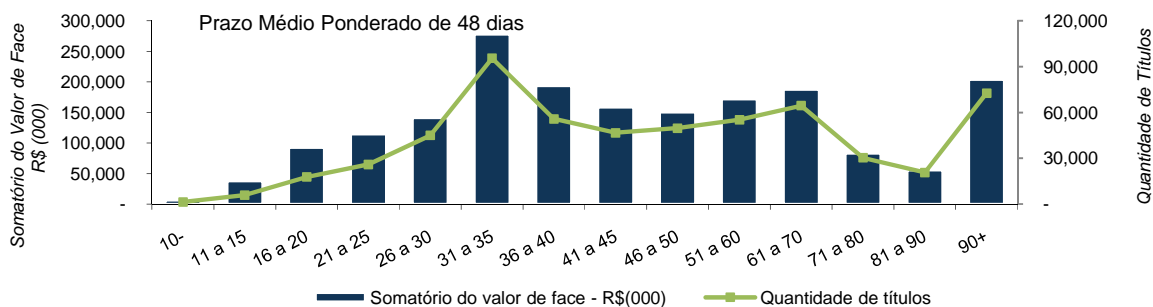


## Somatório da Quantidade de Direitos Creditórios por Faixas de Valor – Data Base

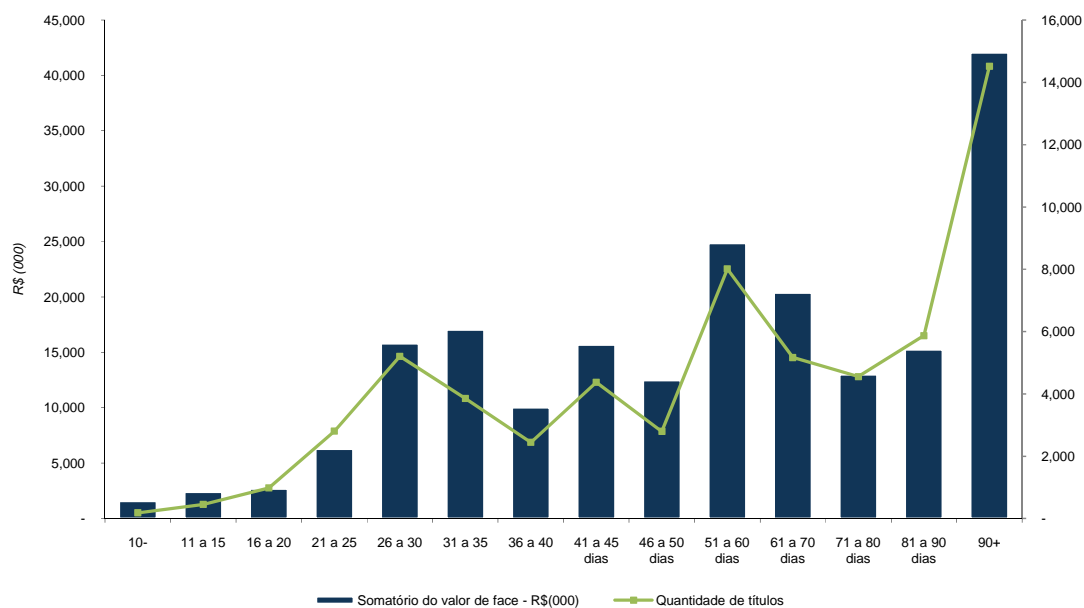


O prazo médio de todos os recebíveis analisados (histórico) é de 48 dias, enquanto que o dos recebíveis não pagos é de 66 dias. O curto prazo dos recebíveis permite um rápido ajuste das políticas de crédito do Fundo, otimizando a inadimplência principalmente em momentos de crise econômica, e ao mesmo tempo permitindo uma geração maior, eventualmente com prazos e disponibilidades em caixa menores, nos momentos de aquecimento da economia.

## Distribuição da operações por prazo médio de emissão até o vencimento – Histórico

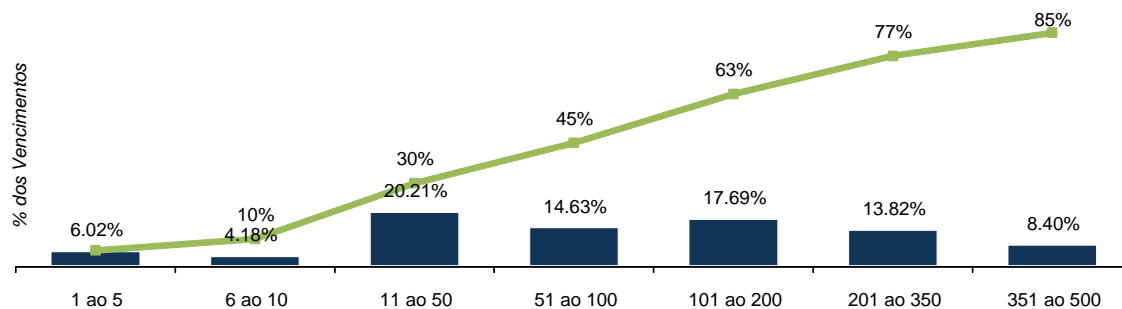


## Distribuição da operações por prazo médio de emissão até o vencimento – Posição na Data-Base

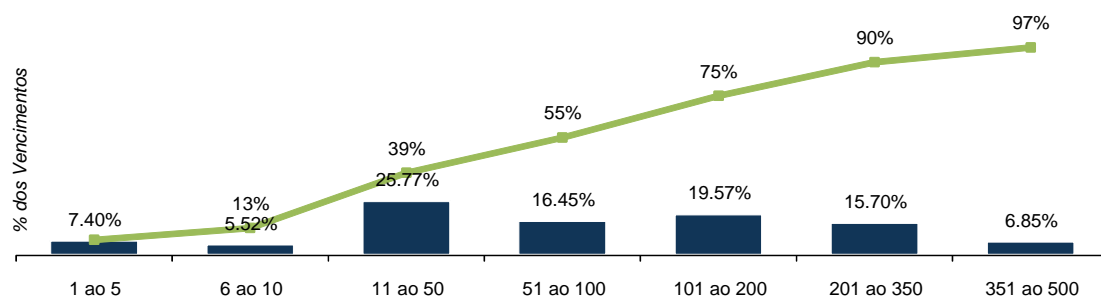


A concentração histórica dos 5 maiores Cedentes pelo somatório do valor de face é 6,02% (seis inteiros e dois centésimos por cento), na data base é de 7,40% (sete inteiros e quarenta centésimos por cento), dos 5 maiores sacados historicamente é de 3,44% (três inteiros e quarenta e quatro centésimos por cento), na data base é de 4,18% (quatro inteiros e dezoito centésimos por cento). Estas curvas de distribuição estão representadas abaixo. Novamente estes números demonstram uma grande pulverização dos recebíveis, colaborando para uma melhor gestão da inadimplência da Carteira.

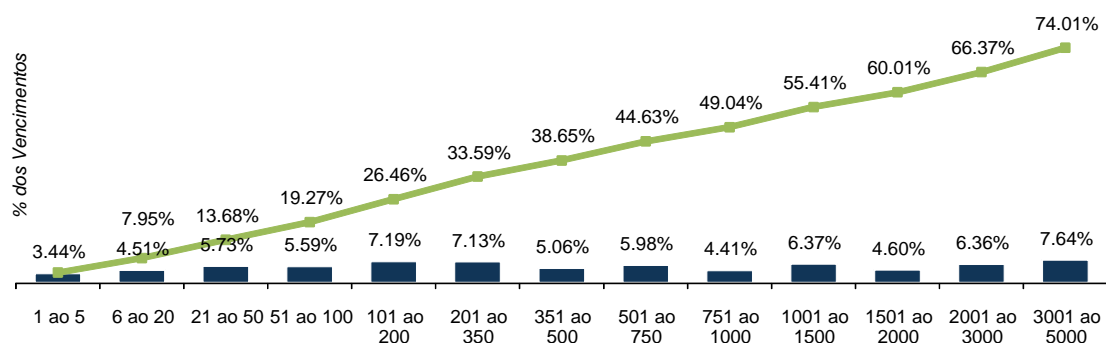
## Concentração de Cedentes por Somatório do Valor de Face dos Direitos Creditórios - Histórico



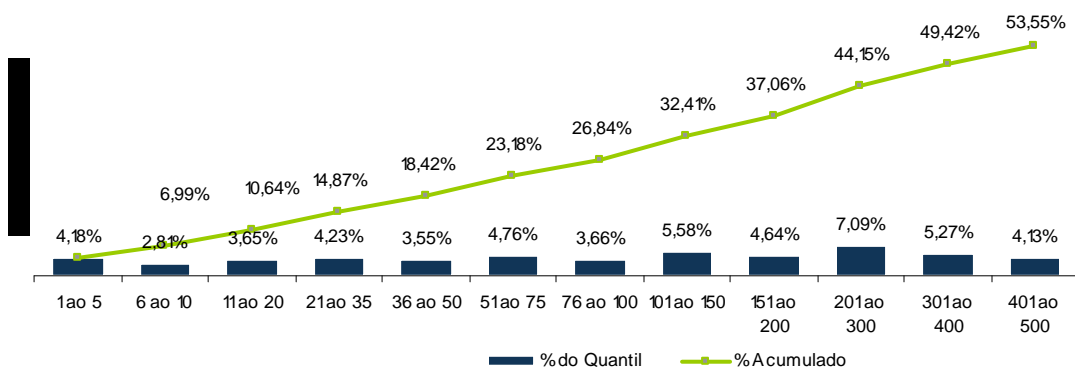
### Concentração de Cedentes por Somatório do Valor de Face dos Direitos Creditórios – Data-Base



### Concentração de Sacados por Somatório do Valor de Face dos Direitos Creditórios – Histórico

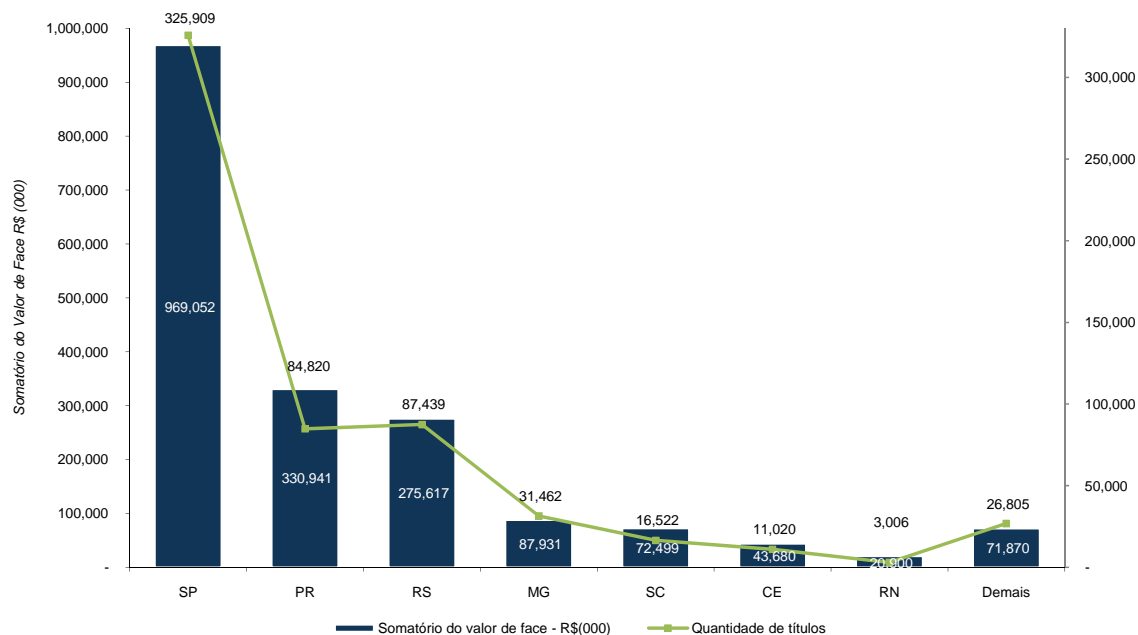


### Concentração de Sacados por Somatório do Valor de Face dos Direitos Creditórios – Data-Base

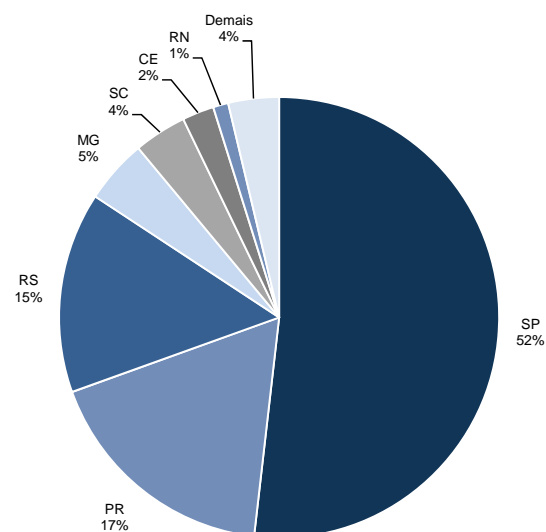


Em relação à presença geográfica, o gráfico abaixo representa a concentração das sedes dos Cedentes e dos sacados por estado brasileiro. Majoritariamente os sacados e Cedentes se encontram no estado de São Paulo, o que é natural, tendo em vista ser a capital do estado de São Paulo o local da sede da Gestora do Fundo e de São Paulo ser o estado com o maior PIB dentre os demais estados brasileiros. A importância dos demais estados nas operações do Fundo se dá em função do histórico positivo de geração e performance dos recebíveis nestes estados.

Distribuição do Volume Financeiro por UF do Cedente – Histórico

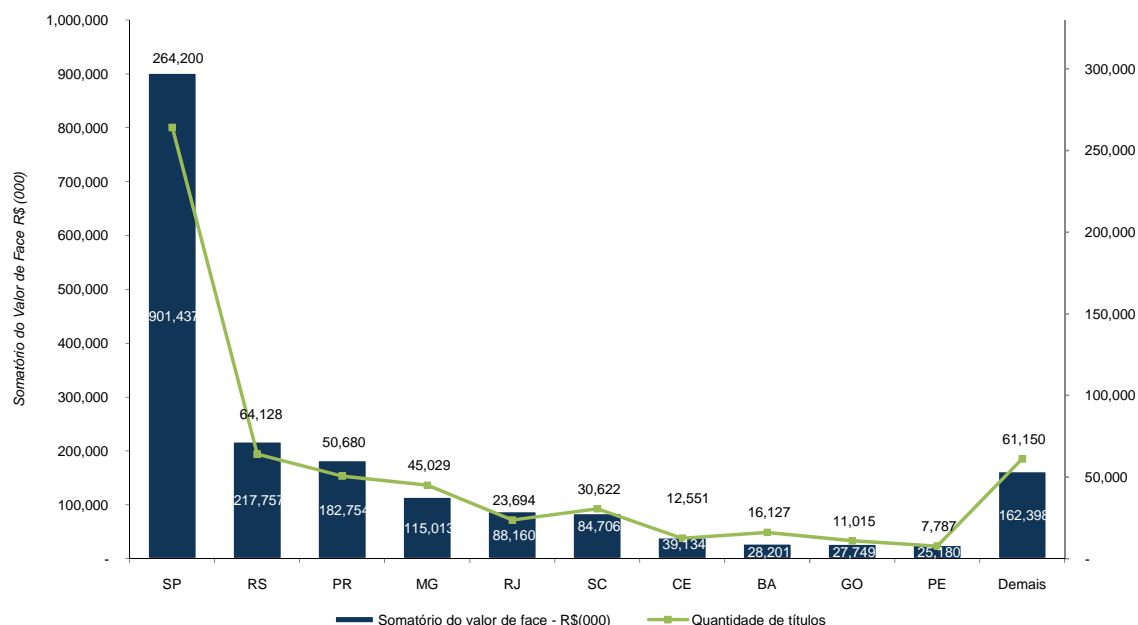


Distribuição Percentual do Volume Financeiro por UF do Cedente - Histórico

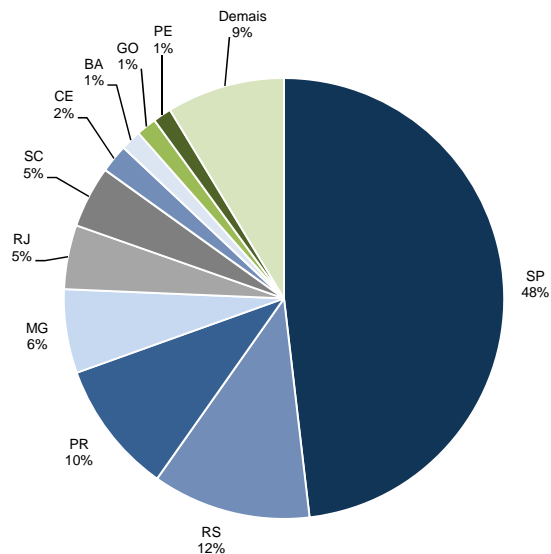




### Distribuição do Volume Financeiro por UF do Sacado – Histórico

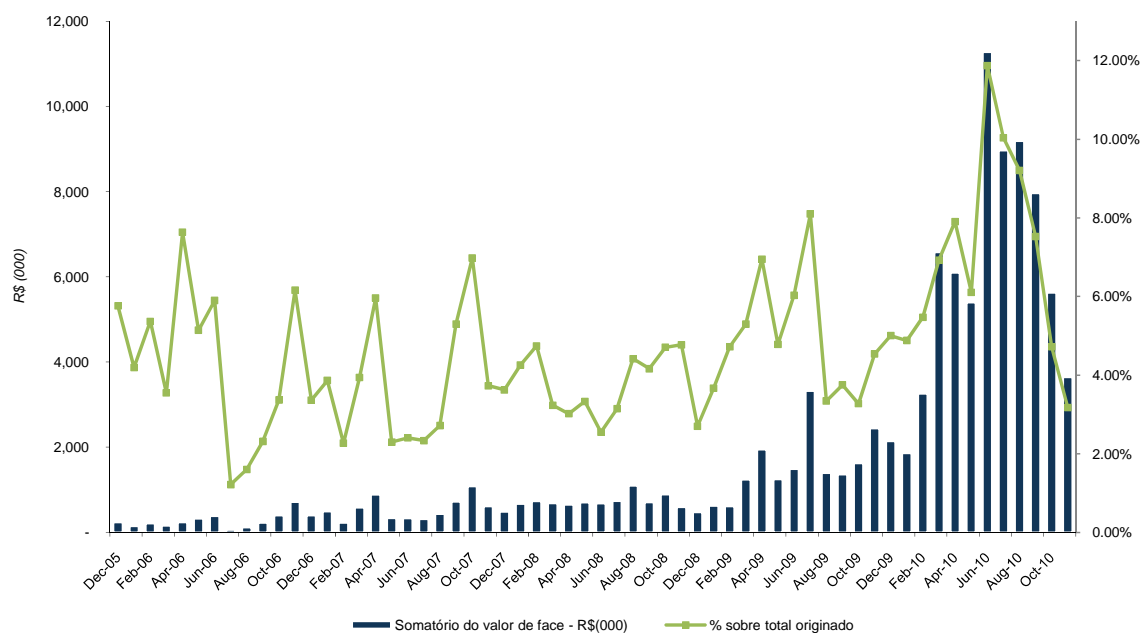


### Distribuição Percentual do Volume Financeiro por UF do Sacado - Histórico

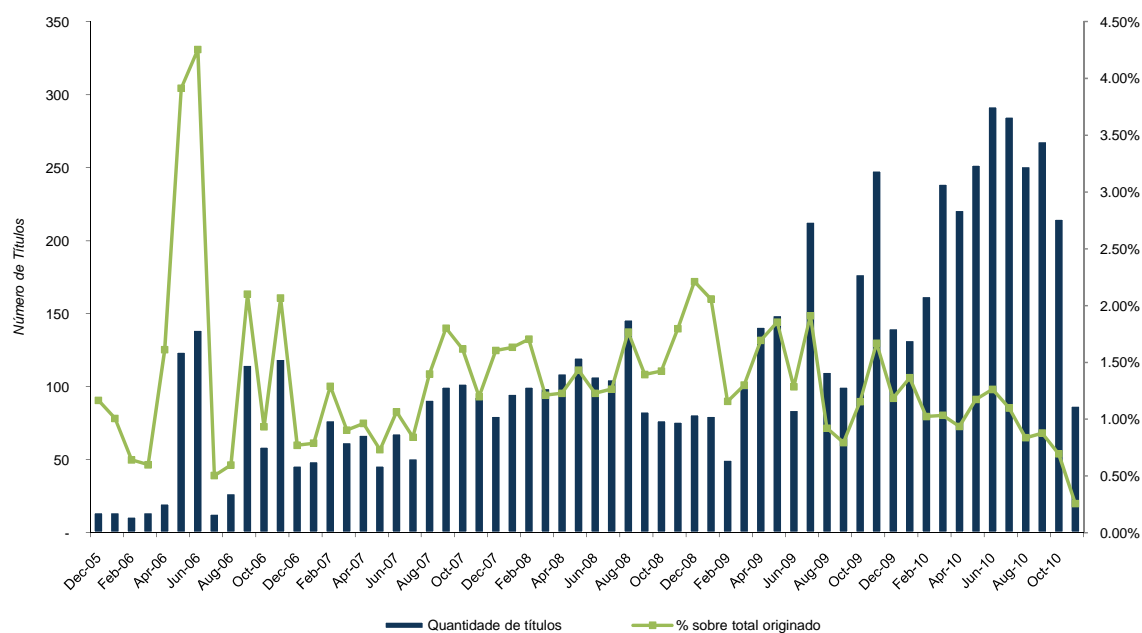


Concluindo o estudo de performance dos recebíveis, encontra-se abaixo gráfico com a evolução histórica das recompras de recebíveis pelos Cedentes. De acordo com o Regulamento do Fundo, a Gestora está autorizada a buscar formas de recuperação dos valores devidos pelo sacado inadimplente, tais como (i) substituição dos Direitos de Crédito inadimplidos por novos Direitos de Crédito a vencer ou (ii) recompra pelo Cedente dos Direitos de Crédito inadimplidos ou a vencer por meio de depósito bancário. Esta política de recompra fruto de renegociação dos recebíveis inadimplentes é útil e necessária, colaborando com a performance de inadimplência dos recebíveis do Fundo.

### Distribuição Mensal das Operações de Recompra por Somatório do Valor de Face dos Recebíveis



### Distribuição Mensal das Operações de Recompra por Quantidade de Títulos



Concluindo o bom desempenho da inadimplência do Fundo pode ser justificada pelos seguintes fatores:

- 1) **Alinhamento de interesses:** o quotista subordinado é a Gestora, e a Gestora não possui outros negócios que venham a ceder recebíveis, como por exemplo uma *factoring*;
- 2) **Baixo prazo médio dos recebíveis:** o prazo médio histórico dos recebíveis é de somente 48 dias, o que permite uma grande agilidade da Gestora para modificar a política de crédito em função do estado do mercado;
- 3) **Baixo valor do ticket médio:** o baixo ticket médio, de somente R\$3.190,00 (três mil cento e noventa reais) garante uma grande pulverização do risco, minimizando o risco de inadimplência;
- 4) **Grande pulverização dos Cedentes:** os cinco maiores Cedentes, historicamente, representam somente 6,0% (seis por cento) e na data base somente 7,4% (sete inteiros e quarenta centésimos por cento), caracterizando a grande pulverização dos Cedentes, minimizando o risco de crédito.
- 5) **Grande pulverização de sacados:** os cinco maiores sacados, historicamente, representam somente 3,4% (três inteiros e quarenta centésimos por cento) e na data base somente 0,8% (oitenta centésimos por cento). A pulverização dos sacados é mais relevante do que a dos Cedentes, pois o seu fluxo é diretamente responsável pelos pagamentos das obrigações do Fundo.

## INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E HISTÓRICO

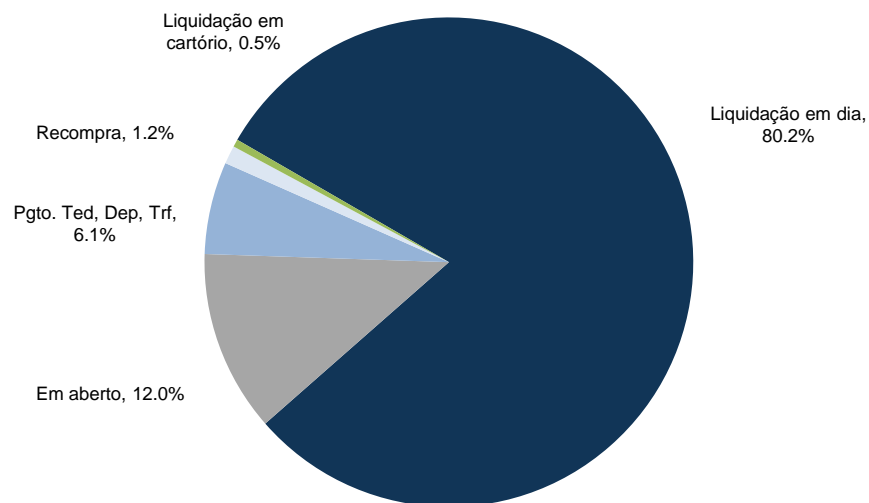
### Características do Fundo

A tabela abaixo apresenta detalhadamente as características do Fundo no mês de março de 2011:

Características do Fundo	
Número de Operações (mês)	1.672
Número de Cedentes	797
Número de Sacados	22.017
Ticket Médio (R\$)	68.221
Prazo Médio da Carteira (Dias)	43
Vencimento dos Ativos em até 90 dias (%)	95%
Ramo de Atividade	3
Pulverização setorial (ramo industrial)	21
Saldo médio devedor por cedente (R\$)	352.152
Saldo médio devedor por sacado (R\$)	12.748
Valor médio por título (R\$)	4.374
Valor total Operado no mês (R\$)	114.065.092

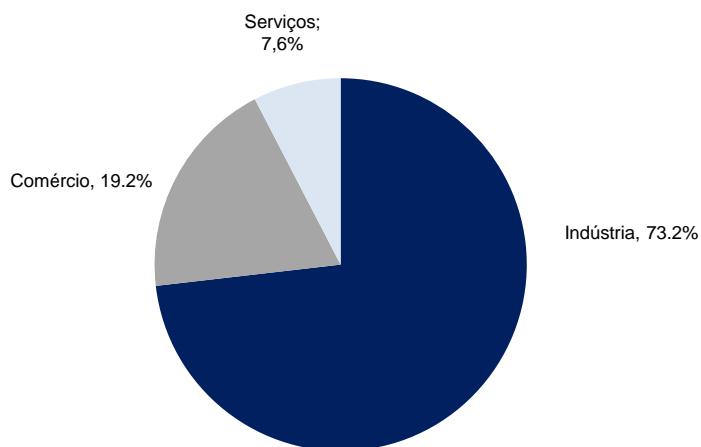
### Liquidez da Carteira do Fundo

O gráfico abaixo apresenta a liquidez da Carteira do Fundo em porcentagem referente ao mês de março de 2011.



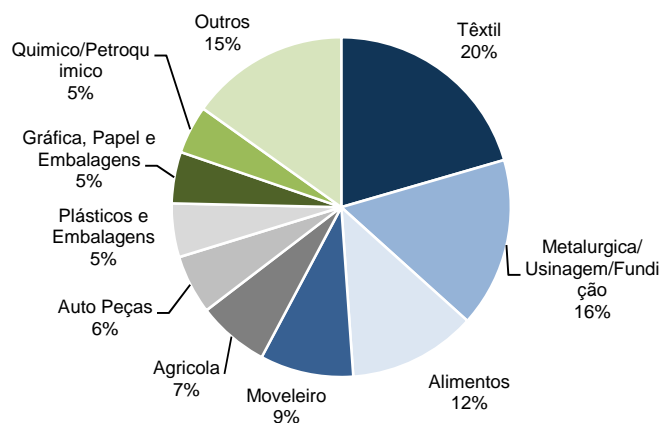
### Concentração dos Ativos por Ramo de Atividade

O gráfico abaixo apresenta a concentração até o mês de março de 2011, dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo em relação aos ramos/setores de atividade.



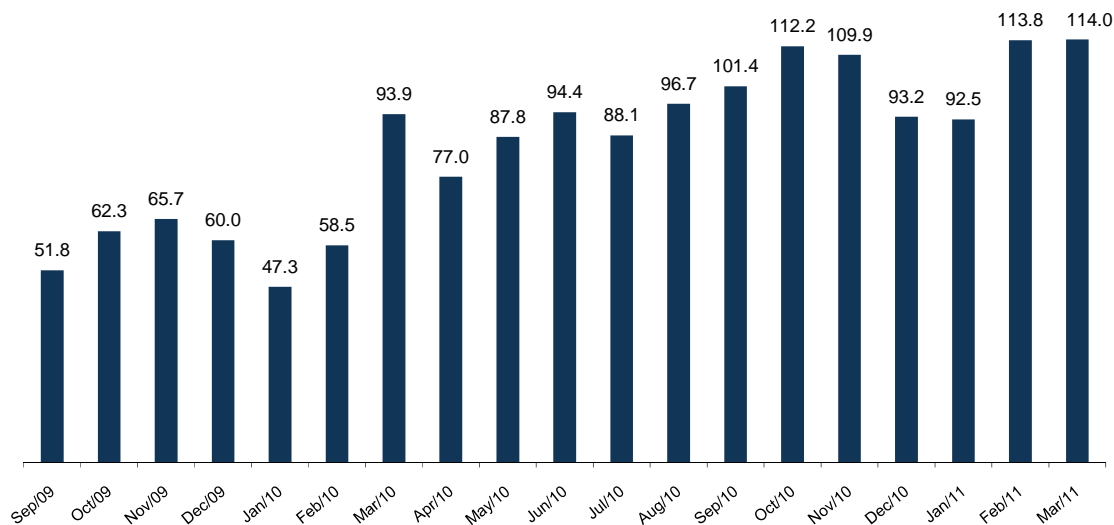
### Pulverização Setorial

O gráfico abaixo apresenta mais detalhadamente a concentração no mês de março de 2011, dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo, por ramo/setor industrial.



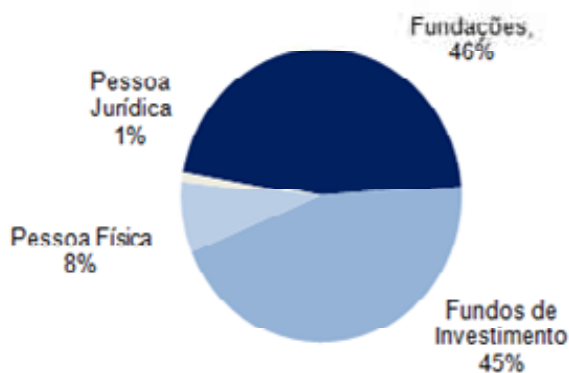
### Total de Ativos Cedidos ao Fundo

O gráfico abaixo apresenta o total de ativos cedidos ao Fundo no período entre junho de 2008 e março de 2011 em milhões de reais.



### Perfil dos Investidores

O gráfico abaixo apresenta o perfil dos investidores do Fundo e suas respectivas participações no Fundo no mês de março de 2011.

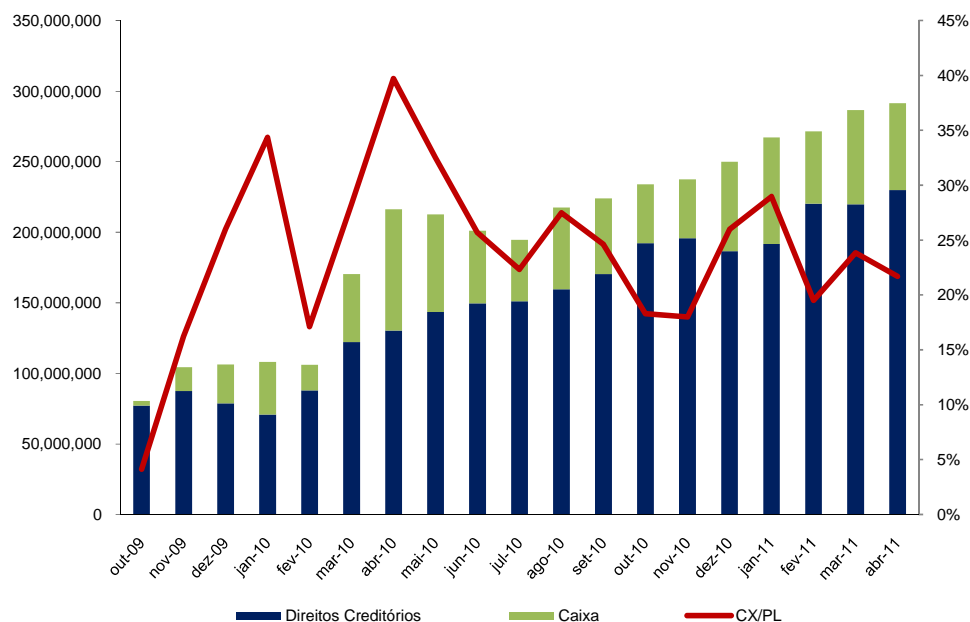


### Histórico

Deste o início de suas operações até a data deste Prospecto Definitivo, o Fundo apresentou um excelente desempenho, atingindo as metas de rendimento prioritário alvo de todas as Quotas do Fundo e com substancial crescimento do Patrimônio Líquido.

## Evolução do Caixa e dos Direitos de Crédito do Fundo

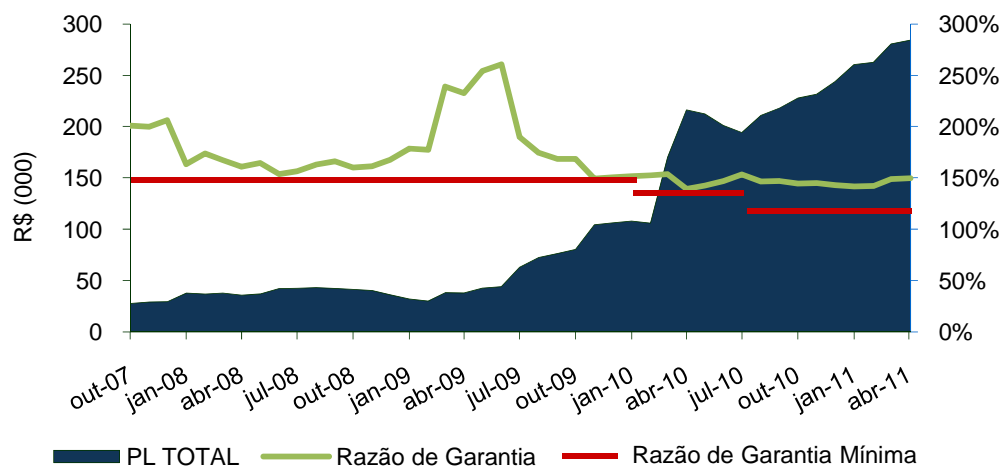
O gráfico abaixo apresenta a relação entre a evolução do caixa do Fundo, dos Direitos de Crédito e do Patrimônio Líquido do Fundo referentes ao período entre setembro de 2009 a março de 2011.



## Evolução do Patrimônio Líquido e da Razão de Garantia

O gráfico abaixo apresenta a evolução do Patrimônio Líquido e da Razão de Garantia do Fundo desde de setembro de 2007 até março de 2011:

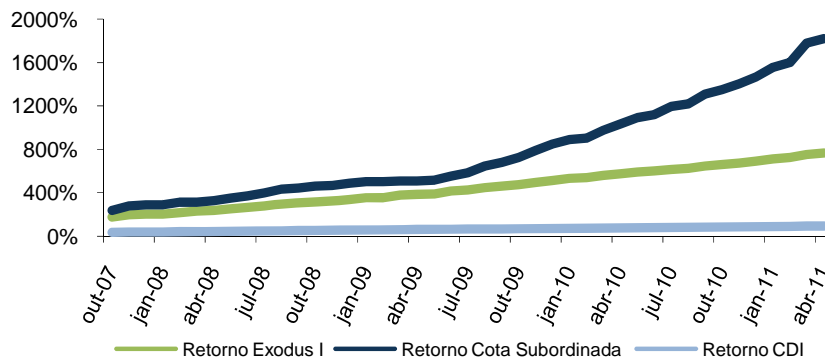
Evolução do Patrimônio – Razão de Garantia



\* Razão de Garantia de 150% até 26 de fevereiro de 2010, 137% até a data de resgate das quotas seniores da 10ª série e 125% atualmente.

## Retorno Nominal do Fundo

O gráfico abaixo apresenta o retorno nominal do Fundo desde de setembro de 2007 até março de 2011.



Os gráficos e dados acima evidenciam o desempenho da Carteira do Fundo, através da rentabilidade acumulada no período.

Embora a rentabilidade da Carteira do Fundo não seja integralmente transferida à taxa alvo de remuneração das Quotas Seniores, esta rentabilidade demonstra a capacidade do Fundo em arcar com a taxa alvo de remuneração, especialmente pelo aumento do fator de garantia representado pelo crescimento da participação das Quotas Subordinadas no Patrimônio Líquido do Fundo.

Para maiores informações financeiras do Fundo, o investidor pode acessar o site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), o qual disponibiliza os relatórios mensais e trimestrais do Fundo, bem como todos os documentos do Fundo, inclusive os documentos relativos à Oferta.

***O presente item não constitui promessa de rendimentos. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.***



### Histórico das outras séries e classes de Quotas emitidas pelo Fundo

Quotas Seniores (Séries)	Data de Emissão	Quantidade De Quotas	Remuneração	Amortizações	Data de Resgate
1ª A	31/05/2005	8	100% da Taxa CDI	12 (doze) amortizações mensais e consecutivas a partir do 12º (décimo segundo) mês, contado da data da primeira subscrição.	30-Abr-07
1ª B	12/07/2005	12	100% da Taxa CDI	10 (dez) amortizações semestrais nos últimos dias úteis de novembro e maio, a partir de 30 de novembro de 2010.	31-Mai-15
1ª C	10/08/2005	40	110% da Taxa CDI	3 (três) amortizações mensais e consecutivas no último dia útil de cada mês a partir 24º (vigésimo quarto) mês, contado da data da primeira subscrição.	30-Nov-07
2ª A	07/02/2006	125	110% da Taxa CDI	5 (cinco) amortizações mensais e consecutivas, no último dia útil de cada mês a partir 7º (sétimo) mês contado da data da primeira subscrição.	30-Mar-07
2ª B	07/02/06	125	115% da Taxa CDI	3 (três) amortizações semestrais, no último dia útil do sexto, décimo segundo e décimo oitavo mês, contado da data da primeira subscrição.	18-Fev-08
3ª	14/08/06	25	108% da Taxa CDI	4 (quatro) amortizações mensais e consecutivas, no último dia útil de cada mês a partir 22º (vigésimo segundo) mês, contado da data da primeira subscrição.	26-Set-08
4ª	10/10/06	10	115% da Taxa CDI	2 (duas) amortizações mensais, no último dia útil do 12º e 18º mês, contado da data da primeira subscrição.	29-Abr-08
5ª	19/10/06	100	Taxa CDI + 2% a.a.	6 (seis) amortizações mensais e consecutivas, no último dia útil de cada mês a partir 25º (vigésimo quinto) mês, contado da data da primeira subscrição.	28-Abr-09
6ª	03/10/07	200	Taxa CDI + 2% a.a.	6 (seis) amortizações mensais e consecutivas, no último dia útil de cada mês a partir 25º (vigésimo quinto) mês, contado da data da primeira subscrição.	30-Jul-10

7ª	11/02/08	34	Taxa CDI + 2% a.a.	6 (seis) amortizações mensais e consecutivas, no último dia útil de cada mês a partir 25º (vigésimo quinto) mês, contado da data da primeira subscrição.	31-Ago-10
8ª	25/02/08	20	Taxa CDI + 2% a.a.	6 (seis) amortizações mensais e consecutivas, no último dia útil de cada mês a partir 25º (vigésimo quinto) mês, contado da data da primeira subscrição.	30-Set-10
9ª	13/05/08	100	115% da Taxa CDI	2 (duas) amortizações mensais, sendo a primeira em 30 de dezembro de 2008 e a segunda em 31 de janeiro de 2009.	31-Jan-09
10ª	22/10/08	600	125% da Taxa CDI	6 (seis) amortizações mensais, no último dia útil de cada mês a partir do 20º (vigésimo) mês, contado da data da primeira subscrição.	12-Jul-10
11ª	31/03/10	717	125% da Taxa CDI	Não há.	Em andamento
12ª	17/03/10	934	130% da Taxa CDI	5 (cinco) amortizações, no dia 10 dos meses 18, 21, 24, 27 e 30, contado da data da primeira integralização.	Em andamento

Quotas Subordinadas Mezanino	Data de Emissão	Quantidade de Quotas	Remuneração	Amortizações	Data de Resgate
1ª Emissão	27/07/2009	100	140% da Taxa CDI	3 (três) amortizações mensais e consecutivas partir do 12º (décimo segundo) mês, contados da data da primeira subscrição.	08-Out-10

## FATORES DE RISCO

*Antes de decidir investir nas Quotas do Fundo, os interessados devem analisar, cuidadosamente, considerando sua própria situação financeira e objetivos de investimento, todas as informações constantes deste Prospecto Definitivo e, especialmente, avaliar os fatores de risco descritos nesta seção.*

*Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que a Administradora, o Custodiante, a Gestora ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento.*

*As aplicações dos Quotistas não contam com garantia da Administradora, do Custodiante, do Coordenador Líder, da Coordenadora Contratada, de suas Partes Relacionadas, ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.*

### RISCOS RELATIVOS AO INVESTIMENTO NO FUNDO

#### *Efeitos da política econômica do Governo Federal*

O Fundo, seus ativos, quaisquer Cedentes e os devedores dos Direitos de Crédito estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém freqüentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados de cada Cedente, os setores econômicos específicos em que atuam, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito por cada um dos sacados podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por:

- flutuações das taxas de câmbio;
- alterações na inflação;
- alterações nas taxas de juros;
- alterações na legislação e regulamentação aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios;
- alterações na política fiscal; e
- outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados de cada Cedente ou sacado, bem como a originação e liquidação dos Direitos de Crédito pelos respectivos devedores, respectivas Cedentes e eventuais garantidores.

A atividade do segmento industrial no Brasil, e, conseqüentemente, a originação dos Direitos de Crédito, está diretamente relacionada ao crescimento econômico e ao nível de investimento e consumo no país. Assim, a retração da economia brasileira, ocasionada por crises internas ou externas ou por ações governamentais, pode afetar negativamente os negócios de cada uma das Cedentes, e a originação e liquidação dos Direitos de Crédito.

### ***Investimento de baixa liquidez***

Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo.

Ademais, não há um mercado secundário desenvolvido para a negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, o que resulta em baixa liquidez desse tipo de investimento. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, o que impede o resgate de suas Quotas a qualquer momento e pode resultar em dificuldade adicional aos Quotistas para alienar seu investimento no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

### ***Inexistência de garantia de rentabilidade***

O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma prioridade estabelecida para o recebimento do resultado da carteira estabelecida pelo Fundo, não constituindo garantia mínima de rentabilidade aos investidores. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores, a rentabilidade dos Quotistas será inferior à meta indicada no respectivo Suplemento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

### ***Amortização e resgate condicionado das Quotas***

As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos devedores; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no Parágrafo acima, tanto a Administradora quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

### ***Liquidação antecipada do Fundo e resgate de Quotas***

O Regulamento prevê hipóteses nas quais o Fundo poderá ser liquidado antecipadamente. Ocorrendo qualquer uma dessas hipóteses, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Quotistas.

Deste modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade que o Fundo objetiva ou mesmo sofrer prejuízo no seu investimento não conseguindo recuperar o capital investido nas Quotas, e, ainda que recebam o capital investido, poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo. Nesse caso, não será devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, os Custodiantes e a Gestora qualquer multa ou penalidade.

### ***Guarda dos Documentos Comprobatórios***

A Gestora será responsável pela guarda dos respectivos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Custódia. Embora o Custodiante e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida originação e formalização dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.

### ***Cobrança judicial dos Direitos de Crédito***

Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo e à salvaguarda dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos Quotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite do valor total das Quotas Subordinadas, sempre observado o que seja deliberado pelos titulares das Quotas Seniores reunidos em Assembléia Geral na forma do Capítulo XXI do Regulamento. A Administradora e o Custodiante não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Seniores deixem de aportar os recursos necessários para tanto, nos termos do Capítulo XX do Regulamento.

### ***Necessidade de realizar aporte de recursos no Fundo em decorrência de Patrimônio Líquido negativo***

O Fundo não utiliza alavancagem como parte integrante de sua política de investimentos, entretanto, a variação do Patrimônio Líquido está ligada à precificação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros. Em caso de elevação da inadimplência histórica da Carteira do Fundo e da falta novos de aportes por parte dos Quotistas Subordinados, as Quotas do Fundo poderão ter seu valor muito próximo ou igual a zero. Em decorrência das despesas e obrigações a que o Fundo está sujeito, os Quotistas poderão ser chamados a aportar novos recursos no Fundo de forma a arcar com os seus Encargos.

## **RISCOS RELATIVOS AOS DIREITOS DE CRÉDITO**

### ***Risco de mercado***

O desempenho dos Ativos Financeiros que compõem a Carteira do Fundo está diretamente ligado a alterações nas perspectivas macroeconômicas de mercado, o que pode causar oscilações em seus preços. Tais oscilações também poderão ocorrer em função de alterações nas expectativas do mercado, acarretando mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos. As referidas oscilações podem afetar negativamente o desempenho do Fundo, e conseqüentemente a rentabilidade das Quotas.

### ***Risco de crédito***

O risco de crédito decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos ativos integrantes da Carteira do Fundo e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos em honrarem seus compromissos, conforme contratados. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais investidores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Adicionalmente, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

### ***Liquidez restrita dos principais ativos do Fundo***

Os principais ativos do Fundo são os Direitos de Crédito a serem originados por empresas do segmento industrial e selecionados pela Gestora, os quais não possuem um mercado secundário desenvolvido ou organizado. Caso o Fundo tenha de alienar os Direitos de Crédito de sua titularidade, é possível que não haja interessados ou que o preço de alienação resulte em perdas para o Fundo, o que resultará em prejuízo para os Quotistas.

### ***Regularidade dos Direitos de Crédito***

O Custodiante realizará verificação periódica do lastro dos Direitos de Crédito com base em análise por amostragem – ou seja, esta auditoria não compreenderá a revisão de todos os Direitos de Crédito, mas apenas de alguns selecionados aleatoriamente, de forma a verificar a regularidade de seus Documentos Comprobatórios. Mesmo com a realização dessa auditoria, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito, causando-lhe prejuízo.

### ***Risco decorrente da precificação dos ativos***

Os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros (“*mark-to-market*”), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.

### ***Movimentação dos valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo***

Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão recebidos diretamente na Conta de Arrecadação. Os valores depositados na Conta de Arrecadação serão transferidos diariamente para a Conta do Fundo. Apesar do Fundo contar com a obrigação do respectivo banco de realizar diariamente as transferências dos recursos depositados na Conta de Arrecadação para a Conta do Fundo, a rentabilidade das Quotas pode ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas, caso haja inadimplemento pelo Banco do Brasil, no cumprimento de sua referida obrigação, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta do Fundo. Não há qualquer garantia de cumprimento pelo referido banco de suas obrigações acima destacadas.

### ***Risco de não originação de Direitos de Crédito***

A Gestora é a responsável pela seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, sendo que nenhum Direito de Crédito poderá ser adquirido pelo Fundo, de acordo com o Regulamento, se não forem previamente analisados e selecionados pela Gestora. Apesar de o Regulamento do Fundo prever Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação relativos à renúncia, substituição ou outros eventos relevantes relacionados à Gestora, caso exista qualquer dificuldade da Gestora em desenvolver suas atividades de análise e seleção de Direitos de Crédito, os resultados do Fundo poderão ser adversamente afetados.

### ***Risco decorrente dos critérios adotados pela Cedente para a concessão do crédito.***

O Fundo está apto a adquirir Direitos de Crédito de titularidade de múltiplos Cedentes. Tais Cedentes não são previamente conhecidos pelo Fundo, pela Gestora, pela Administradora e/ou pelo Custodiante, de forma que eventuais problemas oriundos da relação comercial entre as Cedentes e os respectivos sacados podem não ser previamente identificados pelo Fundo, pela Gestora, pela Administradora e/ou pelo Custodiante. Os resultados do Fundo poderão ser afetados negativamente caso a Cedente não indenize o Fundo pelos Direitos de Crédito que não forem pagos integralmente pelos sacados em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o sacado e a respectiva Cedente, tais como (i) defeito ou vício do produto ou (ii) devolução do produto que resulte no cancelamento da respectiva venda.

***Risco decorrente de eventuais restrições de natureza legal ou regulatória.***

A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa, afetando negativamente o patrimônio do Fundo. Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão originados por operações de natureza financeira, industrial, comercial e de prestação de serviços entre as Cedentes e seus devedores. Os contratos e os demais documentos que formalizam tais relações podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos devedores, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

***Risco referente à sistemática de provisionamento dos Direitos de Crédito de liquidação duvidosa.***

O valor total dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos constante da Carteira do Fundo é muito superior ao montante da provisão para Direitos de Crédito de liquidação duvidosa constituída pelo Fundo. Tal fato decorre da própria sistemática para provisionamento de Direitos de Crédito de liquidação duvidosa constante da Resolução do CMN 2.682, que determina a aplicação de percentual progressivo de provisionamento de acordo com o prazo decorrido do vencimento do Direito de Crédito. O Fundo segue estritamente as normas de provisionamento constantes da Resolução do CMN 2.682.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## **ANEXOS**

---

- ANEXO I** - Regulamento do Fundo
- ANEXO II** - Atas das Assembléias Gerais do Fundo realizadas em 23 de maio de 2011, em 21 de junho de 2011 e em 13 de julho de 2011.
- ANEXO III** - Suplemento da 13ª Série de Quotas Seniores do Fundo
- ANEXO IV** - Súmula de Classificação de Risco
- ANEXO V** - Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de abril de 2010, 2009 e 2008
- ANEXO VI** - Informações Periódicas Trimestrais relativas aos períodos encerrados em setembro e dezembro de 2010 e março de 2011
- ANEXO VII** - Relatório “Revisão da carteira de recebíveis” elaborado pela Empresa de Auditoria

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **ANEXO I**

---

Regulamento do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

2410243  
3401171

---

**REGULAMENTO**

**DO**

**"FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA  
EXODUS I"**

2

---

**Datado de**

**28 de janeiro de 2010**

---

11

2010-01-17  
14:11:11

ÍNDICE:

CAPÍTULO I - FUNDO.....	4
CAPÍTULO II - PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO .....	4
CAPÍTULO III - ADMINISTRADORA.....	4
CAPÍTULO IV - RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA .....	6
CAPÍTULO V - CUSTODIANTE.....	10
CAPÍTULO VI - GESTORA.....	13
CAPÍTULO VII - OBJETIVO DO FUNDO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DE COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA .....	14
CAPÍTULO VIII - DIREITOS DE CRÉDITO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE.....	16
CAPÍTULO IX - FATORES DE RISCO.....	19
CAPÍTULO X - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO .....	23
CAPÍTULO XI - QUOTAS.....	25
CAPÍTULO XII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS.....	28
CAPÍTULO XIII - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS.....	29
CAPÍTULO XIV - PAGAMENTO AOS QUOTISTAS.....	31
CAPÍTULO XV - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS.....	31
CAPÍTULO XVI - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO.....	31
CAPÍTULO XVII - ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA .....	33
CAPÍTULO XVIII - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO .....	34
CAPÍTULO XIX - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS .....	36
CAPÍTULO XX - POLÍTICA E CUSTOS DE COBRANÇA.....	37
CAPÍTULO XXI - ASSEMBLÉIA GERAL.....	38
CAPÍTULO XXII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	40
CAPÍTULO XXIII - PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	41
CAPÍTULO XXIV - PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS.....	41
CAPÍTULO XXV - CLASSIFICAÇÃO DE RISCO .....	42
CAPÍTULO XXVI - DISPOSIÇÕES FINAIS .....	42

2010.01

341.171

ANEXO I - DEFINIÇÕES.....	44
ANEXO II - MODELO DE SUPLEMENTO.....	50
ANEXO III - POLÍTICA DE COBRANÇA.....	51
ANEXO IV - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO.....	53

D

4

REGULAMENTO  
DO  
"FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA EXODUS  
I"

**CAPÍTULO I - FUNDO**

**Artigo 1º** O "FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA - EXODUS I", disciplinado pela Resolução CMN 2.907, pela Instrução CVM 356, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (o "Fundo"), será regido pelo presente Regulamento.

**Parágrafo 1º** Os termos iniciados em letra maiúscula e utilizados neste Regulamento, estejam no singular ou no plural, terão os significados que lhes são atribuídos no Anexo I ao presente Regulamento.

**Parágrafo 2º** No prazo de até 10 (dez) dias corridos contados (i) da aprovação pela Administradora e, (ii) da aprovação pela Assembleia Geral, o Suplemento e eventuais aditamentos ao Regulamento, respectivamente, deverão ser levados a registro, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

**Artigo 2º** O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas somente poderão ser resgatadas na Data de Resgate de cada série de Quotas Seniores ou de cada classe de Quotas Mezanino, ou em virtude de sua liquidação antecipada conforme o previsto no Capítulo XVIII deste Regulamento.

**Parágrafo Único** É admitida, ainda, a amortização de Quotas, nos termos do Capítulo XIII deste Regulamento.

**Artigo 3º** Somente podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, Investidores Qualificados, nos termos da regulamentação em vigor.

**CAPÍTULO II - PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO**

**Artigo 4º** O Fundo terá prazo de duração indeterminado, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas.

**Parágrafo Único** O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral, observado o previsto nos Capítulos XVIII e XXI deste Regulamento.

**CAPÍTULO III - ADMINISTRADORA**

**Artigo 5º** O Fundo é administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 50, 5º, 6º e 7º andares, inscrita no CNPJ/MP sob o nº 33.918.160/0001-73, doravante designada (a "Administradora").



PROJ  
34171

Parágrafo 1º A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) deste Regulamento, (iii) das deliberações da Assembleia Geral, (iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

Parágrafo 2º Observada a regulamentação em vigor e as limitações deste Regulamento, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros que integrem a carteira do Fundo.

Parágrafo 3º Observados os termos e as condições deste Regulamento e da regulamentação aplicável a Administradora, independentemente de qualquer procedimento adicional, pode:

- D
- (a) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros ou à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, inclusive por meio de medidas cautelatórias e de preservação de direitos;
  - (b) constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes da carteira do Fundo, sendo que todas as procurações outorgadas pela Administradora, em nome do Fundo, não poderão ter prazo de validade superior a 12 (doze) meses, contados da data de sua outorga, com exceção: (1) das procurações outorgadas à Gestora; e (2) das procurações com poderes de representação em juízo, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica; e
  - (c) contratar em nome do Fundo e às custas deste, sem prejuízo de sua responsabilidade, terceiros para a execução dos serviços de (i) gestão da carteira do Fundo, controladoria, custódia, administração, cobrança e/ou guarda da documentação relativas aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo.

Artigo 6º A Administradora poderá ser substituída, a qualquer tempo, pelos titulares das Quotas reunidos em Assembleia Geral, na forma do Capítulo XXI, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

Artigo 7º A Administradora, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, sempre com aviso prévio de 60 (sessenta) dias corridos, pode renunciar à administração do Fundo, desde que a Administradora convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre a sua substituição, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XXI deste Regulamento.

Parágrafo Único Na hipótese de renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora em Assembleia Geral, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração e gestão do Fundo até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de

realização da respectiva Assembleia Geral.

**Artigo 8º** A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.

#### **CAPÍTULO IV - RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA**

**Artigo 9º** A Administradora tem as seguintes obrigações, sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação aplicável, neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação:

- (a) manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal:
  - (i) a documentação relativa às operações do Fundo;
  - (ii) o registro dos Quotistas;
  - (iii) o livro de atas de Assembleias Gerais;
  - (iv) o livro de presença de Quotistas;
  - (v) os demonstrativos trimestrais do Fundo a que se refere o Artigo 12 deste Regulamento;
  - (vi) os registros contábeis do Fundo; e
  - (vii) os relatórios da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco.
- (b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo, diretamente ou por meio do Custodiante ou terceiro autorizado;
- (c) disponibilizar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como cientificá-los do (i) nome do periódico utilizado para divulgação de informações do Fundo; e (ii) da taxa de administração cobrada;
- (d) disponibilizar aos Quotistas, no prazo de 40 (quarenta) dias corridos contados do encerramento de cada trimestre civil, no periódico referido no Artigo 83 deste Regulamento, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, o valor do Patrimônio Líquido e das Quotas, e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Razão de Garantia, apurada nos termos do Capítulo XVII abaixo, e o último relatório sobre o Fundo e suas Quotas disponibilizado pela Agência de Classificação de Risco;

- Nº 000.000.000  
000.000.000
- (e) colocar à disposição dos Quotistas em sua sede e agências, e nas instituições que distribuam Quotas, as demonstrações financeiras do Fundo, bem como os relatórios preparados pela Empresa de Auditoria;
- (f) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas de toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;
- (h) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino pela Agência de Classificação de Risco;
- (i) assegurar que o Diretor Designado, responsável pela gestão, supervisão, acompanhamento e prestação de informações do Fundo, elabore os demonstrativos trimestrais referidos no Artigo 12 deste Regulamento;
- (j) observar estritamente a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo, conforme o disposto no Capítulo VII;
- (k) celebrar, em nome do Fundo, o Contrato de Cessão, seus eventuais aditamentos, todos os Termos de Cessão;
- (l) executar, diretamente ou por meio da contratação do Agente Escriturador, serviços que incluem, dentre outras obrigações,
- (i) a escrituração das Quotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Quotistas;
  - (ii) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações de titularidade ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas;
  - (iii) a manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado dos Quotistas, em perfeita ordem; e
  - (iv) o fornecimento aos Quotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas, sua propriedade e respectivo valor;
- (m) fazer a guarda física ou escritural dos documentos abaixo listados, por si ou por terceiros contratados, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal:
- (i) extratos da Conta de Arrecadação e da Conta do Fundo, e dos comprovantes de movimentações de valores em tais contas;
  - (ii) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia

2010-10-10 14:11:11

2010-10-10 14:11:11

e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento ou no Contrato de Custódia;

- (iii) documentos referentes aos Ativos Financeiros;
- (iv) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- (n) informar imediatamente à Agência de Classificação de Risco:
  - (i) a substituição da Administradora, da Empresa de Auditoria, da Gestora ou do Custodiante;
  - (ii) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou de Liquidação; e
  - (iii) a celebração de aditamentos ao Contrato de Cessão, Contrato de Custódia ou Contrato de Gestão.
- (o) providenciar o registro do Regulamento, de seus eventuais aditamentos e dos Suplementos, nos termos do Parágrafo 2º do Artigo 1º deste Regulamento;
- (p) franquear o acesso da Agência de Classificação de Risco aos relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia; e
- (q) manter a Conta de Arrecadação até a integral liquidação das Obrigações do Fundo, e transferir diariamente para a Conta do Fundo a totalidade dos recursos depositados na Conta de Arrecadação.

Artigo 10 É vedado à Administradora, em nome próprio:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- (b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
- (c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.

Parágrafo Único As vedações de que tratam as alíneas (a) a (c) do *caput* deste Artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de sua emissão ou coobrigação.

Artigo 11 É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de

derivativos;

- (b) realizar operações e negociar com Ativos Financeiros em desacordo com a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista no Capítulo VII deste Regulamento;
- (c) aplicar recursos diretamente ou indiretamente no exterior;
- (d) adquirir Quotas do Fundo;
- (e) pagar ou ressarcir-se de multas ou penalidades que lhe forem impostas em razão do descumprimento de normas previstas na legislação aplicável;
- (f) vender Quotas do Fundo a prestação;
- (g) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio, ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (h) obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa;
- (i) efetuar locação ou empréstimo, a qualquer título, dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, no todo ou em parte;
- (j) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros;
- (k) emitir qualquer classe ou série de Quotas em desacordo com este Regulamento; e
- (l) prometer rendimento predeterminado aos condôminos.

Parágrafo Único Salvo se expressamente autorizado por este Regulamento ou pelos titulares das Quotas, reunidos em Assembleia Geral, é vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o Fundo, incluindo a contratação de quaisquer prestadores de serviços;
- (b) distratar, rescindir ou aditar qualquer Contrato de Cessão;
- (c) distratar, rescindir ou aditar o Contrato de Custódia, o Contrato de Gestão, o Contrato de Serviços de Classificação de Risco e o Contrato de Serviços de Auditoria Independente, ressalvadas as alterações de caráter operacional em tais contratos que não acarretem qualquer prejuízo ao Fundo; e
- (d) proceder à abertura de contas-correntes bancárias, de investimento e de custódia, além daquelas previstas neste Regulamento e no Contrato de Custódia, e à

movimentação destas contas de forma diversa ou para fins outros que não os especificamente previstos neste Regulamento e no Contrato de Custódia.

**Artigo 12** O Diretor Designado deverá, nos termos da legislação aplicável elaborar demonstrativo trimestral do Fundo, a ser enviado à CVM e mantido à disposição dos Quotistas, bem como submetido à auditoria independente anual, que evidencie que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente, e que as negociações foram realizadas a taxas de mercado.

## CAPÍTULO V – CUSTODIANTE

**Artigo 13** Os serviços de Custódia qualificada e de escrituração das Quotas é exercido pelo Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, 13º, 14º e 15º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11 (“Custodiante”).

**Artigo 14** Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- (a) zelar pela boa ordem, operacionalizar e executar, por meio de sistema especialmente elaborado para tal fim, todos os procedimentos e rotinas definidos no Contrato de Custódia e no Contrato de Escrituração, celebrados entre o Custodiante e o Fundo;
- (b) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural, por si ou por terceiros, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, dos registros eletrônicos da Base de Dados e dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo;
- (c) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos abaixo listados, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação comercial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria por parte da Administradora, que ocorrerá, no máximo, anualmente:
  - (i) extratos da Conta de Arrecadação e da Conta do Fundo e comprovantes de pagamentos de valores creditados em cada uma das dessas contas;
  - (ii) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento e no Contrato de Custódia;
  - (iii) documentos referentes aos Ativos Financeiros; e
  - (iv) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- (d) efetuar a liquidação financeira dos Ativos Financeiros e receber quaisquer

rendimentos ou valores referentes a esses ativos;

- (e) receber e realizar a cobrança dos valores relativos aos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo, por si ou por terceiros, nos termos do Contrato de Custódia;
- (f) efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, nos termos da legislação aplicável, mediante instrução da Administradora;
- (g) verificar o enquadramento dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo aos Critérios de Elegibilidade;
- (h) elaborar e fornecer à Administradora os relatórios e arquivos referentes aos Direitos de Crédito cedidos e pagos ao Fundo; e
- (i) realizar auditoria por amostragem, no mínimo trimestral, nos Documentos Comprobatórios, de forma a verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios e o cumprimento das obrigações da Gestora com relação à guarda e organização dos Documentos Comprobatórios nos termos do Contrato de Custódia. Os parâmetros de quantidade dos créditos cedidos e de diversificação de devedores que ensejarão a verificação do lastro por amostragem serão definidos de acordo com os seguintes procedimentos:

(i) Utilização de metodologia e ferramentas de auditoria para amostragem. Admitindo um intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento), a amostra (n) selecionada será calculada mediante utilização da seguinte fórmula:

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2}$$

$$A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

Sendo:

$E_0$  = Erro Estimado

A = Tamanho da Amostra

N = População Total

$n_0$  = Fator Amostral

- (i.i) O erro amostral tolerável representa a diferença entre o valor que a estatística pode acusar e o verdadeiro valor do parâmetro que se deseja estimar. Portanto, o erro amostral tolerável é a margem de erro aceitável em um estudo estatístico.

(ii) Etapas

- (ii.a) Determinar o erro amostral tolerável. O erro amostral tolerável será mantido entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento), dependendo da avaliação prévia efetuada para o Fundo a ser

ANEXO  
ANEXO

analisado, considerando principalmente os seguintes aspectos:  
natureza do recebível; qualidade do Cedente a ser analisado;  
quantidade de revisões já efetuadas para determinado Fundo e seus  
respectivos resultados observados;

- (ii.b) Determinar o intervalo de confiança. O intervalo de confiança define os limites inferior e superior de um conjunto de valores que tem certa probabilidade de conter no seu interior o valor verdadeiro do efetivo da intervenção em estudo. Desse modo, o processo pelo qual um intervalo de confiança é de 95% (noventa e cinco por cento) é tal que ele tem 95% (noventa e cinco por cento) de probabilidade de incluir o valor real da eficácia da intervenção em estudo.
- (ii.c) Determinar itens chave. Quando se planeja uma amostragem, utiliza-se o julgamento para determinar qual parte da população deve ser examinada individualmente e quais itens devem fazer parte da amostra. Os itens que não justificam a aceitação de risco de amostragem, devem ser examinados individualmente. Isso inclui itens para os quais os erros potenciais podem igualar ou exceder o erro tolerável. Alguns itens testados 100% (cem por cento) não fazem parte da população da amostragem.
- (ii.d) Extração dos itens para teste. A seleção da amostra é feita por programa eletrônico, que leva em conta fatores como a representatividade dos Cedentes e dos Clientes em relação ao total da carteira do Fundo. Ademais, a cada verificação, serão analisados documentos que deram origem aos Direitos de Crédito que sejam originados de todas as empresas.

A extração da quantidade de itens para teste, indicada pelo resultado observado após aplicação da fórmula mencionada no item (i), será realizada a partir do critério de amostragem probabilística estratificada proporcional, onde primeiramente dividi-se a base de dados em extratos para depois selecionar, de acordo com a representatividade de cada extrato, a amostra que será base para os testes.

- (ii.e) Escopo da análise. O escopo da análise da documentação que evidência o lastro dos Direitos de Crédito contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios correspondentes; Abaixo escopo detalhado:

- Obtenção de base de dados analítica por recebível;
- Seleção de uma amostra de acordo com a fórmula acima;
- Verificação física dos contratos devidamente formalizados junto ao fiel depositário;



- Verificação da documentação acessória representativa dos Direitos de Crédito (identificação pessoal, comprovante de residência, comprovante de entrega de mercadorias, etc.);
- Verificação do registro de gravame do bem objeto do financiamento;
- Evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não liquidados; e
- Verificação das condições de guarda física da documentação comprobatória junto ao fiel depositário.

Parágrafo Único Para a execução da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito, o Custodiante, sob sua responsabilidade, poderá contratar consultoria especializada para prestar os serviços de análise por amostragem dos Direitos de Crédito.

Artigo 15 No exercício de suas funções, o Custodiante está autorizado, por conta e ordem da Administradora a:

- (a) abrir e movimentar, em nome do Fundo, as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (1) no SELIC; (2) no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP; ou (3) em instituições ou entidades autorizadas a prestação desses serviços pelo BACEN ou pela CVM em que os Ativos Financeiros sejam tradicionalmente negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância deste Regulamento e do Contrato de Custódia;
- (b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Ativos Financeiros; e
- (c) efetuar o pagamento dos Encargos do Fundo, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto.

## CAPÍTULO VI - GESTORA

Artigo 16 A atividade de gestão da carteira do Fundo ficará a cargo da SRM Consultoria e Administração de Recursos e Finanças Ltda., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Alameda Cleveland, nº 509, 2º andar, Campos Elísios, CEP 01218-000, inscrita no CNPJ/MP sob o nº 03.573.188/0001-55 ("Gestora"), autorizada a realizar a prestação de serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 8.896, datado de 01 de agosto de 2006.

Artigo 17 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Gestão, a Gestora será responsável pelas seguintes atividades:

- (a) analisar e selecionar Direitos de Crédito para aquisição pelo Fundo, observados os Critérios de Elegibilidade, Condições de Aquisição, Taxa Mínima de Cessão, limites de concentração e demais disposições aplicáveis deste Regulamento;

- (b) analisar e selecionar Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo, observada a política de investimento, de composição e diversificação da carteira do Fundo, nos termos do Capítulo VII deste Regulamento, devendo emvidar esforços para manter o enquadramento fiscal do Fundo como de longo prazo;
- (c) realizar o acompanhamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, e emitir relatório, todo 5º (quinto) dia útil de cada mês, destacando o atendimento ou não a cada um dos limites de concentração dispostos no Artigo 21 abaixo ("Relatório de Monitoramento");
- (d) realizar a cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento, de acordo com a Política de Cobrança do Fundo e as demais condições estabelecidas no Contrato de Gestão;
- (e) realizar a guarda dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de fiel depositária, nos termos do Contrato de Custódia, sem prejuízo da responsabilidade do Custodiante, nos termos da regulamentação aplicável; e
- (f) negociar e vender, a qualquer terceiro, quaisquer Direitos de Crédito que estejam vencidos e não pagos por prazo superior a 180 dias (cento e oitenta dias).

Artigo 18 Sujeito às regras estabelecidas na Política de Cobrança do Fundo e visando possibilitar a prestação do serviço de cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito, a Gestora terá poderes para renegociar quaisquer características dos Direitos de Crédito com o Sacado inadimplente, incluindo, mas não se limitando ao prazo e taxa de cessão do Direito de Crédito, bem como procurar formas alternativas que possibilitem a recuperação dos valores devidos pelo Sacado inadimplente, tais como (i) substituição dos Direitos de Crédito inadimplidos por novos Direitos de Crédito a vencer ou (ii) recompra pelo Cedente dos Direitos de Créditos inadimplidos ou a vencer.

Artigo 19 Nenhum Direito de Crédito ou Ativo Financeiro poderá ser adquirido pelo Fundo sem que tenha sido previamente analisado e selecionado pela Gestora, conforme o estabelecido neste Regulamento.

## **CAPÍTULO VII - OBJETIVO DO FUNDO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DE COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA**

Artigo 20 O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida neste Capítulo, valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo: (i) de Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, tudo nos termos do Contrato de Cessão; e (ii) de Ativos Financeiros.

Artigo 21 Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos neste Regulamento e na legislação e regulamentação aplicáveis, observado ainda que:

- (a) o total de cobrança e de cessão de créditos de qualquer Cedente, conforme previsto no respectivo Contrato de Cessão, não poderá vir a representar mais de 7%

(sete por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ou R\$3.000.000,00 (três milhões de reais);

- (b) o total de obrigação de cada Sacado não poderá ser superior a 2,5% (dois e meio por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ou R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais);
- (c) os Direitos de Crédito representados por duplicatas devem representar no mínimo 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (d) os Direitos de Crédito representados por cheques devem representar no máximo 5% do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- (e) os Direitos de Crédito deverão ser lastreados em operações dos setores listados abaixo, de acordo com os seguintes limites:

Sector	Mínimo (% Patrimônio Líquido)	Máximo (% Patrimônio Líquido)
Industrial	50%	100%
Comercial	0%	50%
Prestação de Serviços	0%	30%

Parágrafo 1º Os limites de concentração estabelecido no *caput* deste Artigo deverão ser verificados pela Gestora e observados com relação ao grupo econômico do Cedente, incluindo desta forma, seu controlador, sociedades por ele direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum, incluindo empresas controladas por pessoas físicas com grau de parentesco até segundo grau ("Grupo Econômico").

Parágrafo 2º Caso por qualquer motivo aconteça o desenquadramento do Fundo aos limites de concentração estabelecidos neste Artigo, a Gestora deverá observar os seguintes procedimentos para reenquadramento dos limites de concentração, enquanto estes não constituírem evento de avaliação:

- (a) as aquisições de Direitos de Crédito deverão buscar minimizar o desenquadramento da carteira; e
- (b) as aquisições deverão ser tais que não resultem em agravamento do desenquadramento existente e/ou ocasionar qualquer outro desenquadramento da carteira.

Artigo 22 O Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias corridos contados da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito, observados os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo VIII deste Regulamento. O Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos de Crédito, em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em:

- (a) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN; e

- (b) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados acima (os "Ativos Financeiros").

Parágrafo 1º O Fundo não poderá realizar aplicações em direitos creditórios da instituição administradora e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Parágrafo 2º O Fundo poderá realizar operações em mercado de derivativos, em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e futuros, exclusivamente na modalidade com garantia, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

Artigo 23 A Administradora e o Custodiante não respondem pela solvência dos devedores dos Direitos de Crédito, ou pela originação, existência, liquidez e certeza de tais Direitos de Crédito.

Artigo 24 Cada um dos Cedentes é responsável pela originação, existência e correta formalização dos Direitos de Crédito cedidos.

Artigo 25 Os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo BACEN ou pela CVM.

Artigo 26 Os percentuais e limites referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do dia útil imediatamente anterior.

## CAPÍTULO VIII - DIREITOS DE CRÉDITO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 27 Os Direitos de Crédito cedidos e transferidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e da Política de Concessão de Crédito constante do Anexo IV deste Regulamento, compreendem os Direitos de Crédito identificados em cada Termo de Cessão, representados por duplicatas, notas promissórias e cheques, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito.

Parágrafo 1º Os Direitos de Crédito deverão contar com documentação que comprove a efetiva conclusão do negócio originador, sendo que as operações originadas por compras e venda à prazo deverão ter comprovação da entrega de tais produtos, bem como, as operações originadas por prestação de serviços deverão ter a comprovação da conclusão de tais serviços, e ainda, em ambos os casos, documentos que comprovem que os Direitos de Crédito não se enquadram nas especificações do artigo 40, §8º, I da Instrução CVM 356 (os "Documentos Comprobatórios").

Parágrafo 2º A política de concessão dos créditos descrita neste Regulamento ficará a cargo da Gestora, que é a única responsável pela análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, e tecnicamente habilitada para realizar a avaliação da capacidade econômica dos Cedentes, bem como dos respectivos devedores dos Direitos de Crédito.

Parágrafo 3º O Fundo adquirirá dos Cedentes, na Data de Aquisição e Pagamento, os

Direitos de Crédito adquiridos nos termos de cada Termo de Cessão.

Artigo 28 O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na Data de Aquisição e Pagamento, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade (os "Critérios de Elegibilidade"):

- (a) devem ser representados por duplicatas, notas promissórias e cheques originados por empresas com sede no país (independentemente de terem como sócios diretos ou indiretos pessoas físicas ou jurídicas sediadas no exterior), que atuem no setores industrial, comercial ou de prestação de serviços no Brasil;
- (b) os Cedentes dos Direitos de Crédito devem ser pessoas jurídicas inscritas, no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- (c) os prazos de vencimento dos Direitos de Crédito devem ser de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da formalização da respectiva cessão, não podendo ser posterior à última data de vencimento das Quotas Seniores em circulação, sendo que o prazo médio ponderado da carteira não poderá exceder 65 (sessenta e cinco) dias, calculado *pro forma* antes da aquisição pretendida; e
- (d) devem observar os limites mínimos e máximos de concentração com relação à carteira e ao Patrimônio Líquido, conforme disposto no Artigo 21 acima, calculado *pro forma* antes da aquisição pretendida, exceto com relação aos Grupos Econômicos que serão verificados pela Gestora, conforme o disposto no Parágrafo 1º do Artigo 21 deste Regulamento.

Parágrafo 1º A verificação do enquadramento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade será de responsabilidade do Custodiante.

Parágrafo 2º A Gestora será a única responsável pela análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, observando a política de concessão de crédito definida no Anexo IV deste Regulamento e as Condições de Aquisição descritas no Parágrafo 3º abaixo. A Gestora ficará responsável ainda por confirmar à Administradora e ao Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão, o atendimento do Direito de Crédito adquirido às Condições de Aquisição e a enviar à Administradora e ao Custodiante a relação dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo para que o Custodiante proceda à verificação do enquadramento de tais Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade previamente à sua aquisição pelo Fundo.

Parágrafo 3º Sem prejuízo do estabelecido no *caput* deste Artigo, a Gestora deverá ofertar ao Fundo Direitos de Crédito que atendam às seguintes condições ("Condições de Aquisição"):

- (a) os Direitos de Crédito Elegíveis devem ter sido originados e formalizados de acordo com a Política de Concessão de Crédito descrita no Anexo IV deste Regulamento;
- (b) os Direitos de Crédito Elegíveis devem estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;
- (c) os Sacados não devem apresentar apontamentos junto ao Serasa, SPC e/ou Equifax

quanto a cheques sem fundos, execuções judiciais, exceto execuções fiscais, falência e recuperação judicial decretada. Excepcionalmente, a Gestora poderá ofertar ao Fundo Direitos de Crédito oriundos de Sacados que apresentem protestos, e/ou execução judicial desde que a soma dos valores relativos a estas pendências não superem o montante equivalente a 5% (cinco por cento) do capital social do Sacado;

- P
- (d) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito de Sacados inadimplentes se o total de Direitos de Crédito inadimplidos acima de 60 (sessenta) dias representar mais do que 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido;
  - (e) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito originados de operações de recompra acima do valor total equivalente a 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
  - (f) o Fundo poderá comprar Direito de Crédito de Cedentes que possuam Direitos de Crédito vencidos e não pagos acima de 60 (sessenta) dias, desde que o saldo devedor deste Cedente não represente mais do que 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
  - (g) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito de Cedentes cujo Índice de Direitos de Crédito liquidados parcialmente for superior a 10% (dez por cento) nos últimos 12 (doze) meses;
  - (h) o somatório do valor total de Direitos de Crédito oriundos dos 10 (dez) maiores Cedentes, deverá ser igual ou inferior a 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido;
  - (i) o somatório do valor total de Direitos de Crédito oriundos dos 4 (quatro) maiores Cedentes, deverá ser igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido;
  - (j) devem observar a Taxa Mínima de Cessão prevista no Artigo 29 abaixo;
  - (k) o respectivo Sacado não esteja em processo de falência ou recuperação judicial; e
  - (l) o Cedente deverá ter declarado que (i) não utiliza trabalho escravo e infantil; (ii) possui todas as licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, inclusive todas as licenças ambientais.

Parágrafo 4º A Gestora deverá encaminhar ao Custodiante e à Administradora no momento da cessão relatório atestando que todos os Critérios de Elegibilidade e Condições de Aquisição foram devidamente atendidos e verificados por esta de acordo com o disposto neste Regulamento ("Relatório de Aquisição").

Artigo 29 O Fundo adquirirá Direitos de Crédito a uma taxa de cessão individual mínima equivalente a 150% do CDI, ou conforme a fórmula especificada abaixo, entre as duas a que for maior:

$$\left\{ \frac{\sum (QQS_n \times RAQS_n) + (QQM \times RAQM)}{(QQS + QQM)} + CT + 1\% \right\}$$

QQS: Quantidade de Quotas Seniores em circulação da série "n";  
 RAQS<sub>n</sub>: Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores da série "n";  
 QQM: Quantidade de Quotas Mezanino em circulação;  
 RAQM: Meta de Rentabilidade das Quotas Mezanino em circulação; e  
 CT: Custos fixos e taxas de Administração e Gestão do Fundo.

Parágrafo Único A fórmula disposta no *caput* deste Artigo será calculada previamente à emissão de novas quotas que possuam uma meta de rentabilidade determinada.

## CAPÍTULO IX - FATORES DE RISCO

Artigo 30 Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que os Cedentes, a Administradora, o Custodiante não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento.

Parágrafo Único As aplicações dos Quotistas não contam com a garantia da Administradora, do Custodiante, de suas Partes Relacionadas, ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Artigo 31 Abaixo seguem os riscos associados ao investimento no Fundo e aos Ativos Financeiros e Direitos de Crédito.

- (a) Efeitos da política econômica do Governo Federal. O Fundo, seus ativos, quaisquer Cedentes e os devedores dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém freqüentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados de cada Cedente, os setores econômicos específicos em que atuam, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados de cada Cedente, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito pelos respectivos devedores, pelos respectivos Cedentes e eventuais garantidores.

- (b) Investimento de baixa liquidez. Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo.

P Ademais, não há um mercado secundário desenvolvido para a negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, o que resulta em baixa liquidez desse tipo de investimento. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, o que impede o resgate de suas Quotas a qualquer momento e pode resultar em dificuldade adicional aos Quotistas para alienar seu investimento no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

- (c) Inexistência de garantia de rentabilidade. O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo garantia mínima de rentabilidade aos investidores. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, a rentabilidade dos Quotistas será inferior à meta indicada no respectivo Suplemento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

- (d) Amortização e resgate condicionado das Quotas. As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos devedores; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo.



Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no Parágrafo acima, tanto a Administradora quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- (c) Liquidação antecipada do Fundo e resgate de Quotas. O Regulamento prevê hipóteses nas quais o Fundo poderá ser liquidado antecipadamente. Ocorrendo qualquer uma dessas hipóteses, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Quotistas.

Desse modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade que o Fundo objetiva ou mesmo sofrer prejuízo no seu investimento não conseguindo recuperar o capital investido nas Quotas, e, ainda que recebam o capital investido, poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo. Nesse caso, não será devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, o Custodiante e a Gestora qualquer multa ou penalidade.

- (f) Guarda dos Documentos Comprobatórios. A Gestora será responsável pela guarda dos respectivos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Custódia. Embora o Custodiante e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida origem e formalização dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.

- (g) Cobrança judicial dos Direitos de Crédito. Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo e à salvaguarda dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos Quotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite do valor total das Quotas Subordinadas, sempre observado o que seja deliberado pelos titulares das Quotas Seniores reunidos em Assembleia Geral na forma do Capítulo XXI deste Regulamento. A Administradora e o Custodiante não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Seniores deixem de aportar os recursos necessários para tanto, nos termos do Capítulo XX do Regulamento.

- (h) Necessidade de realizar aporte de recursos no Fundo em decorrência de Patrimônio Líquido negativo. O Fundo não utiliza alavancagem como parte integrante de sua política de investimentos, entretanto, a variação do Patrimônio Líquido está ligada à precificação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros. Em caso de elevação da inadimplência histórica da carteira do Fundo ou da falta de aportes por parte dos Quotistas Subordinados, as Quotas do Fundo poderão ter seu valor muito próximo ou igual a zero. Em decorrência das despesas e obrigações a que o Fundo está sujeito, os Quotistas poderão ser chamados a aportar novos recursos no

Fundo de forma a arcar com os seus Encargos.

- (i) Risco de mercado. O desempenho dos Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo está diretamente ligado a alterações nas perspectivas macroeconômicas de mercado, o que pode causar oscilações em seus preços. Tais oscilações também poderão ocorrer em função de alterações nas expectativas do mercado, acarretando mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos. As referidas oscilações podem afetar negativamente o desempenho do Fundo, e consequentemente a rentabilidade das Quotas.
- (j) Risco de crédito. O risco de crédito decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos ativos integrantes da carteira do Fundo e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos em honrar seus compromissos, conforme contratados. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais investidores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Adicionalmente, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.
- (k) Liquidez restrita dos principais ativos do Fundo. Os principais ativos do Fundo são os Direitos de Crédito a serem originados por empresas do segmento industrial e selecionados pela Gestora, os quais não possuem um mercado secundário desenvolvido ou organizado. Caso o Fundo tenha de alienar os Direitos de Crédito de sua titularidade, é possível que não haja interessados ou que o preço de alienação resulte em perdas para o Fundo, o que resultará em prejuízo para os Quotistas.
- (l) Regularidade dos Direitos de Crédito. O Custodiante realizará verificação periódica do lastro dos Direitos de Crédito com base em análise por amostragem – ou seja, esta auditoria não compreenderá a revisão de todos os Direitos de Crédito, mas apenas de alguns selecionados aleatoriamente, de forma a verificar a regularidade de seus Documentos Comprobatórios. Mesmo com a realização dessa auditoria, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito, causando-lhe prejuízo.
- (m) Risco decorrente da precificação dos ativos. Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros ("mark-to-market"), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.
- (n) Movimentação dos valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo. Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito

cedidos ao Fundo serão recebidos diretamente na Conta de Arrecadação. Os valores depositados na Conta de Arrecadação serão transferidos diariamente para a Conta do Fundo. Apesar do Fundo contar com a obrigação do respectivo banco de realizar diariamente as transferências dos recursos depositados na Conta de Arrecadação para a Conta do Fundo, a rentabilidade das Quotas pode ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas, caso haja inadimplimento pelo banco, no cumprimento de sua referida obrigação, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta do Fundo. Não há qualquer garantia de cumprimento pelo referido banco de suas obrigações acima destacadas.

- (o) Risco de não originação de Direitos de Crédito. A Gestora é a responsável pela seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, sendo que nenhum Direito de Crédito poderá ser adquirido pelo Fundo, de acordo com o Regulamento, se não forem previamente analisados e selecionados pela Gestora. Apesar de o Regulamento do Fundo prever Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação relativos à renúncia, substituição ou outros eventos relevantes relacionados à Gestora, caso exista qualquer dificuldade da Gestora em desenvolver suas atividades de análise e seleção de Direitos de Crédito, os resultados do Fundo poderão ser adversamente afetados.
- (p) Risco decorrente dos critérios adotados pelo Cedente para a concessão do crédito. O Fundo está apto a adquirir Direitos de Crédito de titularidade de múltiplos Cedentes. Tais Cedentes não são previamente conhecidos pelo Fundo, pela Gestora, pela Administradora e/ou pelo Custodiante, de forma que eventuais problemas oriundos da relação comercial entre os Cedentes e os respectivos Sacados podem não ser previamente identificados pelo Fundo, pela Gestora, pela Administradora e/ou pelo Custodiante. Os resultados do Fundo poderão ser afetados negativamente caso o Cedente não indenize o Fundo pelos Direitos de Crédito que não forem pagos integralmente pelos Sacados em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o Sacado e o respectivo Cedente, tais como (i) defeito ou vício do produto ou (ii) devolução do produto que resulte no cancelamento da respectiva venda.
- (q) Risco decorrente de eventuais restrições de natureza legal ou regulatória. A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa, afetando negativamente o patrimônio do Fundo. Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão originados por operações de natureza financeira, industrial, comercial e de prestação de serviços entre os Cedentes e seus devedores. Os contratos e os demais documentos que formalizam tais relações podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos devedores, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

## CAPÍTULO X – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO

**Artigo 32** A Administradora e a Gestora receberão, pela prestação de serviços ao Fundo, a título de taxa de administração, o percentual anual de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do Patrimônio Líquido, apurado e provisionado diariamente e pago mensalmente ("Taxa de Administração"), conforme a seguinte fórmula:

$$TA = (tx + RG/252) \times PL(D-1)$$

onde:

TA: Taxa de Administração;

tx: 0,5% (meio por cento);

PL(D-1): Patrimônio Líquido do Fundo no dia útil imediatamente anterior à data de pagamento; e

RG: Remuneração da Gestora de 1% (um por cento) ao ano.

**Parágrafo 1º** O valor mínimo mensal da taxa de administração será de R\$5.000,00 (cinco mil reais) ao mês.

**Parágrafo 2º** A Taxa de Administração será paga no quinto dia útil do mês subsequente à sua apuração e provisionamento. O Fundo pagará diretamente à Gestora a parcela da Taxa de Administração que lhe cabe, nos termos do *caput* deste Artigo.

**Parágrafo 3º** O Fundo não cobrará taxa de performance.

**Artigo 33** Caso seja deliberado Evento de Liquidação, a remuneração da Gestora não será mais devida até que o Fundo seja liquidado.

**Artigo 34** Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas (os "Encargos do Fundo"):

- (a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (c) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- (d) honorários e despesas devidos à contratação dos serviços da Empresa de Auditoria;
- (e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- (f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- (g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;

- (h) taxas de custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo;
- (i) despesas com a contratação da Agência de Classificação de Risco;
- (j) despesas de registro do Fundo em bolsa de valores e mercado de balcão organizado, conforme a legislação aplicável;
- (k) despesas, emolumentos e comissões incorridos com a abertura e manutenção da Conta de Arrecadação e da Conta do Fundo; e
- (l) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos, na forma do inciso I do artigo 31 da Instrução CVM 356.

Parágrafo Único Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como Encargos do Fundo correrão por conta da Administradora.

## CAPÍTULO XI - QUOTAS

Artigo 35 O Fundo poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, observado que:

- (a) nenhum Evento de Liquidação tenha ocorrido ou caso algum Evento de Avaliação esteja em vigor;
- (b) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º deste Regulamento;
- (c) a Administradora obtenha manifestação favorável à emissão de novas Quotas Seniores dos Quotistas detentores da totalidade das Quotas Mezanino e Subordinadas em circulação, exceto se a referida emissão ocorrer a partir de 4 (quatro) meses de antecedência da Data de Resgate de qualquer série de Quotas Seniores e que seja condicionada à emissão de Quotas Mezanino, no mínimo, na mesma proporção da emissão vigente;
- (d) o Fundo não esteja em desacordo com sua Razão de Garantia, alocação mínima de Direitos de Crédito nos termos do Artigo 22 deste Regulamento e com o Índice de Liquidez; e
- (e) nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação esteja em curso.

Artigo 36 As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) Valor Unitário de Emissão a ser fixado em R\$100.000,00 (cem mil reais);

- (c) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 45 deste Regulamento; e
- (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto.

Parágrafo 1º O valor total das Quotas Seniores é equivalente ao somatório do valor das Quotas Seniores de cada série, ou o produto da divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Quotas Seniores, dos dois o menor.

Parágrafo 2º As Quotas Seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição da respectiva série de Quotas Seniores.

Parágrafo 3º Fica autorizado o cancelamento do saldo não colocado das Quotas Seniores emitidas pelo Fundo.

Artigo 37 As Quotas Mezanino dividem-se em três classes (sendo denominadas individualmente "Quotas Subordinadas Mezanino Classe A", "Quotas Subordinadas Mezanino Classe B" e "Quotas Subordinadas Mezanino Classe C", e conjuntamente, "Quotas Mezanino"). O Fundo poderá criar e emitir novas classes de Quotas Mezanino, observado que:

- (a) o presente Regulamento seja devidamente alterado e levado a registro na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º deste Regulamento;
- (b) nenhum Evento de Liquidação tenha ocorrido ou caso algum Evento de Avaliação esteja em vigor;
- (c) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º deste Regulamento; e
- (d) após a 1ª Emissão de Quotas Mezanino, a Administradora deverá obter manifestação favorável à emissão de novas Quotas Mezanino dos Quotistas detentores da totalidade das Quotas Subordinadas em circulação.

Artigo 38 As Quotas Mezanino da Classe A, B e C têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores e têm prioridade em relação às Quotas Subordinadas para fins de amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em circulação quando da sua emissão;
- (c) Valor Unitário de Emissão a ser fixado em R\$100.000,00 (cem mil reais);
- (d) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no *caput*

do Artigo 46 deste Regulamento;

- (e) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Mezanino corresponderá 1 (um) voto; e
- (f) não apresentam relação de subordinação entre si para fins de amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Regulamento, sendo expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Mezanino, exceção feita às condições estabelecidas expressamente nos respectivos Suplementos.

Parágrafo 1º As características individuais das Quotas Mezanino da Classe A, das Quotas Mezanino da Classe B e das Quotas Mezanino da Classe C serão estabelecidas nos respectivos Suplementos a serem formalizados quando de sua respectiva emissão.

Parágrafo 2º O resgate integral de qualquer das classes de Quotas Mezanino não dará causa à liquidação ou encerramento das operações do Fundo, o qual poderá continuar suas operações regularmente com as demais classes de Quotas então existentes.

Parágrafo 3º As Quotas Mezanino serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição da respectiva emissão de Quotas Mezanino.

Artigo 39 O Fundo poderá emitir Quotas subordinadas júnior ("Quotas Subordinadas"), a serem colocadas em uma ou mais distribuições, podendo ser mantido em circulação um número indeterminado de Quotas Subordinadas.

Parágrafo Único As Quotas Subordinadas têm as seguintes características e vantagens e os mesmos direitos e obrigações, conforme abaixo:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores e às Quotas Mezanino para efeito de amortização e resgate observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino em circulação, admitindo-se o resgate em Direitos de Crédito;
- (c) Valor Unitário de Emissão de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na 1ª emissão de Quotas Subordinadas, sendo as Quotas Subordinadas emitidas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado com base na alínea (d) abaixo;
- (d) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Parágrafo Único do Artigo 46 deste Regulamento; e
- (e) cada Quota Subordinada corresponderá a 1 (um) voto e terá direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, exceto aquelas que deliberarem a respeito da ocorrência de Eventos de Liquidação ou de Avaliação do Fundo, ou que deliberarem a respeito do descumprimento pela Gestora das suas obrigações estabelecidas neste Regulamento.

**Artigo 40** As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

**Artigo 41** As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação.

## **CAPÍTULO XII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS**

**Artigo 42** As Quotas do Fundo serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 45 e 46 deste Regulamento, conforme o caso, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo (valor da Quota de D + 1), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

**Artigo 43** A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista. Os Investidores Qualificados poderão efetuar aplicações de recursos no Fundo diretamente com a Administradora, observado o disposto no Capítulo VII e as normas e regulamentos aplicáveis.

**Parágrafo 1º** Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar o Termo de Adesão ao Regulamento, e indicar um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pela Administradora nos termos deste Regulamento.

**Parágrafo 2º** No ato de subscrição de Quotas Seniores e de Quotas Mezanino, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição (que também será assinado pela Administradora), e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas na forma prevista no anúncio de início de distribuição da respectiva emissão de Quotas, respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento.

**Parágrafo 3º** O extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

**Artigo 44** Não serão cobradas taxas de ingresso ou de saída pela Administradora.

**Artigo 45** A partir da 1ª Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores, seu respectivo valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor unitário da Quota Sênior no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período com base na meta de rentabilidade prioritária estabelecida para a série no respectivo Suplemento.

**Parágrafo 1º** Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores, definidos no caput deste Artigo, têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte da Administradora, do Fundo ou do Custodiante. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas



Seniores não farão jus, em hipótese, alguma, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas.

Parágrafo 2º Em todo dia útil, após a incorporação dos resultados descritos no *caput* deste Artigo nas Quotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas.

Artigo 46 A partir da 1ª Data de Emissão de cada classe de Quotas Mezanino, seu respectivo valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor unitário da respectiva classe de Quota Mezanino no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período com base na meta de rentabilidade prioritária estabelecida para a respectiva classe no respectivo Suplemento.

Parágrafo Único A partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, seu valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino em circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em circulação, na respectiva data de cálculo.

### CAPÍTULO XIII - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

Artigo 47 As Quotas Seniores e as Quotas Mezanino de cada emissão serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate, observado o previsto neste Capítulo.

Artigo 48 Sem prejuízo do previsto no Artigo 49 abaixo, o Fundo poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de Quotas Seniores e de qualquer classe de Quotas Mezanino a ser emitida, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento.

Artigo 49 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 69 deste Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, poderá ocorrer alterações nas Amortizações Programadas de uma ou mais séries específicas de Quotas Seniores e de uma ou mais classes de Quotas Mezanino em circulação, nas datas e valores a serem estipulados, desde que deliberado pela totalidade dos quotistas das classes e séries afetadas.

Parágrafo Único Os titulares das Quotas do Fundo não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Quotas em condições diversas das previstas neste Regulamento.

Artigo 50 A fim de viabilizar os pagamentos do Fundo, a Administradora deverá instruir o Custodiante a constituir uma Reserva de Amortização para pagamento das amortizações e resgates das quotas (a "Reserva de Amortização"). Para tanto, a Administradora e a Gestora deverão condicionar a aquisição de novos Direitos de Crédito ao cumprimento do cronograma do Parágrafo 1º abaixo.

Parágrafo 1º A tabela abaixo mostra os valores que deverão compor a Reserva de Amortização (em percentual sobre o valor estimado das amortizações e resgates), conforme o

número de dias a decorrer até as próximas Datas de Amortização e Resgates:

Número de dias corridos antes das Datas de Amortização ou da Data de Resgate	Percentual do valor futuro estimado das respectivas amortizações e resgates
45	50%
20	100%

**Parágrafo 2º** A Administradora somente descontinuará os procedimentos descritos neste Artigo, quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos outros ativos que integram a Reserva de Amortização, líquidos de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente aos valores determinados conforme o cronograma do Parágrafo 1º acima.

**Artigo 51** A Administradora deverá manter no mínimo 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo alocado em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em Ativos Financeiros ("Reserva de Liquidez").

**Artigo 52** A Administradora deverá calcular o Índice de liquidez da carteira mensalmente, a ser definido como a razão entre: (i) Caixa + Ativos Financeiros + Direitos de Crédito de Sacados adimplentes a vencer nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração; e (ii) as amortizações e encargos devidos pelo Fundo nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração ("Índice de Liquidez").

**Parágrafo Único** Para fins de apuração, o Índice de Liquidez deverá ser maior ou igual a 1 (um), caso o Índice de Liquidez permaneça com valor menor a 1 (um) pelo período previsto na alínea (i) do Artigo 64, a Administradora deverá tomar todas as providências relativas a ocorrência de um Evento de Liquidação.

**Artigo 53** Caso a relação entre as Quotas Subordinadas e as Quotas Mezanino seja superior a 38% (trinta e oito por cento) (o "Excesso de Cobertura"), a Administradora poderá realizar a amortização parcial não programada das Quotas Subordinadas, até o do Excesso de Cobertura, mediante solicitação dos respectivos Quotistas, desde que a amortização não programada não desenquadre o limite mínimo estabelecido como Razão de Garantia no Artigo 62 deste Regulamento.

**Parágrafo 1º** Para fins do previsto no *caput* deste Artigo, a Administradora deverá comunicar a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Quotas Subordinadas mensalmente, todo primeiro dia útil do mês.

**Parágrafo 2º** O montante do Excesso de Cobertura não utilizado para fins de amortização de Quotas Subordinadas, na forma deste Artigo, deverá integrar o Patrimônio Líquido do Fundo.

**Parágrafo 3º** A amortização prevista neste Artigo somente ocorrerá mediante o enquadramento do Fundo ao Índice de Liquidez, Reservas de Amortização e de Liquidez, alocação mínima dos Direitos de Crédito, conforme previsto no Artigo 21 deste Regulamento, se nenhum Evento de Avaliação ou de Liquidação esteja em curso, e desde que o Fundo continue enquadrado após a amortização prevista.

**Parágrafo 4º** Caso exista previsão de amortização das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino em um respectivo mês, a Administradora deverá priorizar o pagamento das amortizações

programadas destas quotas em detrimento da amortização dos Quotistas Subordinados.

#### **CAPÍTULO XIV - PAGAMENTO AOS QUOTISTAS**

**Artigo 54** Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 69 deste Regulamento, a Administradora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme os Artigos 45 e 46 deste Regulamento, e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas na hipótese prevista no Artigo 53 deste Regulamento ou após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino, nos montantes apurados conforme o Parágrafo único do Artigo 46 deste Regulamento.

**Parágrafo 1º** A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

**Parágrafo 2º** Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador, nas respectivas Datas de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

**Parágrafo 3º** Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 68 deste Regulamento, em Direitos de Crédito.

**Parágrafo 4º** Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um dia útil, a Administradora efetuará o pagamento no dia útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

#### **CAPÍTULO XV - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS**

**Artigo 55** As Quotas Seniores e cada uma das classes das Quotas Mezanino serão registradas para negociação em bolsa de valores, sistema de balcão organizado, ou no SomaFix e/ou BovespaFix e na CETIP (para distribuição primária, as Quotas serão registradas para negociação na CETIP no Módulo de Distribuição de Cotas e, para negociação no mercado secundário, no Sistema de Fundos Fechados), a critério da Administradora, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados e que tiverem acesso ao Regulamento do Fundo e assinaram o Termo de Adesão.

**Artigo 56** Na hipótese de negociação de Quotas, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriturador somente após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

#### **CAPÍTULO XVI - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO**

**Artigo 57** Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos de Crédito devem

ser registrados pelo valor efetivamente pago.

**Artigo 58** Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

**Artigo 59** Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pela Administradora e aceitos pelo BACEN e pela CVM, e aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

**Parágrafo Único** Os ajustes dos valores dos Ativos Financeiros, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos neste Regulamento, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

**Artigo 60** Os Direitos de Crédito vencidos e não pagos deverão ser provisionados de acordo com o disposto no Plano Contábil, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou a sua constituição, limitada ao seu respectivo valor, observado o previsto no Artigo 61 abaixo.

**Artigo 61** As perdas e provisões relacionadas aos Direitos de Crédito adquiridos vencidos e não pagos serão suportados única e exclusivamente pelo Fundo e serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do CMN 2.682, de acordo com os percentuais a seguir indicados ("Percentual de Provisão"), em cada dia útil:

Faixa	Período de Atraso	Percentual de Provisão sobre o Valor dos Direitos de Crédito adquiridos (antes de ser reduzido qualquer Valor Provisionado)
A	atraso entre 0 e 14 dias	0,5%
B	atraso entre 15 e 30 dias	1%
C	atraso entre 31 e 60 dias	3%
D	atraso entre 61 e 90 dias	10%
E	Atraso entre 91 e 120 dias	30%
F	atraso entre 121 e 150 dias	50%
G	atraso entre 151 e 180 dias	70%
H	Atraso superior a 180 dias	100%

**Parágrafo 1º** A provisão para devedores duvidosos será realizada, incluindo provisão para todos os créditos a vencer de 0,5% (meio por cento) no início do Fundo (D+0), constituindo assim, uma reserva de provisão de 0,5% (meio por cento) do Patrimônio Líquido Investido em Direitos de Crédito.

**Parágrafo 2º** O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e

provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Parágrafo 3º A provisão para devedores duvidosos atingirá os demais Direitos de Créditos do mesmo devedor inadimplente, ou seja, será estabelecido um valor adicional de provisão, mesmo que ainda não conhecidas por se referirem a Direitos de Crédito a vencer, mas comuns ao mesmo devedor, ocorrendo, assim, o chamado "efeito vagão".

## CAPÍTULO XVII - ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA

Artigo 62 Desde a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores até a Data de Rebaixamento da Razão de Garantia definida abaixo, a Administradora verificará, todo dia útil se a Razão de Garantia é igual ou superior a 150% (cento e cinquenta por cento).

Parágrafo 1º A partir do dia 26 de fevereiro de 2010 ("Data do Primeiro Rebaixamento da Razão de Garantia"), até a data de resgate das Quotas Seniores da 10ª Emissão, a Administradora verificará, todo dia útil se a Razão de Garantia é igual ou superior a 137% (cento e trinta e sete por cento), sendo observados os procedimentos estabelecidos nos Artigos 63 abaixo e 50 acima.

Parágrafo 2º Após a data de resgate das Quotas Seniores da 10ª Emissão ("Data do Segundo Rebaixamento da Razão de Garantia"), até a última Data de Resgate das Quotas Seniores, a Administradora verificará, todo dia útil se a Razão de Garantia é igual ou superior a 125% (cento e vinte e cinco por cento), sendo observados os procedimentos estabelecidos nos Artigos 63 abaixo e 50 acima.

Parágrafo 3º Caso a Razão de Garantia seja inferior às razões estabelecidas no *caput* e nos Parágrafos 1º e 2º deste Artigo, a Administradora deverá comunicar os titulares de Quotas Subordinadas para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas.

Parágrafo 4º Caso os titulares das Quotas Subordinadas decidam que não realizarão o aporte adicional de recursos indicado no Parágrafo 3º deste Artigo, ou não enviem resposta à Administradora em 30 (trinta) dias contados da comunicação da Administradora prevista no Parágrafo 3º deste Artigo, a Administradora comunicará a Agência de Classificação de Risco do desenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, observado o Artigo 64, alínea (a) abaixo.

Artigo 63 A relação entre as Quotas Subordinadas e o total de Quotas Subordinadas e Mezanino somadas deverá representar sempre no mínimo 62% (sessenta e dois por cento) ("Relação Mínima").

Parágrafo 1º Caso a relação mínima estipulada no *caput* deste Artigo seja inferior a 62% (sessenta e dois por cento), a Administradora deverá comunicar os titulares de Quotas Subordinadas para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Relação Mínima, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas.

Parágrafo 2º Caso os titulares das Quotas Subordinadas decidam que não realizarão o aporte adicional de recursos indicado no Parágrafo 1º deste Artigo, ou não enviem resposta à Administradora em 30 (trinta) dias contados da comunicação da Administradora prevista no

Parágrafo 1º deste Artigo, a Administradora comunicará a Agência de Classificação de Risco do desenquadramento do Fundo à Relação Mínima, observado o Artigo 64, alínea (b) abaixo.

### **CAPÍTULO XVIII - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO**

Artigo 64 São considerados eventos de avaliação do Fundo (os "Eventos de Avaliação") quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) caso a Razão de Garantia não seja observada por um período de 30 (trinta) dias consecutivos contado da data de recebimento da notificação de desenquadramento pelos Quotistas Subordinados;
- (b) caso a Relação Mínima permaneça inferior a 62% (sessenta e dois por cento) por um período de 30 (trinta) dias consecutivos contado da data de recebimento da notificação de desenquadramento pelos Quotistas Subordinados;
- (c) caso haja a redução do nível de classificação de risco de qualquer das séries ou classes de Quotas em circulação em dois sub-níveis;
- (d) caso o Fundo não observe por 30 (trinta) dias consecutivos os limites de concentração por Sacado e/ou Cedente, por tipo de ativo ou por segmento estabelecidos no Artigo 21 deste Regulamento;
- (e) caso as amortizações programadas de qualquer série ou de qualquer classe não sejam efetuadas nas datas estabelecidas;
- (f) caso os Direitos de Crédito vencidos e não pagos por período superior a 60 (sessenta) dias consecutivos contado da sua data de vencimento atinjam 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (g) caso haja alteração dos procedimentos de cessão de Direitos de Crédito e de cobrança adotados pela Gestora, sem prévia aprovação da Assembleia Geral;
- (h) caso o limite de recompra exceda 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido em dois Relatórios de Monitoramento consecutivos ou quatro alternados em um período de 12 (doze) meses;
- (i) caso o montante total de Direitos de Crédito pagos com atraso de até 30 (trinta) dias da sua data de vencimento, seja superior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo em dois Relatórios de Monitoramento consecutivos ou quatro alternados em um período de 12 (doze) meses; e
- (j) caso a Reserva de Amortização, a Reserva de Liquidez e o Índice de Liquidez não se encontrem enquadrados por mais que 15 (quinze) dias consecutivos.

Artigo 65 Ocorrendo qualquer Evento de Avaliação, será convocada Assembleia Geral, nos termos do Capítulo XXI, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do respectivo Evento de Avaliação, podendo a Assembleia Geral deliberar (i) pela

2010.01.21  
2010.01.21

não liquidação do Fundo, ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembleia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembleia Geral, e aplicando-se o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 66 deste Regulamento.

Parágrafo Único Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista no *caput* deste Artigo, a referida Assembleia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

Artigo 66 São considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo (os "Eventos de Liquidação") quaisquer dos seguintes eventos:

- P
- (a) cessação ou renúncia pela Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo previstos neste Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Regulamento;
  - (b) cessação pelo Custodiante, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, nos termos do referido contrato; e
  - (c) cessação pela Gestora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão, ou ainda em caso de alteração direta ou indireta no controle da Gestora.

Parágrafo 1º Ocorrendo qualquer dos Eventos de Liquidação, a Administradora deverá dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo definidos nos próximos Parágrafos deste Artigo.

Parágrafo 2º Na hipótese prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a fim de que os Quotistas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas.

Parágrafo 3º No caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, ficará assegurado o resgate antecipado das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas dissidentes.

Parágrafo 4º Observada a deliberação da Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º deste Artigo, o Fundo resgatará compulsoriamente todas as Quotas Seniores e, posteriormente, todas as Quotas Mezanino, ao mesmo tempo, em igualdade de condições entre os titulares de Quotas da mesma classe e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas de cada uma das referidas classes em circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administradora liquidará todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta do Fundo;
- (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo; e
- (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XIX, a

Administradora debitará a Conta do Fundo e procederá ao resgate antecipado das Quotas Seniores e, posteriormente das Quotas Mezanino, em circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Artigo 67 Os recursos auferidos pelo Fundo nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 66 acima, serão utilizados para o pagamento das Obrigações do Fundo de acordo com a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XIX. Os procedimentos descritos no Parágrafo 4º do Artigo 66 acima somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino.

Parágrafo Único Após o resgate integral antecipado das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino conforme estabelecido no Artigo 66 acima, os titulares das Quotas Subordinadas poderão deliberar pela interrupção do processo de liquidação do Fundo e retomada de suas atividades.

Artigo 68 Caso após 12 (doze) meses da data de ocorrência do Evento de Liquidação e observadas as deliberações da Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º do Artigo 66 acima, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores e Mezanino, será constituído pelos titulares das Quotas em circulação um condomínio nos termos do artigo 1.314 e ss. do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio.

## CAPÍTULO XIX - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Artigo 69 Diariamente, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a ocorrência de um Evento de Liquidação, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (c) devolução aos titulares das Quotas Seniores dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Artigo 54 deste Regulamento, por meio do resgate ou amortização da emissão de Quotas específica;
- (d) devolução aos titulares das Quotas Mezanino dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Artigo 54 deste Regulamento, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas específica;
- (e) provisionamento de recursos para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (f) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.



**Parágrafo Único** Na ocorrência de um Evento de Liquidação e, enquanto tal evento permanecer em curso, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) devolução aos titulares das Quotas Seniores dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Artigo 54 deste Regulamento, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas específica;
- (c) devolução aos titulares das Quotas Mezanino dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Artigo 54 deste Regulamento, por meio do resgate ou amortização da emissão de Quotas específica;
- (d) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (e) provisionamento de recursos para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (f) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

## **CAPÍTULO XX – POLÍTICA E CUSTOS DE COBRANÇA**

**Artigo 70** O Anexo III a este Regulamento contém a descrição detalhada da atual Política de Cobrança adotada pelo Fundo, e deverá ser adotado e registrado na forma do Parágrafo 2º do Artigo 1º acima sempre que houver qualquer alteração relevante na Política de Cobrança, a critério da Administradora e da Gestora.

**Artigo 71** Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para preservação de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas, não estando a Administradora, a Gestora ou o Custodiante de qualquer forma obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. A Administradora, a Gestora e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos, que tenham sido incorridos pelo Fundo em face de terceiros ou dos Cedentes, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Quotistas, observado o disposto no Parágrafo 1º abaixo.

**Parágrafo 1º** As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à preservação dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite do valor das Quotas Subordinadas em circulação. A parcela que exceder a este limite deverá ser previamente aprovada pelos titulares das Quotas Seniores em Assembléa Geral convocada especialmente para esse fim e, se for o caso, será por eles aportada diretamente ao Fundo

por meio da subscrição e integralização de série de Quotas Seniores específica, considerando o valor da participação de cada titular de Quotas Seniores no valor total das Quotas em circulação, na data da respectiva aprovação. Os recursos aportados ao Fundo pelos Quotistas serão reembolsados por meio do resgate ou amortização da respectiva série de Quotas Seniores específica, de acordo com os procedimentos previstos neste Regulamento.

Parágrafo 2º Fica estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o *caput* deste Artigo; e (ii) da assunção, pelos Quotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. A Administradora, a Gestora e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à preservação de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo.

Parágrafo 3º As despesas a que se refere o *caput* deste Artigo são aquelas mencionadas na alínea (f) do Artigo 34 deste Regulamento.

Parágrafo 4º Todos os valores aportados pelos Quotistas ao Fundo nos termos do *caput* deste Artigo deverão ser feitos em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte e de forma que o Fundo receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o Fundo possa honrar integralmente com suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

## CAPÍTULO XXI - ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 72 Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento, compete privativamente à Assembleia Geral, observados os respectivos quoruns de deliberação:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XVIII deste Regulamento;
- (e) aprovar qualquer alteração do Regulamento e dos demais Documentos da Operação, observado o disposto na hipótese da alínea (c) do Parágrafo Único do Artigo 11 deste Regulamento; e

- (f) aprovar a substituição do Custodiante, da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco.

Artigo 73 O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

Artigo 74 A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de aviso publicado no periódico, mencionado no Artigo 83 deste Regulamento ou enviado por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral. Admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada conjuntamente com a primeira convocação.

Parágrafo 1º A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

Parágrafo 2º A Assembleia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Seniores em circulação, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Mezanino e Subordinadas em conjunto, em circulação e, em segunda convocação, com Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Mezanino e das Quotas Subordinadas em circulação. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Parágrafo 3º A presidência da Assembleia Geral caberá à Administradora.

Parágrafo 4º Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 5º deste Artigo, a Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria, da Gestora ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Parágrafo 5º Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Parágrafo 6º Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Artigo 75 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do

Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.

**Artigo 76** Ressalvado o disposto nos Parágrafos deste Artigo e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas presentes à Assembleia Geral, observado o quorum mínimo estabelecido no Parágrafo 2º do Artigo 74 acima.

**Parágrafo 1º** Sem prejuízo do disposto no *caput* deste Artigo, as matérias previstas nas alíneas (b), (c) e (d) do Artigo 72 acima, serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Quotas dos presentes.

**Parágrafo 2º** A alteração das características, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas dependerá da aprovação (i) da Assembleia Geral e (ii) dos titulares da totalidade das Quotas Mezanino e Subordinadas em circulação. Além disso, a alteração das seguintes matérias dependerá da aprovação dos titulares das Quotas Mezanino e Subordinadas:

- (a) as matérias previstas nas alíneas (e) e (f) do Artigo 72 deste Regulamento; e
- (b) cobrança de taxas e encargos de qualquer natureza pela Administradora que não estejam expressamente prevista neste Regulamento.

**Artigo 77** As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quorums estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na mesma.

**Artigo 78** Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação e deliberação previstos neste Regulamento.

## **CAPÍTULO XXII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Artigo 79** O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no Plano Contábil e na legislação aplicável.

**Artigo 80** As demonstrações financeiras do Fundo serão auditadas anualmente pela Empresa de Auditoria. Observadas as disposições legais aplicáveis, deverão necessariamente constar de cada relatório de auditoria os seguintes itens:

- (a) opinião se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição financeira do Fundo, de acordo com as regras do Plano Contábil;
- (b) demonstrações financeiras do Fundo, contendo o balanço analítico e a evolução de seu Patrimônio Líquido, elaborados de acordo com a legislação em vigor; e

- (c) notas explicativas contendo informações julgadas, pela Empresa de Auditoria, como indispensáveis para a interpretação das demonstrações financeiras.

Parágrafo Único A Empresa de Auditoria deverá examinar, quando da realização da auditoria anual, os demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do Artigo 12 deste Regulamento.

Artigo 81 O exercício social do Fundo terá a duração de 1 (um) ano e se encerrará no dia 30 de abril de cada ano.

### **CAPÍTULO XXIII - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Artigo 82 O Patrimônio Líquido corresponderá ao somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, apurados na forma do Capítulo XVI acima, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas nos Artigos 60 e 61 deste Regulamento.

Parágrafo Único Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, dos Cedentes e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido.

### **CAPÍTULO XXIV - PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS**

Artigo 83 Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos fatos decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal DCI - Comércio, Indústria & Serviços ou em qualquer outro veículo de circulação e alcance equivalente; e (ii) de correio eletrônico enviado ao representante de cada Quotista indicado na forma do Parágrafo 1º do Artigo 43 deste Regulamento.

Parágrafo 1º As publicações referidas no *caput* deste Artigo deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que distribuírem Quotas.

Parágrafo 2º Qualquer mudança no periódico referido no *caput* deste Artigo deverá ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral.

Artigo 84 No prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o encerramento de cada trimestre, deverão ser colocados à disposição dos Quotistas, na sede e agências da Administradora, informações sobre:

- (a) o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista;
- (b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do Período de Originação a que se referir; e
- (c) o comportamento da carteira de Direitos de Crédito do Fundo e dos Ativos Financeiros.

**Artigo 85** Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência de Classificação de Risco, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

**Artigo 86** A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

- (a) de 20 (vinte) dias corridos após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (b) de 60 (sessenta) dias corridos após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

**Artigo 87** As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento protocolado na CVM.

## **CAPÍTULO XXV - CLASSIFICAÇÃO DE RISCO**

**Artigo 88** A Agência de Classificação de Risco será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco às Quotas Seniores e às Quotas Mezanino. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora.

**Parágrafo Único** Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas. Dessa forma, havendo o rebaixamento da classificação de risco para uma nota inferior à inicialmente obtida, a Administradora comunicará imediatamente tal fato aos Quotistas e enviará, através de correspondência registrada, o material emitido pela Agência de Classificação de Risco com a nova nota e justificativa do rebaixamento.

## **CAPÍTULO XXVI - DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 89** Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

**Artigo 90** Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por "dia útil" segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou na cidade de São Paulo, e (ii) feriados de âmbito nacional.

**Artigo 91** Os Anexos a este Regulamento constituem parte integrante e inseparável do presente Regulamento.

**Artigo 92** Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

PRIDAY

34111

7

43

7

## ANEXO I - DEFINIÇÕES

<u>Administradora:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 5º deste Regulamento;
<u>Agência de Classificação de Risco:</u>	é a Standard & Poor's Rating Services, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, Pinheiros, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, ou sua sucessora, a qualquer título;
<u>Agente Escriturador:</u>	é o Deutsche Bank, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>Amortização Programada:</u>	é a amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo Fundo nas Datas de Amortização, conforme previsto no Suplemento da respectiva série;
<u>Assembleia Geral:</u>	é a Assembleia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXI;
<u>Ativos Financeiros:</u>	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõe o Patrimônio Líquido;
<u>BACEN:</u>	é o Banco Central do Brasil;
<u>Base de Dados:</u>	é a base de dados que contém dados e informações relativas aos Direitos de Crédito e aos Clientes, mantida pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia;
<u>Cedentes:</u>	são todas as pessoas físicas ou jurídicas que cedem os Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão;
<u>CETIP:</u>	é a CETIP S.A - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;
<u>Conta de Arrecadação:</u>	é a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo em uma instituição financeira aprovada em conjunto pela Administradora e pela Gestora, que será utilizada para o recebimento da totalidade dos recursos oriundos da liquidação dos Direitos de Crédito;
<u>Conta do Fundo:</u>	é a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo em uma instituição financeira aprovada em conjunto pela Administradora e pela Gestora, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;



<u>Contrato de Cessão:</u>	é cada um dos contratos de cessão de Direitos de Crédito celebrados entre o Fundo, a Administradora e o respectivo Cedente;
<u>Contrato de Custódia:</u>	é o Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, firmado em 12 de maio de 2005, entre o Custodiante e a Administradora, em nome do Fundo com a intervenção da Gestora;
<u>Contrato de Escrituração:</u>	é o Contrato de Emissão e Controle de Quotas Escriturais de Fundos de Investimentos, firmado em 12 de maio de 2005, entre o Agente Escriturador e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Gestão:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Carteira de Fundo de Investimento e Outras Avenças celebrado entre o Fundo e a Gestora;
<u>Contrato de Serviços de Auditoria Independente:</u>	é a Proposta de Prestação de Serviços da KPMG Auditores Independentes, aceita, em 22 de novembro de 2007, pela Administradora;
<u>Contrato de Serviços de Classificação de Risco:</u>	é o contrato para elaboração de classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Mezanino do Fundo, firmado entre a Agência de Classificação de Risco e a Administradora;
<u>Crerios de Elegibilidade:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 28 deste Regulamento;
<u>Custodiante:</u>	é o Deutsche Bank, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>CVM:</u>	é a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>Datas de Amortização:</u>	são as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, quando for o caso;
<u>Data de Aquisição e Pagamento:</u>	é a seguinte data: (i) data de verificação pelo Custodiante do atendimento, pelos Direitos de Crédito, dos Crerios de Elegibilidade; ou (ii) data de pagamento do Preço de Aquisição; o que por último ocorrer;
<u>Data de Emissão de Quotas:</u>	é a data em que os recursos decorrentes da integralização de cada série de Quotas Seniores, ou da integralização das distribuições de Quotas Subordinadas, são colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo, e que deverá ser, necessariamente, um dia útil;

<u>Data de Resgate:</u>	é a data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores e de cada classe de Quotas Mezanino, indicada no Suplemento da respectiva série ou emissão;
<u>Deutsche Bank:</u>	é o Deutsche Bank S/A, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, 13º, 14º e 15º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11;
<u>Direitos de Crédito:</u>	são todos os direitos de crédito adquiridos ou a serem adquiridos pelo Fundo, de acordo com as condições previstas neste Regulamento;
<u>Diretor Designado:</u>	é o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a relativas ao Fundo;
<u>Disponibilidades:</u>	são os todos os ativos de titularidade do Fundo com liquidez diária, incluindo, mas não se limitando, aos recursos disponíveis na Conta do Fundo;
<u>Documentos Comprobatórios:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 1º do Artigo 27 deste Regulamento.
<u>Documentos da Operação:</u>	são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Contratos de Cessão, Regulamento, Prospecto, Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração, Contrato de Gestão, Contrato de Serviços de Classificação de Risco, e Contrato de Serviços de Auditoria Independente;
<u>Encargos do Fundo:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 34 deste Regulamento;
<u>Empresa de Auditoria:</u>	é a empresa de auditoria contratada pela Administradora, nos termos deste Regulamento, ou sua sucessora a qualquer título, encarregada da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
<u>Eventos de Avaliação:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 64 deste Regulamento;
<u>Eventos de Liquidação:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 66 deste Regulamento;
<u>Excesso de Cobertura:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 53 deste Regulamento;

<u>Fundo:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1º deste Regulamento;
<u>Instrução CVM 356:</u>	é a Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pela Instrução CVM 393, datada de 22 de julho de 2003;
<u>Investidor Qualificado:</u>	são todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios;
<u>Obrigações do Fundo:</u>	são todas as obrigações do Fundo previstas neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e da amortização, e ao resgate das Quotas;
<u>Patrimônio Líquido:</u>	significa o patrimônio líquido do Fundo, calculado na forma do Capítulo XXIII;
<u>Percentual de Provisão:</u>	é o percentual de provisionamento a ser aplicado sobre o Valor do Direito de Crédito antes da dedução de qualquer Valor Provisionado dos Direitos de Créditos vencidos e não pagos, nos termos do Artigo 61 deste Regulamento;
<u>Preço de Aquisição:</u>	é o valor efetivamente pago pelos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, estabelecidos nos respectivos Termos de Cessão;
<u>Plano Contábil:</u>	é o Plano Contábil das instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular nº 1.273, do BACEN, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável;
<u>Política de Cobrança:</u>	é a política de cobrança adotada pelo Fundo em face dos devedores que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito, conforme previsto no Anexo III a este Regulamento;
<u>Quotas:</u>	são as Quotas Seniores, as Quotas Mezanino e as Quotas Subordinadas, consideradas em conjunto;
<u>Quotas Seniores:</u>	são as quotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries;
<u>Quotas Subordinadas:</u>	são as quotas subordinadas júnior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;

<u>Quotas Mezanino:</u>	são as Quotas Mezanino da Classe A, as Quotas Mezanino da Classe B e as Quotas Mezanino da Classe C consideradas em conjunto, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<u>Quotas Mezanino da Classe A:</u>	são as quotas subordinadas mezanino da classe A, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<u>Quotas Mezanino da Classe B:</u>	são as quotas subordinadas mezanino da classe B, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<u>Quotas Mezanino da Classe C:</u>	são as quotas subordinadas mezanino da classe C, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<u>Quotistas:</u>	são os titulares das Quotas;
<u>Quotistas Subordinados:</u>	são os titulares das quotas subordinadas júnior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<u>Razão de Garantia:</u>	é a relação entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores do Fundo;
<u>Resolução CMN 2.907:</u>	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001;
<u>SELIC:</u>	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
<u>Suplemento:</u>	é o documento elaborado na forma do Anexo II a este Regulamento contendo as seguintes informações relativas a cada uma das séries ou classes de quotas emitidas: quantidade de Quotas, Data de Emissão, Amortização Programada (se for o caso), Data de Resgate e meta de remuneração prioritária da respectiva série de Quotas;
<u>Taxa de Administração:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 32 deste Regulamento;
<u>Taxa de Cessão Média Mensal:</u>	é a taxa média entre a taxa de rentabilidade dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo e as respectivas Taxas de Desconto.
<u>Termo de Cessão:</u>	são os documentos pelos quais o Fundo adquire os Direitos de Crédito dos Cedentes nos termos de cada Contrato de Cessão;
<u>Termo de Adesão ao Regulamento:</u>	é o documento por meio do qual o Quotista adere a este Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo;

<u>Valor Provisionado:</u>	com relação a cada Direito de Crédito Adquirido, é o Valor do Direito de Crédito multiplicado pelo Percentual de Provisão;
<u>Valor Unitário de Emissão:</u>	é o valor unitário de cada Quota na Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores ou na Data de Emissão de Quotas Mezanino e Subordinadas, conforme o caso.

2

## ANEXO II - MODELO DE SUPLEMENTO

Suplemento da [•] série de Quotas [•]

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria - EXODUS I  
CNPJ/MF nº [•]

A [•] série de Quotas [•] do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria - EXODUS I (o "Fundo"), emitida nos termos do Regulamento do Fundo, registrado em [•] de [•] de [•] no [•]º Ofício de Títulos e Documentos da Capital do Estado de São Paulo sob nº [•], terá as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas [•]: [•] ([•]);
- b) Data de Emissão: [•] de [•] de [•];
- c) Período de Carência: de [•] de [•] de [•] até [•] de [•] de [•];
- d) Datas de Amortização: [•];
- e) Data de Resgate: [•] de [•] de [•];
- f) Remuneração alvo: [•]; e
- g) Valor Unitário de Emissão: [•]

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

São Paulo, [•] de [•] de [•]

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA - EXODUS I

Por:

Cargo:

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
C.P.F.:

2. \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
C.P.F.:

### ANEXO III – POLÍTICA DE COBRANÇA

A Gestora adotará os seguintes procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito:

1. após 3 (três) dias da assinatura do Termo de Cessão, a Gestora enviará aos respectivos devedores dos Direitos de Crédito:
  - (i) o boleto de cobrança para liquidação dos Direitos de Crédito na Conta Fundo; e
  - (ii) notificação aos respectivos devedores da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, em atendimento ao artigo 290 do Código Civil;
2. após 10 (dez) dias da cessão dos Direitos de Crédito, a Gestora confirmará junto aos respectivos devedores o recebimento do boleto de cobrança.
  - 2.1. a confirmação descrita no item 2 acima será realizada através de contato telefônico e carta simples para todos os Direitos de Crédito.
  - 2.2. a critério da Gestora, poderá ser enviada carta para os respectivos devedores dos Direitos de Crédito, solicitando confirmação, por escrito, acerca da existência e legitimidade do Direito de Crédito.
3. em até 10 (dez) dias antes do vencimento do Direito de Crédito, a Gestora entrará em contato por telefone com o respectivo devedor que não confirmar o recebimento dos boletos de cobrança, a fim de providenciar a emissão da segunda via do boleto, quando necessário.
4. após 2 (dois) dias do vencimento do Direito de Crédito, a Gestora entrará em contato com os respectivos devedores para dar ciência do vencimento do Direito de Crédito e da respectiva necessidade de liquidação em até 3 (três) dias úteis.
5. caso o Direito de Crédito não seja liquidado no prazo de 3 (três) dias úteis mencionado no item 4 acima, o título representativo do Direito de Crédito é levado a protesto no competente Cartório de Protestos.
  - 5.1. caso o protesto não seja susado em até uma semana pelos respectivos Sacados, a Gestora entrará em contato com tais devedores e com o Cedente para iniciar a renegociação para liquidação do Direito de Crédito.
  - 5.2. Caso o Cedente receba qualquer valor por engano em nome do Fundo, este deverá repassar para a conta do Fundo no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data do recebimento.
6. caso sejam constatadas quaisquer divergências durante todo o processo de acompanhamento e cobrança dos Direitos de Crédito, a critério da Gestora, poderá ser concedida prorrogação, desconto ou parcelamento dos valores dos Direitos de Crédito, ou outras alternativas eficazes para efetivar o recebimento extrajudicial dos

valores referentes aos Direitos de Créditos.

6.1 as prorrogações poderão ser feitas respeitando-se o prazo máximo de 35 (trinta e cinco) dias e serão concedidas somente uma vez, mesmo se concedidas inicialmente em prazo inferior ao prazo máximo aqui previsto.

7. não havendo acordo ou negociação que permita o recebimento do valor dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, conforme o procedimento acima previsto, o Fundo iniciará o procedimento de cobrança judicial contra o Cedente e o respectivo garantidor (devedor solidário), de acordo com as disposições do respectivo Contrato de Cessão.
8. Decorridos 180 dias a partir da data de vencimento do ativo no fundo, a Gestora estará autorizada a negociar este ativo com deságio a ser discutido caso a caso, desde que o Fundo não esteja em Evento de Avaliação ou Liquidação antecipada, e que os níveis de garantia estejam enquadrados dentro dos respectivos limites.



#### ANEXO IV – POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

A política de concessão dos créditos ficará a cargo da Gestora, que é a única responsável pela análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, e tecnicamente capacitada para realizar a avaliação da capacidade econômica dos Cedentes, bem como dos respectivos Sacados dos Direitos de Crédito.

A aprovação do crédito é realizada mediante um processo de análise do Cedente e do Sacado, que envolve aspectos financeiros e mercadológicos.

Se for comprovada a existência de Direitos de Crédito performados e possivelmente elegíveis, todos os documentos necessários para a análise do Cedente serão requisitados, quais sejam:

- Contrato Social;
- Relação do faturamento mensal dos últimos 12 (doze) meses;
- Cadastro de Pessoa Física dos sócios;
- Comprovante de endereço dos sócios e da empresa;
- Imposto de renda dos sócios.

Além dos Documentos solicitados, a Gestora deverá conferir se a empresa e os Direitos de Crédito atendem aos pré-requisitos básicos, antes da operação seguir para as demais etapas de avaliações de risco, quais sejam:

- Os Cedentes dos Direitos de Crédito devem ser pessoas jurídicas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- Os prazos de vencimento dos Direitos de Crédito devem ser de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da formalização da respectiva cessão, não podendo ser posterior à última data de vencimento das Quotas Seniores em circulação;
- Devem observar os limites mínimos e máximos de concentração com relação à carteira e ao Patrimônio Líquido, conforme disposto no Artigo 21 deste Regulamento, calculado pro forma antes da aquisição pretendida.

Após a análise inicial do Cedente, este firma um Contrato de Cessão com o Fundo, estabelecendo os termos e condições aplicáveis a todas as futuras cessões de Direitos de Crédito entre as partes, incluindo o estabelecimento dos sócios do Cedente como devedores solidários. O Contrato de Cessão juntamente com os documentos requisitados para análise é enviado para a Gestora onde é feita a sua guarda física.

Os dados cadastrais dos Cedentes são incluídos em um *software* especializado e analisados de acordo com critérios identificados na seção "Risco do Cedente" abaixo. Este é responsável pelo apontamento dos Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo Fundo, através de inclusão das informações no *software*, a partir das quais é realizada a análise do Sacado.

Após a análise do Cedente e dos Sacados, a Gestora seleciona os Direitos de Crédito que serão aceitos para aquisição do Fundo. Se houver qualquer objeção quanto ao Sacado, este tem seu cadastro bloqueado no sistema, e somente pode ser liberado para mais operações mediante análise

mais detalhada, caso a caso.

A cada nova aprovação da aquisição de Direitos de Crédito, um aditivo ao Contrato de Cessão é enviado ao Cedente, com informações referentes ao valor presente e valor futuro dos Direitos de Crédito, explicitando a taxa de desconto pré-fixada e descrição de eventuais tarifas adicionais. Adicionalmente ao aditivo ao Contrato de Cessão, os sócios também emitem uma nota promissória de valor equivalente ao valor da operação.

Diariamente é enviado ao Custodiante do Fundo um arquivo com informações referentes a todos os títulos adquiridos, para que seja garantido o cumprimento quanto aos critérios de elegibilidade definidos neste Regulamento. Uma vez confirmada a elegibilidade, o Custodiante libera via TED o montante relativo à operação diretamente ao Cedente.

Um dia após a aquisição, o software da Gestora emite Carta Registrada para todos os Sacados informando a aquisição pelo Fundo dos Direitos de Crédito, além de indicar a conta do Fundo na qual deverá ser efetuado o pagamento.

Neste mesmo instante, a Gestora envia ao Banco Cobrador um arquivo com discriminação dos Direitos de Crédito adquiridos para que seja enviado boleto de cobrança para os Sacados. É obrigação do Custodiante comparar ambos os arquivos para garantir que os títulos cedidos foram indicados para cobrança.

#### Processo de Aprovação de Crédito

O processo de aprovação do crédito do Cedente e do Sacado é realizado pela Gestora, que realiza a análise segundo alguns critérios:

- Risco do Cedente;
- Risco da Operação;
- Risco do Sacado; e
- Critérios Subjetivos.

#### **I. Risco do Cedente**

Com o intuito de mitigar o risco por Cedente, são realizados os seguintes procedimentos:

- (i) Limite de Crédito por Cedente de 30% (trinta por cento) do faturamento mensal;
- (ii) No caso de novos Cedentes:
  - (a) Durante o primeiro mês de operações, todos os Direitos de Crédito são confirmados com os Sacados via telefone antes da execução da transação; e
  - (b) Entre o primeiro e segundo mês de operações, a confirmação é realizada em até 5 dias contados da data de formalização da transação.

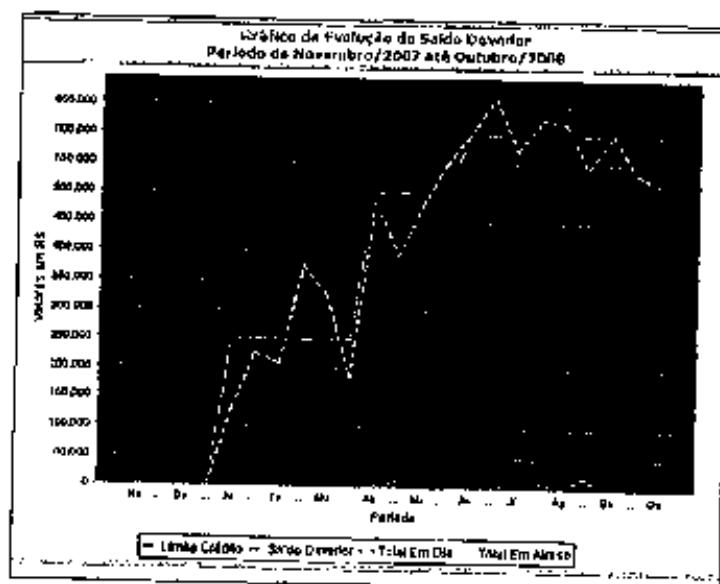
(iii) Nos primeiros dois meses de operações com o Sacado, as transações somente são efetuadas mediante envio dos seguintes documentos para a Gestora:

- (a) Documento Original do Direito de Crédito;
- (b) Canhoto original; e
- (c) Cópia da Nota Fiscal;

Após dois meses de operações, o Cedente pode enviar os documentos em até 5 (cinco) dias após a formalização da transação.

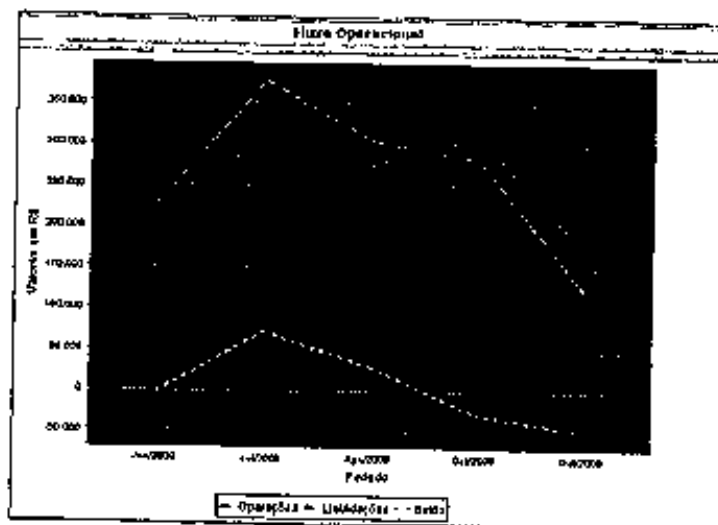
Todos os dados dos Cedentes são incluídos no software especializado, que possui uma base de dados da própria Gestora, que automaticamente gera uma análise do perfil do Cedente contendo as seguintes informações:

- (i) Evolução do saldo devedor, aonde é analisado o montante total operado pelo Cedente nos últimos 12 (doze) meses:



Fonte: SRM Consultoria e Administração de Recursos e Finanças Ltda.

- (ii) Fluxo Operacional do Cedente, com discriminação de saldo a vencer, vencido, total do saldo devedor e o limite crédito



Fonte: SRM Consultoria e Administração de Recursos e Finanças Ltda.

- (iii) Índice de Liquidez, que acompanha o comportamento da carteira do Cedente nos últimos 30 (trinta) dias, incluindo a forma de liquidação dos títulos. Nesse caso, é limitado em 5% (cinco por cento) do saldo devido para liquidações por recompra e 5% (cinco por cento) para liquidações via TED ou transferência bancária.

## II. Risco da Operação

Cada nova operação de aquisição de Direitos de Crédito de um Cedente já cadastrado e analisado será avaliada *isoladamente*. Neste caso deverá ser analisado o enquadramento do Cedente e dos Direitos de Crédito aos seguintes critérios:

- O prazo médio ponderado da carteira do Fundo não poderá exceder 65 (sessenta e cinco) dias, calculado pro forma antes da aquisição pretendida;
- O total de cobrança e de cessão de créditos de qualquer Cedente, conforme previsto no respectivo Contrato de Cessão, não poderá vir a representar mais de 7% (sete por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ou R\$3.000.000,00 (três milhões de reais);
- O total de obrigação de cada Sacado não poderá ser superior a 2,5% (dois e meio por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ou R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais);
- Os Direitos de Crédito representados por duplicatas devem representar no mínimo 70%

(setenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo investido em Direitos de Crédito;

- (v) Os Direitos de Crédito representados por cheques devem representar no máximo 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo investido em Direitos de Crédito; e
- (vi) Os Direitos de Crédito deverão ser lastreados em operações dos setores listados abaixo, de acordo com os seguintes limites:

Sector	Mínimo (% do Patrimônio Líquido)	Máximo (% do Patrimônio Líquido)
Industrial	50%	100%
Comercial	0%	50%
Prestação de Serviços	0%	30%

### III. Risco do Sacado

O Cedente recebe uma senha de acesso ao software utilizado para análise das operações e inclui dados dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo:

- (i) Informações cadastrais do Sacado;
- (ii) Número da fatura;
- (iii) Valor do Direito de Crédito; e
- (iv) Vencimento.

Uma vez incluídas as informações no *software*, os Sacados são analisados conforme os seguintes parâmetros:

- (i) Não são aceitos Sacados com apontamentos no Serasa, exceto se forem execuções fiscais ou se o valor relativo a essas pendências seja equivalente a no máximo 5% (cinco por cento) do capital social do Sacado; e
- (ii) Se houver histórico de operações com o Fundo, é levado em consideração o fluxo de pagamentos de cada Sacado.

### IV. Critérios subjetivos

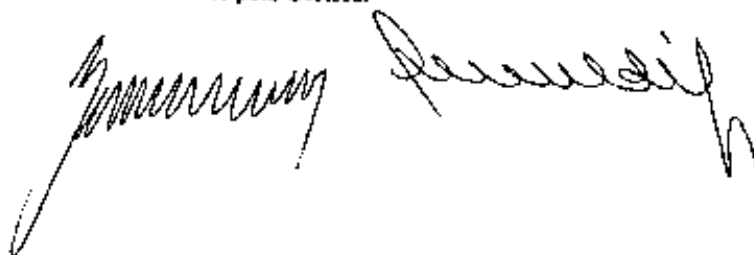
Os Critérios subjetivos podem influenciar positiva ou negativamente a aprovação do crédito. Cedentes pertencentes a setores com elevados níveis de concorrência, com poucas barreiras à entrada de novos competidores também são evitados.

Além disso, Cedentes que apresentam deficiências evidentes de gestão e estratégia também são evitados.

#### Monitoramento

A atualização dos registros é feita a cada 3 (três) meses ou a cada nova cessão, uma vez que o próprio *software* impede a realização de qualquer operação do Cedente que não tenha registros atualizados relativos aos critérios indicados no "Risco do Cedente".

O monitoramento da operação é diário, e se dá via o sistema de controle dos Direitos de Crédito desenvolvido internamente pela Gestora.



## **ANEXO II**

---

Atas das Assembléias Gerais do Fundo realizadas em 23 de maio de 2011,  
em 21 de junho de 2011 e em 13 de julho de 2011.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA  
EXODUS 1**

**CNPJ/MF Nº 07.399.646/0001-32**

**ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS  
REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2011**

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL REALIZADA EM 23 de maio de 2011, às 09:30, na sede social da GRADUAL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 50, 5º e 6º andares, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.918.160/0001-73 ("Administradora").**

**CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação em razão da presença dos quotistas titulares da totalidade das quotas Subordinadas e Mezanino em circulação, conforme autoriza o §5º do artigo 28 da Instrução CVM nº 356/01.

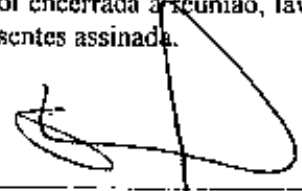
**PRESENÇA:** Comparceram os quotistas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus 1 ("Fundo"), representando a totalidade (100%) das Quotas Subordinadas e das Quotas Mezanino em circulação, conforme assinaturas em livro próprio, e a Administradora representada por seu diretor estatutário, o Sr. Pedro Paulo Bartolomei da Silveira.

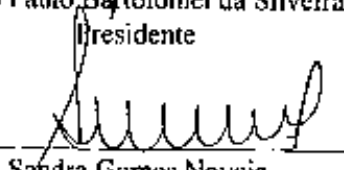
**MESA DIRETORIA:** Presidente: Sr. Pedro Paulo Bartolomei da Silveira  
Secretário: Sra. Sandra Gomes Novais

**ORDEM DO DIA:** Aprovação da emissão da 13ª Série de Quotas Seniores do Fundo.

**DELIBERAÇÕES:** Os quotistas presentes, por unanimidade, sem dissidências, protestos e declarações de votos vencidos, deliberaram aprovar, nos termos do Artigo 35, item (c) do Regulamento do Fundo, a distribuição pública nos termos da Instrução nº 400 da CVM, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, da 13ª Série de Quotas Seniores do Fundo, com as características estabelecidas no Suplemento da 13ª Série, constante do Anexo I à presente ata.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, após lida e aprovada, vai por todos os presentes assinada.

  
Pedro Paulo Bartolomei da Silveira  
Presidente

  
Sandra Gomes Novais  
Secretário

**ANEXO I**

**SUPLEMENTO DA 13ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES DO FUNDO**

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA  
EXODUS I**

**CNPJ/MF Nº 07.399.646/0001-32**

**ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS  
REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2011**

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL REALIZADA EM** 21 de junho de 2011, às 09:30, na sede social da GRADUAL CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 50, 5º e 6º andares, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.918.160/0001-73 ("Administradora").

**CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação em razão da presença dos quotistas titulares da totalidade das quotas Subordinadas e Mezanino em circulação, conforme autoriza o §5º do artigo 28 da Instrução CVM nº 356/01.

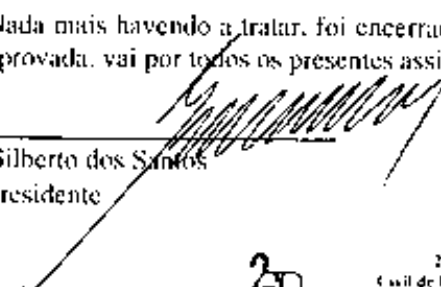
**PRESENÇA:** Compareceram os quotistas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I ("Fundo"), representando a totalidade (100%) das Quotas Subordinadas e das Quotas Mezanino em circulação, conforme assinaturas em livro próprio, e a Administradora representada por seu diretor estatutário, o Sr. Pedro Paulo Bartolomei da Silveira.

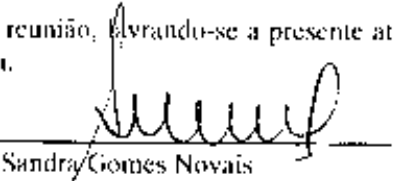
**MESA DIRETORIA:** Presidente: Sr. Gilberto dos Santos  
Secretária: Sra. Sandra Gomes Novais

**ORDEM DO DIA:** Re-ratificação da deliberação constante da Ata da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo realizada em 23 de maio de 2011 referente à aprovação da emissão da 13ª série de quotas seniores do Fundo ("13ª Série de Quotas Seniores").

**DELIBERAÇÕES:** Os quotistas presentes, por unanimidade, sem dissidências, protestos e declarações de votos vencidos, deliberaram (i) retificar o Suplemento da 13ª Série de Quotas Seniores do Fundo anexo à ata da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo realizada em 23 de maio de 2011, devendo o Suplemento da 13ª Série de Quotas Seniores, devidamente retificado e consolidado, passar a vigorar conforme Anexo I à presente ata; e (ii) ratificar todas as demais disposições aprovadas na Assembléia Geral de Quotistas do Fundo realizada em 23 de maio de 2011.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, após lida e aprovada, vai por todos os presentes assinada.

  
Gilberto dos Santos  
Presidente

  
Sandra Gomes Novais  
Secretária

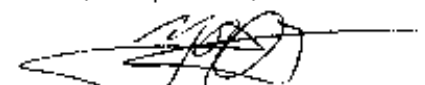


Enrol.	R\$ 48,37
Estado	R\$ 13,77
Desp.	R\$ 10,18
R. Civil	R\$ 2,56
T. Justiça	R\$ 2,56

Total R\$ 77,44

Se os eixos  
Recolhidos  
p/verba

2 Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Escritório de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.565.229/0001-77  
Rua Senador Paulo Egídio, 72 cj.110 - SE - CEP: 01066-010 - São Paulo/SP  
Protocolado e prenotado sob o n. **3.463.463** em  
**27/06/2011** e registrado, hoje, em microfilme  
sob o n. **3.463.463**, em títulos e documentos  
Averbado à margem do registro n. **3463225**  
São Paulo, 27 de junho de 2011

  
Geisb Domingues dos Santos - Oficial  
Marcelo S. Espedito - Escrevente Autorizado

## ANEXO I

### SUPLEMENTO DA 13ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES DO FUNDO

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA  
EXODUS I**

**CNPJ/MF Nº 07.399.646/0001-32**

**ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS  
REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 2011**

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL REALIZADA EM** 13 de julho de 2011, às 09:30, na sede social da GRADUAL CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 50, 5ª e 6ª andares, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.918.160/0001-73 ("Administradora").

**CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação em razão da presença dos quotistas titulares da totalidade das quotas Subordinadas e Mezanino em circulação, conforme autoriza o §5º do artigo 28 da Instrução CVM nº 356/01.

**PRESENÇA:** Compareceram os quotistas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I ("Fundo"), representando a totalidade (100%) das Quotas Subordinadas e das Quotas Mezanino em circulação e a Administradora representada por seu diretor estatutário, o Sr. Pedro Paulo Bartolomei da Silveira.

**MESA DIRETORIA:** Presidente: Sr. Pedro Paulo Bartolomei da Silveira  
Secretário: Sra Sandra Gomes Novais

**ORDEM DO DIA:** Ratificação da Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida para a emissão da 13ª série de quotas seniores do Fundo ("13ª Série" e "Quotas Seniores", respectivamente) no Procedimento de *Bookbuilding* finalizado em 11 de julho de 2011 e inclusão no Suplemento da 13ª Série de Quotas Seniores da quantidade total de Quotas Seniores da 13ª Série a serem emitidas mediante o exercício, nos termos do Prospecto da 13ª Série, das Quotas Seniores do Lote Adicional e das Quotas Seniores do Lote Suplementar.

**DELIBERAÇÕES:** Os quotistas presentes, por unanimidade, sem dissidências, protestos e declarações de votos vencidos, deliberaram (i) ratificar a Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores, obtida no Procedimento de *Bookbuilding* encerrado em 11 de julho de 2011, que estabeleceu 127% (cento e vinte e sete por cento) da Taxa CDI; e (ii) incluir no Suplemento da 13ª Série de Quotas Seniores que até 1.350 (um mil, trezentas e cinquenta) Quotas Seniores da 13ª Série serão emitidas mediante o exercício, nos termos do Prospecto da 13ª Série, das Quotas Seniores do Lote Adicional e das Quotas Seniores do Lote Suplementar.

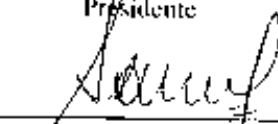
*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

Diante das deliberações (i) e (ii) acima, o Suplemento da 13ª Série de Quotas Seniores do Fundo, devidamente consolidado, passar a vigorar conforme Anexo I à presente ata.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, após lida, é aprovada, vai por todos os presentes assinada.

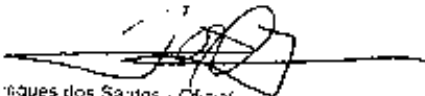
  
 \_\_\_\_\_  
 Pedro Paulo Bartolomei da Silveira  
 Presidente

  
 \_\_\_\_\_  
 Sandra Gomes Novais  
 Secretária

**20**  
 2. Oficial do Registro de Títulos e Documentos e  
 Civil de Pessoa Jurídica da Capital - C. N.º. 45.565.272/0001-17  
 Rua Senador Paulo Legendre, 72 cp. 110 - Se - C. P.º. 01106-010 - São Paulo-SP  
 R\$ 4.523,36 Protocolado e prenotado sob o n. **3.465.029** em  
 R\$ 1.285,60 **14/07/2011** e registrado, hoje, em microfilme  
 R\$ 947,29 sob o n. **3.465.029**, em títulos e documentos.  
 R\$ 238,07 Averbado a matrícula do registro n. **3463463**  
 R\$ 238,07 São Paulo, 14 de julho de 2011

Total R\$ 7.217,39

Sómos e mais  
 Recolhidos  
 porém

  
 Gentil Domingues dos Santos - Oficial  
 Marcelo S. Espedito - Escrevente Autorizado

ANEXO I

SUPLEMENTO DA 13ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES DO FUNDO

10

4

/  
mm

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**ANEXO III**

---

Suplemento da 13ª Série de Quotas Seniores do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

SUPLEMENTO DA 13ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES DO FUNDO

## SUPLEMENTO AO REGULAMENTO

### 13ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA EXODUS I

CNPJ nº 07.399.646/0001-32

Suplemento da 13ª série ("13ª Série") de quotas seniores ("Quotas Seniores") de emissão, nos termos da Instrução nº 400 da CVM, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I ("Fundo"), emitidas nos termos do Regulamento do Fundo, que terá as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas Seniores: até 1.350 (um mil, trezentas e cinquenta) Quotas Seniores, sendo certo que 200 (duzentas) Quotas Seniores mediante o exercício das Quotas Seniores do Lote Adicional, nos termos do Prospecto da 13ª Série de Quotas Seniores e do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, e 150 (cento e cinquenta) Quotas Seniores mediante o exercício das Quotas Seniores do Lote Suplementar, nos termos do Prospecto da 13ª Série de Quotas Seniores e do artigo 24 da Instrução CVM 400;
- b) Valor Unitário de Emissão: R\$100.000,00 (cem mil reais);
- c) Data de Emissão: data da primeira integralização de Quotas Seniores desta 13ª Série;
- d) Período de Carência: 31 (trinta e um) meses a contar da Data de Emissão;
- e) Amortizações Programadas: Desde a Data de Emissão até o término do Período de Carência, as Quotas Seniores serão amortizadas trimestralmente, sempre no dia 10 (dez) do mês subsequente ao do encerramento de cada período de três meses contados da Data de Emissão, em valor correspondente aos rendimentos obtidos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária, sendo certo que a primeira amortização programada trimestral ocorrerá no dia 10 de outubro de 2011. A partir do 32º mês contado da Data de Emissão, serão realizadas 5 (cinco) amortizações programadas, conforme indicado na tabela abaixo:

1ª Amortização	2ª Amortização	3ª Amortização	4ª Amortização	5ª Amortização
32º mês, contado da Data de Emissão.	33º mês, contado da Data de Emissão.	34º mês, contado da Data de Emissão.	35º mês, contado da Data de Emissão.	36º mês, contado da Data de Emissão.
1/5 do valor da quota.	1/4 do valor da quota.	1/3 do valor da quota.	1/2 do valor da quota.	100% do valor da quota.

As Amortizações Programadas das Quotas Seniores da 13ª Série serão realizadas no dia 10 (dez) dos respectivos meses de amortização ou, caso não seja um dia útil, no dia útil subsequente, sendo seu valor calculado com base no valor da Quota Senior no último dia útil anterior à Data de Amortização.

- f) Data de Resgate: 36 meses a contar da data da primeira integralização de Quotas Seniores desta 13ª Série;

g) Meta de Rentabilidade Prioritária: 127% (cento e vinte e sete por cento) da Taxa CDI. A Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida para as Quotas Seniores foi fixada após procedimento de coleta de intenções de investimento realizado pelos distribuidores das Quotas Seniores junto a possíveis investidores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução da CVM 300 (Procedimento de *Bookbuilding*), em 11 de julho de 2011.

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão o significado que lhes é atribuído no Regulamento.

São Paulo, 13 de julho de 2011

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA EXODUS I

Por:

Cargo: **Adão Paulo Rodrigues da Silva**  
Diretor

**Gilberto dos Santos**  
Diretor

Testemunhas:

1. **Adão Paulo Rodrigues da Silva**  
Nome: **Adão Paulo Rodrigues da Silva**  
RG: **18.060.083-7**  
CPF: **087.613.518-13**

2. **Adão Paulo Rodrigues da Silva**  
Nome: **Adão Paulo Rodrigues da Silva**  
RG: **30.616.342-3**  
CPF: **131.073.188-50**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

#### **ANEXO IV**

---

##### **Súmula de Classificação de Risco**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Data de Publicação: 24 de maio de 2011

Comunicado à Imprensa

## **Standard & Poor's atribui rating preliminar 'brAA (sf)' à 13ª série de cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I; ratings finais atribuídos às 11ª e 12ª séries de cotas seniores**

### **Resumo**

- O rating preliminar 'brAA (sf)' atribuído à 13ª série de cotas seniores a ser emitida pelo FIDC da Indústria Exodus I indica que a estrutura, os mecanismos de reforço da qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que compõem a carteira do FIDC fornecem proteção MUITO FORTE contra perdas advindas de inadimplência, quando comparado a outros títulos emitidos no Brasil.
- Atribuímos também os ratings finais 'brAA (sf)' às suas 11ª e 12ª séries de cotas seniores, seguindo o recebimento de toda a documentação apropriada pela Standard & Poor's e o encerramento da distribuição dessas cotas.
- O FIDC da Indústria Exodus I é estruturado como um condomínio fechado multisséries, cujos direitos creditórios são oriundos de vendas de mercadorias ou prestação de serviços performados.

**São Paulo (Standard & Poor's), 24 de maio de 2011** – A Standard & Poor's Ratings Services atribuiu hoje o rating preliminar 'brAA (sf)', em sua Escala Nacional Brasil, à 13ª série de cotas seniores a serem emitidas pelo FIDC da Indústria Exodus I, no montante de até R\$ 100 milhões. Ao mesmo tempo, atribuímos os ratings finais 'brAA (sf)' às 11ª e 12ª séries de cotas seniores do FIDC.

O rating preliminar 'brAA (sf)' atribuído à 13ª série de cotas seniores a ser emitida pelo FIDC da Indústria Exodus I) indica que a estrutura, os mecanismos de reforço da qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que compõem a carteira do FIDC fornecem proteção MUITO FORTE contra perdas advindas de inadimplência, quando comparado a outros títulos emitidos no Brasil.

A atribuição dos ratings finais 'brAA (sf)' às 11ª e 12ª séries de cotas seniores segue-se ao recebimento da documentação apropriada, à confirmação dos termos inicialmente assumidos como premissas pela Standard & Poor's e ao encerramento da distribuição dessas cotas.

Os mecanismos de reforço de crédito presentes no FIDC da Indústria Exodus I incluem a proteção de crédito derivada da subordinação de cotas (nível mínimo de 20%) e o spread excedente resultante da taxa mínima de desconto aplicada na aquisição dos direitos creditórios (equivalente a 140% da Taxa DI Over).

A 13ª série de cotas seniores vencerá 36 meses após sua subscrição inicial e será amortizada em cinco pagamentos mensais, após um período de carência de 31 meses. A rentabilidade-alvo da 13ª série de cotas seniores será definida em processo de *bookbuilding* e terá um teto equivalente a 127% da taxa DI Over a.a.



## Resumo das Ações de Rating

Instrumento	De	Para	Montante (em milhões de R\$)	Vencimento Legal Final
11ª Série de Cotas Seniores	'brAA (sf)' Preliminar	'brAA (sf)'	81,1**	Setembro de 2011
12ª Série de Cotas Seniores	'brAA (sf)' Preliminar	'brAA (sf)'	106,7**	Setembro de 2012
13ª Série de Cotas Seniores	Não Classificadas	'brAA (sf)' Preliminar*	Até 100,0	36 meses após a emissão
Cotas Subordinadas	Não classificadas	Não classificadas	92,8**	Não aplicável

\* O rating de crédito é preliminar, uma vez que a documentação final, com seu suplemento, ainda não está disponível. A atribuição de um rating final está condicionada ao recebimento da documentação apropriada pela Standard & Poor's. Quaisquer informações subsequentes poderão resultar na atribuição de um rating final diferente do preliminar.

\*\* Valores aproximados do Patrimônio Líquido em circulação em 31 de março de 2011.

Informações adicionais sobre o FIDC da Indústria Exodus I podem ser encontradas no relatório de Síntese Analítica emitido em 28 de janeiro de 2010 ou no último relatório de monitoramento emitido em 7 de dezembro de 2010.

## Publicações Relacionadas:

- "Metodologia e Premissas Utilizadas na Análise de Rating de Operações Estruturadas de Recebíveis Comerciais no Brasil," publicado dia 13 de maio de 2009 em [www.standardandpoors.com.br](http://www.standardandpoors.com.br).
- "Relatório de Rating Preliminar: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I," publicado em 18 de junho de 2009 em [www.standardandpoors.com.br](http://www.standardandpoors.com.br).

**Analistas principais:** Leandro de Albuquerque, São Paulo, 55 (11) 3039-9729, [leandro\\_albuquerque@standardandpoors.com](mailto:leandro_albuquerque@standardandpoors.com) e Marcio Rocha, Nova York, 1-212-438-6223, [marcio\\_rocha@standardandpoors.com](mailto:marcio_rocha@standardandpoors.com)

**Diretor Analítico:** Juan Pablo De Molleín, Emerging Market Structured Finance, Nova York, (1) 212-438-2536, [juan\\_demollein@standardandpoors.com](mailto:juan_demollein@standardandpoors.com).

**Analista de monitoramento:** Maria Renata Lotfi, São Paulo, 55 (11) 3039-9724, [renata\\_lotfi@standardandpoors.com](mailto:renata_lotfi@standardandpoors.com)

Copyright© 2011 pela Standard & Poor's Financial Services LLC (S&P) Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta informação pode ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma ou nem meio, nem armazenado em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da S&P. A S&P, suas afiliadas e/ou seus provedores externos detêm direitos de propriedade exclusivos sobre a informação, incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito. Esta informação não deverá ser utilizada para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem suas afiliadas, nem seus provedores externos garantem a exatidão, completude, tempestividade ou disponibilidade de qualquer informação. A S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões, independentemente da causa, ou pelos resultados obtidos mediante o uso de tal informação. A S&P, SUAS AFILIADAS E SEUS PROVEDORES EXTERNOS ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, ENTRE OUTRAS, QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZAÇÃO, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO ESPECÍFICO. Em nenhuma circunstância, deverão a S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos e seus diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes ser responsabilizados por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais, ou consequentes (incluindo-se, entre outras, perda de renda ou lucros cessantes e custos de oportunidade) com relação a qualquer uso da informação aqui contida, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Os ratings e as análises creditícias da S&P e de suas afiliadas e as observações aqui contidas são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos ou recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento. Após sua publicação, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar a informação. Os usuários da informação aqui contida não deverão nela se basear ao tomar qualquer decisão de investimento. As opiniões da S&P e suas análises não abordam a adequação de quaisquer títulos. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz uma auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (due diligence) ou de verificação independente de qualquer informação que recebe. A fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades, a S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas de outras. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter o sigilo de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P Ratings Services pode receber remuneração por seus ratings e análises creditícias, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus sites na Web, [www.standardandpoors.com](http://www.standardandpoors.com) / [www.standardandpoors.com.mx](http://www.standardandpoors.com.mx) / [www.standardandpoors.com.ar](http://www.standardandpoors.com.ar) / [www.standardandpoors.com.br](http://www.standardandpoors.com.br), [www.ratingsdirect.com](http://www.ratingsdirect.com) e [www.globalcreditportal.com](http://www.globalcreditportal.com) (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em [www.standardandpoors.com/usratingsfees](http://www.standardandpoors.com/usratingsfees).

**The McGraw-Hill Companies**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**ANEXO V**

Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais  
encerrados em 31 de abril de 2010, 2009 e 2008

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios  
da Indústria Exodus I**

**CNPJ 07.399.646/0001-32**

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e  
Valores Mobiliários S.A. - CNPJ 33.918.160/0001-73)

**Demonstrações financeiras  
em 30 de abril de 2010 e 2009**



## Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores  
Mobiliários S.A.)

### Demonstrações financeiras

em 30 de abril de 2010 e 2009

### Conteúdo

Parecer dos auditores independentes	3 - 4
Demonstração da composição e diversificação das aplicações	5
Demonstrações das evoluções do patrimônio líquido	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras	7 - 30





**KPMG Auditores Independentes**  
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33  
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil  
Caixa Postal 2467  
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000  
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001  
Internacional 55 (11) 2183-3034  
Internet [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

## Parecer dos auditores independentes

Aos

Cotistas e à Administradora do

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

São Paulo - SP

1. Examinamos a demonstração da composição e diversificação das aplicações do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I em 30 de abril de 2010 e as demonstrações das evoluções do patrimônio líquido correspondentes aos exercícios findos em 30 de abril de 2010 e 2009, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Fundo; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I em 30 de abril de 2010 e as mutações de seu patrimônio líquido, correspondentes aos exercícios findos em 30 de abril de 2010 e 2009, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. O Fundo possuía, em 30 de abril de 2010, 60,28% de seu patrimônio líquido em direitos creditórios, estando desta forma, desenquadrado em relação à política de investimento estabelecida no seu Regulamento.



5. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7e, no exercício findo em 30 de abril de 2010, foram recomprados do Fundo, créditos no valor de R\$33.215 mil.

São Paulo, 30 de julho de 2010

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



Silbert Christo Sasdelli Júnior  
Contador CRC 1SP230685/O-0

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria  
Exodus I  
(CNPJ. 07.399.646/0001-32)

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores  
Mobiliários S.A. CNPJ. 33.918.160/0001-73)

Demonstração da composição e diversificação das aplicações  
em 30 de abril de 2010

(Em milhares de Reais)

Aplicações/especificação	Valor atual	% sobre patrimônio líquido
<b>Disponibilidades</b>	<u>1.417</u>	<u>0,65</u>
Banco conta movimento	1.417	0,65
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<u>72.800</u>	<u>33,64</u>
Letras Financeiras do Tesouro	70.000	32,35
Notas do Tesouro Nacional	2.800	1,29
<b>Títulos públicos</b>	<u>11.176</u>	<u>5,16</u>
Notas do Tesouro Nacional - Série F	10.958	5,06
Notas do Tesouro Nacional - Série B	218	0,10
<b>Direitos creditórios</b>	<u>130.417</u>	<u>60,28</u>
Direitos creditórios a vencer	114.636	52,99
Direitos creditórios vencidos	18.247	8,43
(-) Provisão para devedores duvidosos	(2.466)	(1,14)
<b>Valores a receber</b>	<u>1.357</u>	<u>0,64</u>
Diferimento de Despesa de Custo de Distribuição de Cotas	1.103	0,52
Outros	254	0,12
<b>Valores a pagar</b>	<u>(798)</u>	<u>(0,36)</u>
Taxa de administração	(226)	(0,10)
Provisão para contingências	(450)	(0,21)
Impostos e contribuições a recolher	(73)	(0,03)
Custódia	(39)	(0,02)
Outros	(10)	-
<b>Patrimônio líquido</b>	<u>216.369</u>	<u>100,00</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I  
(CNPJ, 07.399.646/0001-32)

(Administrado pela Greatfá Corretora de Câmbio, Títulos e Valores  
Mobiliários S.A. CNPJ, 33.918.160/0001-73)

Demonstrações das evoluções do patrimônio líquido

Exercícios findos em 30 de abril de 2010 e 2009

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário das cotas)

	2010	2009
<b>Patrimônio líquido no início do exercício</b>		
Cotas seniores II - 4ª distribuição 200.000 cotas a R\$ 39.204,824333	(1.84)	
Cotas seniores II - 7ª distribuição 34.000 cotas a R\$ 54.978,848414	(1.95)	
Cotas seniores II - 8ª distribuição 20.000 cotas a R\$ 56.126,498500	(1.14)	
Cotas seniores II - 10ª distribuição 15.200 cotas a R\$ 100.742,494208	(1.73)	
Cotas subordinadas 608.674.010 cotas a R\$ 32.756,833088	21.823	
Cotas seniores II - 3ª distribuição 21.000 cotas a R\$ 123.335,776000		9.952
Cotas seniores II - 2ª distribuição 100.000 cotas a R\$ 61.094,381339		6.107
Cotas seniores II - 4ª distribuição 200.000 cotas a R\$ 51.917,541293		10.304
Cotas seniores II - 7ª distribuição 34.000 cotas a R\$ 51.060,518235		5.786
Cotas seniores II - 8ª distribuição 20.000 cotas a R\$ 56.101,670000		1.321
Cotas subordinadas 194.002 cotas a R\$ 61.971,083163		18.379
<b>Cotas emitidas</b>		
Cotas seniores II (1ª distribuição 497.000 cotas)	31.280	
Cotas seniores II (1ª distribuição 273.434456 cotas)	27.444	
Cotas seniores II (2ª distribuição 615.832427 cotas)	61.896	
Cotas subordinadas (recursos) 25.000 cotas	3.890	
Cotas subordinadas 2.044.344 cotas	68.764	
Cotas seniores II (9ª distribuição 100.000 cotas)		8.000
Cotas seniores II (10ª distribuição 15.200 cotas)		1.324
Cotas subordinadas 711.767 cotas		12.042
<b>Amortização de cotas</b>		
Cotas seniores II 4ª distribuição	(8.509)	
Cotas seniores II 7ª distribuição	(734)	
Cotas seniores II 8ª distribuição	(217)	
Cotas subordinadas	(16.827)	
Cotas seniores II 4ª distribuição		(3.714)
Cotas seniores II 7ª distribuição		(6.826)
Cotas seniores II 8ª distribuição		(1.914)
Cotas subordinadas		(13.196)
<b>Resgate de cotas</b>		
Cotas seniores II (9ª distribuição 25.000 cotas)		(967)
Cotas seniores II (10ª distribuição 100.000 cotas)		(3.406)
<b>Variação no resgate de cotas</b>		
Cotas seniores II (9ª distribuição)		(1.975)
Cotas seniores II (10ª distribuição)		(346)
<b>Patrimônio líquido antes do resultado do exercício</b>		
	194.826	23.329
<b>Resultado do exercício</b>		
<b>Receitas</b>	31.850	14.687
Receitas com operações de crédito	29.582	13.506
Receitas de operações interfinanceiras de liquidez	1.009	393
Receitas de juros e valores recebidos	405	147
Receitas de provisões para débitos decorrentes	546	-
Outras receitas interfinanceiras	248	440
<b>Despesas</b>	(8.377)	(13.061)
Provisão para débitos decorrentes	-	(1.999)
Taxa de administração	(1.337)	(414)
Taxa de Custódia	(550)	(280)
Serviços Bancários	(1.245)	(990)
Taxa CVT4	(17)	(1.780)
Despesas fiduciárias	(199)	(281)
Despesas administrativas	(1.231)	(796)
<b>Resultado do exercício</b>	23.473	13.626
<b>Patrimônio líquido ao final do exercício</b>		
	218.299	37.375
Cotas seniores II - 4ª distribuição 200.000 cotas a R\$ 32.836,213810	6.567	
Cotas seniores II - 7ª distribuição 34.000 cotas a R\$ 45.362,853487	1.478	
Cotas seniores II - 8ª distribuição 20.000 cotas a R\$ 53.792,461000	1.079	
Cotas seniores II - 10ª distribuição 150.84917 cotas a R\$ 112.499,891939	56.949	
Cotas seniores II - 11ª distribuição 273.434456 cotas a R\$ 100.927,071430	27.570	
Cotas seniores II - 12ª distribuição 615.831627 cotas a R\$ 56.101,26076265	62.338	
Cotas subordinadas (recursos) 25.000 cotas a R\$ 106.122,878400 cotas	2.728	
Cotas subordinadas 2.474.249.068 cotas a R\$ 23.715,701076 cotas	58.231	
Cotas seniores II - 4ª distribuição 100.000 cotas a R\$ 54.204,630553		17.449
Cotas seniores II - 7ª distribuição 34.000 cotas a R\$ 54.878,848424		1.968
Cotas seniores II - 8ª distribuição 20.000 cotas a R\$ 56.126,498500		1.185
Cotas seniores II - 10ª distribuição 15.200 cotas a R\$ 100.742,494208		1.322
Cotas subordinadas 608.674.010 cotas a R\$ 32.756,833088		21.823

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

**Exercícios findos em 30 de abril de 2010 e 2009**

*(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)*

### **1 Contexto operacional**

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I iniciou suas atividades em 22 de junho de 2005 e foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, a partir da 1ª data de emissão de cotas.

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aquisição pelo Fundo: (i) de direitos de crédito, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais direitos de crédito, tudo nos termos do contrato de cessão; e (ii) de ativos financeiros.

Os direitos de crédito adquiridos pelo Fundo são originados, preponderantemente, por operações de natureza industrial, facultado à Administradora destinar o que exceder à parcela preponderante do Patrimônio Líquido do Fundo à aquisição de direitos de créditos originados por operações comerciais e de prestação de serviços.

O Fundo pode manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em direitos de créditos em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em

- (i) Títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil - Bacen; e
- (ii) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados acima.

A atividade de gestão da carteira do Fundo fica a cargo da SRM Consultoria e Administração de Recursos e Finanças Ltda.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Cedente, da Administradora, do Custodiante ou de suas partes relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Não obstante a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do Fundo, a política de investimento coloca em risco o patrimônio deste, pelas características dos ativos que o compõem os quais o sujeitam às oscilações do mercado e aos riscos de crédito inerente a tais investimentos, podendo, inclusive, ocorrer perda do capital investido

# Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

### 2 Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, complementadas pelas normas previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e por demais orientações emanadas do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

### 3 Descrição das principais práticas contábeis

#### a. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração.

#### b. Títulos públicos

Os títulos públicos integrantes da carteira são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, em função da classificação dos títulos (Nota Explicativa nº 4).

#### c. Direitos creditórios a receber

##### i. Direitos creditórios a vencer

São avaliados pelo seu valor de aquisição, e acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério *pro rata temporis*. A taxa interna de retorno foi calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

# Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

### ii. *Direitos creditórios vencidos e não pagos*

Estão integralmente registrados pelo valor contratado, acrescido dos rendimentos até a data do seu vencimento.

### iii. *Provisão para devedores duvidosos (PDD)*

A metodologia utilizada pelo Fundo está expressa nos artigos 60 e 61 do Regulamento do Fundo. De acordo com o artigo 61 do Regulamento do Fundo, as perdas e provisões relacionadas aos direitos de crédito adquiridos e que se encontrem vencidos e não pagos serão suportados única e exclusivamente pelo Fundo e serão reconhecidas no resultado do exercício, conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução CMN nº 2.682.

Adicionalmente, o Fundo realiza a provisão para todos os créditos a vencer na razão de 0,5% (meio por cento).

A provisão para devedores duvidosos feita pelo Fundo atinge ainda os demais direitos de créditos do mesmo devedor inadimplente, ou seja, estabelece-se um valor adicional de provisão, mesmo que ainda não conhecidas, por se referirem a direitos de crédito a vencer, mas comuns ao mesmo devedor, ocorrendo, assim, o chamado "efeito vagão".

## 4 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias específicas de acordo com a intenção de negociação, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

- i. **Títulos para negociação** - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado;



## Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

- ii. **Títulos mantidos até o vencimento** - Incluem os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos.

**a. Composição da carteira**

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira e suas respectivas faixas de vencimento estão assim classificados:

Títulos para negociação	Curva	Valor de mercado	Resultado	Faixas de vencimento
Títulos de emissão do Tesouro Nacional:				
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	<u>211</u>	<u>218</u>	<u>7</u>	Após 1 ano
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	<u>10.876</u>	<u>10.958</u>	<u>82</u>	Após 1 ano
Total dos títulos para negociação	<u>11.087</u>	<u>11.176</u>	<u>89</u>	

**b. Títulos de renda fixa**

- **Pós-fixados** - É utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais).



# Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)*

### 5 Instrumentos financeiros derivativos

O Fundo poderá realizar operações em mercados de derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas.

Nos exercícios findos em 30 de abril de 2010 e 2009, o Fundo não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

### 6 Rating

O Fundo é avaliado trimestralmente por empresa de rating especializada, tendo sido contratada para avaliação *Standard & Poor's* que atribuiu o rating brAAf à 10ª série de cotas seniores, rating preliminar brAAf à 11ª e 12ª séries de cotas seniores e rating brBBBf à cotas mezanino. As cotas seniores das 6ª, 7ª e 8ª séries e as cotas subordinadas não foram classificadas.

### 7 Direitos creditórios

Os direitos de crédito cedidos e transferidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e da Política de Concessão de Crédito constantes do Regulamento do Fundo, compreendem os direitos de crédito identificados em cada termo de cessão, representados por duplicatas, notas promissórias e cheques, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais direitos de crédito.

A Gestora é a única responsável pela análise e seleção dos direitos de crédito a serem adquiridos pelo Fundo, e que possui tecnicamente habilidade para realizar a avaliação da capacidade econômica dos Cedentes, bem como dos respectivos devedores dos direitos de crédito.

# Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores  
Mobiliários S.A.)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos no Regulamento do Fundo e na legislação e regulamentação aplicáveis, observado ainda que:

- a. O total de coobrigação e de cessão de créditos de qualquer Cedente, conforme previsto no respectivo contrato de cessão, não poderá vir a representar mais de 7% (sete por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ou \$ 3.000. 000,00 (três milhões de reais);
- b. O total de obrigação de cada sacado não poderá ser superior a 2,5% (dois e meio por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ou R\$ 2.500.00,00 (dois milhões e quinhentos mil reais);
- c. Os direitos de crédito representados por duplicatas devem representar no mínimo 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- d. Os direitos de crédito representados por cheques devem representar no máximo 5% do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- e. Os direitos de crédito deverão ser lastreados em operações dos setores listados abaixo, de acordo com os seguintes limites:

Setor	Mínimo (% PL)	Máximo (% PL)
Industrial	50%	100%
Comercial	0%	50%
Prestação de Serviços	0%	30%

Os limites de concentração estabelecidos deverão ser verificados pela Gestora e observados com relação ao grupo econômico do Cedente, incluindo desta forma, seu controlador, sociedades sob controle comum, incluindo empresas controladas por pessoas físicas com grau de parentesco até o segundo grau ("Grupo Econômico").

## Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)*

Em 30 de abril de 2010, o Fundo encontrava-se desenquadrado em relação ao item c acima. Este desenquadramento ocorreu na posição de 15 de abril de 2010, cujo percentual era de 65,73% (recebíveis em relação ao PL), ou seja, 4,27% a menor do que o estabelecido no seu Regulamento. Seu enquadramento voltou a sua normalidade em 10 de junho de 2010, atingindo um percentual maior que o exigido em seu Regulamento, de 76,69%.

Este acontecimento se deu em função da captação de cotas seniores, o qual gerou um valor bastante elevado de caixa, porém, o mesmo ficou aplicado em títulos do governo. Não foi considerado evento de avaliação, visto que a administração do Fundo entendeu que o desenquadramento foi aceitável, visto que ocorreu uma captação em volumes significativos e o período que o Fundo permaneceu nesta situação não foi elevado.

#### **a. Critérios de elegibilidade**

O Fundo somente adquirirá direitos de crédito que atendam, na data de aquisição e pagamento, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade:

- i. Devem ser representadas por duplicatas, notas promissórias e cheques originados por empresas com sede no país (independentemente de terem como sócios diretos ou indiretos pessoas físicas ou jurídicas sediadas no exterior), que atuem nos setores industrial, comercial ou de prestação de serviços no Brasil;
- ii. Os Cedentes dos direitos de crédito devem ser pessoas jurídicas inscritas, no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- iii. Os prazos de vencimento dos direitos de crédito devem ser de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de formalização da respectiva cessão, não podendo ser posterior à última data de vencimento das cotas seniores em circulação, sendo que o prazo médio ponderado da carteira não poderá exceder 65 (sessenta e cinco) dias, calculado pro forma antes da aquisição pretendida; e



# Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)*

- iv. Devem observar os limites mínimos e máximos de concentração com relação à carteira e ao Patrimônio Líquido, calculado pro forma antes da aquisição pretendida, exceto com relação aos grupos econômicos que serão verificados pela Gestora.

A verificação do enquadramento dos direitos de crédito aos critérios de elegibilidade será de responsabilidade do Custodiante.

A Gestora ficará responsável ainda por confirmar à Administradora e ao Custodiante, nos termos do contrato de cessão, o atendimento do direito de crédito adquirido às condições de aquisição e a enviar à Administradora e ao Custodiante a relação dos direitos de crédito ofertados ao Fundo para que o Custodiante proceda a verificação do enquadramento de tais direitos de crédito aos critérios de elegibilidade previamente à sua aquisição pelo Fundo.

### **b. Condições de aquisição**

A Gestora deverá ofertar ao Fundo direitos de crédito que atendam às seguintes condições de aquisição:

- i. Os direitos de crédito elegíveis devem ter sido originados e formalizados de acordo com a política de concessão de crédito descrita no Regulamento do Fundo;
- ii. Os direitos de crédito elegíveis devem estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;
- iii. Os sacados não devem apresentar apontamentos junto ao Serasa, SPC e/ou Equifax quanto a cheques sem fundos, execuções judiciais, exceto execuções fiscais, falência e recuperação judicial decretada. Excepcionalmente, a Gestora poderá ofertar ao Fundo direitos de crédito oriundos de Sacados que apresentem protestos, e/ou execução judicial desde que a soma dos valores relativos a estas pendências não superem o montante equivalente a 5% (cinco por cento) do capital social do Sacado;

## Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)*

- iv. O Fundo não poderá adquirir direitos de crédito de sacados inadimplentes se o total de direitos de crédito inadimplidos acima de 60 (sessenta) dias representar mais do que 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- v. O Fundo não poderá adquirir direitos de crédito originados de operações de recompra acima do valor total equivalente a 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- vi. O Fundo poderá comprar direito de crédito de Cedentes que possuam direitos de crédito vencidos e não pagos acima de 60 (sessenta) dias, desde que o saldo devedor deste Cedente não represente mais do que 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- vii. O Fundo não poderá adquirir direitos de crédito de Cedentes cujo índice de direitos de crédito liquidados parcialmente for superior a 10% (dez por cento) nos últimos 12 (doze) meses;
- viii. O somatório do valor total de direitos de crédito oriundos dos 10 (dez) maiores Cedentes, deverá ser igual ou inferior a 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- ix. O somatório do valor total de direitos de crédito oriundos das 4 (quatro) maiores Cedentes, deverá ser igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- x. Devem observar a taxa mínima de cessão;
- xi. O respectivo sacado não esteja em processo de falência ou recuperação judicial; e
- xii. O Cedente deverá ter declarado que (i) não utiliza trabalho escravo e infantil; (ii) possui todas as licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, inclusive todas as licenças ambientais.

## Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

#### c. Composição da Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)

Contratos	Parcelas			PDD	PDD
	A vencer	Vencidos	Total	%	Valor
A vencer e vencidos até 14 dias	109.144	7.819	116.963	0,5	585
Vencido entre 15 e 30 dias	1.973	3.990	5.963	1	59
Vencido entre 31 e 60 dias	1.666	2.255	3.921	3	118
Vencido entre 61 e 90 dias	1.584	2.051	3.635	10	363
Vencido entre 91 e 120 dias	129	510	639	30	192
Vencido entre 121 e 150 dias	46	444	490	50	245
Vencido entre 151 e 180 dias	86	1.139	1.225	70	857
Superior a 180 dias	8	39	47	100	47
	<u>114.636</u>	<u>18.247</u>	<u>132.883</u>		<u>2.466</u>

#### d. Movimentação da provisão para devedores duvidosos

Saldo inicial	3.012
Reversões	( 546)
Saldo final	2.466

#### e. Recompras de direitos de crédito

Durante o exercício de 2010 houve um total de recompras no valor de R\$ 33.215 mil.



# Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores  
Mobiliários S.A.)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)*

### 8 Gerenciamento de riscos

Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como investidores qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das cotas do Fundo.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos direitos de crédito e ativos financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os direitos de crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das cotas à liquidação dos direitos de crédito e/ou dos ativos financeiros, tanto a Administradora quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das cotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

A fim de viabilizar os pagamentos do Fundo, a Administradora deverá instruir o Custodiante a constituir uma reserva de amortização para pagamento das amortizações e resgates das cotas (a "Reserva de Amortização"). Para tanto, a Administradora e a Gestora deverão condicionar a aquisição de novos direitos de crédito ao cumprimento do cronograma descrito na Nota Explicativa nº 10.b.

A Administradora somente descontinuará os procedimentos descritos acima, quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos outros ativos que integram a reserva de amortização, líquidos de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente aos valores determinados conforme o cronograma descrito na Nota Explicativa nº 10.b.

## Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)*

A Administradora deverá manter no mínimo 1% do Patrimônio Líquido do Fundo alocado em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN; e operações compromissadas lastreadas nos referidos títulos ("Reserva de Liquidez").

#### 9 Valorização das cotas do Fundo

As cotas do Fundo podem ser seniores ou subordinadas, correspondem a frações ideais do Patrimônio Líquido do Fundo e não serão resgatáveis.

As cotas seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a. Prioridade de amortização e/ou resgate em relação às cotas subordinadas;
- b. Valor unitário de emissão a ser fixado em RS 100;
- c. Valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate;
- d. Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada cota sênior corresponderá 1 (um) voto.

O valor total das cotas seniores é equivalente ao somatório do valor das cotas seniores de cada série, ou o produto da divisão do Patrimônio Líquido pelo número de cotas seniores, dos dois o menor.

As cotas seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data da publicação do anúncio de distribuição da respectiva série de cotas seniores, sendo que os custos desta distribuição serão diferidos ao longo do período mencionado.



## Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)*

As cotas mezanino têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a. Subordinam-se às cotas seniores e tem prioridade em relação às cotas subordinadas para fins de amortização e/ou resgate, observado o Regulamento do Fundo;
- b. Somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das cotas seniores em circulação quando da sua emissão;
- c. Valor unitário de emissão a ser fixado em R\$ 100;
- d. Valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate;
- e. Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada cota mezanino corresponderá 1 (um) voto; e
- f. Não apresentam relação de subordinação entre si para fins de amortização e/ou resgate, observado o Regulamento, sendo expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de cotas mezanino, exceção feitas às condições estabelecidas expressamente nos respectivos suplementos.

As cotas subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a. Subordinam-se às cotas seniores às cotas mezanino para fins de amortização e/ou resgate, observado o Regulamento do Fundo;
- b. Somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das cotas seniores e das cotas mezanino em circulação, admitindo-se resgate em direitos de créditos;
- c. Valor unitário de emissão de R\$ 25 na 1ª emissão de cotas subordinadas, sendo que as cotas subordinadas emitidas posteriormente terão seu valor unitário de emissão calculado com base no item abaixo;

## Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores  
Mobiliários S.A.)

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)*

- d. Valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Regulamento do Fundo; e
- e. Cada cota subordinada corresponderá a 1 (um) voto e terá direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, excetos aquelas que deliberarem a respeito da ocorrência de eventos de liquidação ou da avaliação do Fundo, ou que deliberarem a respeito do descumprimento pela Gestora das suas obrigações estabelecidas no Regulamento do Fundo.

	Valor de sobretaxa do CDI - %
6º distribuição pública de cotas seniores - Cotas seniores da 2ª série	Taxa média do CDI acrescido de 2% ao ano
7º distribuição pública de cotas seniores - Cotas seniores da 2ª série	Taxa média do CDI acrescido de 2% ao ano
8º distribuição pública de cotas seniores - Cotas seniores da 2ª série	Taxa média do CDI acrescido de 2% ao ano
10º distribuição pública de cotas seniores - Cotas seniores da 2ª série	132
11º distribuição pública de cotas seniores - Cotas seniores da 2ª série	125
12º distribuição pública de cotas seniores - Cotas seniores da 2ª série	130
1ª emissão de cotas mezanino	140

# Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)*

### 10 Emissões, resgates e amortizações de cotas

#### a. Emissão

As cotas do Fundo são emitidas por seu valor na data em que os recursos são colocados pelos investidores qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo, por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

A partir da 1ª data de emissão de cada série de cotas seniores, seu respectivo valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor unitário de cota sênior no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período com base na meta de rentabilidade prioritária estabelecida para a série.

Os critérios de determinação do valor das cotas seniores tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das cotas seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas cotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte da Administradora, do Fundo ou do Custodiante. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das cotas seniores não farão jus, em hipótese alguma, quando da amortização ou resgate de suas cotas, a uma remuneração superior ao valor de tais cotas, na respectiva data de amortização ou data de resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de cotas.

A partir da 1ª data de emissão de cada classe de cotas mezanino, seu respectivo valor será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor unitário da respectiva classe de cotas mezanino no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período com base na meta de rentabilidade prioritária estabelecida.



# Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores  
Mobiliários S.A.)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)*

A partir da 1ª data de emissão de cotas subordinadas, seu valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das cotas seniores e das cotas mezanino em circulação, dividido pelo número de cotas subordinadas em circulação, na respectiva data de cálculo.

### ***b. Amortização e resgate de cotas***

As cotas seniores e cotas mezanino de cada emissão serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas datas de resgate.

O Fundo poderá realizar amortizações programadas de qualquer série de cotas seniores e de qualquer classe de cotas mezanino a ser emitida, de acordo com as condições estabelecidas no seu Regulamento.

Desde que o patrimônio líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, poderá ocorrer alterações nas amortizações programadas de uma ou mais séries específicas de cotas seniores e de uma ou mais classes de cotas mezanino em circulação, nas datas e valores a serem estipulados, desde que deliberado pela totalidade dos cotistas das classes e séries afetadas.

A fim de viabilizar os pagamentos do Fundo, a Administradora deverá instruir o Custodiante a constituir uma reserva de amortização para pagamento das amortizações e resgates de cotas (a "Reserva de Amortização"). Para tanto, a Administradora e a Gestora deverão condicionar a aquisição de novos direitos de crédito ao cumprimento do cronograma abaixo:

A tabela abaixo mostra os valores que deverão compor a reserva de amortização (em percentual sobre o valor estimado das amortizações e resgates), conforme o número de dias a decorrer até as próximas datas de amortização e resgates:

## Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)*

Número de dias corridos antes das datas de amortização ou da data de resgate	Percentual do valor futuro estimado das respectivas amortizações e resgate
45	50%
20	100%

A Administradora somente descontinuará os procedimentos descritos, quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos outros ativos que integram a reserva de amortização, líquidos de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente aos valores determinados conforme o cronograma acima.

A Administradora deverá calcular o índice de liquidez da carteira mensalmente, a ser definido como a razão entre: (i) caixa + ativos financeiros + direitos de crédito de sacados adimplentes a vencer nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração; e (ii) as amortizações e encargos devidos pelo Fundo nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração ("Índice de Liquidez").

Para fins de apuração, o índice de liquidez deverá ser maior ou igual a 1 (um), caso o índice de liquidez, permaneça com valor menor a 1 (um) pelo período, a Administradora deverá tomar as providências relativas a ocorrências de um evento de liquidação.

## Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

#### c. Quadro de amortização

Classe/Série	Data de amortização	Total amortizado
Sênior II - 6ª distribuição	25/02/2010	2.150
	30/03/2010	2.171
	29/04/2010	2.188
		<u>6.509</u>
Sênior II - 7ª distribuição	30/03/2010	365
	29/04/2010	369
		<u>734</u>
Sênior II - 8ª distribuição	29/04/2010	<u>215</u>
Subordinada	04/05/2009	4.960
	05/05/2009	400
	20/05/2009	800
	01/06/2009	1.900
	17/06/2009	1.100
	01/07/2009	1.900
	20/07/2009	1.200
	03/08/2009	3.100
	17/08/2009	1.500
	01/09/2009	1.600
	16/09/2009	900
	23/09/2009	35
	02/10/2009	300
	20/10/2009	1.100
	03/11/2009	1.800
	19/11/2009	2.000
	01/12/2009	1.500

## Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

Classe/Série	Data de amortização	Total amortizado
	17/12/2009	900
	21/01/2010	2.100
	05/02/2010	2.000
	19/02/2010	2.330
	01/03/2010	750
	08/03/2010	4.500
	22/03/2010	260
	07/04/2010	290
	20/04/2010	300
	22/04/2010	1.000
		<u>40.525</u>

#### d. Enquadramento à razão de garantia

A relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das cotas seniores é igual ou superior a 137% (cento e trinta e sete por cento). Até 25 de fevereiro de 2010 a relação mínima “razão de garantia” era igual ou superior a 150% (cento e cinquenta por cento).

Após a data de resgate das cotas seniores da 10ª emissão (“data do segundo rebaixamento da razão de garantia”), até a última data de resgate das cotas seniores, a Administradora verificará, todo dia útil se a razão de garantia é igual ou superior a 125% (cento e vinte e cinco por cento).

Caso a razão de garantia seja inferior às razões de garantia definidas, a Administradora deverá comunicar os titulares de cotas subordinadas para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à razão de garantia, mediante a emissão e subscrição de novas cotas subordinadas.



# Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)*

Caso os titulares das cotas subordinadas decidam que não realizarão o aporte adicional de recursos, ou não enviem resposta à Administradora em 30 (trinta) dias contados da comunicação da Administradora prevista em Regulamento do Fundo, a mesma comunicará a agência de classificação de risco do desenquadramento no Fundo à razão de garantia.

A relação entre as cotas subordinadas e o total de cotas subordinadas e mezanino somadas deverá representar sempre no mínimo 62% (sessenta e dois por cento), relação mínima.

Caso a relação mínima seja inferior a 62% (sessenta e dois por cento), a Administradora deverá comunicar os titulares de cotas subordinadas para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à relação mínima, mediante a emissão e subscrição de novas cotas subordinadas.

Caso os titulares das cotas subordinadas decidam que não realizarão o aporte adicional de recursos, ou não enviem resposta à Administradora em 30 (trinta) dias contados da comunicação da Administradora, a mesma comunicará a agência de classificação de risco do desenquadramento do Fundo à relação mínima.

### 11 Negociação de cotas

As cotas seniores e cada uma das classes das cotas mezanino são registradas para a negociação em bolsa de valores, sistema de balcão organizado, ou no SomaFix e/ou BovespaFix e na CETIP (para distribuição primária, as cotas são registradas para negociação na CETIP no Módulo de distribuição de cotas e, para negociação no mercado secundário, no Sistema de Fundos Fechados), a critério da Administradora, observado que: (i) os cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas cotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das cotas sejam investidores qualificados.



# Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)*

### 12 Custódia

Os títulos públicos e as operações compromissadas estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) do Banco Central do Brasil. Os títulos representativos dos direitos creditórios são custodiados na empresa SRM Consultoria e Cobrança Ltda. que foi contratada como fiel depositária da documentação relativa aos direitos creditórios.

### 13 Encargos do Fundo

#### *Taxa de administração*

A Administradora e a Gestora receberão, pela prestação de serviços ao Fundo, a título de taxa de administração, o percentual anual de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do Patrimônio Líquido, apurado e provisionado diariamente e pago no quinto dia útil do mês subsequente à sua apuração e provisionamento.

O valor mínimo mensal da taxa de administração será de R\$ 5 ao mês.

### 14 Provisão para contingências

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria - Exodus I é parte passiva em ações judiciais, em 30 de abril de 2010, perante vários tribunais envolvendo questões de reparação de danos na esfera cível, decorrentes do curso normal das operações de direitos creditórios adquiridos pelo Fundo, sendo originados preponderantemente, por operações de natureza industrial de prestação de serviços e comerciais.

Com base na opinião de seus advogados, a administração do Fundo decidiu provisionar R\$ 450 mil para a data-base 30 de abril de 2010, utilizando como base o valor de R\$ 5 mil por causa, a título de indenização por danos morais, e o valor dos honorários advocatícios calculado em 10% do valor de cada causa.

# Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

### 15 Evolução do valor da cota e rentabilidade

	Data	Cota (R\$)	Rentabilidade (%)
2ª série 6ª - distribuição	30/04/2010	32.836,213852	10,92(**)
	30/04/2009	59.204,428353	14,92
	30/04/2008	51.517,861253	3,04
	31/01/2008 (*)	50.000,000000	-
2ª série 7ª - distribuição	30/04/2010	43.392,952647	10,92(**)
	30/04/2009	58.678,848824	14,92
	30/04/2008	51.060,518235	2,12
	28/02/2008 (*)	50.000,000000	-
2ª série 8ª - distribuição	30/04/2010	53.732,461000	10,92(**)
	30/04/2009	58.128,498000	14,92
	30/04/2008	50.581,620000	1,16
	27/03/2008 (*)	50.000,000000	-
2ª série 10ª - distribuição	30/04/2010	112.489,691833	11,61
	30/04/2009	100.785,998208	0,79
	07/04/2009 (*)	100.000,000000	-
2ª série 11ª - distribuição	30/04/2010	100.827,071420	0,83
	31/03/2010 (*)	100.000,000000	-
2ª série 12ª - distribuição	30/04/2010	101.290,782661	1,29
	17/03/2010 (*)	100.000,000000	-
1ª emissão de cotas mezanino	30/04/2010	109.121,978400	9,12
	27/07/2009 (*)	100.000,000000	-
Subordinada	30/04/2010	23.735,703056	87,37(**)
	30/04/2009	52.756,635098	102,63(**)
	30/04/2008	69.951,083363	58,79(**)
	30/04/2007	75.514,434937	75,83
	30/04/2006	48.091,874722	92,37
	22/06/2005 (*)	25.000,000000	-

## Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)*

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

(\*) Início das respectivas cotas do Fundo.

(\*\*) Para efeito do percentual da rentabilidade foram incluídos as amortizações do exercício apresentadas na nota 10c, representando o efetivo resultado auferido pelos cotistas.

## 16 Tributação

Os rendimentos auferidos serão tributados pelas regras abaixo:

- Seguindo a expectativa da Administradora e da Gestora de manter a carteira do Fundo, exceto direitos creditórios, com prazo médio superior a trezentos e sessenta e cinco dias, calculado conforme metodologia regulamentada pela Secretaria da Receita Federal, os rendimentos auferidos estarão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte às seguintes alíquotas, entre a data de aplicação e a data de amortização/resgate:

- i. 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- ii. 20% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias;
- iii. 17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias;
- iv. 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias.

A regra tributária acima descrita não se aplica aos cotistas sujeitos a regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

## Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)*

#### **17 Contrato de prestação de serviço de controladoria e custódia**

A Administradora contratou o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão para prestar serviços de tesouraria, custódia, escrituração de cotas e controle de ativos e passivos relativos a este Fundo, de acordo com as normas legais e regulamentares.

#### **18 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor**

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, registre-se que a Administradora, no período, não contratou outros serviços prestados pelos seus auditores independentes relacionados aos fundos de investimento por ela administrados. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.



**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios  
da Indústria Exodus I**

**CNPJ. 07.399.646/0001-32**

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e  
Valores Mobiliários S.A. – CNPJ. 33.918.160/0001-73)

**Demonstrações financeiras  
em 30 de abril de 2009 e 2008**





# Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores  
Mobiliários S.A.)

## Demonstrações financeiras

em 30 de abril de 2009 e 2008

### Conteúdo

Parecer dos auditores independentes	3
Demonstração da composição e diversificação das aplicações	4
Demonstrações das evoluções do patrimônio líquido	5
Notas explicativas às demonstrações financeiras	6 - 21



**KPMG Auditores Independentes**  
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33  
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil  
Caixa Postal 2467  
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000  
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001  
Internacional 55 (11) 2183-3034  
Internet [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

## Parecer dos auditores independentes

Aos

Cotistas e à Administradora do

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

São Paulo - SP

Examinamos a demonstração da composição e diversificação das aplicações do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I em 30 de abril de 2009 e as demonstrações das evoluções do patrimônio líquido, correspondentes aos exercícios findos em 30 de abril de 2009 e 2008, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Fundo; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I em 30 de abril de 2009 e as mutações de seu patrimônio líquido, correspondentes aos exercícios findos em 30 de abril de 2009 e 2008, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 26 de junho de 2009

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Silbert Christo Sasdelli Junior  
Contador CRC 1SP230685/O-0

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria  
Exodus I - (CNPJ. 07.399.646/0001-32)

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores  
Mobiliários S.A. CNPJ. 33.918.160/0001-73)

Demonstração da composição e diversificação das aplicações  
em 30 de abril de 2009

(Em milhares de Reais)

Aplicações/especificação	Valor atual	% sobre patrimônio líquido
<b>Disponibilidades</b>	<u>264</u>	<u>0,70</u>
Banco conta movimento	264	0,70
<b>Títulos públicos</b>	<u>29</u>	<u>0,08</u>
Notas do Tesouro Nacional - Série B	29	0,08
<b>Direitos creditórios</b>	<u>38.063</u>	<u>100,29</u>
Direitos creditórios a vencer	30.843	81,27
Direitos creditórios vencidos	9.901	26,09
(-) Provisão para devedores duvidosos	(3.012)	(7,94)
Valores a receber	331	0,87
<b>Valores a pagar</b>	<u>(403)</u>	<u>(1,06)</u>
Taxa de administração	(46)	(0,12)
Provisão para contingências	(251)	(0,66)
Impostos e contribuições a recolher	(47)	(0,12)
Custódia	(22)	(0,06)
Rating	(36)	(0,09)
Outros	<u>(1)</u>	<u>(0,00)</u>
<b>Patrimônio líquido</b>	<u>37.953</u>	<u>100,00</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria  
Exodus I - (CNPJ, 07.399.646/0001-32)

Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores  
Mobiliários S.A. CNPJ, 33.018.140/0001-73

Demonstrações das evoluções do patrimônio líquido

Exercícios findos em 30 de abril de 2009 e 2008

(Em milhares de reais, exceto o valor indicado de outra forma)

	2009	2008
<b>Patrimônio líquido no início do exercício</b>		
Conta corrente II - 3ª distribuição 23.000 cotas a R\$ 123.253,79040	9.062	-
Conta corrente II - 3ª distribuição 150.000 cotas a R\$ 61.985.061139	9.357	-
Conta corrente II - 4ª distribuição 200.000 cotas a R\$ 71.717.861273	10.704	-
Conta corrente II - 7ª distribuição 34.000 cotas a R\$ 71.160.715235	1.756	-
Conta corrente II - 8ª distribuição 10.000 cotas a R\$ 50.583.820001	1.011	-
Conta subscrita 194.062 cotas a R\$ 69.991.083567	(3.275)	-
Conta corrente II - 2ª distribuição 93.801 cotas a R\$ 47.912.710109	-	4.499
Conta corrente II - 3ª distribuição 23.000 cotas a R\$ 104.848,710000	-	2.746
Conta corrente II - 4ª distribuição 10.000 cotas a R\$ 107.823,828900	-	1.079
Conta corrente II - 7ª distribuição 40.884 cotas a R\$ 71.809,561448	-	2.784
Conta subscrita 194.062 cotas a R\$ 71.574,434937	-	14.054
Conta subscrita 8.27.000 cotas a R\$ 77.446,541111	-	2.081
<b>Conta corrente</b>		
Conta corrente II 4ª distribuição 110.000 cotas	9.000	-
Conta corrente II 10ª distribuição 11.000 cotas	1.324	-
Conta subscrita 715.747 cotas	(2.032)	-
Conta corrente II 8ª distribuição 73.418 cotas	-	8.244
Conta corrente II 6ª distribuição 220.000 cotas	-	10.007
Conta corrente II 7ª distribuição 34.000 cotas	-	1.700
Conta corrente II 4ª distribuição 20.000 cotas	-	1.000
<b>Resgate de cotas</b>		
Conta corrente II 4ª distribuição	(2.718)	-
Conta corrente II 7ª distribuição	(6.820)	-
Conta corrente II 8ª distribuição	(1.914)	-
Conta subscrita	(13.239)	-
Conta corrente II 4ª distribuição	-	(779)
Conta subscrita	-	(7.864)
<b>Resgate de cotas</b>		
Conta corrente II 3ª distribuição 23.000 cotas	(942)	-
Conta corrente II 3ª distribuição 150.000 cotas	(3.260)	-
Conta corrente II 2ª distribuição 93.801 cotas	-	(3.788)
Conta corrente II 4ª distribuição 10.000 cotas	-	(860)
Conta subscrita 8.27.000 cotas	-	(2.023)
<b>Variação no resgate de cotas</b>		
Conta corrente II 3ª distribuição	(937)	-
Conta corrente II 4ª distribuição	(2.86)	-
Conta corrente II 2ª distribuição	-	(1.178)
Conta corrente II 4ª distribuição	-	(1.100)
Conta subscrita 8	-	(89)
	38.128	27.131
<b>Patrimônio líquido antes do resultado do exercício</b>		
	37.853	10.712
<b>Resultado do exercício</b>		
<b>Receitas</b>	18.889	10.712
Receita com operações de câmbio	18.889	9.829
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez	303	8
Receita de títulos e valores mobiliários	247	803
Outras receitas operacionais	449	-
Receita de prestação para derivativos de câmbio	-	1.392
	19.888	11.832
<b>Despesas</b>	(1.499)	-
Prestação para derivativos de câmbio	(414)	(121)
Taxa de administração	-	(240)
Taxa de distribuição	-	(210)
Taxa de Câmbio	(240)	(301)
Serviços Resolvidos	(445)	(311)
Taxa CVM	(179)	(74)
Despesas Adicionais	(221)	-
Despesa administrativas	(290)	(199)
	(1.499)	9.882
<b>Resultado do exercício</b>	18.390	11.832
<b>Patrimônio líquido no final do exercício</b>		
Conta corrente II - 4ª distribuição 500.000 cotas a R\$ 59.204,424371	11.945	-
Conta corrente II - 7ª distribuição 34.000 cotas a R\$ 71.873,699024	2.465	-
Conta corrente II - 4ª distribuição 20.000 cotas a R\$ 71.129,498000	1.363	-
Conta corrente II - 10ª distribuição 11.000 cotas a R\$ 106.795,994208	1.181	-
Conta subscrita 409.635.097 cotas a R\$ 61.756,655599	(21.829)	-
Conta corrente II - 3ª distribuição 23.000 cotas a R\$ 123.253,790990	-	9.062
Conta corrente II - 4ª distribuição 100.000 cotas a R\$ 61.985,061139	-	9.357
Conta corrente II - 4ª distribuição 200.000 cotas a R\$ 71.717,861273	-	10.704
Conta corrente II - 7ª distribuição 34.000 cotas a R\$ 71.160,715235	-	1.756
Conta corrente II - 8ª distribuição 10.000 cotas a R\$ 50.583,820000	-	1.011
Conta subscrita 194.062 cotas a R\$ 69.991,083567	-	(3.275)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 30 de abril de 2009 e 2008

### 1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I iniciou suas atividades em 22 de junho de 2005 e foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, a partir da 1ª data de emissão de cotas.

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aquisição pelo Fundo: (i) de Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, tudo nos termos do Contrato de Cessão; e (ii) de Ativos Financeiros.

Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo são originados, preponderantemente, por operações de natureza industrial, facultado à Administradora destinar o que exceder à parcela preponderante do patrimônio líquido do Fundo à aquisição de Direitos de Créditos originados por operações comerciais e de prestação de serviços.

O Fundo poderá, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos de Créditos em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em (i) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil - BACEN; (ii) certificado e recibos de depósito bancário de emissão de instituições financeiras que contêm classificação de baixo risco de crédito por agências classificadoras de risco autorizadas a atuar no país; e/ou (iii) fundos mútuos de investimento de renda fixa de perfil conservador que sejam administrados por instituições financeiras que contêm classificação de baixo risco de crédito por agências classificadoras de risco autorizadas a atuar no país, até o limite de 10% do Patrimônio Líquido.

Os Direitos de Crédito cedidos e transferidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e da Política de Concessão de Crédito compreendem os Direitos de Crédito identificados em cada Termo de Cessão, representados por duplicatas e cheques, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito.

# Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

O Fundo não poderá realizar aplicações em direitos creditórios da instituição administradora e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

A atividade de gestão da carteira do Fundo ficará a cargo da SRM Consultoria e Administração de Recursos e Finanças Ltda.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Cedente, da Administradora, do Custodiante ou de suas partes relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Não obstante a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do Fundo, a política de investimento coloca em risco o patrimônio deste, pelas características dos ativos que o compõem os quais o sujeitam às oscilações do mercado e aos riscos de crédito inerente a tais investimentos, podendo, inclusive, ocorrer perda do capital investido

## 2 Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, complementadas pelas normas previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e por demais orientações emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

## 3 Descrição das principais práticas contábeis

### a. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração.



# Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores  
Mobiliários S.A.)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### *b. Títulos públicos*

Os títulos públicos integrantes da carteira são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, em função da classificação dos títulos - Nota 4.

### *c. Direitos creditórios a receber*

#### *i. Direitos creditórios a vencer*

São avaliados pelo seu valor de aquisição, e acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério *pro rata temporis*. A taxa interna de retorno foi calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

#### *ii. Direitos creditórios vencidos e não pagos*

Estão integralmente registrados pelo valor contratado, acrescido dos rendimentos até a data do seu vencimento.

#### *iii. Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)*

A metodologia utilizada pelo Fundo está expressa nos artigos 60 e 61 do Regulamento do Fundo. De acordo com o artigo 61 do Regulamento do Fundo, as perdas e provisões relacionadas aos direitos de crédito adquiridos e que se encontrem vencidos e não pagos serão suportados única e exclusivamente pelo Fundo e serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução CMN nº 2.682.

Adicionalmente, o Fundo realiza a provisão para todos os créditos a vencer na razão de 0,5% (meio por cento), constituindo assim, uma reserva de provisão de 0,5% (meio por cento) sobre o total de direitos creditórios a vencer.

# Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

A provisão para devedores duvidosos feita pelo Fundo atinge ainda os demais direitos de créditos do mesmo devedor inadimplente, ou seja, estabelece-se um valor adicional de provisão, mesmo que ainda não conhecidas, por se referirem a direitos de crédito a vencer, mas comuns ao mesmo devedor, ocorrendo, assim, o chamado "efeito vagão".

### 4 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias específicas de acordo com a intenção de negociação, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

- i. **Títulos para negociação** - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado;
- ii. **Títulos mantidos até o vencimento** - Incluem os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos.

#### a. Composição da carteira

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira e suas respectivas faixas de vencimento estão assim classificados:

	R\$ mil			Faixas de vencimento
	Curva	Valor de mercado	Resultado	
<b>Títulos para negociação</b>				
Títulos de emissão do Tesouro Nacional:				
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	29	29	=	Após 1 ano
Total dos títulos para negociação	29	29	=	

# Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### *b. Títulos de renda fixa*

- **Pós-fixados** - É utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANDIMA).

## **5 Instrumentos financeiros derivativos**

O Fundo poderá realizar operações em mercados de derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas.

Nos exercícios findos em 30 de abril de 2009 e 2008, o Fundo não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

## **6 Rating**

O Fundo é avaliado trimestralmente por empresa de rating especializada, conforme detalhado no prospecto, tendo sido contratada para avaliação *Standard & Poors*, que atribuiu o rating brAAf em 27 de outubro de 2008, na sua escala nacional às cotas seniores (10ª série).

## **7 Direitos creditórios**

Os Direitos Creditórios são representados por duplicatas, cheques, notas promissórias e Cédulas de Crédito Bancário - CCBs. Será destinada a parcela de 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo à aquisição de Direitos de Crédito com lastro em operações do segmento econômico industrial, que serão originados conforme a atividade específica de cada uma das cedentes, nos termos das operações realizadas com seus respectivos devedores. A parcela excedente a 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo poderá ser destinada à aquisição de Direitos de Crédito com lastro em operações dos segmentos econômicos comerciais e de prestação de serviços, em ambos os casos, serão originados conforme a atividade específica de cada uma das Cedentes, nos termos das operações realizadas com suas respectivas contrapartes.



# Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### a. Critérios de elegibilidade

O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na Data de Aquisição e pagamento, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade:

- i. Devem ser Direitos de Crédito originados por empresas com sede no país (independentemente de terem como sócios diretos ou indiretos pessoas físicas ou jurídicas sediadas no exterior), que atuem nos setores industrial, comercial ou de prestação de serviços no Brasil.
- ii. Os devedores dos Direitos de Crédito devem ser pessoas físicas ou jurídicas inscritas, respectivamente, no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.
- iii. Os prazos de vencimentos dos Direitos de Crédito devem ser de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da formalização da respectiva cessão.
- iv. Não se enquadrarem nas especificações do Artigo 40, da Instrução CVM 356.

### b. Composição da Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)

Contratos	Parcelas			PDD	PDD
	A vencer	Vencidos	Total	%	Valor
A vencer e vencidos até 14 dias	28.674	3.340	32.014	0,5	160
Vencido entre 15 e 30 dias	741	1.336	2.077	1	21
Vencido entre 31 e 60 dias	1.086	488	1.574	3	47
Vencido entre 61 e 90 dias	147	634	781	10	78
Vencido entre 91 e 120 dias	100	742	842	30	252
Vencido entre 121 e 150 dias	12	769	781	50	390
Vencido entre 151 e 180 dias	51	1.987	2.038	70	1.426
Superior a 180 dias	32	606	638	100	638
	<u>30.843</u>	<u>9.901</u>	<u>40.744</u>		<u>3.012</u>

## Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores  
Mobiliários S.A.)

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

#### *c. Movimentação da Provisão para Devedores Duvidosos*

Saldo inicial - R\$ 1.322

Constituições (líquidas de reversões) - R\$ 1.690

Saldo final - 3.012

## 8 Gerenciamento de riscos

Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Cotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, tanto a Administradora quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Cotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

A fim de viabilizar os pagamentos do Fundo, a Administradora deverá instruir o Custodiante a constituir uma Reserva de Amortização para pagamento das amortizações e resgates das cotas (a "Reserva de Amortização"). Para tanto, a Administradora e o Gestor deverão condicionar a aquisição de novos Direitos de Crédito ao cumprimento do cronograma descrito abaixo.



# Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

A tabela abaixo mostra os valores que deverão compor a Reserva de Amortização (em percentual sobre o valor estimado das amortizações e resgates), conforme o número de dias a decorrer até as próximas Datas de Amortização e Resgates:

Número de dias corridos antes das Datas de Amortização ou da Data de Resgate	Percentual do valor futuro estimado das respectivas amortizações e resgates
45	50%
20	100%

A Administradora somente descontinuará os procedimentos descritos acima, quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos outros ativos que integram a Reserva de Amortização, líquidos de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente aos valores determinados conforme o cronograma acima.

A Administradora deverá manter no mínimo 1% do Patrimônio Líquido do Fundo alocado em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN; e operações compromissadas lastreadas nos referidos títulos ("Reserva de Liquidez").

### 9 Valorização das cotas do Fundo

As Cotas do Fundo podem ser seniores ou subordinadas, correspondem a frações ideais de seu patrimônio e não serão resgatáveis.

As cotas seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- Prioridade de amortização e/ou resgate em relação às cotas subordinadas;
- Valor Unitário de Emissão a ser fixado no respectivo Suplemento de Emissão;
- Valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate;

## Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

- d. Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada cota sênior corresponderá 1 (um) voto.
- e. Direito de preferência na aquisição de novas Quotas Seniores a serem emitidas.

O valor total das cotas seniores é equivalente ao somatório do valor das cotas seniores de cada série, ou o produto da divisão do patrimônio líquido pelo número de cotas seniores, dos dois o menor.

	Valor de sobretaxa do CDI - %
Cotas seniores II	100
6º distribuição pública de cotas seniores - cotas seniores da 2ª série	Taxa média do CDI acrescido de 2% ao ano
7º distribuição pública de cotas seniores - cotas seniores da 2ª série	Taxa média do CDI acrescido de 2% ao ano
8º distribuição pública de cotas seniores - cotas seniores da 2ª série	Taxa média do CDI acrescido de 2% ao ano
10º distribuição pública de cotas seniores - cotas seniores da 2ª série	125

As cotas subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a. Subordinam-se às cotas seniores para efeito de amortização e resgate;
- b. Somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das cotas seniores em circulação, admitindo-se o resgate em Direitos de Crédito;

# Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

- c. Valor unitário de emissão de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) na 1ª emissão de cotas subordinadas, sendo as cotas subordinadas emitidas posteriormente terão seu valor unitário de emissão conforme definido no regulamento do fundo (vide nota 10).
- d. Valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate;
- e. Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada cota subordinada corresponderá 1 (um) voto.

### 10 Emissões, resgates e amortizações de cotas

#### a. Emissão

As cotas seniores e as cotas subordinadas são emitidas por seu valor na data em que os recursos são colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo, por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

#### b. Resgate de cotas

Em 29 de abril de 2009 as cotas seniores II - 3ª distribuição foram resgatadas em sua totalidade.

Em 29 de janeiro de 2009 as cotas seniores II - 9ª distribuição foram resgatadas em sua totalidade.

Data	Classe/Série	RS mil
29/04/2009	Sênior II - 3ª distribuição	1.299
29/01/2009	Sênior II - 9ª distribuição	2.748

## Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

#### c. Amortização de cotas

O Fundo poderá realizar amortizações programadas de qualquer série de cotas seniores a ser emitida, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento. Desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, a Assembleia Geral poderá determinar alterações nas amortizações programadas de uma ou mais séries específicas de cotas seniores em circulação, nas datas e valores a serem estipulados na referida Assembleia Geral.

Caso a data de pagamento dos valores devidos aos cotistas não seja um dia útil, a Administradora efetuará o pagamento no dia útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

#### d. Quadro de amortização

Classe/Série	Data de amortização	Total amortizado
Sênior II - 3º distribuição	27/06/2008	314
	30/07/2008	637
	28/08/2008	<u>963</u>
		<u>1.914</u>
Sênior II - 5º distribuição	27/11/2008	1.105
	29/12/2008	1.119
	29/01/2009	1.133
	26/02/2009	1.144
	30/03/2009	1.158
	29/04/2009	<u>1.169</u>
		<u>6.828</u>
Sênior II - 9º distribuição	29/12/2008	<u>2.714</u>
		<u>2.714</u>



## Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

Classe/Série	Data de amortização	Total amortizado
Subordinada	07/05/2008	246
	20/05/2008	135
	27/05/2008	137
	05/06/2008	245
	11/06/2008	172
	20/06/2008	138
	24/06/2008	242
	04/07/2008	558
	24/07/2008	165
	08/08/2008	225
	20/08/2008	210
	02/03/2009	2.150
	10/09/2008	190
	11/09/2008	63
	26/09/2008	190
	02/10/2008	1.350
	06/10/2008	400
	14/10/2008	133
	24/10/2008	200
	31/10/2008	105
	04/11/2008	665
	01/12/2008	1.680
	02/01/2009	1.300
	02/02/2009	1.060
	01/04/2009	690
	02/04/2009	690
		<u>13.339</u>
		<u>24.795</u>

#### e. Relação das cotas sênior

Desde a 1ª data de emissão de cotas seniores até a última data de resgate, a Administradora verificará, todo dia útil se a razão de garantia (relação entre o valor do patrimônio líquido e o valor total das quotas seniores do Fundo) é igual ou superior a 150%.

# Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

A partir do dia 26 de fevereiro de 2010 ("Data do Primeiro Rebaixamento da Razão de Garantia"), até a data de resgate das Cotas Seniores da 10ª Emissão, a Administradora verificará, todo dia útil se a Razão de Garantia é igual ou superior a 137%.

Após a data de resgate das Cotas Seniores da 10ª Emissão ("Data do Segundo Rebaixamento da Razão de Garantia"), até a última Data de Resgate das Cotas Seniores, a Administradora verificará, todo dia útil se a Razão de Garantia é igual ou superior a 125%.

Caso a razão de garantia seja inferior às razões de garantia definidas, a Administradora deverá comunicar os titulares de cotas subordinadas para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à razão de garantia, mediante a emissão e subscrição de novas cotas subordinadas.

Caso a razão de garantia seja superior a 150%, a Administradora poderá realizar a amortização parcial das cotas subordinadas, até o limite de excesso de cobertura, mediante solicitação dos respectivos cotistas, desde que não tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de liquidação.

### 11 Negociação de cotas

As cotas seniores são registradas para a negociação em bolsa de valores, sistema de balcão organizado, ou no SomaFix e/ou BovespaFix e na CETIP observado que: (i) os cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas cotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das cotas sejam Investidores Qualificados.

### 12 Custódia

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil. Os títulos representativos dos direitos creditórios são custodiados na empresa SRM Consultoria e Cobrança Ltda. que foi contratada como fiel depositária da documentação relativa aos direitos creditórios.

## Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

#### 13 Encargos do Fundo

##### *Taxa de administração*

Pela administração e gestão do Fundo, a Administradora receberá taxa de administração mensal, sendo calculada e provisionada todo dia útil, conforme a seguinte fórmula:

$$TA = ((tx/252)/100) \times PL(D-1)$$

Onde:

TA: Taxa de Administração

Tx: 0,5% (meio por cento)

PL(D-1): Patrimônio Líquido do Fundo no dia útil imediatamente anterior à data de pagamento. O valor mínimo da taxa de administração será de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ao mês. A taxa de Administração será paga no quinto dia útil do mês subsequente à sua apuração e provisionamento.

#### 14 Provisão para contingências

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria - Exodus I é parte passiva em ações judiciais, em 30 de abril de 2009, perante vários tribunais envolvendo questões de reparação de danos na esfera cível, decorrentes do curso normal das operações de Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, sendo originados preponderantemente, por operações de natureza industrial, podendo adquirir operações de Direitos Creditórios oriundos de prestação de serviços e comerciais.

Com base na opinião de seus advogados, a administração do Fundo decidiu provisionar R\$251 mil para a data-base 30 de abril de 2009, utilizando como base o valor de R\$5 mil por causa, o título de indenização por danos morais, e o valor dos honorários advocatícios calculado em 10% do valor de cada causa.

# Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 15 Evolução do valor da cota e rentabilidade

	Data	Cota (R\$)	Rentabilidade (%)
2º série 6º - distribuição	30/04/2009	59.204,428353	14,92
	30/04/2008	51.517,861253	3,04
	31/01/2008	50.000,000000	-
2º série 7º - distribuição	30/04/2009	58.678,848824	14,92
	30/04/2008	51.060,518235	2,12
	28/02/2008	50.000,000000	-
2º série 8º - distribuição	30/04/2009	58.128,498000	14,92
	30/04/2008	50.581,620000	1,16
	27/03/2008	50.000,000000	-
2º série 10º - distribuição	30/04/2009	100.785,998208	0,79
	07/04/2009	100.0000,000000	-
Subordinada	30/04/2009	52.756,635098	102,63(*)
	30/04/2008	69.951,083363	58,79(*)
	30/04/2007	75.514,434937	75,83
	30/04/2006	48.091,874722	92,37
	22/06/2005	25.000,000000	-

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

(\*) Para efeito do percentual da rentabilidade foram incluídos as amortizações do exercício apresentadas na nota 10d, representando o efetivo resultado auferido pelos cotistas.



# Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### 16 Tributação

Os rendimentos auferidos serão tributados pelas regras abaixo:

- Seguindo a expectativa da Administradora e do Gestor de manter a carteira do Fundo, exceto direitos creditórios, com prazo médio superior a trezentos e sessenta e cinco dias, calculado conforme metodologia regulamentada pela Secretaria da Receita Federal, os rendimentos auferidos estarão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte às seguintes alíquotas, entre a data de aplicação e a data de amortização/resgate:
  - I. 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
  - II. 20% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias;
  - III. 17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias;
  - IV. 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias.

A regra tributária acima descrita não se aplica aos cotistas sujeitos a regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

### 17 Contrato de prestação de serviço de controladoria e custódia

A Administradora contratou o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão para prestar serviços de tesouraria, custódia, escrituração de cotas e controle de ativos e passivos relativos a este Fundo, de acordo com as normas legais e regulamentares.

### 18 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, registre-se que a Administradora, no período, não contratou outros serviços prestados pelos seus auditores independentes relacionados aos fundos de investimento por ela administrados. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **ANEXO VI**

---

Informações Periódicas Trimestrais relativas aos períodos  
encerrados em setembro e dezembro de 2010 e março de 2011

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

São Paulo, 12 de novembro de 2010.

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA  
INDÚSTRIA EXODUS I**

CNPJ: 07.399.646/0001-32

**Classificação de Risco Standard & Poor's: brAAf**

**RELATÓRIO TRIMESTRAL**

No terceiro trimestre de 2010, o FIDC da Indústria Exodus I, teve seu patrimônio líquido evoluído de R\$ 201.065.276,64 (duzentos e um milhões sessenta e cinco mil duzentos e setenta e seis reais e sessenta e quatro centavos) para R\$ 218.203.883,49 (duzentos e dezoito milhões duzentos e três mil oitocentos e oitenta e três reais e quarenta e nove centavos).

As subscrições em cotas seniores totalizaram R\$ 30.166.585,63 (trinta milhões cento e sessenta e seis mil quinhentos e oitenta e cinco reais e sessenta e três centavos) e as subscrições em cotas subordinadas totalizaram R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

As operações de compra de recebíveis, envolvendo Cedentes até 30/09/2010, foram realizadas em observância da política de investimentos, em especial os artigos 13 e 14 de seu Regulamento.

A Razão de Garantia ficou em 146,89% em 30/09/2010, acima do mínimo regulamentar.

**CESSÕES DE DIREITOS CREDITÓRIOS**

O fundo realizou operações novas durante o período supracitado, utilizando uma taxa média que é compatível com o mercado para o setor.

Informamos que as taxas de desconto aplicadas nas aquisições dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, oscilam de operação para operação, dificultando a sinalização de uma taxa de referência.

Abaixo, evidenciamos a quantidade de operações e os valores totais na aquisição de recebíveis.

Mês	Número de operações / mês	Total em direitos creditórios – R\$
Jul-10	1151	65.078.566,63
Ago-10	1135	70.170.889,91
Set-10	1230	75.971.051,34

ATUALIZAÇÃO DO RELATORIO DE RATING. A **Standard & Poor's**, em relatório de 09/06/2010, indicou a classificação do risco das quotas seniores em brAAf.

### **Verificação do Lastro por Amostragem**

Realizada pela KPMG Auditores. Abaixo, segue cópia da carta enviada pelo custodiante, Deutsche Bank, confirmando pleno enquadramento do fundo as normas regulamentares.

Na página a seguinte, encaminhamos transcrição da carta enviada pelo custodiante.

Atenciosamente,

GRADUAL CCTVM  
 Diretoria

Deutsche Bank



São Paulo, 05 de Novembro de 2010.

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900 –  
13º, 14º e 15º andares  
São Paulo SP Brasil 04538-132

A  
Gradual CCTVM Ltda  
Avenida Juscelino Kubitschek, 50, 6º andar  
São Paulo - SP

Tel 55 11 2113-5000

Tel direto 55 11 2113-5907  
Fax direto 55 11 2113-5170

At.: Sr. Leonardo Tertuliano

Ref: Manifestação quanto ao relatório trimestral de verificação de lastro dos direitos creditórios do FIDC da Indústria Exodus I.

Prezados Senhores,

Tomando por base o "Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados" de emissão da KPMG Risk Advisory Services Ltda. ("KPMG"), relativo ao 3º trimestre de 2010, datado de 1º de novembro de 2010, o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, na qualidade de custodiante ("Custodiante") do FIDC da Indústria Exodus I ("Fundo"), tece as seguintes considerações:

#### Procedimentos realizados e as constatações:

##### Procedimento A

Obtenção de uma base de dados junto ao Deutsche Bank contendo a composição analítica dos direitos creditórios que compõe a carteira do FIDC numa data-base pré-estabelecida, sendo esta base utilizada para seleção de uma amostra de direitos creditórios a serem verificados.

##### Constatações:

Foi obtida uma base de dados contendo a composição analítica dos direitos creditórios em aberto na data-base de 31 de agosto de 2010.

A partir da base de dados disponibilizada, aplicamos a seguinte fórmula matemática para seleção de uma amostra de direitos creditórios a serem verificados:

$$n_s = \frac{1}{E_s^2}$$

$$n = \frac{N \times n_s}{N + n_s}$$

- $E_s$  = erro amostral
- $N$  = tamanho da população
- $E_s^2 = 10\%$

Cabe ressaltar que a fórmula matemática utilizada para definição da quantidade de itens a serem testados está em linha com o disposto no Regulamento do FIDC.

Dessa forma, considerando os dados apresentados na base de dados disponibilizada, temos o seguinte cálculo, que resulta em uma amostra de 100 direitos creditórios:

W. 21

$$n_k = \frac{1}{1/(0,1^2)} = 100$$

$$n = \frac{50.302 \times 100}{50.302 + 100} = 100 \text{ itens}$$

A seleção dos itens é feita utilizando-se a ferramenta MUS (*Monetary Unit Sample*) do Software ACL (*ACL Services Ltda.*), a partir da aplicação das seguintes premissas:

- Divide-se o tamanho da população (N) pelo tamanho da amostra (n), obtendo um intervalo de retirada (k);
- O primeiro direito creditório listado na base de dados fornecida será utilizado como ponto de partida;
- A cada k elementos, é retirado um item para composição da amostra.

A seguir os números observados na base de dados fornecida pelo Deutsche Bank, e que foram utilizados para cada variável estabelecida, a partir das premissas mencionadas acima:

N = 50.302  
 n = 100  
 k = 503

#### Procedimento B

Verificação física dos documentos que evidenciam o lastro dos direitos creditórios junto ao Fiel Depositário.

#### Constatações:

A aplicação deste procedimento visa evidenciar:

- Que os direitos creditórios contidos no arquivo eletrônico estão lastreados; e
- Que as características dos direitos creditórios são fiéis aos respectivos registros eletrônicos do Deutsche Bank.

Com base na amostra selecionada no procedimento "A", efetuamos um confronto entre as informações contidas na base de dados disponibilizada pelo Deutsche Bank e os respectivos documentos que evidenciam o lastro dos direitos creditórios apresentados pelo Fiel Depositário, contemplando as seguintes informações:

- Nome e CNPJ do sacado
- Data de vencimento
- Valor da duplicata/nota fiscal

Cinco (5) itens contidos em nossa amostra (100 itens) selecionada no procedimento "A" não foram apresentados para nossa verificação, resultando em 5% de inconsistência em relação ao total testado, conforme relacionados a seguir:

Código do ativo	Nome do sacado	CPF/CNPJ do sacado
528313	Caslar Comercio de Moveis Ltda.	10220258000157
490853	Inter Têxtil Ltda.	43513423000118
500979	Lojão dos Esps Ltda.	51729127000187
522108	Lourdes Giacomini Felappi	5866757000186
485509	Restaurante Estrela Feliz Ltda.	7720666000163

Atenciosamente,

Valquiria Batagioti 12/5  
 Domestic Custody Serv. 2<sup>da</sup>

  
 DEUTSCHE BANK S.A. BANCO ALEMÃO

  
 Manoel Manoel da Silva  
 12/5 132.744.338-45



São Paulo, 22 de fevereiro de 2011.

## FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA EXODUS I

CNPJ: 07.399.646/0001-32

### RELATÓRIO TRIMESTRAL

**Classificação de Risco Standard & Poor's: brAAf**

No quarto trimestre de 2010, o FIDC da Indústria Exodus I, teve seu patrimônio líquido evoluído de R\$ 218.203.883,49 (duzentos e dezoito milhões, duzentos e três mil oitocentos e oitenta e três reais e quarenta e nove centavos) para R\$ 243.927.552,31 (duzentos e quarenta e três milhões novecentos e vinte e sete mil e quinhentos e cinquenta e dois reais e trinta e um centavos).

As subscrições em cotas seniores totalizaram R\$ 16.936.365,53 (Dezesséis milhões, novecentos e trinta e seis mil e trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e três centavos) e não houve subscrições em cotas subordinadas.

As operações de compra de recebíveis, envolvendo Cedentes até 31/12/2010, foram realizadas em observância da política de investimentos, em especial os artigos 13 e 14 de seu Regulamento.

A Razão de Garantia ficou em 142,89% em 31/12/2010, acima do mínimo regulamentar.

31.12.2010	Nº COTISTAS	Nº COTAS AC	SUBSCRIÇÃO	PL	VALOR COTA
1ª Emissão - Senior 1ª série	91	114.247.527,63	R\$ 13.200.522,75	R\$ 76.244.354,04	R\$ 101.540,46771131
12ª Emissão - Senior 1ª série	51	83.345.191,70	R\$ 35.169.012,74	R\$ 47.347.581,76	R\$ 110.418,00118714
Cota Subordinada (1ª)	-	266.579.696,66	R\$ 71.386.016,21	R\$ 71.335.426,54	R\$ 23.376,28521130
			<b>R\$ 399.549.646,24</b>	<b>R\$ 243.827.552,67</b>	<b>142,89%</b>
					<b>Razão Garantia</b>



### Cessões de direitos creditórios

O fundo realizou operações novas durante o período supracitado, utilizando uma taxa média que é compatível com o mercado para o setor.

Informamos que as taxas de desconto aplicadas nas aquisições dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, oscilam de operação para operação, dificultando a sinalização de uma taxa de referência.

Abaixo, evidenciamos a quantidade de operações e os valores totais na aquisição de recebíveis.

Mês	Número de operações / mês	Total em direitos creditórios - R\$
Out-10	1684	99.899.032,66
Nov-10	1757	97.568.663,98
Dez-10	1570	89.730.968,31

### Relatório de Rating – Novembro / 2010

A **Standard & Poor's**, publicou em 07/12/2010, a classificação do risco das quotas seniores 11ª série e 12ª série em brAA (sf) (Prelim)

### Verificação do Lastro por Amostragem

Realizada pela KPMG Auditores. Segue cópia da carta enviada pelo custodiante, Deutsche Bank, confirmando pleno enquadramento do fundo as normas regulamentares.

Atenciosamente,

GRADUAL CDTVM S/A

Diretoria

Pedro Paulo B. da Silva  
Diretor

Gilberto dos Santos  
Diretor



© 2000 Blackwell Science Ltd *Journal of Internal Medicine* 247: 399–406

Gradual CCFFY Ltd  
Avenida Juanes 170, Bogotá, D.C., Colombia  
Tel: 310 450 5000

Dr. David R. Bell, 8400 S. Eastern Avenue,  
Denver, Colorado 80231 and Linda Bell,  
1314 E. Montebello  
Vista, CA 92083 34532

[5] M. J. Heule, 2012. [www.kissmycode.com](http://www.kissmycode.com).

Ye 2001: 02.11.21.2.50.0  
Ye 2001: 02.11.21.4.8.0

Ed. by J. G. Thompson, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655

de\* Manifestación quanto al resultado de la prueba de verificación de la identidad de los creadores de la FIC de Industrias Ecuatorianas.

1. *Chrysomelidae*: 1000

Formado por base a Brasília, Mariana e o capítulo de São Paulo, os três comitês de gestão da CPMG são: Adriano Barreto, da CPMG/Brasília; e Sérgio do Amaral, da CPMG/São Paulo. Já o comitê de gestão da CPMG/Mariana é formado por: Carlos Augusto, da CPMG/Mariana; e o comitê de gestão da CPMG/Matão é formado por: José de Aquino, da CPMG/Matão.

#### Procedimentos realizados e as observações.

### Procedure

As folhas são rasteiras, contendo a composição química dos ácidos orgânicos que compõem a casca do URO. Uma salicilato preexistente no tecido da base, utilizada como matéria-prima, atua no desenvolvimento da planta em si.

Conclusions:

1.6. Trata-se de uma base de dados contendo a composição analítica dos produtos mencionados em aberto na data 30.08.2015 de 15 de Setembro de 2016.

Atividade baseada em questões de múltipla escolha, com o objetivo de avaliar a compreensão dos alunos sobre o conteúdo estudado.

$$u = \frac{1}{\sqrt{1 - \beta^2}} \quad \text{and} \quad \beta = \frac{v}{c}$$

- $E_2$  = erro aleatório
- $\hat{y}_i$  = estimativa de  $y_i$  no passo  $i$  de  $20$
- $\hat{y}_i = 175$

Este trabalho não é uma demonstração de uma nova definição da quantidade de entrelaçamento, mas sim uma tentativa de estabelecer uma conexão entre a teoria da informação e a teoria da complexidade.

Desse ponto de vista, considerando-se os dados apresentados na base de dados disponível para o acesso público, pode-se concluir que o resultado da análise estatística de 120 pontos amostrais é:

$$B = \frac{1}{2} \left( \frac{1}{\alpha} + \frac{1}{\beta} \right) \quad (10)$$

~~A~~

CONFIDENTIAL

4

São Paulo, 11 maio de 2011.

**Exodus I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios  
da Indústria - CNPJ: 07.399.646/0001-32**

**Relatório Trimestral – 1T2011**

**Classificação de Risco: brAAf (Standard & Poor's)**

O FIDC encerrou o primeiro trimestre de 2011, com o Patrimônio Líquido de R\$ 280.665.319,04 (Duzentos e oitenta milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, trezentos e dezenove reais e quatro centavos).

As operações foram realizadas em observância a sua política de investimentos estabelecida no regulamento, tendo sido respeitados os limites de composição e diversificação, conforme abaixo:

<b>Ativos/Composição</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>% s/ PL</b>
Direitos Creditórios - A vencer	183.430	
Direitos Creditórios - Vencidos	35.072	
<b>Total de Direitos Creditórios</b>	<b>218.503</b>	<b>77,85%</b>
(-) Prov. de Devedores Duvidosos	-5.970	-2,13%
Disponibilidades	2.581	0,92%
Operações Compromissadas	64.055	22,82%
Títulos Públicos Federais	237	0,08%
Valores a Receber	2.185	0,78%
Valores a Pagar	-925	-0,33%
<b>Total do PL</b>	<b>280.665</b>	<b>100,00%</b>

### **Cessões de direitos creditórios e taxas de desconto/precificação:**

Durante o período, o fundo realizou operações novas utilizando-se uma taxa média que é compatível com o mercado para o setor. As taxas de desconto oscilam de operação para operação, dificultando a sinalização de uma taxa de referência.

Dada a natureza dos direitos creditórios, os ativos integrantes da carteira são precificados conforme a sua curva de aquisição. Os demais ativos da carteira são precificados de acordo com o Manual de Marcação a Mercado do Deutsche Bank.

### **Relatório de Rating – Novembro/2010**

A **Standard & Poor's**, publicou em 07/12/2010, a classificação do risco das quotas seniores 11ª série e 12ª série em brAA.

### **Procedimentos de Verificação de Lastro por Amostragem:**

Nos termos dos artigos 8º e 38º da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, o Deutsche Bank, na qualidade de custodiante do FIDC contratou a KPMG Risk Advisory Services Ltda para aplicação dos procedimentos de auditoria de lastros. A verificação foi realizada por meio da execução dos seguintes procedimentos:

- a) Verificação da manutenção pelas cedentes, de determinados documentos relacionados aos direitos creditórios de titularidade do Fundo, atentando para sua aplicabilidade.
- b) Evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não pagos.
- c) Verificação, junto ao Fiel Depositário, dos controles e procedimentos para salvaguarda dos documentos de propriedade do Fundo, tais como

controle de acesso físico aos arquivos, mecanismos de prevenção contra incêndio, etc.

A aplicação destes procedimentos visa evidenciar:

- a) Que os direitos creditórios contidos no arquivo eletrônico estão lastreados;
- b) Que as características dos direitos creditórios são fieis aos respectivos registros eletrônicos;
- c) Que há documentação de identificação física do cedente.

Foram testadas todas as duplicatas que compunham os borderôs/itens selecionados e, a partir destes documentos, foi efetuada da soma de seus valores nominais em comparação à base de dados.

Adicionalmente, para uma amostra composta de até 10 (dez) cedentes/clientes, foram verificados os seguintes documentos acessórios relacionados aos direitos creditórios:

- |                            |   |
|----------------------------|---|
| • Ficha cadastral          | • Contrato Social                                   |
| • Relatório de visitas     | • Cartão CNPJ                                       |
| • Relatório de faturamento | • Comprovante de endereço dos representantes legais |
| • Referências comerciais   | • CPF e RG dos representantes legais                |
| • Equifax                  | • Procuração  |
| • Declaração de IR         |   |

### **Constatações:**

A documentação comprobatória dos direitos creditórios do Fundo é custodiada pela Empresa de Consultoria Especializada (Fiel Depositária).

Segue cópia da carta enviada pelo custodiante, Deutsche Bank, confirmando pleno enquadramento do fundo as normas regulamentares.

Atenciosamente,

**GRADUAL CCTVM S/A**  
**Diretoria**

## Deutsche Bank



São Paulo, 27 de Abril de 2011.

**A**  
Gradual CCTVM Ltda  
Avenida Juscelino Kubitschek, 50, 6º andar  
São Paulo - SP

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900 -  
13º, 14º e 15º andares  
São Paulo SP Brasil 04536-132

Tel 55 11 2113-5000

Tel direto 55 11 2113-5907  
Fax direto 55 11 2113-5170

At: Sr. Leonardo Tertuliano

Ref: Manifestação quanto ao relatório trimestral de verificação de lastro dos direitos creditórios do FIDC da Indústria Exodus I.

Prezados Senhores,

Tomando por base o "Relatório Relativo à Aplicação de Procedimentos Pré-acordados" de emissão da KPMG Risk Advisory Services Ltda. ("KPMG"), relativo ao 1º trimestre de 2011, datado de 18 de abril de 2011, o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, na qualidade de custodiante ("Custodiante") do FIDC da Indústria Exodus I ("Fundo"), leio as seguintes considerações:

### Procedimentos realizados e as constatações:

#### Procedimento A

Foi obtida uma base de dados contendo a composição analítica dos direitos creditórios que compõe a carteira do FIDC numa data-base pré-estabelecida, sendo esta base utilizada para seleção de uma amostra de direitos creditórios a serem verificados.

#### Constatações:

Foi obtida uma base de dados contendo a composição analítica dos direitos creditórios em aberto na data-base de 28 de fevereiro de 2011.

A partir da base de dados disponibilizada, foi aplicada a seguinte fórmula matemática para seleção de uma amostra de direitos creditórios a serem verificados:

$$n_u = \frac{1}{E_p^2} \quad n = \frac{N \times n_u}{N + n_u}$$

- $E_p$  = erro amostral
- $N$  = tamanho da população
- $E_p^2$  = 10%

Cabe ressaltar que a fórmula matemática utilizada para definição da quantidade de itens a serem testados está em linha com o disposto no Regulamento do FIDC.

Dessa forma, considerando os dados apresentados na base de dados disponibilizada, temos o seguinte cálculo, que resulta em uma amostra de 100 direitos creditórios:

$$n_u = \frac{1}{1/(0,1^2)} = 100 \quad n = \frac{53.135 \times 100}{53.135 + 100} = 100 \text{ itens}$$

W

h



A seleção dos itens é feita utilizando-se a ferramenta MUS (Monetary Unit Sample) do Software ACL (ACL Services Ltda.), a partir da aplicação das seguintes premissas:

- Divide-se o tamanho da população (N) pelo tamanho da amostra (n), obtendo um intervalo de refirada (k);
- O primeiro direito creditório listado na base de dados fornecida será utilizado como ponto de partida;
- A cada k elementos, é retirado um item para composição da amostra.

A seguir os números observados na base de dados fornecida, e que foram utilizados para cada variável estabelecida, a partir das premissas mencionadas acima:

N = 53.135  
 n = 100  
 k = 531

#### Procedimento B

Verificação física dos documentos que evidenciam o lastro dos direitos creditórios junto ao Fiel Depositário.

#### Constatações:

A aplicação deste procedimento visa evidenciar:

- Que os direitos creditórios contidos no arquivo eletrônico estão lastreados; e
- Que as características dos direitos creditórios são fideis aos respectivos registros eletrônicos do Deutsche Bank.

Na amostra selecionada no procedimento "A", havia dois tipos de recebíveis que originaram tais direitos creditórios, sendo realizada a verificação dos seguintes documentos para cada tipo de recebível:

- Desconto de duplicata mercantil
  - Duplicata e/ou Nota fiscal
- Desconto de cheques
  - Termo de cessão

Com base na amostra selecionada, foi efetuado um confronto entre as informações contidas na base de dados disponibilizada e os respectivos direitos creditórios mencionados acima, sendo 92 recebíveis de desconto de duplicata mercantil e 6 recebíveis de cheques, contemplando as seguintes informações:

- Nome e CNPJ do sacado
- Data de vencimento
- Valor do título

Dois (2) itens contidos na amostra (100 itens) selecionada no procedimento "A" não foram apresentados para verificação, resultando em 2% de inconsistência em relação ao total testado, conforme relacionados a seguir:

Código do ativo	Nome do sacado	CPF/CNPJ do sacado
703322	Supermercados Jau Serve Ltda	3640467000194
728417	New Master Tintas Ltda	68346634000568

W. J.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **ANEXO VII**

---

Relatório “Revisão da carteira de recebíveis” elaborado pela Empresa de Auditoria

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



*cutting through complexity™*

KPMG FINANCIAL & ACTUARIAL SERVICES

# SRM Administração de Recursos e Finanças

Revisão da carteira de recebíveis

23 de maio de 2011





**KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.**  
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33  
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil  
Caixa Postal 2467  
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000  
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001  
Internet www.kpmg.com.br

À  
SRM Administração de Recursos e Finanças  
São Paulo - SP

23 de maio de 2011

Prezados senhores:

Em conformidade com os termos de nossa proposta para prestação de serviços, datada de **10 de janeiro de 2011**, apresentamos nossas constatações no tocante à revisão da carteira de recebíveis representados por duplicatas mercantis pertencentes ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Exodus I, gerido pela empresa SRM Administração de Recursos e Finanças.

Nossos trabalhos tiveram como objetivo, a partir da compilação de uma base de dados, apurar - de forma independente - as características demográficas e de *performance* por parte dos Sacados e dos Cedentes do Fundo, bem como evidenciar a efetividade da estrutura de controles mantidos pela SRM para a recomendação de aquisição de recebíveis pelo Fundo.

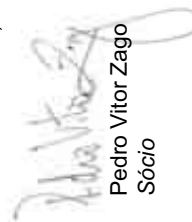
As informações apresentadas neste relatório foram elaboradas a partir da leitura de uma base de dados gerada pela SRM, para o período compreendido entre 1º de dezembro de 2005 e 30 de novembro de 2010 (60 meses).

Nossos trabalhos foram executados no período de 3 de janeiro a 17 de maio de 2011 e basearam-se no sistema de controles internos vigente durante a execução de nossos trabalhos.

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria, executada conforme normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Os procedimentos por nós realizados foram definidos com representantes da SRM e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às suas necessidades.

Agradecemos o apoio da gerência e dos funcionários da SRM no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestar quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

  
Pedro Vitor Zago  
Sócio

  
Ana Carolina Dal'Pico  
Gerente

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

# Conteúdo

Os profissionais da KPMG responsáveis por este relatório são:

Pedro Vitor Zago  
Sócio  
Tel.: +55 (11) 2183-3290  
Fax: +55 (11) 2183-3001  
pzago@kpmg.com.br

Ana Carolina Dal Pícolo  
Gerente  
Tel.: +55 (11) 2183-6353  
Fax: +55 (11) 2183-3001  
apicolo@kpmg.com.br

## Descrição

Página

Objetivos do trabalho e base para preparação das informações

3

Constatações gerais sobre as análises

4

Apresentação da carteira de recebíveis

7

Confronto dos saldos contábeis com a base de dados

33

Integridade dos registros da base de dados

35

Anexos

39

# Objetivos do trabalho e base para preparação das informações

## Objetivos do trabalho

Conforme nossa proposta de prestação de serviços, nosso trabalho tem como objetivo revisar o histórico de operações do Fundo Exodus I, gerido pela SRM.

Com o objetivo de evidenciar as principais características da carteira de recebíveis, pertencente à carteira do Fundo Exodus I, serão elaboradas as análises demográficas listadas a seguir, definidas em conjunto com o Grupo Estruturador, para o período histórico de 60 meses:

- Identificação do volume de originação mensal.
- Identificação do *ticket* médio.
- Identificação do prazo médio de recebimento e liquidação financeira.
- Identificação dos maiores sacados e indicadores de concentração.
- Identificação da distribuição geográfica dos Sacados/Cedentes.

As informações contidas neste relatório, referentes às características demográficas dos recebíveis e de sua *performance* de pagamentos, foram obtidas por meio da leitura e da compilação de uma base de dados fornecida pela SRM, compreendendo as duplicatas mercantis do Fundo Exodus I para um período de 60 meses compreendido entre 1º de dezembro de 2005 e 30 de novembro de 2010.

Para mensurar a *performance* de pagamentos da carteira de recebíveis, foram definidos critérios para apuração dos percentuais de inadimplência no pagamento das duplicatas que representariam indicadores de desempenho, sendo estes:

- Elaboração de um *aging list* de pagamentos, apresentando a distribuição dos pagamentos ocorridos no período, segregados por faixas de atraso a serem definidas.
- Matriz triangular apresentando o percentual de inadimplência da carteira em ciclos quinzenais, considerando-se as parcelas vencidas em cada ciclo e seu efetivo pagamento.
- Identificação e quantificação dos principais eventos de diluição no fluxo de caixa projetado das operações (volumes e respectivos percentuais em relação ao faturamento sob análise), tais como: cancelamentos, descontos, recompras, renegociações etc.



## Constatações gerais sobre as análises

Obtivemos uma base de dados gerada pela SRM Administração de Recursos e Finanças ("SRM"), gestora da carteira do FIDC Exodus I ("Fundo"), responsável por analisar e selecionar Direitos Creditórios para aquisição do Fundo. Segundo representantes da SRM, as operações apresentadas na base de dados foram adquiridas pelo FIDC Exodus I entre 1º de dezembro de 2005 a 30 de novembro de 2010.

A base de dados disponibilizada apresenta 586.983 operações representadas por notas promissórias, duplicatas mercantis ou notas fiscais no montante original de R\$ 1.872.489 mil (valor de face).

No quadro abaixo apresentamos as exclusões e as representatividades dos tipos de operação apresentadas na base de dados:

Descrição	R\$	%	Qtd. Operações	%
<b>Total da base de dados disponibilizada</b>	<b>1.959.771</b>		<b>587.030</b>	
(-) Exclusão por dupla contagem	86.783		-	
(-) Outros	499		47	
<b>Total sob análise</b>	<b>1.872.489</b>	100,0%	<b>586.983</b>	100,0%
<b>Sendo:</b>				
Operações de desconto de duplicatas <sup>2</sup>	1.774.931	94,8%	586.316	99,9%
Operações de fomento (antecipação de recursos) <sup>3</sup>	97.558	5,2%	667	0,1%

<sup>1</sup> Estas operações foram adquiridas pelo Fundo pelo montante de R\$ 1.663.597 mil.

<sup>2</sup> As operações de desconto de duplicatas contemplam também as operações oriundas de permuta a partir das operações com recompra. Não foi possível identificar tais operações, pois não existe um campo-chave na base de dados disponibilizada.

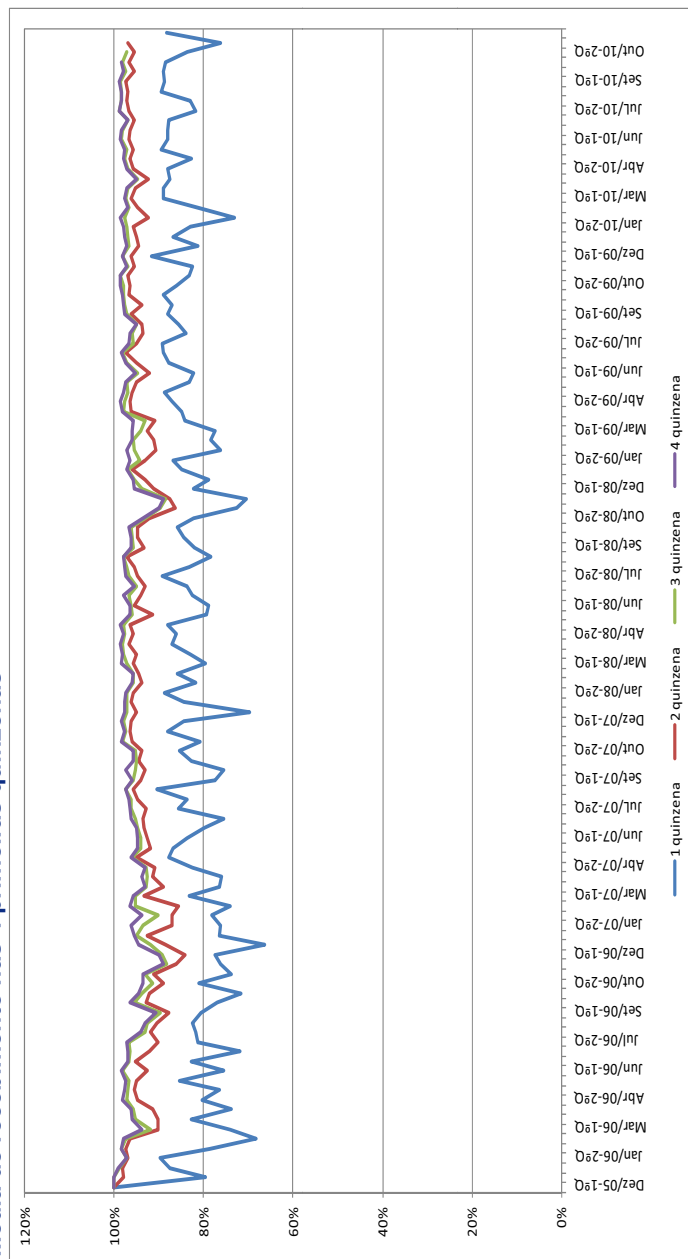
<sup>3</sup> Tais operações possuem características de operações de fomento, ou seja, aquisição de créditos de empresas, resultantes de suas vendas mercantis ou de prestação de serviços, realizadas a prazo (Fonte: ANFAC), porém não estão explicitamente identificadas na base de dados disponibilizada.

## Constatações gerais sobre as análises (cont.)

Observamos que 94,8% das operações analisadas são referentes a desconto de duplicatas e que 5,2% a fomento. Ambos os tipos apresentam liquidações com atraso superior a 3 dias na ordem de 15% e atraso superior a 90 dias, em montante aproximado de 1,15%. Observamos que 5,8% das operações apresentam recompras por meio de permuta com outros títulos ou por pagamentos parciais por depósito bancário (veja detalhes na Tabela 2.1.)

A carteira de operações do Fundo apresentou significativa variação no período em montante, volume de operações, quantidade de cedentes e sacados. Não fez parte do escopo do trabalho a avaliação da adequação da estrutura operacional para atender a esse substancial incremento de operações. Entretanto, com relação aos indicadores de *performance*, apresentamos a seguir:

**Gráfico 2.1 – Média de recebimento nas 4 primeiras quinzenas**



Veja mais detalhes no Anexo 4 e no gráfico 2.1 deste relatório.

## Constatações gerais sobre as análises (cont.)

Sobre as características gerais da carteira de recebíveis, observamos os seguintes principais itens:

Descrição	Exodus I
Volume financeiro histórico analisado	1.872.489 R\$(000)
Volume financeiro em aberto em 30 de novembro de 2010	199.340 R\$(000)
Saldo vencido e não liquidado em 30 de novembro de 2010	33.810 R\$(000)
Volume financeiro histórico recomprado	108.001 R\$(000)
Média mensal de origemação (volume financeiro)	31.208 R\$(000)
Média histórica de recebimentos no vencimento	51,04 %
Média histórica de recebimentos antecipados	8,99 %
Média histórica de recebimentos com atraso	37,99 %
Média histórica de não recebimentos	1,99 %
Concentração de recebíveis por região - Cedentes/ Sacados	50 % em São Paulo

## Apresentação da carteira de recebíveis

# Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

Tabela 2.1 - Aging - Distribuição dos prazos de pagamento das faturas sob análise

A tabela ao lado apresenta os valores de duplicatas vencidas e liquidadas até 30 de novembro de 2010, segregados por faixa de liquidação, e também os valores de parcelas vencidas e não liquidadas até a data-base de nossas análises.

Faixas	Operações de desconto de duplicatas + outras que não desconto de duplicatas comerciais			Operações de desconto de duplicatas + outras c/ recompra / pagtos. parciais			Consolidado		
	Somatório do valor de face - R\$(000)	%	% Acum.	Somatório do valor de face - R\$(000)	%	% Acum.	Somatório do valor de face - R\$(000)	%	% Acum.
Total sob análise	1.764.488			108.001			1.872.489		
Desconto	912			0			912		
Multa	18			1.990			2.008		
Montante a vencer	170.397			3.094			173.491		
Total vencido e/ou liquidado	1.593.197	100,00%		106.897			1.700.093		
Montante antecipado acima de 180 dias	54	0,00%	0,00%	23	0,02%	0,02%	76	0,00%	0,00%
Montante antecipado de 151 a 180 dias	304	0,02%	0,02%	-	0,00%	0,02%	304	0,02%	0,02%
Montante antecipado de 121 a 150 dias	29	0,00%	0,02%	-	0,00%	0,02%	29	0,00%	0,02%
Montante antecipado de 91 a 120 dias	283	0,02%	0,04%	47	0,04%	0,07%	331	0,02%	0,04%
Montante antecipado de 61 a 90 dias	1.440	0,09%	0,13%	10	0,01%	0,08%	1.450	0,09%	0,13%
Montante antecipado de 31 a 60 dias	5.076	0,32%	0,45%	669	0,63%	0,70%	5.745	0,34%	0,47%
Montante antecipado de 16 a 30 dias	11.196	0,70%	1,15%	2.726	2,55%	3,25%	13.922	0,82%	1,29%
Montante antecipado de 11 a 15 dias	7.902	0,50%	1,65%	2.274	2,13%	5,38%	10.176	0,60%	1,88%
Montante antecipado de 4 a 10 dias	36.105	2,27%	3,82%	965	0,90%	6,28%	37.071	2,18%	4,06%
Montante antecipado de 1 a 3 dias	81.574	5,12%	9,04%	2.093	1,96%	8,24%	83.667	4,92%	8,99%
Montante liquidado no vencimento	859.053	53,92%	62,96%	8.668	8,11%	16,35%	867.721	51,04%	60,03%
Montante liquidado com 1 dia de atraso	148.888	9,35%	72,30%	7.684	7,19%	23,54%	156.572	9,21%	69,24%
Montante liquidado com 2 dias de atraso	116.016	7,28%	79,68%	5.728	5,36%	28,90%	121.744	7,16%	76,40%
Montante liquidado com 3 dias de atraso	50.621	3,18%	82,76%	5.842	5,47%	34,36%	56.463	3,32%	79,72%
Montante liquidado de 4 a 6 dias	73.751	4,63%	87,39%	15.820	14,80%	49,16%	89.571	5,27%	84,99%
Montante liquidado de 7 a 10 dias	52.036	3,27%	90,66%	13.024	12,18%	61,34%	65.060	3,83%	88,81%
Montante liquidado de 11 a 15 dias	29.847	1,87%	92,53%	11.035	10,32%	71,67%	40.882	2,40%	91,22%
Montante liquidado de 16 a 30 dias	56.700	3,56%	96,09%	9.890	9,25%	80,92%	66.590	3,92%	95,13%
Montante liquidado de 31 a 60 dias	14.898	0,94%	97,02%	6.338	5,93%	86,85%	21.236	1,25%	96,38%
Montante liquidado de 61 a 90 dias	5.532	0,35%	97,37%	2.094	1,96%	88,81%	7.625	0,45%	96,83%
Montante liquidado de 91 a 120 dias	2.118	0,13%	97,50%	1.373	1,28%	90,03%	3.492	0,21%	97,04%
Montante liquidado de 121 a 150 dias	1.295	0,08%	97,68%	1.041	0,97%	91,06%	2.336	0,14%	97,17%
Montante liquidado de 151 a 180 dias	638	0,04%	97,62%	1.009	0,94%	92,01%	1.648	0,10%	97,27%
Montante liquidado acima de 180 dias	8.897	0,56%	98,18%	3.676	3,44%	95,45%	12.573	0,74%	98,01%
Montante vencido	28.943	1,82%	100,00%	4.867	4,55%	100,00%	33.810	1,99%	100,00%

© 2011 KPMG Financial Risk & Advisory Services Ltda, uma sociedade anônima brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (RPDS 7126)

# Apresentação da carteira de recebíveis - Performance (cont.)

Tabela 2.2 - Aging - Composição do saldo vencido

A tabela abaixo apresenta os valores de duplicatas vencidas e não liquidadas até 30 de novembro de 2010, segregados por faixa de atraso.

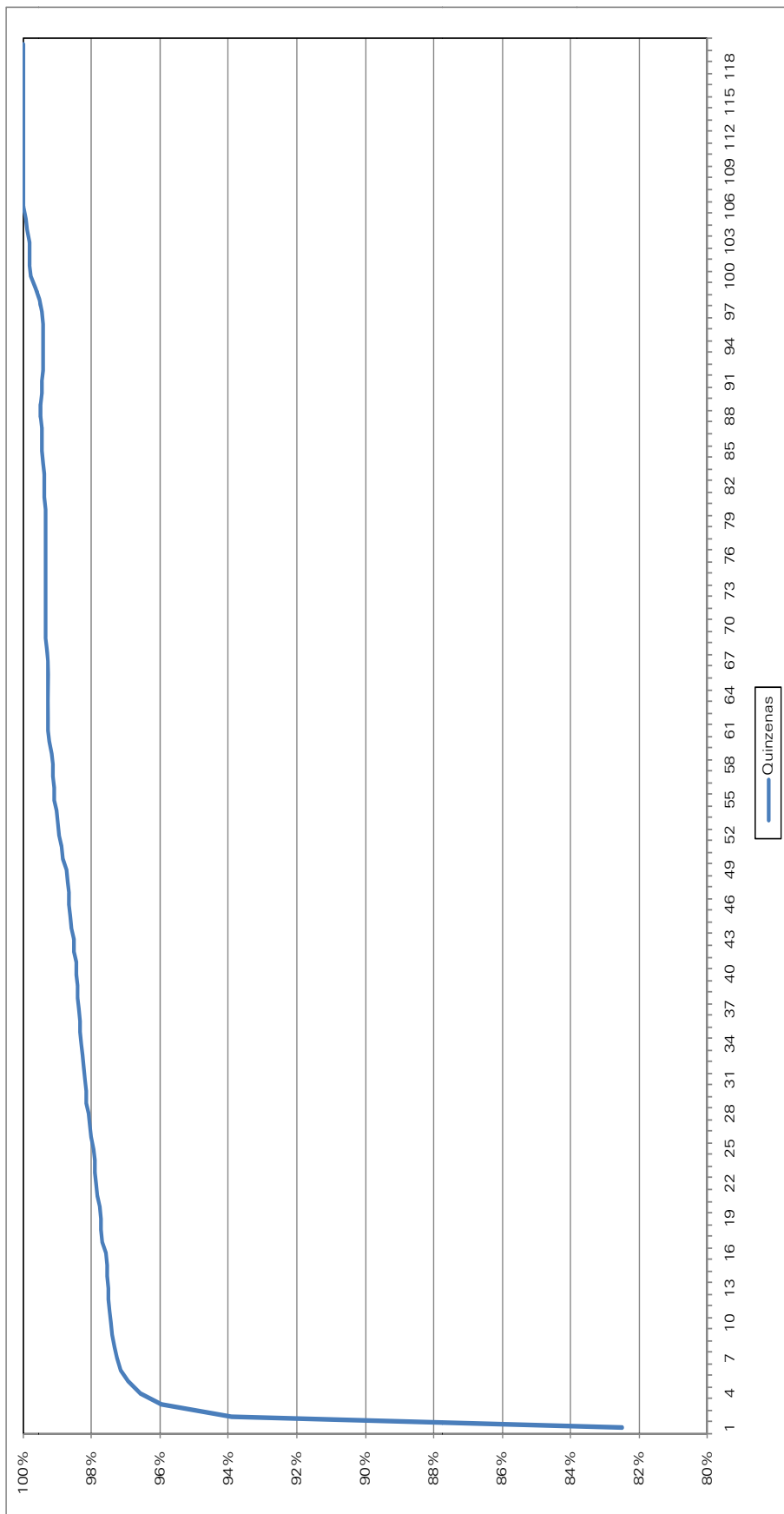
Faixas	Operações de desconto de duplicatas + outras que não desconto de duplicatas comerciais				Operações de desconto de duplicatas + outras c/ recompra / pagos, parciais				Consolidado		
	Somatório do valor de face - R\$(000)	%	%	Acum.	Somatório do valor de face - R\$(000)	%	%	Acum.	Somatório do valor de face - R\$(000)	%	% Acum.
<b>Montante vencido</b>	<b>28.943</b>	<b>1,82%</b>	<b>100,00%</b>		<b>4.867</b>	<b>4,55%</b>	<b>100,00%</b>		<b>33.810</b>	<b>1,99%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Composição do saldo vencido:</b>											
Montante vencido ate 5 dias	3.882	0,24%	0,24%		723	0,68%	0,68%		4.605	0,27%	0,27%
Montante vencido de 6 a 10 dias	1.207	0,08%	0,32%		208	0,19%	0,87%		1.414	0,08%	0,35%
Montante vencido de 11 a 15 dias	1.613	0,10%	0,42%		157	0,15%	1,02%		1.770	0,10%	0,46%
Montante vencido de 16 a 30 dias	1.369	0,09%	0,51%		334	0,31%	1,33%		1.702	0,10%	0,56%
Montante vencido de 31 a 60 dias	2.075	0,13%	0,64%		170	0,16%	1,49%		2.245	0,13%	0,69%
Montante vencido de 61 a 90 dias	1.205	0,08%	0,71%		1.226	1,15%	2,64%		2.431	0,14%	0,83%
Montante vencido de 91 a 120 dias	1.135	0,07%	0,78%		387	0,36%	3,00%		1.522*	0,09%	0,92%
Montante vencido de 121 a 150 dias	1.191	0,07%	0,86%		614	0,57%	3,57%		1.805*	0,11%	1,03%
Montante vencido de 151 a 180 dias	823	0,05%	0,91%		39	0,04%	3,61%		862*	0,05%	1,08%
Montante vencido acima de 180 dias	14.444	0,91%	1,82%		1.009	0,94%	4,55%		15.453*	0,91%	1,99%

\* Somatório dos valores igual a R\$ 19.642 mil.

## Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos

### Gráfico 2.2 - Matriz

O gráfico abaixo apresenta o percentual de inadimplência da carteira de recebíveis (duplicatas ou outras que não duplicatas) em ciclos quinzenais, considerando-se as faturas vencidas em cada ciclo e o seu efetivo pagamento dentro do respectivo ciclo. Veja detalhes no Anexo 4.



© 2011 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda, uma sociedade anônima brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD5 7126)

# Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos (cont.)

Tabela 2.3 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro e quantidade de faturas no período

Período	Somatório do valor de face - R\$(000)	Quantidade de títulos	Período	Somatório do valor de face - R\$(000)	Quantidade de títulos
dez/05	4.160	1.201	jul/08	23.431	8.303
jan/06	3.451	1.390	ago/08	24.849	8.261
fev/06	3.936	1.714	set/08	17.034	5.955
mar/06	4.443	2.337	out/08	18.965	5.408
abr/06	3.153	1.241	nov/08	12.433	4.228
mai/06	6.280	3.168	dez/08	17.580	3.662
jun/06	6.473	3.267	jan/09	17.030	3.888
jul/06	4.839	2.583	fev/09	12.877	4.327
ago/06	7.320	4.523	mar/09	23.381	7.618
set/06	9.799	5.473	abr/09	28.007	8.329
out/06	11.780	6.323	mai/09	26.029	8.034
nov/06	11.628	5.758	jun/09	24.630	6.535
dez/06	11.867	5.970	jul/09	40.975	11.145
jan/07	12.737	6.210	ago/09	41.656	11.947
fev/07	10.088	5.968	set/09	36.326	12.584
mar/07	14.755	6.861	out/09	49.643	15.342
abr/07	14.867	6.955	nov/09	53.812	14.868
mai/07	14.625	6.289	dez/09	42.786	11.810
jun/07	13.664	6.388	jan/10	38.102	9.672
jul/07	13.441	6.058	fev/10	59.460	15.825
ago/07	15.838	6.513	mar/10	94.924	23.115
set/07	13.537	5.550	abr/10	77.104	23.620
out/07	15.490	6.305	mai/10	88.333	21.458
nov/07	16.307	7.761	jun/10	94.973	23.136
dez/07	13.371	4.984	jul/10	89.329	25.931
jan/08	15.678	5.819	ago/10	99.789	30.009
fev/08	15.442	5.869	set/10	105.817	30.561
mar/08	21.104	8.175	out/10	119.209	30.952
abr/08	21.465	8.877	nov/10	114.675	33.837
mai/08	21.130	8.378			
jun/08	26.661	8.715	<b>Total</b>	<b>1.872.489</b>	<b>586.983</b>

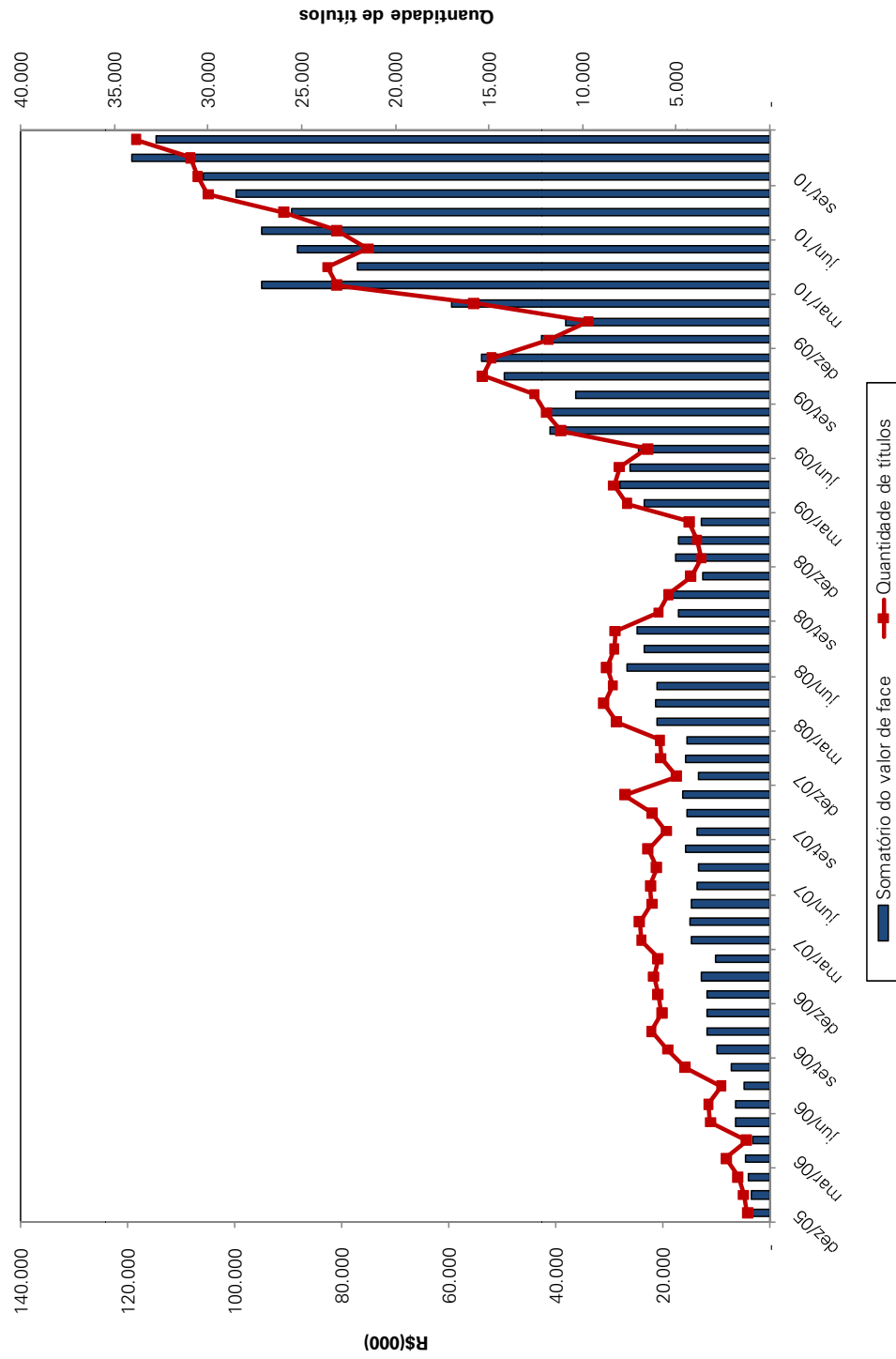
© 2011 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda, uma sociedade anônima brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD5 7126)

Revisão da carteira de recebíveis



## Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos (cont.)

Gráfico 2.3 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro no período



© 2011 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda, uma sociedade anônima brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD5 7126)

## Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos (cont.)

Tabela 2.4 - Movimentação mensal por quantidade total de cedentes e sacados por CNPJ (não são considerados eventuais grupos econômicos)

Período	Quantidade		Período	Quantidade	
	total de cedentes	total de sacados		total de cedentes	total de sacados
dez/05	44	559	mai/08	313	3.430
jan/06	52	655	jun/08	324	3.593
fev/06	60	765	jul/08	292	3.259
mar/06	77	990	ago/08	286	3.038
abr/06	81	587	set/08	246	2.427
mai/06	102	1.178	out/08	196	2.253
jun/06	103	1.097	nov/08	180	1.879
jul/06	102	1.119	dez/08	153	1.415
ago/06	114	1.853	jan/09	179	1.443
set/06	141	2.108	fev/09	148	1.671
out/06	143	2.357	mar/09	204	3.011
nov/06	172	2.285	abr/09	226	3.568
dez/06	171	2.596	mai/09	222	3.084
jan/07	174	2.556	jun/09	255	2.704
fev/07	158	2.839	jul/09	307	3.677
mar/07	196	3.045	ago/09	298	4.269
abr/07	201	2.543	set/09	274	4.667
mai/07	198	2.320	out/09	342	5.470
jun/07	196	2.478	nov/09	338	5.068
jul/07	201	2.350	dez/09	314	4.349
ago/07	224	2.539	jan/10	298	3.608
set/07	222	2.340	fev/10	330	5.448
out/07	250	2.663	mar/10	386	7.770
nov/07	239	3.075	abr/10	406	7.564
dez/07	234	2.165	mai/10	404	6.983
jan/08	244	2.372	jun/10	429	7.404
fev/08	233	2.344	jul/10	466	8.208
mar/08	292	3.375	ago/10	464	9.723
abr/08	295	3.478	set/10	480	10.186
			out/10	515	10.225
			nov/10	482	11.122

© 2011 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda, uma sociedade anônima brasileira, uma entidade suíça, membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD5 7126)

# Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos (cont.)

Tabela 2.5 - Ticket médio

Período	Ticket médio - R\$	Quantidade de títulos	Período	Ticket médio - R\$	Quantidade de títulos
dez/05	3.464	1.201	jul/08	2.822	8.303
jan/06	2.483	1.390	ago/08	3.008	8.261
fev/06	2.296	1.714	set/08	2.860	5.955
mar/06	1.901	2.337	out/08	3.507	5.408
abr/06	2.541	1.241	nov/08	2.941	4.228
mai/06	1.982	3.168	dez/08	4.801	3.662
jun/06	1.981	3.267	jan/09	4.380	3.888
jul/06	1.873	2.583	fev/09	2.976	4.327
ago/06	1.618	4.523	mar/09	3.069	7.618
set/06	1.790	5.473	abr/09	3.363	8.329
out/06	1.863	6.323	mai/09	3.240	8.034
nov/06	2.019	5.758	jun/09	3.769	6.535
dez/06	1.988	5.970	jul/09	3.677	11.145
jan/07	2.051	6.210	ago/09	3.487	11.947
fev/07	1.690	5.968	set/09	2.887	12.584
mar/07	2.150	6.861	out/09	3.236	15.342
abr/07	2.138	6.955	nov/09	3.619	14.868
mai/07	2.326	6.289	dez/09	3.623	11.810
jun/07	2.139	6.388	jan/10	3.939	9.672
jul/07	2.219	6.058	fev/10	3.757	15.825
ago/07	2.432	6.513	mar/10	4.107	23.115
set/07	2.439	5.550	abr/10	3.264	23.620
out/07	2.457	6.305	mai/10	4.117	21.458
nov/07	2.101	7.761	jun/10	4.105	23.136
dez/07	2.683	4.984	jul/10	3.445	25.931
jan/08	2.694	5.819	ago/10	3.325	30.009
fev/08	2.631	5.869	set/10	3.462	30.561
mar/08	2.581	8.175	out/10	3.851	30.952
abr/08	2.418	8.877	nov/10	3.389	33.837
mai/08	2.522	8.378			
jun/08	3.059	8.715	<b>Total</b>	<b>3.190</b>	<b>586.983</b>

© 2011 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda, uma sociedade anônima brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 7126)

## Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos (cont.)

Tabela 2.6 - Faixas de valor - Histórico

Faixas (Em R\$)	Somatório do		Quantidade de títulos	%
	valor de face - R\$(000)			
Até 1.000	150.814	8,05%	321.876	54,84%
De 1.001 a 2.000	143.090	7,64%	100.968	17,20%
De 2.001 a 3.000	111.592	5,96%	45.213	7,70%
De 3.001 a 4.000	89.889	4,80%	25.808	4,40%
De 4.001 a 5.000	85.816	4,58%	19.015	3,24%
De 5.001 a 6.000	66.549	3,55%	12.106	2,06%
De 6.001 a 7.000	57.942	3,09%	8.931	1,52%
De 7.001 a 8.000	52.904	2,83%	7.055	1,20%
De 8.001 a 9.000	46.655	2,49%	5.482	0,93%
De 9.001 a 10.000	47.269	2,52%	4.949	0,84%
De 10.001 a 20.000	290.838	15,53%	20.778	3,54%
De 20.001 a 30.000	167.751	8,96%	6.873	1,17%
De 30.001 a 40.000	97.216	5,19%	2.805	0,48%
De 40.001 a 50.000	70.822	3,78%	1.577	0,27%
De 50.001 a 100.000	163.708	8,74%	2.385	0,41%
Acima de 100.000 *	229.634	12,26%	1.162	0,20%
<b>Total</b>	<b>1.872.489</b>	<b>100,00%</b>	<b>586.983</b>	<b>100,00%</b>

\* Com relação à faixa de valor acima de R\$ 100.000, temos:

Faixas (R\$)	Σ Vlr.		Quantidade de títulos	%
	Face - R\$(000)			
De 100 a 200 mil	114.679	49,9%	829	71,3%
De 200 a 500 mil	88.943	38,7%	299	25,7%
De 500 a 800 mil	13.253	5,8%	22	1,9%
acima de 1 milhão	12.760	5,6%	12	1,0%
<b>Total acima de 100mil</b>	<b>229.635</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.162</b>	<b>100,0%</b>

## Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos (cont.)

Tabela 2.7 - Faixas de valor - Posição na data-base

Faixas (Em R\$)	Somatório do valor de face - R\$(000)	%	Quantidade de títulos	%
Até 1.000	16.413	8,23%	34.833	56,87%
De 1.001 a 2.000	14.230	7,14%	10.102	16,49%
De 2.001 a 3.000	10.201	5,12%	4.146	6,77%
De 3.001 a 4.000	8.298	4,16%	2.364	3,86%
De 4.001 a 5.000	9.053	4,54%	2.002	3,27%
De 5.001 a 6.000	6.508	3,26%	1.186	1,94%
De 6.001 a 7.000	5.292	2,65%	818	1,34%
De 7.001 a 8.000	5.845	2,93%	780	1,27%
De 8.001 a 9.000	4.884	2,45%	574	0,94%
De 9.001 a 10.000	4.938	2,48%	517	0,84%
De 10.001 a 20.000	29.619	14,86%	2.101	3,43%
De 20.001 a 30.000	19.894	9,98%	811	1,32%
De 30.001 a 40.000	12.352	6,20%	355	0,58%
De 40.001 a 50.000	9.268	4,65%	207	0,34%
De 50.001 a 100.000	22.628	11,35%	346	0,56%
Acima de 100.000 *	19.917	9,99%	113	0,18%
<b>Total</b>	<b>199.340</b>	<b>100,00%</b>	<b>61.255</b>	<b>100,00%</b>

\* Verificamos que 54% do total dessa faixa referem-se às faturas com faixa de valor até R\$ 700, sendo 31% concentrado na faixa entre R\$ 100 e R\$ 200 mil.

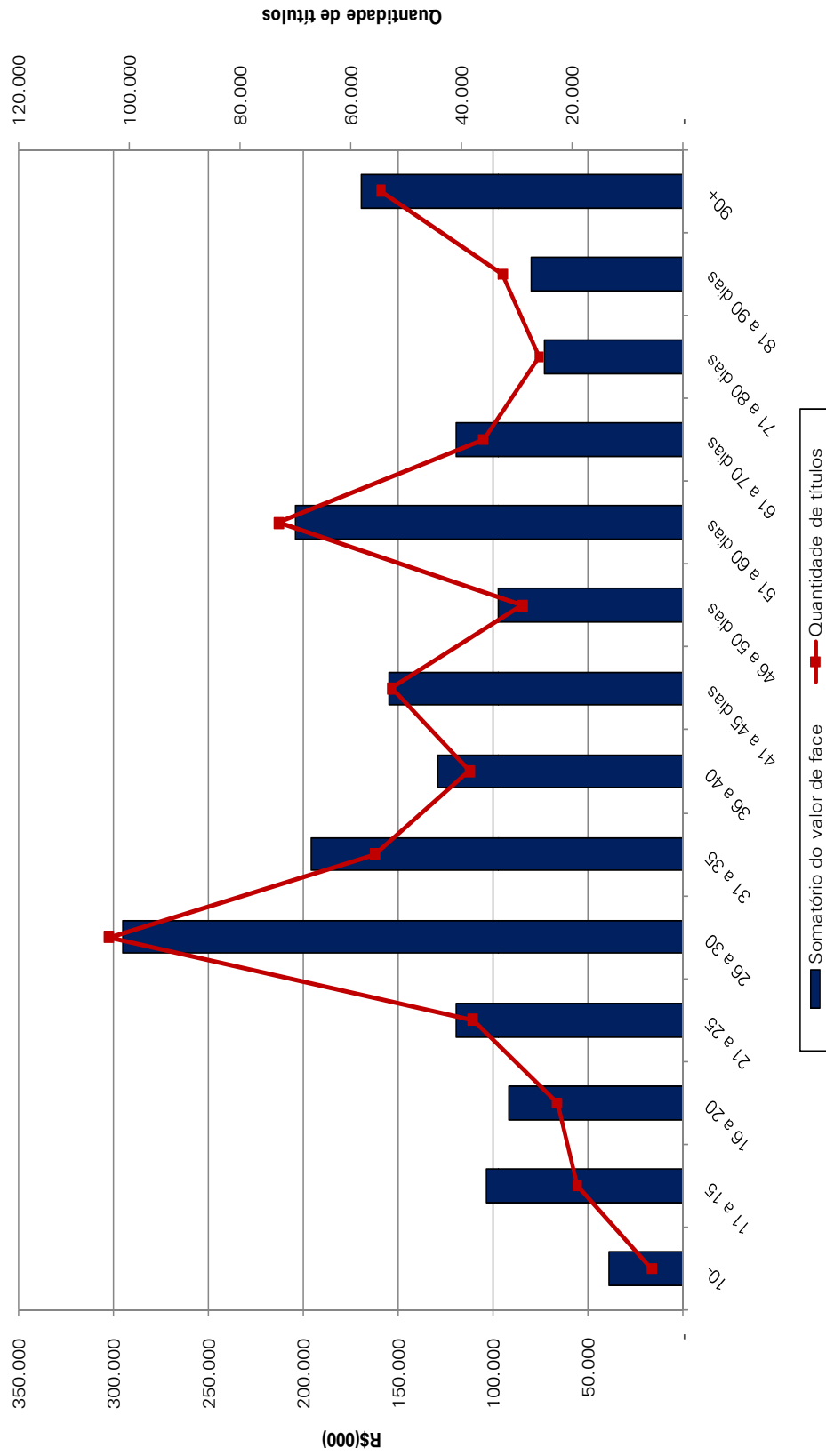
## Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos (cont.)

Tabela 2.8 - Distribuição da operações por prazo médio de emissão até o vencimento - Histórico

Faixas	Somatório do valor de face - R\$(000)	Quantidade de títulos
10-	38.579	5.626
11 a 15	103.197	19.048
16 a 20	92.051	22.698
21 a 25	119.441	37.974
26 a 30	295.129	103.664
31 a 35	195.735	55.692
36 a 40	129.232	38.524
41 a 45 dias	154.772	52.648
46 a 50 dias	97.534	28.989
51 a 60 dias	204.381	73.028
61 a 70 dias	119.819	36.044
71 a 80 dias	72.753	25.937
81 a 90 dias	80.138	32.573
90+	169.727	54.538
<b>Total</b>	<b>1.872.489</b>	<b>586.983</b>
Prazo médio ponderado no período de 60 meses		48 dias

## Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos (cont.)

Gráfico 2.4 - Distribuição da operações por prazo médio de emissão até o vencimento - Histórico



## Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos (cont.)

Tabela 2.9 - Distribuição da operações por prazo médio de emissão até o vencimento - Posição na data-base

Faixa	Somatório do valor de face - R\$(000)	Quantidade de títulos
10-	1.573	184
11 a 15	2.386	455
16 a 20	2.669	984
21 a 25	6.266	2.808
26 a 30	15.789	5.208
31 a 35	17.023	3.855
36 a 40	10.010	2.449
41 a 45 dias	15.690	4.376
46 a 50 dias	12.461	2.800
51 a 60 dias	24.835	8.014
61 a 70 dias	20.372	5.170
71 a 80 dias	12.992	4.559
81 a 90 dias	15.232	5.874
90+	42.042	14.519
<b>Total</b>	<b>199.340</b>	<b>61.255</b>
Prazo médio ponderado em 30/11/2010		66 dias



## Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos (cont.)

Tabela 2.10 - 30 Maiores operações pelo valor de face - Histórico

#	Data de emissão	Data de vencimento	Valor de face - R\$
1	17/04/2009	05/05/2009	1.314.000
2	11/06/2010	30/07/2010	1.233.315
3	12/08/2009	30/11/2009	1.212.640
4	04/05/2010	19/05/2010	1.000.000
5	11/02/2010	01/03/2010	1.000.000
6	20/05/2010	04/06/2010	1.000.000
7	05/08/2010	06/09/2010	1.000.000
8	18/06/2010	19/07/2010	1.000.000
9	05/07/2010	04/08/2010	1.000.000
10	22/07/2010	23/08/2010	1.000.000
11	21/09/2010	21/10/2010	1.000.000
12	10/03/2010	25/03/2010	1.000.000
13	12/11/2010	25/11/2010	762.926
14	15/10/2010	28/10/2010	761.450
15	12/08/2009	30/11/2009	727.584
16	15/12/2008	26/02/2009	712.500
17	09/08/2010	30/08/2010	674.652
18	09/08/2010	30/11/2010	666.426
19	03/09/2010	08/10/2010	649.454
20	26/11/2010	31/01/2011	635.830
21	10/03/2010	15/05/2010	634.733
22	18/10/2010	26/10/2010	600.000
23	27/10/2010	19/11/2010	600.000
24	13/10/2009	15/12/2009	550.000
25	21/09/2010	15/10/2010	550.000
26	09/11/2010	23/02/2011	547.980
27	09/11/2010	23/01/2011	547.980
28	09/11/2010	23/12/2010	547.980
29	01/07/2009	25/08/2009	530.597
30	21/01/2009	20/03/2009	512.550
<b>Total 30 maiores</b>			<b>23.972.596</b>
Total sob análise			1.872.488.703
			% 1,28%

© 2011 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda, uma sociedade anônima brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD5 7126)

## Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos (cont.)

Tabela 2.11 - 30 Maiores operações pelo valor de face - Posição na data-base

#	Data de emissão	Data de vencimento	Valor de face - R\$
1	26/11/2010	31/01/2011	635.830
2	09/11/2010	23/02/2011	547.980
3	12/11/2010	01/12/2010	500.000
4	26/11/2010	03/12/2010	500.000
5	01/11/2010	02/12/2010	417.000
6	24/09/2010	15/12/2010	300.000
7	18/11/2010	23/12/2010	294.096
8	25/11/2010	25/12/2010	289.660
9	26/10/2009	30/11/2009	270.700
10	30/11/2010	08/01/2011	265.053
11	09/08/2010	15/12/2010	264.386
12	26/11/2010	31/01/2011	250.536
13	05/10/2010	13/12/2010	250.000
14	05/10/2010	14/12/2010	250.000
15	30/09/2010	02/12/2010	250.000
16	30/09/2010	03/12/2010	250.000
17	01/10/2010	06/12/2010	250.000
18	30/11/2010	02/02/2011	250.000
19	30/11/2010	04/02/2011	250.000
20	08/11/2010	30/01/2011	245.710
21	22/11/2010	30/12/2010	240.840
22	01/10/2010	07/12/2010	231.278
23	08/11/2010	01/12/2010	230.000
24	08/10/2010	15/12/2010	224.449
25	10/09/2010	30/12/2010	224.000
26	22/11/2010	08/03/2011	219.635
27	08/10/2010	30/12/2010	212.682
28	31/08/2010	15/12/2010	211.438
29	08/10/2010	19/01/2011	210.000
30	08/11/2010	01/12/2010	210.000

© 2011 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda, uma sociedade anônima brasileira, da responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD5 7126)

## Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos (cont.)

Tabela 2.12 - Apuração da concentração do volume de recebíveis - Por cedentes - Histórico

Cedente	Somatório do valor de face - R\$(000)	%	% acum.	Quantidade de títulos	% acum.
1 ao 5	112.677	6,02%	6,02%	9.310	1,59%
6 ao 10	78.191	4,18%	10,19%	20.829	3,55%
11 ao 50	378.510	20,21%	30,41%	94.028	16,02%
51 ao 100	273.873	14,63%	45,03%	76.516	13,04%
101 ao 200	331.178	17,69%	62,72%	97.736	16,65%
201 ao 350	258.788	13,82%	76,54%	96.176	16,38%
351 ao 500	157.350	8,40%	84,94%	48.883	8,33%
<b>Total 500 maiores</b>	<b>1.590.567</b>	<b>84,94%</b>	<b>84,94%</b>	<b>443.478</b>	<b>75,55%</b>
Demais cedentes (1.034)	281.921	15,06%	100,00%	143.505	24,45%
<b>Total FLS</b>	<b>1.872.489</b>	<b>100,00%</b>		<b>586.983</b>	<b>100,00%</b>

## Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos (cont.)

Tabela 2.13 - Apuração da concentração do volume de recebíveis - Por cedentes - Posição na data-base

Cedente	Somatório do		% acum.	Quantidade de contratos	% acum.
	valor de face - R\$(000)				
1 ao 5	14.748	7,40%	7,40%	658	1,07%
6 ao 10	10.996	5,52%	12,91%	4.575	7,47%
11 ao 50	51.363	25,77%	38,68%	9.262	15,12%
51 ao 100	32.789	16,45%	55,13%	14.516	23,70%
101 ao 200	39.020	19,57%	74,70%	12.291	20,07%
201 ao 350	31.291	15,70%	90,40%	11.200	18,28%
351 ao 500	13.649	6,85%	97,25%	5.761	9,40%
<b>Total 500 maiores</b>	<b>193.856</b>	<b>97,25%</b>	<b>97,25%</b>	<b>58.263</b>	<b>95,12%</b>
Demais (237 cedentes)	5.484	2,75%	100,00%	2.992	4,88%
<b>Total</b>	<b>199.340</b>	<b>100,00%</b>		<b>61.255</b>	<b>100,00%</b>

## Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos (cont.)

Tabela 2.14 - Apuração da concentração do volume de recebíveis - Por sacados - Histórico

Sacados	Somatório do valor de face - R\$(000)	% Acum.	Quantidade de contratos	% Acum.
Do 1 ao 5	64.424	3,44%	3.737	0,64%
Do 6 ao 20	84.389	4,51%	8.218	1,40%
Do 21 ao 50	107.271	5,73%	12.112	2,06%
Do 51 ao 100	104.681	5,59%	7.937	1,35%
Do 101 ao 200	134.674	7,19%	13.392	2,28%
Do 201 ao 350	133.518	7,13%	14.517	2,47%
Do 351 ao 500	94.750	5,06%	10.154	1,73%
Do 501 ao 750	112.006	5,98%	13.832	2,36%
Do 751 ao 1000	82.634	4,41%	12.248	2,09%
Do 1001 ao 1500	119.209	6,37%	20.271	3,45%
Do 1501 ao 2000	86.068	4,60%	15.743	2,68%
Do 2001 ao 3000	119.089	6,36%	26.642	4,54%
Do 3001 ao 5000	143.119	7,64%	38.327	6,53%
<b>Total dos 5.000 maiores sacados</b>	<b>1.385.830</b>	<b>74,01%</b>	<b>197.130</b>	<b>33,58%</b>
Demais sacados (98.249)	486.659	25,99%	389.853	66,42%
<b>Total</b>	<b>1.872.489</b>	<b>100,00%</b>	<b>586.983</b>	<b>100,00%</b>

## Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos (cont.)

Tabela 2.15 - Apuração da concentração do volume de recebíveis - Por sacados - Posição na data-base

Sacados	Somatório do valor de face - R\$(000)	% Acum.	Quantidade de contratos	% Acum.
Do 1 ao 5	8.327	4,18%	425	0,69%
Do 6 ao 10	5.603	2,81%	507	0,83%
Do 11 ao 20	7.285	3,65%	161	0,26%
Do 21 ao 35	8.432	4,23%	501	0,82%
Do 36 ao 50	7.071	3,55%	565	0,92%
Do 51 ao 75	9.489	4,76%	641	1,05%
Do 76 ao 100	7.292	3,66%	581	0,95%
Do 101 ao 150	11.117	5,58%	651	1,06%
Do 151 ao 200	9.250	4,64%	980	1,60%
Do 201 ao 300	14.142	7,09%	1.237	2,02%
Do 301 ao 400	10.498	5,27%	1.097	1,79%
Do 401 ao 500	8.232	4,13%	1.459	2,38%
<b>Total dos 500 maiores sacados</b>	<b>106.737</b>	<b>53,55%</b>	<b>8.805</b>	<b>14,37%</b>
Demais sacados (19.232)	92.603	46,45%	52.450	86,12%
<b>Total (19.732 sacados)</b>	<b>199.340</b>	<b>100,00%</b>	<b>61.255</b>	<b>100,00%</b>

## Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos (cont.)

Tabela 2.16 - 20 maiores cedentes - Histórico

#	Somatório do		%	Quantidade de títulos	%
	#	valor de face - R\$(000)			
1	1	36.191	1,93%	5.234	0,89%
2	2	20.712	1,11%	1.987	0,34%
3	3	20.547	1,10%	493	0,08%
4	4	17.636	0,94%	636	0,11%
5	5	17.590	0,94%	960	0,16%
6	6	16.991	0,91%	5.479	0,93%
7	7	15.595	0,83%	1.613	0,27%
8	8	15.371	0,82%	1.071	0,18%
9	9	15.191	0,81%	11.289	1,92%
10	10	15.044	0,80%	1.377	0,23%
11	11	14.386	0,77%	4.106	0,70%
12	12	14.275	0,76%	61	0,01%
13	13	13.883	0,74%	9.575	1,63%
14	14	13.281	0,71%	6.210	1,06%
15	15	12.613	0,67%	4.177	0,71%
16	16	12.564	0,67%	589	0,10%
17	17	11.949	0,64%	2.749	0,47%
18	18	11.871	0,63%	1.029	0,18%
19	19	11.831	0,63%	740	0,13%
20	20	11.097	0,59%	8.841	1,51%
<b>Total dos 20 maiores cedentes</b>		<b>318.618</b>	<b>17,02%</b>	<b>68.216</b>	<b>11,62%</b>
Demais cedentes (1.514)		1.553.871	82,98%	518.767	88,38%
<b>Total (1.534 cedentes)</b>		<b>1.872.489</b>	<b>100,00%</b>	<b>586.983</b>	<b>100,00%</b>

Veja a distribuição dos cedentes que também operam como sacado no Anexo 1

Veja a distribuição semestral dos 20 maiores cedentes no Anexo 2

© 2011 KPMG Financial Risk & Advisory Services Ltda, uma sociedade anônima brasileira, da responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD5 7126)

## Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos (cont.)

Tabela 2.17 - 20 maiores cedentes - Posição na data-base

#	Somatório do valor de face - R\$(000)	%	Quantidade de títulos	%
1	4.219	2,12%	135	0,22%
2	3.091	1,55%	148	0,24%
3	2.575	1,29%	12	0,02%
4	2.467	1,24%	285	0,47%
5	2.396	1,20%	78	0,13%
6	2.286	1,15%	800	1,31%
7	2.269	1,14%	2.424	3,96%
8	2.257	1,13%	46	0,08%
9	2.135	1,07%	955	1,56%
10	2.050	1,03%	350	0,57%
11	1.988	1,00%	37	0,06%
12	1.903	0,95%	93	0,15%
13	1.868	0,94%	11	0,02%
14	1.746	0,88%	579	0,95%
15	1.703	0,85%	195	0,32%
16	1.655	0,83%	765	1,25%
17	1.535	0,77%	36	0,06%
18	1.524	0,76%	51	0,08%
19	1.502	0,75%	41	0,07%
20	1.498	0,75%	127	0,21%
<b>Total dos 20 maiores cedentes</b>	<b>42.667</b>	<b>21,40%</b>	<b>7.168</b>	<b>11,70%</b>
Demais (717 cedentes)	156.673	78,60%	54.087	88,30%
<b>Total</b>	<b>199.340</b>	<b>100,00%</b>	<b>61.255</b>	<b>100,00%</b>

© 2011 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda, uma sociedade anônima brasileira, da responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD5 7126)



## Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos (cont.)

Tabela 2.18 - 20 maiores sacados - Histórico

#	Somatório do		Quantidade de títulos
	valor de face - R\$(000)		
1	15.876	1.189	
2	14.301	62	
3	12.658	1.843	
4	12.110	398	
5	9.479	245	
6	8.394	2.243	
7	7.322	2.101	
8	6.174	551	
9	5.572	1.411	
10	5.500	12	
11	5.460	76	
12	5.381	8	
13	5.355	403	
14	5.354	175	
15	5.283	75	
16	5.259	262	
17	4.993	66	
18	4.900	10	
19	4.759	311	
20	4.683	514	
<b>Total dos 20 maiores sacados</b>			<b>11.955</b>
Demais (103.229 sacados)			575.028
<b>Total (103.249 sacados)</b>			<b>586.983</b>

Veja a distribuição semestral dos 20 maiores sacados no anexo 3

© 2011 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda, uma sociedade anônima brasileira, da responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD5 7126)

## Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos (cont.)

Tabela 2.19 - 20 maiores sacados - Posição na data-base

#	Somatório do		Quantidade de títulos	%
	valor de face - R\$(000)	%		
1	2.575	1,29%	12	0,02%
2	1.636	0,82%	159	0,26%
3	1.407	0,71%	37	0,06%
4	1.390	0,70%	39	0,06%
5	1.319	0,66%	37	0,06%
6	1.188	0,60%	163	0,27%
7	1.151	0,58%	215	0,35%
8	1.142	0,57%	148	0,24%
9	1.126	0,56%	21	0,03%
10	995	0,50%	4	0,01%
11	889	0,45%	21	0,03%
12	873	0,44%	7	0,01%
13	820	0,41%	20	0,03%
14	755	0,38%	16	0,03%
15	755	0,38%	6	0,01%
16	669	0,34%	21	0,03%
17	651	0,33%	12	0,02%
18	631	0,32%	15	0,02%
19	623	0,31%	9	0,01%
20	619	0,31%	20	0,03%
<b>Total dos 20 maiores sacados</b>	<b>21.215</b>	<b>10,64%</b>	<b>982</b>	<b>1,60%</b>
Demais (19.712 sacados)	178.126	89,36%	60.273	98,40%
<b>Total</b>	<b>199.340</b>	<b>100,00%</b>	<b>61.255</b>	<b>100,00%</b>

© 2011 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda, uma sociedade anônima brasileira, da responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 7126)

## Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos (cont.)

Tabela 2.20 - Distribuição do volume financeiro por UF do Cedente

Cedente UF	Somatório do valor de face - R\$(000)	Quantidade de títulos
SP	969.052	325.909
PR	330.941	84.820
RS	275.617	87.439
MG	87.931	31.462
SC	72.499	16.522
CE	43.680	11.020
RN	20.900	3.006
MT	18.017	974
AM	17.176	5.480
BA	14.725	16.218
RJ	13.494	2.230
GO	4.316	746
MS	2.025	718
PE	1.357	165
PB	310	47
RO	297	15
DF	152	212
<b>Total</b>	<b>1.872.489</b>	<b>586.983</b>

## Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos (cont.)

Tabela 2.21 - Distribuição do volume financeiro por UF do Sacado

SacadoUF	Somatório do	
	valor de face - R\$(000)	Quantidade de títulos
SP	901.437	264.200
RS	217.757	64.128
PR	182.754	50.680
MG	115.013	45.029
RJ	88.160	23.694
SC	84.706	30.622
CE	39.134	12.551
BA	28.201	16.127
GO	27.749	11.015
PE	25.180	7.787
MT	18.808	5.048
PA	18.102	6.369
PB	15.500	6.894
ES	14.031	4.579
AM	13.873	3.142
RN	13.356	4.344
MA	12.257	4.896
MS	10.829	3.764
RO	10.374	5.138
DF	6.614	3.464
AL	6.604	2.700
SE	5.421	2.812
PI	5.417	2.068
AC	4.193	1.458
TO	2.285	1.664
AP	1.565	898
RR	822	498
Não identificado	2.350	1.414
<b>Total</b>	<b>1.872.489</b>	<b>586.983</b>

© 2011 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda, uma sociedade anônima brasileira, da responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 7126)

## Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos (cont.)

Tabela 2.22 - Distribuição mensal do volume financeiro e quantidade de títulos recomprados

	Período	Somatório do valor de face - R\$(000)	% sobre total originado	Quantidade e de títulos	% sobre total originado	Período	Somatório do valor de face - R\$(000)	% sobre total originado	Quantidade e de títulos	% sobre total originado	
De acordo com o regulamento do Fundo, a SRM está autorizada a buscar formas de recuperação dos valores devidos pelo Sacado inadimplente, tais como (i) substituição dos direitos de crédito inadimplidos por novos direitos de crédito a vencer ou (ii) recompra pelo Cedente dos direitos creditórios inadimplidos ou a vencer por meio de depósito bancário.	dez/05	240	5,76 %	14	1,17 %	jul/08	737	3,15 %	105	1,26 %	
	jan/06	145	4,19 %	14	1,01 %	ago/08	1.098	4,42 %	146	1,77 %	
	fev/06	211	5,37 %	11	0,64 %	set/08	709	4,16 %	83	1,39 %	
	mar/06	158	3,55 %	14	0,60 %	out/08	893	4,71 %	77	1,42 %	
	abr/06	241	7,64 %	20	1,61 %	nov/08	593	4,77 %	76	1,80 %	
	mai/06	323	5,14 %	124	3,91 %	dez/08	475	2,70 %	81	2,21 %	
	jun/06	382	5,90 %	139	4,25 %	jan/09	625	3,67 %	80	2,06 %	
	jul/06	59	1,22 %	13	0,50 %	fev/09	608	4,72 %	50	1,16 %	
	ago/06	117	1,60 %	27	0,60 %	mar/09	1.239	5,30 %	99	1,30 %	
	set/06	227	2,32 %	115	2,10 %	abr/09	1.947	6,95 %	141	1,69 %	
	out/06	397	3,37 %	59	0,93 %	mai/09	1.245	4,79 %	149	1,85 %	
Dessa forma, identificamos na base de dados disponibilizada as operações que sofreram as situações mencionadas e apuramos a representatividade em relação ao total adquirido em um mesmo mês.	nov/06	716	6,16 %	119	2,07 %	jun/09	1.486	6,03 %	84	1,29 %	
	dez/06	399	3,37 %	46	0,77 %	jul/09	3.319	8,10 %	213	1,91 %	
	jan/07	492	3,86 %	49	0,79 %	ago/09	1.392	3,34 %	110	0,92 %	
	fev/07	229	2,27 %	77	1,29 %	set/09	1.363	3,75 %	100	0,79 %	
	mar/07	581	3,94 %	62	0,90 %	out/09	1.626	3,28 %	177	1,15 %	
	abr/07	886	5,96 %	67	0,96 %	nov/09	2.442	4,54 %	248	1,67 %	
	mai/07	336	2,30 %	46	0,73 %	dez/09	2.142	5,01 %	140	1,19 %	
	jun/07	329	2,41 %	68	1,06 %	jan/10	1.860	4,88 %	132	1,36 %	
	jul/07	314	2,34 %	51	0,84 %	fev/10	3.254	5,47 %	162	1,02 %	
	ago/07	431	2,72 %	91	1,40 %	mar/10	6.575	6,93 %	239	1,03 %	
	set/07	718	5,30 %	100	1,80 %	abr/10	6.094	7,90 %	221	0,94 %	
As recompras foram identificadas na base de dados a partir do campo "Novo Número do Documento". Se esse campo fosse igual ao campo "Documento" e o cedente e o sacado fossem os mesmos para os dois títulos, tal caso seria considerado como recompra. No momento da recompra, o Cedente cede novos títulos ao fundo.	out/07	1.081	6,98 %	102	1,62 %	mai/10	5.395	6,11 %	252	1,17 %	
	nov/07	609	3,73 %	93	1,20 %	jun/10	11.276	11,87 %	292	1,26 %	
	dez/07	485	3,63 %	80	1,61 %	jul/10	8.964	10,04 %	285	1,10 %	
	jan/08	667	4,26 %	95	1,63 %	ago/10	9.189	9,21 %	251	0,84 %	
	fev/08	732	4,74 %	100	1,70 %	set/10	7.964	7,53 %	268	0,88 %	
	mar/08	682	3,23 %	99	1,21 %	out/10	5.628	4,72 %	215	0,69 %	
	abr/08	649	3,02 %	109	1,23 %	nov/10	3.644	3,18 %	87	0,26 %	
	mai/08	704	3,33 %	120	1,43 %						
	jun/08	679	2,55 %	107	1,23 %	Total	108.001	5,77 %	6.794	1,16 %	

© 2011 KPMG Financial Risk & Advisory Services Ltda, uma sociedade anônima brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 7126)



## Confronto dos saldos contábeis com a base de dados

## Confronto dos saldos contábeis com a base de dados

Com o intuito de conciliar a base de dados e de verificar a sua integridade, aplicamos procedimentos de comparação do valor atual presente no “Relatório de Carteira Diária – Fechamento” do FIDC Exodus I consolidada com o resultado do cálculo global do valor presente da base de dados para as datas de 31 de dezembro de 2008 e 2009 e 30 de novembro de 2010. Apresentamos abaixo o resultado da aplicação desses procedimentos.

**Tabela 3.1 - Conciliação da base de dados com os saldos contábeis**

Descrição	30/11/2010	31/12/2009	31/12/2008	Total
Valor atual - R\$(000)	196.850	81.301	28.355	306.505
Valor de face - R\$(000)	197.862	86.936	33.117	<u>317.915</u>
Diferença - R\$				11.409
Representatividade da diferença				3,72 %

### Comentário sobre procedimento de conciliação

- A diferença apresentada pode ser explicada, em parte, pela Carteira Diária não incorporar todo o “accrual” correspondente à diferença entre o valor de aquisição pelo fundo e o valor de face dos títulos.
- A aplicação dos procedimentos descritos nesta seção objetivou estabelecer uma base de confiança na qualidade das informações processadas. O resultado desses procedimentos indicou a existência de certas divergências que foram consideradas imateriais, no contexto da avaliação do perfil da carteira e de seu desempenho no período sob análise.



## Integridade dos registros da base de dados



# Integridade de registros da base de dados

## Procedimentos de verificação e confirmação da integridade dos registros presentes na base de dados sob análise

- i) O Deutsche Bank, como custodiante do Fundo, executa trimestralmente a revisão da existência da documentação que suporta os títulos detidos pelo Fundo. O resultado da verificação desta documentação segue abaixo:

### FIDC Exodus I - Resumo das últimas data-base de Revisão de Lastro

	Data-base										Total
	ago/08	nov/08	fev/09	mai/09	ago/09	nov/09	fev/10	mai/10	ago/10	nov/10	
Itens apresentados	98	98	100	97	94	94	98	96	95	98	968
Itens não apresentados	2	2	-	3	6	6	2	4	5	2	32
<b>Total</b>	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	1.000

## Integridade de registros da base de dados (cont.)

### Procedimentos de verificação e confirmação da integridade dos registros presentes na base de dados sob análise

- ii) Como complemento das verificações de lastro, selecionamos uma amostra de 110 operações de desconto de duplicatas ou outras identificadas a partir da base de dados fornecida pela SRM. Dessa amostra, foram apresentados os processos e os respectivos documentos arquivados relativos a essas operações, sobre os quais foram adotados os procedimentos relacionados a seguir:

Procedimentos	Sem divergência	Com divergência	Documentos não apresentados	Termos de	
				Cessão não apresentados	Total
Verificação do número da duplicata/ Nota fiscal	96			14	110
Verificação do nome do sacado	96			14	110
Verificação do nome do cedente	96			14	110
Verificação da data de aquisição	96			14	110
Verificação do CPF/ CNPJ do cedente	96			14	110
Verificação da data de vencimento*	93	3		14	110
Verificação do valor do título*	95	1		14	110
Identificação da duplicata	76		20	14	110
Identificação da Nota Fiscal eletrônica	62		34	14	110
Identificação do termo de cessão	96			14	110
Identificação da nota promissória	96			14	110
Verificação do valor pago**	56		11		64
Verificação da data de pagamento	56		11		64

\* Diferenças consideradas imateriais para a extensão de nossas análises.

\*\* Do total de nossa amostra de 110 itens, apenas 64 apresentavam-se vencidas e liquidadas. Até 17 de maio de 2011 (corte de nossas análises) não foram apresentados 11 comprovantes de pagamentos.

## Integridade de registros da base de dados (cont.)

### Procedimentos de verificação e confirmação da integridade dos registros presentes na base de dados sob análise

iii) Selecionamos uma amostra de 40 operações de desconto de duplicatas ou outras com recompra ou pagamentos parciais identificados a partir da base de dados fornecida pela SRM. Dessa amostra, foram apresentados os processos e os respectivos documentos arquivados relativos a essas operações, inclusive pela possibilidade de que para recompras parciais e/ou pagamentos parciais para cada uma das 40 operações podem existir mais de um processo ocasionando na verificação de 130 processos, sobre os quais foram adotados os procedimentos relacionados a seguir:

Procedimentos	Sem divergência	Com divergência	Documentos não apresentados	Termos de cessão não Total apresentados
Verificação do número da duplicata/ Nota fiscal	130			130
Verificação do nome do sacado	130			130
Verificação do nome do cedente	130			130
Verificação da data de aquisição	128	2*		130
Verificação do CPF/ CNPJ do cedente	130			130
Verificação da data de vencimento	130			130
Verificação do valor do título	130			130
Identificação da duplicata	24		106	130
Identificação da Nota Fiscal eletrônica	14		116	130
Identificação do termo de cessão	74		23	33 130
Identificação da nota promissória	65		65	130
Verificação do valor pago	43		11**	54
Verificação da data de pagamento	43		11**	54

\* Diferenças consideradas inateriais para a extensão de nossas análises.

\*\* Até 17 de maio de 2011 (corte de nossas análises), não foram apresentados os comprovantes dos casos de pagamentos parciais. Sendo que:

- 5 casos foram baixados sem liquidação financeira; e
- 3 casos são pagamentos referentes a 2006 os quais não foram localizados.

## Anexos

### Anexo 1 - Distribuição dos cedentes que também operam como sacado



#### Anexo I

# Anexos

## Anexo 2 - Distribuição do volume financeiro semestral dos 20 maiores cedentes ao longo período analisado

#	1o semestre		2o semestre		3o semestre		4o semestre		5o semestre		6o semestre		7o semestre		8o semestre		9o semestre		10o semestre		Total													
	RS(000)	Qtde.	RS(000)	Qtde.	RS(000)	Qtde.	RS(000)	Qtde.	RS(000)	Qtde.	RS(000)	Qtde.	RS(000)	Qtde.	RS(000)	Qtde.	RS(000)	Qtde.	RS(000)	Qtde.	RS(000)	Qtde.												
1	-	-	-	-	-	-	36.191	5.234	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36.191	5.234												
2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.712	1.987	-	-	-	-	20.712	1.987												
3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.547	493	-	-												
4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.636	636	-	-												
5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.590	960	-	-												
6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.991	5.479	-	-	-	-	-	16.991	5.479	-	-												
7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.595	1.613	-	-	15.595	1.613												
8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.371	1.071	15.371	1.071	-	-	15.371	1.071												
9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.191	11.289	-	-	15.191	11.289	-	-												
10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.044	1.377	-	-	15.044	1.377												
11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.386	4.106	-	-	14.386	4.106												
12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.275	61												
13	-	-	13.883	9.575	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.883	9.575												
14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.281	6.210	-	-												
15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.613	4.177	-	-	-	-	-	-	12.613	4.177	-	-												
16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.564	589	-	-												
17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.949	2.749	-	-	11.949	2.749	-	-												
18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.871	1.029	-	-	-	-	-	-	-	11.871	1.029	-	-												
19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.831	740	-	-	11.831	740												
20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.097	8.841	-	-	11.097	8.841	-	-												
Total dos 20 maiores cedentes																							318.618	68.216	8.949	8.949	8.907	72.227	24.866	58.949	8.907	95.894	8.949	

# Anexos

## Anexo 3 - Distribuição do volume financeiro semestral dos 20 maiores sacados ao longo período analisado

#	1o semestre		2o semestre		3o semestre		4o semestre		5o semestre		6o semestre		7o semestre		8o semestre		9o semestre		10o semestre		Total	
	R\$(000)	Qtde.	R\$(000)	Qtde.	R\$(000)	Qtde.	R\$(000)	Qtde.	R\$(000)	Qtde.	R\$(000)	Qtde.	R\$(000)	Qtde.	R\$(000)	Qtde.	R\$(000)	Qtde.	R\$(000)	Qtde.	R\$(000)	Qtde.
1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.571	1.180	-	-	305	9	15.876	1.189
2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.301	62	14.301	62
3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.639	221	10.019	1.622	-	-	12.658	1.843
4	112	3	11.998	395	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.110	398
5	8.963	232	-	-	253	3	263	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.479	245
6	-	-	-	-	-	-	6.248	1.674	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.145	569	8.394	2.243
7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.059	2.077	-	-	-	-	262	24	-	-	7.322	2.101
8	-	-	-	-	-	-	6.174	551	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.174	551
9	-	-	-	-	5.495	1.396	-	-	76	15	-	-	-	-	-	-	-	-	5.500	12	5.572	1.411
10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.460	76	-	-	5.460	76
13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	438	152	-	-	-	-	5.381	8	-	-	5.381	8
14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	82	2	-	-	4.917	251	5.355	403
15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	78	6	5.283	75
16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.570	148	-	-	5.204	69	2.689	114	5.259	262
17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.993	66	-	-	-	-	4.993	66
18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.900	10	-	-	4.900	10
19	4.759	311	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.759	311
20	-	-	4.683	514	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.683	514
<b>Total dos 20 maiores sacados</b>	<b>13.834</b>	<b>546</b>	<b>16.681</b>	<b>909</b>	<b>5.749</b>	<b>1.399</b>	<b>12.686</b>	<b>2.235</b>	<b>76</b>	<b>15</b>	<b>7.497</b>	<b>2.229</b>	<b>2.570</b>	<b>148</b>	<b>23.285</b>	<b>1.469</b>	<b>31.227</b>	<b>1.809</b>	<b>35.208</b>	<b>1.196</b>	<b>148.813</b>	<b>11.955</b>

## Anexos

### Anexo 4 - Desvio-padrão/Matriz triangular



Anexo 4



© 2011 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil.

O nome KPMG, o logotipo e “cutting through complexity” são marcas registradas ou comerciais da KPMG International.



**Administradora e Coordenadora**  
**GRADUAL CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**  
Avenida Juscelino Kubitschek, nº 50, 5º e 6º andares  
São Paulo, SP

**Coordenador Líder, Custodiante e Agente Escriturador**  
**DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO**  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 13º, 14º e 15º andares  
São Paulo, SP

**Gestora**  
**SRM ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS E FINANÇAS S.A.**  
Alameda Cleveland, nº 509, 2º andar, Campos Elíseos  
São Paulo, SP

**Agência de Classificação de Risco**  
**STANDARD & POOR'S**  
Rua Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar  
São Paulo, SP

**Banco Cobrador**  
**BANCO DO BRASIL S.A.**  
Av. São João, nº 32, 2º andar  
São Paulo, SP

**Consultores Jurídicos**  
**SOUZA, CESCO, BARRIEU E FLESCH ADVOGADOS**  
Rua Funchal, nº 418, 11º andar  
São Paulo, SP

**Empresa de Auditoria**  
**KPMG AUDITORES INDEPENDENTES**  
Rua Dr. Renato Pares de Barros, nº 33  
São Paulo, SP

**Coordenadora Contratada**  
**RIO BRAVO INVESTIMENTOS - DISTRIBUIDORA DE  
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**  
Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 3º andar  
São Paulo, SP